



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

BRUNO DE OLIVEIRA RIBEIRO

**O MO(VI)MENTO NEGRO NO MATO GROSSO DO SUL:  
POLÍTICAS DE IDENTIDADE**

**BRUNO DE OLIVEIRA RIBEIRO**

**O MO(VI)MENTO NEGRO NO MATO GROSSO DO SUL:  
POLÍTICAS DE IDENTIDADE**

Dissertação apresentada no curso de pós-graduação em Ciências Sociais do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Braune Wiik

Londrina  
2013

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da  
Universidade Estadual de Londrina**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

R484m Ribeiro, Bruno de Oliveira.  
O mo(vi)mento negro no Mato Grosso do Sul : políticas de identidade /  
Bruno de Oliveira Ribeiro. – Londrina, 2013.  
195 f. : il.

Orientador: Flávio Braune Wiik.  
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de  
Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação  
em Ciências Sociais, 2013.  
Inclui bibliografia.

1. Movimento negro – Mato Grosso do Sul – Teses. 2. Políticas públicas –  
Teses. 3. Negros – Identidade racial – Teses. 4. Igualdade – Teses. I. Wiik,  
Flávio Braune. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e  
Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDU 323.1(=96)

**BRUNO DE OLIVEIRA RIBEIRO**

**O MO(VI)MENTO NEGRO NO MATO GROSSO DO SUL:  
POLÍTICAS DE IDENTIDADE**

Dissertação apresentada no curso de pós-graduação em Ciências Sociais do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Flávio Braune Wiik  
Universidade Estadual de Londrina  
UEL – Londrina - PR

---

Prof. Dr. Simone Becker  
Universidade Federal da Grande Dourados  
UFGD – Dourados - MS

---

Prof. Dr. Fabio Lanza  
Universidade Estadual de Londrina  
UEL – Londrina - PR

Londrina, 05 de dezembro de 2013.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Regina e Jofir, pelo apoio e educação que recebi.

Às minhas irmãs, Lari e Leh, por manterem a casa sempre alegre, sejam lá por quais motivos.

À Gabriela, namorada e companheira, pelos conselhos, diálogos e pela confiança adquirida ao longo do tempo.

Aos amigos, dos quais a família e a namorada não se isentam, que me propiciaram aqueles importantes momentos em que é necessário esquecer os problemas ao longo da pesquisa, eles foram bem sucedidos.

Aos companheiros de mestrado em Londrina, professores e técnicos por terem sido tão receptivos a um sul-mato-grossense, e por terem contribuído com meu aprendizado, muito obrigado.

Ao Akira, Murilo e “Tiquinho” que certamente tornaram muito mais fácil e agradável o período que residi em Londrina.

Aos entrevistados: Aleixo Paraguassú Netto, Raimunda L. de Brito, Ben-Hur Ferreira, Amarildo Cruz, Vania Lucia Baptista, Lucimar R. Dias e Ana Lucia Sena.

À Janilce e Renilda, coordenadoras pedagógicas no ILK, pela facilidade do diálogo com ambas, e por entenderem a importância do ILK para mim.

À professora Mariluce Bittar. Tenho certeza que ela não sabe o quanto me ajudou.

Por fim, ao meu orientador, Flávio Braune Wiik, por ter acreditado no projeto de pesquisa e dado a devida liberdade no meu caminhar. Serei sempre grato.

RIBEIRO, Bruno de Oliveira. **O Mo(vi)mento negro no Mato Grosso do Sul: Políticas de identidade.** 2013. 195f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

## RESUMO

Esta pesquisa trata sobre o movimento negro de Mato Grosso do Sul em sua interface com setores do Estado, numa trajetória que forjou políticas públicas de promoção da igualdade racial. Tem como objetivos reconstruir parte da história do movimento negro sul-mato-grossense, bem como aferir sua participação na construção dessas políticas públicas. Entre o final do século XX e o início do século XXI ocorreram algumas mudanças nas políticas raciais brasileiras, proporcionadas principalmente pela introdução das ações afirmativas para negros no Ensino Superior, tornando esse período um momento propício às demandas raciais. Essas políticas, pautadas pelo movimento negro, apresentaram uma crescente politização dessa identidade cultural no Brasil. Apesar disso, o movimento negro via sua institucionalização, ainda conserva características prejudiciais à relação entre sociedade civil e Estado no Brasil. Nesse sentido, observando o movimento negro sul-mato-grossense e sua relação com o estado na construção de políticas públicas raciais, temos o propósito de verificar algumas peculiaridades dessa relação que contribuam para análise da sociedade civil brasileira contemporânea. O levantamento de dados e a investigação ocorreu por meio de pesquisa bibliográfica, execução de entrevistas semiestruturadas, sendo estas realizadas principalmente com militantes, e observação participante em uma instituição vinculada ao movimento negro, o Instituto Luther King. Uma discussão teórica em torno da identidade negra é realizada com base nos estudos Pós-Coloniais e autores nacionais atuais, sendo a identidade um elo entre todos os capítulos da pesquisa. Dentre os resultados, temos que, no Mato Grosso do Sul, as políticas públicas raciais ainda não fazem parte das agendas governamentais; a exceção das leis estaduais, o estado atua, principalmente, através de uma pseudo institucionalidade. Entidades do movimento negro até o presente, atuam de forma que não contribuem para uma relação mais democrática entre a sociedade civil e o Estado no Brasil que, diga-se de passagem, ainda sofre com uma forte personalização das relações entre movimento negro e setores do estado.

**Palavras-chave:** Mato Grosso do Sul. Identidade. Sociedade civil. Movimento negro. Políticas públicas.

RIBEIRO, Bruno de Oliveira. **O Mo(vi)mento negro no Mato Grosso do Sul: Identificações em curso.** 2013. 195 p. Defesa do mestrado em Ciências Sociais – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

### **ABSTRACT**

This research deals with the black movement of Mato Grosso do Sul in its interface with state sectors, in a forged path of public policies promoting racial equality. It aims to reconstruct the history of the black movement of Mato Grosso do Sul, as well as assess their participation in the construction of these public policies. The late twentieth century and early twenty-first century brought some changes in racial politics in Brazil, provided mainly by the introduction of affirmative action for blacks in higher education, making this period a time conducive to racial demands. These policies, guided by the black movement showed an increasing politicization of this cultural identity in Brazil. Nevertheless, the black movement via its institutionalization, still retains characteristics detrimental to the relationship between civil society and state in Brazil. In this sense, observing the lack of movement in Mato Grosso do Sul and its relationship with the state in the construction of racial policies, the purpose is to verify some peculiarities of this relationship that contribute to the analysis of contemporary Brazilian society. Data collection took place by means of literature, performing structured interviews, which were carried out primarily with militants, and participant observation in an institution linked to the black movement, the Institute Luther King. A theoretical discussion around the black identity is performed based on Postcolonial studies and current national authors, being identity a link between all chapters of the research. Among the results, we have that, in Mato Grosso do Sul, the racial policies are not yet part of the government agenda; except to state laws, the state operates mainly through pseudo institutions. Entities of the black movement still act in a way that don't contribute to a more democratic relationship between the state and civil society in Brazil, which allow us to say that still suffers from a strong personalization of relations between black movement and state sectors.

**Keywords:** Mato Grosso do Sul. Identity. Civil society. Black movement. Public policies

## LISTA DE FOTOS

<b>Foto 1</b> – Material de divulgação do processo seletivo de 2013 no ILK.....	130
<b>Foto 2</b> – Desfile de 26 de agosto de 2012 .....	133
<b>Foto 3</b> – Parte dos alunos do Curso de Capacitação em administração e políticas públicas de lideranças negras para promoção da igualdade racial em Mato Grosso do Sul - 2012.....	135
<b>Foto 4</b> – Entrega da Bolsa Daniel Reis a ex-aluno do ILK em 2010 .....	141
<b>Foto 5</b> – Reunião de troca de diretoria .....	145

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Distribuição da População Livre e Escravizada nas cidades de Corumbá, Santana do Paranaíba e Miranda. ....	60
<b>Gráfico 2</b> – Resultados de aprovação do ILK 2003-2011 .....	132

## LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

<b>ACP</b>	Sindicato Campo-Grandense dos Profissionais da Educação Pública
<b>AMAMSUL</b>	Associação dos Magistrados de Mato Grosso do Sul
<b>ARENA</b>	Aliança Renovadora Nacional
<b>ANC</b>	Assembleia Nacional Constituinte
<b>CAOC</b>	Coordenadoria de Apoio aos Órgãos Colegiados
<b>CAS-MS</b>	Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento ao Surdo
<b>CECAN</b>	Centro de Cultura e Arte Negra
<b>CEDINE</b>	Conselho Estadual dos Direitos do Negro
<b>CF</b>	Constituição Federal
<b>CLT</b>	Consolidação das Leis Trabalhistas
<b>CMDN</b>	Conselho Municipal dos Direitos do Negro
<b>CMAS</b>	Conselho Municipal de Assistência Social
<b>CNAB</b>	Congresso Nacional Afro-Brasileiro
<b>CPPIR-MS</b>	Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
<b>ENEM</b>	Exame Nacional do Ensino Médio
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>FASFIL</b>	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos
<b>FETEMS</b>	Federação dos Trabalhadores em Educação do Mato Grosso do Sul
<b>FHC</b>	Fernando Henrique Cardoso
<b>FMAS</b>	Fundo Municipal de Assistência Social
<b>FMIA</b>	Fundo Municipal para Infância e Adolescência de Campo Grande
<b>FNB</b>	Frente Negra Brasileira
<b>FORPEDER-MS</b>	Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial de Mato Grosso do Sul
<b>FUCMT</b>	Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso
<b>GRUPO TEZ</b>	Grupo Trabalho e Estudos Zumbi
<b>IHG-MS</b>	Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ICCAB</b>	Instituto Casa da Cultura Afro-Brasileira
<b>IES</b>	Instituições de Ensino Superior

<b>IESF</b>	Instituto de Ensino Superior da FUNLEC
<b>ILK</b>	Instituto Luther King
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>IMNEGRA</b>	Instituto da Mulher Negra do Pantanal
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>MNUCDR</b>	Movimento Negro Unificado Contra Discriminação Racial
<b>MNU</b>	Movimento Negro Unificado
<b>MS</b>	Mato Grosso do Sul
<b>OSCIP</b>	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PDT</b>	Partido Democrático Trabalhista
<b>PMDB</b>	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
<b>PP</b>	Partido Progressista
<b>PROUNI</b>	Programa Universidade Para Todos
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>RDH</b>	Relatórios de Desenvolvimento Humano
<b>SED-MS</b>	Secretária de Educação
<b>SETASS/MS</b>	Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária
<b>SINBA</b>	Sociedade de Intercambio Brasil-África
<b>SISU</b>	Sistema de Seleção Unificado
<b>STF</b>	Superior Tribunal Federal
<b>TECAM</b>	Associação Trabalho e Estudos da Cultura Afrodescendente em Movimento – José Mauro Messias da Silva
<b>TEM</b>	Teatro Experimental do Negro
<b>UCDB</b>	Universidade Católica Dom Bosco
<b>UEMS</b>	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
<b>UENF</b>	Universidade Estadual do Norte Fluminense
<b>UERJ</b>	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
<b>UFGD</b>	Universidade Federal da Grande Dourados
<b>UFMS</b>	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
<b>UNAES</b>	União da Associação Educacional Sul-Mato-Grossense
<b>UNEB</b>	Universidade Estadual da Bahia

**UNESCO**

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**UNIDERP**

Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal

## SUMÁRIO

### CAPÍTULO I

<b>1</b>	<b>QUESTÕES PRELIMINARES</b> .....	13
1.1	INTRODUÇÃO .....	13
1.2	METODOLOGIA.....	19
1.2.1	Tratamento dos Dados .....	23
1.3	ESTUDOS PÓS-COLONIAIS E IDENTIDADE.....	25
1.3.1	Questão Racial .....	35

### CAPÍTULO II

<b>2</b>	<b>MATO GROSSO (DO SUL): PRESENÇA NEGRA E IDENTIDADE REGIONAL</b> .....	46
2.1	O POVOAMENTO BRANCO NO MATO GROSSO.....	49
2.2	ESCRavidÃO NO SUL DE MATO GROSSO .....	52
2.3	GUERRA DO PARAGUAI (1864 – 1870): O REGIONAL E O RACIAL DO CONFLITO .....	61
2.4	O DIVISIONISMO E A DIVISÃO DO ESTADO .....	65
2.5	DO ESTADO MODELO A GOLPES POLÍTICOS.....	68
2.6	MATO GROSSO DO SUL: O FORJAR DE UMA IDENTIDADE REGIONAL .....	70

### CAPÍTULO III

<b>3</b>	<b>SOCIEDADE CIVIL E MOVIMENTO NEGRO: O CASO SUL-MATO-GROSSENSE</b> .....	79
3.1	UMA DIFERENCIAÇÃO ENTRE SOCIEDADE CIVIL E MOVIMENTO SOCIAL.....	79
3.1.2	Especificidades do Caso Brasileiro na Análise da Sociedade Civil.....	87
3.2	O PROCESSO DE (RE) CRIAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL PÓS-DITADURA .....	90
3.2.1	Aspectos do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil .....	95
3.3	SOCIEDADE CIVIL “NEGRA” SUL-MATO-GROSSENSE.....	100
3.4	INSTITUTO LUTHER KING: UMA ENTIDADE DE TERCEIRO SETOR.....	119

### CAPÍTULO IV

<b>4</b>	<b>POLÍTICAS PÚBLICAS RACIAIS NO MATO GROSSO DO SUL</b> .....	149
4.1	POR POLÍTICA PÚBLICA ENTENDEMOS:.....	150
4.2	CENÁRIO NACIONAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS RACIAIS .....	156

4.3	CENÁRIO SUL-MATO-GROSSENSE DAS PÚBLICAS RACIAIS.....	161
4.3.1	MS e Campo Grande: Plano de Promoção da Igualdade Racial.....	168
4.4	SOCIEDADE CIVIL “NEGRA” E O ESTADO NO MATO GROSSO DO SUL .....	171

## **CAPÍTULO V**

<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>179</b>
----------	-----------------------------------	------------

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>184</b>
--------------------------	------------

<b>ANEXOS .....</b>	<b>193</b>
---------------------	------------

<b>ANEXO A – Hino de Mato Grosso do Sul .....</b>	<b>194</b>
---	------------

<b>ANEXO B – Três Poemas de Lobivar Matos .....</b>	<b>195</b>
---	------------

<b>ANEXO C – Lista de Entidades do Movimento negro de MS .....</b>	<b>198</b>
--	------------

<b>ANEXO D – Ficha de inscrição do ILK .....</b>	<b>194</b>
--	------------

## CAPÍTULO I

### 1 QUESTÕES PRELIMINARES

Tolerar a existência do outro, e permitir que ele seja diferente, ainda é muito pouco. Quando se tolera, apenas se concede e essa não é uma relação de igualdade, mas de superioridade de um sobre o outro. Deveríamos criar uma relação entre as pessoas, da qual estivessem excluídas a tolerância e a intolerância (**José Saramago**).

Nossa luta hoje é no sentido de relacionar a pesquisa qualitativa às esperanças, às necessidades, aos objetivos e às promessas de uma sociedade democrática livre (**DENZIN; LINCOLN, 2006, p.17**).

#### 1.1 INTRODUÇÃO

A pesquisa intitulada “O Mo(vi)mento negro no Mato Grosso do Sul: Políticas de identidade” consiste em uma análise da sociedade civil negra sul-mato-grossense e mais propriamente, sua institucionalização através do estado, sobretudo, (por meio dos Conselhos e Fóruns) mas também, com a difusão de ONGs raciais. Utilizamos discursos sobre identidade e suas várias perspectivas nesse cenário político de pesquisa, que abrange questões raciais e políticas públicas estaduais. O principal objetivo é reconstruir parte da história do movimento negro sul-mato-grossense, e examinar sua participação na construção das políticas públicas raciais.

Por compreender as políticas de identidade racial de Mato Grosso do Sul (MS) como oriundas de um momento histórico favorável às construções dessas políticas públicas e, somada a atuação do movimento negro na região, entendemos que o neologismo do título traduz a relação entre movimento negro e o estado, no tocante às políticas raciais.

A partir da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, na África do Sul, no ano 2001, o Brasil assume, perante o mundo, que é racista e, também, estabelece compromissos políticos para combater o racismo e as desigualdades raciais do país. A partir deste momento, forçado pela ação do movimento negro, com cursos pré-vestibulares, denúncias públicas, passeatas e protestos, entre eles a Marcha Zumbi dos Palmares, realizada em Brasília, em 1995, o Estado adota um compromisso com a redução das desigualdades raciais, e as ações afirmativas tornam-se as medidas de maior visibilidade ao longo desse processo.

Os debates na esfera pública nacional, sobre a legitimidade e legalidade das ações afirmativas, perduraram dez anos entre as primeiras universidades que aderiram as ações afirmativas em seus vestibulares (2002) até a constitucionalidade garantida pelo Superior Tribunal Federal – STF (2012). Várias outras políticas e ações surgiram nesse entremeio.

No cenário nacional presenciamos a construção de políticas públicas raciais, e constantes protestos do movimento negro brasileiro, no entanto, o que vemos desse “movimento negro brasileiro” é mais uma representação situada quase sempre em cidades eixos como São Paulo e Rio de Janeiro. A ambição dessa pesquisa é focar, não no centro, mas em um estado – MS. Um estado marcado por suas características econômicas agroindustriais, e que possui a elite política também advinda desses estratos; estado que não passeia pelos cenários nacionais com a mesma facilidade, mas também construiu políticas públicas raciais.

O início de século XXI trouxe várias mudanças nas políticas raciais brasileiras, e não foi diferente no MS. É com relação a essas políticas públicas federais e estaduais que caracterizamos o “momento negro”, levando em conta que essa conjuntura deve ser aproveitada para suplementar a história e a identidade regional com a presença negra, político-social e culturalmente. Assim acredito estar colaborando nesse processo com essa dissertação.

Entendemos as políticas públicas estaduais como sendo, tanto fruto do “momento negro” (conjuntura nacional e internacional criada em fins do século XX e início do XXI), quanto do movimento negro sul-mato-grossense. Esta conexão também permite um elo permanente tanto entre o contexto regional, na esfera nacional, quanto internacional, devido aos efeitos da globalização.

Apesar de grandes pesquisas sobre sociedade civil (HABERMAS, 1997; COHEN e ARATO, 2000; SANTOS, 2008), e de análises da sociedade civil brasileira (AVRITZER, 2012; GOHN, 2011; NOGUEIRA, 2011), são necessárias pesquisas que tratem a relação de diferentes governos locais com a sociedade civil, ou seja, regionalizar as análises, para que se possa se aproximar melhor de formas práticas de interação entre sociedade civil e governos estaduais (ARATO, 1994).

O fato de a sociedade civil atuar na forma de terceiro setor opõem Habermas (1997) e Cohen e Arato (2000). O primeiro acredita que esta ação é prejudicial à sociedade civil, que tem como papel principal defender-se das lógicas sistêmicas do Estado e do Mercado. Já Cohen e Arato acreditam num certo potencial da sociedade civil nessa relação, crendo que ela possa se beneficiar na relação com ambos e criar receptores, tanto no Estado

quanto no Mercado, ou seja, ela tem um potencial ofensivo e não apenas de se defender. Atentos a essa tensão teórica, observamos a sociedade civil negra sul-mato-grossense, sobretudo o ILK.

Apesar da importância teórica da temática da sociedade civil no Brasil, a relevância deste estudo se assenta no fato de não haver nenhuma publicação que analise o movimento negro estadual especificamente, apesar de ser assunto marginal em algumas outras pesquisas. As políticas públicas de combate à desigualdade do MS permanecem sendo desconhecidas do público acadêmico, a exceção da política de ação afirmativa da UEMS (CORDEIRO, 2008). Mais do que isso, o papel do movimento negro na construção dessas políticas é uma incógnita.

Além da ausência de outras publicações, temos a oportunidade de olhar para este objeto e poder visualizar de que maneira os avanços proporcionados pelo movimento negro na esfera nacional refletem na relação entre sociedade civil negra e o estado, ou nas políticas públicas da esfera estadual. Ou seja, como o estado de MS absorve demandas oriundas, a princípio, da esfera nacional.

A pesquisa foi realizada através de entrevistas com militantes do estado e, de uma revisão bibliográfica onde, (re) traçamos aspectos da institucionalização da sociedade civil negra, a começar pela primeira instituição do movimento negro – o Grupo TEZ, seguido do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Negro (CEDINE) entre outras. Para uma maior profundidade da relação entre estado, município, movimento negro, bem como as inter-relações entre as instituições da sociedade civil que qualificamos de negra, optamos por fazer uma observação participante numa instituição que possui vínculo com movimento negro: Instituto Luther King – ILK. A pesquisa de campo foi realizada entre julho de 2012 e fevereiro de 2013; as entrevistas foram realizadas entre outubro de 2012 e março de 2013, sendo que em outubro realizamos uma entrevista teste com Aleixo Paraguassú Netto.

Desta maneira, destacamos que a pesquisa é de cunho qualitativo, baseada em entrevistas semiestruturadas e observação participante, com o intuito de verificar a relação entre movimento negro e estado sob o prisma do movimento negro. As entrevistas foram utilizadas, principalmente, para retomar aspectos históricos do movimento negro, suas primeiras instituições, e lideranças que atuaram em algum momento no governo local. A observação participante, centralizada no ILK, tinha como objetivo verificar as articulações de uma entidade de terceiro setor, que mantém laços ativos com movimento negro local.

Em um curto período de tempo foram realizadas as entrevistas, concomitantemente, eram feitas a observação participante no ILK e as transcrições das

entrevistas. O rico material das entrevistas é passível de novos estudos, principalmente devido seu uso limitado neste trabalho, enquanto que o ILK, no período de minha observação, estava passando por mudanças na diretoria da instituição, e acredito que os desdobramentos desse período de mudança poderão ser analisados futuramente, com uma nova observação.

O desenho desse projeto nasce após aprovação no mestrado (2011), uma vez que, o projeto aprovado, inicialmente, propunha uma discussão na esfera nacional das políticas públicas raciais no governo Lula. O fato do orientador, Flávio Braune Wiik, ter sugerido “estudar o movimento negro no MS”, muito me agradou, já que, possuía um contato com parte da militância negra no estado, e conhecimento de que não havia publicações em que essa temática fosse o objeto de pesquisa.

O fato de ser ex-aluno do ILK me auxiliou, e através dele participei do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Negro (CEDINE) e do Conselho Municipal dos Direitos do Negro (CMDN), um pouco mais de um ano no primeiro, e de seis meses no segundo, interrompidos pela aprovação no mestrado. Nesse período que abrange minha entrada no ILK (2006) e minha aprovação no mestrado (2011), participei dos Conselhos e de eventos promovidos tanto pelo movimento negro, quanto pela Universidade, que debatiam principalmente as ações afirmativas. Essas participações em eventos, nos Conselhos e Fóruns, me possibilitaram conhecer os principais militantes do movimento negro sul-mato-grossense, permitindo a adoção do recorte regional, e das técnicas de pesquisa selecionadas.

Foi realizado um novo projeto, visto que toda metodologia anterior, pautada basicamente em análise documental e de discursos políticos, não fazia jus à nova realidade a ser pesquisada. Logo, foram definidos tanto a observação participante, como as entrevistas semiestruturadas, somadas a uma revisão bibliográfica. Acreditamos que estas técnicas dariam conta de compor um cenário nacional e regional, mas também, uma maior profundidade na questão racial no MS.

É de recorte dessa pesquisa, o movimento negro urbano (excluindo assim, as políticas direcionadas aos quilombolas), entendendo as políticas públicas raciais, tanto fruto da relação entre sociedade civil negra sul-mato-grossense com estado, como também, desdobramentos do cenário nacional de avanço das políticas de promoção da igualdade racial.

A opção teórica se manteve. A escolha pelos Estudos Pós-Coloniais facilita por ser uma leitura teórica que já realizava antes do mestrado, além de proporcionar uma discussão arregimentada no conceito de identidade. Vários autores discutem identidade nos estudos pós-coloniais, e este aporte teórico permite que se possa questionar o lugar de enunciação dos discursos, as falas de identidades subalternas, e suas reivindicações por

reconhecimento e justiça social, criticando processos de formação de nações e a própria ciência de perfil eurocêntrico.

A identidade negra surge enquanto uma das problemáticas a serem enfrentadas. Nesse sentido, é tratada com especial atenção, sendo que este conceito atravessa todos os capítulos e de diversas formas. A identidade é discutida no seu sentido regional, como objeto e sujeito de narrativas históricas de MS; tratada em sua subjetividade política, principalmente, do período da “emergência heroica dos movimentos sociais” após a ditadura militar, e na sua ressemantização política feita pelo movimento negro; e por fim, é retomada em seus aspectos objetivos, como critério de seleção de políticas públicas raciais.

Visto que a identidade é encarada como sendo fluida e móvel, sempre circunstancial, ou seja, o contexto e as relações influenciam na maneira de se autoafirmar, nesse sentido a identidade negra deve ser encarada como uma identidade política (HALL, 2003; BHABHA, 2010; GILROY, 2001; MUNANGA, 2009), fato que atua na contramão dos critérios de seleção de políticas públicas de MS, que definem seus sujeitos de direito como sendo, os de fenótipo negro que assim se autodeclararem.

Observarmos ao longo da história brasileira que a identidade negra é constantemente submetida a discursos de degeneração, de branqueamento, de assimilação e de democracia racial. A partir, principalmente do movimento negro, que ressurgiu nos anos 1970, a identidade negra se fortalece e dentre tantas outras conquistas, consegue direcionar o Estado para as políticas afirmativas, que se tornam a principal resposta do Estado às demandas da identidade negra.

Desta maneira, dividimos em cinco capítulos a dissertação: O primeiro capítulo é formado pela introdução, metodologia e algumas considerações teóricas. Este capítulo traça os meandros de como a pesquisa foi realizada, com quais pressupostos teóricos e metodológicos. Neste capítulo apresentamos o local de fala do pesquisador, com quem se realizou os diálogos (teóricos e transcritos), além de apresentar ao leitor a pesquisa.

No segundo capítulo, optamos por traçar fatos da história regional que ajudam a compor tanto aspectos da presença negra no MS, quanto à construção da sua identidade estadual, numa tentativa de mostrar o lugar do negro na historiografia e na identidade regional, na fabricação do regionalismo. Aprendemos muito na elaboração desse capítulo, principalmente quanto aos resquícios da escravidão no então, sul de Mato Grosso. Dizemos que a pergunta que move este capítulo seria: De que maneira a identidade negra se insere na construção da identidade regional? Entendendo a identidade regional, apenas em sua feição política, como um essencialismo artificial forjado, melhor compreendido na

intervenção do estado ou, de um grupo ligado a elite regional, com intuito de criar uma identidade sul-mato-grossense (COSTA, 2006, DAMATTA, 2004).

No terceiro capítulo, optamos por trazer o movimento negro para o centro do debate, com uma discussão teórica que justifique a opção pelo conceito de sociedade civil em detrimento do conceito de movimento social, mesmo que ainda mantendo a utilização do conceito “movimento negro”. Movimento negro, além de ser um conceito analítico também é um conceito nativo, e representa toda uma articulação de instituições e discursos, e atualmente, é mais bem explicado conceitualmente por sociedade civil.

Ainda no terceiro capítulo são apresentados os dados recolhidos durante a pesquisa de campo. Eles expõem a institucionalização do movimento negro, a criação das primeiras instituições, mas também trazem dados da observação participante no Instituto Luther King. Estes colaboraram de maneira ímpar para o entendimento das articulações entre as entidades do movimento negro com o poder público e privado, uma vez que o ILK é uma instituição de terceiro setor.

O quarto capítulo, tem como foco as políticas públicas de recorte racial do estado, como ocorreu à construção e, conseqüentemente a implementação dessas políticas. Tentamos demonstrar como os planos de intervenção são edificados e abandonados pelo poder público, tornando assim, a lei, a única garantia de continuidade de política pública racial, já que, as demais alternativas, o estado simplesmente cumpre de maneira muito precária. E ainda, podemos observar de que maneira se articula as entidades do movimento negro sul-mato-grossense por essas demandas específicas.

O quinto capítulo são as considerações finais, uma retomada dos capítulos anteriores com um alinhamento entre teoria e realidade, no que se trata da relação da sociedade civil negra e o estado sul-mato-grossense, apesar dos negros fazerem parte do esquecimento imperativo na construção da regionalidade. Ao longo do trabalho utilizamos “estado” para representar a unidade federativa, quase sempre MS, e utilizamos “Estado” para nos referir ao conjunto da organização superestrutural da sociedade.

A problemática da dissertação como se nota, é com relação à questão racial no cenário regional, ou seja, como o negro, o movimento negro e as políticas públicas regionais se arranjam em suas relações recíprocas, mas também em relação ao estado. Minha interrogação, a questão central que orienta essa dissertação, consiste em averiguar de que maneira o estado de MS travou seu debate identitário em torno das políticas públicas de identidade racial?

Sustentamos esta dissertação com base em processos bem mais amplos que as políticas públicas raciais sul-mato-grossenses, visto que, esta é parte de um processo nacional de mudança no padrão de relações raciais e, de (re)posicionamento do Estado brasileiro, que assume desde o segundo mandato FHC, por pressões advindas do movimento negro, que o racismo e a desigualdade racial são marcantes nas relações sociais no Brasil. No governo Lula, por sua vez, ocorreu a implementação de várias medidas de combate a desigualdade racial. Sendo assim, esta pesquisa se insere no âmbito das mudanças sociais com relação à questão racial brasileira.

Analizando essas políticas e suas construções, pretendemos traçar aspectos da relação entre sociedade civil negra e o estado no MS, ambos cercados de particularidades, mas também, com vários aspectos, principalmente da cultura política brasileira. Dessa maneira, acreditamos que essa pesquisa contribui para que futuros pesquisadores possam comparar a maneira como o movimento negro de MS atuou no estado, mas também, para uma sistematização maior da história do movimento negro sul-mato-grossense.

## 1.2 METODOLOGIA

Esta pesquisa é qualitativa e parte de uma análise sobre a sociedade civil organizada em torno da questão racial no estado de MS, e sua participação política pela implementação de políticas públicas estaduais com recorte racial, entre os anos de 2003 e 2012.

A pesquisa qualitativa “*é uma atividade situada, que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo*” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p.17). A torna multifacetada e perpassa por vários paradigmas teóricos, sendo assim o ato da pesquisa qualitativa deve ser interpretado, como algo multicultural, marcado pelo gênero da pesquisa. Mas de maneira genérica pode-se definir pesquisa qualitativa da seguinte maneira:

[...] a pesquisa qualitativa na sociologia e na antropologia “nasceu de uma preocupação em entender o ‘outro’”. Além do mais, esse outro era o outro exótico, uma pessoa primitiva, não-branca, proveniente de uma cultura estrangeira considerada menos civilizada do que a cultura do pesquisador. É claro que, muito antes dos antropólogos já haviam colonialistas. No entanto, não fosse por essa mentalidade investigativa que transformou a figura do outro de pele escura no objeto do olhar etnográfico, não haveria uma história colonial, e, agora, nem uma história pós-colonial (DENZIN; LINCOLN, 2006, p.15).

A pesquisa foi realizada com uma somatória das técnicas de pesquisa qualitativa: observação participante, revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturada com alguns sujeitos sociais, principalmente, do movimento negro. A observação participante foi realizada no interior do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Negro (CEDINE), outras atividades realizadas durante julho de 2012 e abril de 2013<sup>1</sup> também foram frequentadas, mas principalmente no Instituto Luther King (ILK).

O ILK foi escolhido para ser observado/descrito, com maior proximidade, com intuito de verificar a inter-relação dessa entidade com a demanda do movimento social, assim como a relação de parcerias entre estado, município, entidades, conselhos participativo, e iniciativa privada, de modo geral, suas articulações mais que seu interior. Uma descrição foi realizada, uma vez que esta é uma das instituições de MS que atingem um maior número de pessoas com suas atividades, sendo o curso pré-vestibular noturno para população carente da cidade de Campo Grande, a principal delas.

A observação participante de acordo com Gil (2011), enquanto método possibilita duas formas distintas de inserção: a “natural”, quando o investigador pertence ao mesmo grupo ou comunidade que investiga; e “artificial”, quando o investigador se integra ao grupo ou comunidade para realizar a investigação (p.103). Seguindo essa diferenciação efetivada pelo autor, esta pesquisa se enquadra no primeiro exemplo, haja vista que eu fui aluno do ILK no ano de 2006, e não me afastei da instituição desde então, principalmente devido minha aproximação do debate sobre a questão racial no estado.

Foram realizadas entrevistas com roteiro semiestruturado com militantes do movimento negro, e com o deputado Amarildo Cruz, sendo que todas essas pessoas já me conheciam antes da solicitação de entrevista, a exceção é o deputado. Foram entrevistados: Dr. Aleixo Paraguassú, Vania Lucia B. Duarte, Dra. Raimunda Luzia de Brito, Lucimar Rosa Dias, Ana Lúcia Sena, Ben-Hur Ferreira e Deputado Estadual Amarildo Cruz.

Dr. Aleixo Paraguassú foi fundador e ex-presidente do ILK, juiz aposentado e um dos militantes de maior respeito no estado; Raimunda Luzia de Brito, atualmente é Coordenadora da CPPIR-MS e possui uma história de vida que se confunde com militância racial e pela mulher no estado, é professora aposentada, além de advogada e assistente social; Lucimar Rosa Dias, foi a primeira coordenadora da CPPIR-MS, teve um papel fundamental em sua criação e foi a principal articuladora política de assuntos raciais no primeiro governo

---

<sup>1</sup> Foram realizados os Jogos Municipais da População Negra, desfile de 26 de agosto, em comemoração ao aniversário da capital, o Seminário África em sala de aula realizado na FETEMS com participação do CEDINE. Concurso Beleza Negra de Campo Grande.

de Zeca do PT (1999-2003); Ana Sena coordenou a CPPIR-MS no segundo mandato Zeca do PT (2004-2007), além de ser a primeira presidente do Fórum das Entidades do Movimento Negro de MS (2004); a Vania L. B. Duarte participou da segunda gestão da CPPIR e é a atual presidente do Fórum das Entidades do Movimento Negro de MS, moradora da Comunidade Tia Eva, da qual é presidente da associação de moradores; Ben-Hur Ferreira é um dos fundadores do Grupo Tez, foi vereador eleito em 1992, e deputado estadual em 1994 e, por fim, deputado federal (1999-2003) pelo PT, além de ser o autor da lei 10.639/2003; Amarildo Cruz é deputado estadual também pelo PT (2007-2010), é autor de uma lei de cotas para o acesso ao serviço público estadual, é o único parlamentar que propõe debater temáticas raciais na assembleia parlamentar do estado.

A entrevista, enquanto técnica de coleta de dados visou “*compreender o significado que entrevistados atribuem a questões e situações*”. A entrevista pautou-se em um roteiro semiestruturado, e com várias mudanças de acordo com o perfil ou função do entrevistado, assim como permite este tipo de entrevista que “*é conduzida com uso de um roteiro, mas com liberdade de serem acrescentadas novas questões pelo entrevistador*” (MARTINS; THEÓPLILO, 2009).

As entrevistas foram realizadas entre outubro de 2012 e janeiro de 2013, no período posterior a eleições municipais, que envolveu parte da militância negra do estado, fato este, que dificultou que as entrevistas pudessem ser realizadas antes. Apesar de quase todos serem militantes, maior parte deles assumiu funções públicas, principalmente durante o mandato do PT no governo do estado.

O texto de Roberto Cardoso de Oliveira (2000) foi um importante guia para a construção dos dados etnográficos, que apesar da aparente facilidade com que ele apresenta a pesquisa, também nos convida para a difícil tarefa de estranhar o próximo. Fazer cadernos de campo após conversas aparentemente despretensiosas não é algo habitual, da mesma maneira, é o fato de estar no ILK como pesquisador<sup>2</sup>, tanto que, nas ocasiões em que, por algum motivo, era necessário me apresentar a alguém externo a instituição, em momento algum me apresentava como pesquisador, sempre como ex-aluno. Acredito que essa seja a minha identidade, atribuída por eles, mas também por mim, naquele ambiente.

Oliveira (2000) divide o trabalho antropológico em três partes amplamente conectadas: Olhar, ouvir e escrever, onde olhar e ouvir faz parte da apreensão da realidade, sua percepção empírica o “*estar lá*”, enquanto o escrever, o “*estar aqui*”, no gabinete é, o

---

<sup>2</sup> Meu estágio obrigatório do curso de Ciências Sociais e minha monografia se desenvolveram no ILK, e tendo-o como objeto de investigação.

momento da interpretação da cultura nativa, sempre entrelaçado com que se olhou, e ao que se ouviu no campo, ou seja, aos dados.

A observação participante, parte primordial do fazer antropológico, trouxe-me uma grande preocupação. Um pensamento sempre me vinha em mente nas anotações do trabalho de campo, qual seja, até onde, o que vejo, é o que eu quero ver? Ou seja, meu histórico de ex-aluno e de militante do movimento negro interfere muito na coleta dos dados, como defendeu Ruth Cardoso (1986).

A identificação com os propósitos políticos dificulta um dos passos importantes da observação participante que é o estranhamento como forma de conhecer. E transforma o pesquisador em porta-voz do grupo (CARDOSO, 1986, p.100).

A aproximação dos sujeitos com os objetos de investigação interfere, com certeza, nos dados coletados, assim como o engajamento reflete de certa maneira na metodologia<sup>3</sup>. No caso desta pesquisa, a opção pelas entrevistas, junto com a observação participante, foi em muito, devido meu engajamento político entre alguns militantes do movimento negro sul-mato-grossense, que fez com que se acreditasse ser possível entrevistar importantes personagens envolvidos na questão racial local.

De toda maneira, toda interpretação não é nada mais, nem nada menos do que uma interpretação então, esta pesquisa nasce de um compromisso político pessoal de defesa da igualdade racial, e de um cuidado metodológico na análise dos dados etnográficos, que em nenhum momento se ambicionou enquanto neutra, apesar de reconhecer as dificuldades do estranhamento.

A pesquisa bibliográfica foi realizada principalmente em sítios como *Scielo* e *Domínio Público* e outros bancos de teses e dissertações. Grande parte dos resultados desaguou em ações afirmativas em universidades, ou políticas públicas ligadas a saneamento, saúde, educação, assistência social entre outras, poucos resultados sobre políticas públicas raciais. A literatura específica sobre MS quase sempre é encontrada nos programas de pós-graduação do estado, ou pelos pesquisadores que possuíam uma trajetória de militância.

Os dados bibliográficos da produção regional, em torno do movimento negro, alguns se inscrevem no âmbito do paradigma do materialismo histórico dialético, estes da educação (CONCEIÇÃO, 2003; MORAES, 2009), sendo Borges (2008) da educação, mas desvinculada do materialismo histórico dialético, e as outras pesquisas são das Ciências

---

<sup>3</sup> A mesma postura que estamos apresentando metodologicamente, apresentamos nas considerações teóricas.

Sociais, as de Santos (2005), Sena (2011) e a tese de Santos (2010), única em Antropologia e a de maior incidência no movimento negro sul-mato-grossense. Outros trabalhos são realizados em torno da questão racial, no entanto, sem debater o movimento negro<sup>4</sup>.

Metodologicamente a opção nessa pesquisa é de situar o lugar social de onde fala este intérprete, próximo à militância racial no estado, como ex-aluno do ILK, mas também pesquisador. Como se pode observar, o ILK me propiciou uma aproximação com militantes do movimento negro, e experiências anteriores de pesquisa, e novas questões surgiram: qual a contribuição do ILK na construção da identidade negra de seus alunos? Qual a relação entre o ILK e o movimento negro? E que espécie de interdependência pode-se traçar da relação tríplice entre movimento negro, ILK e estado? Nem todas as perguntas situam-se nesse trabalho, muito menos as respostas.

### 1.2.1 Tratamento dos Dados

As entrevistas foram todas transcritas, e posteriormente em uma releitura, partes importantes foram selecionadas para facilitar no momento da escrita. A princípio, temáticas como: Nascimento do movimento negro, nascimento de outras instituições, CEDINE e Fórum enquanto espaços de representação, CPPIR-MS e políticas públicas raciais do estado foram as mais destacadas. Estes dados apareceram de maneira mais direta nos subitens 2.3 e 2.4.

Várias outras temáticas surgem em torno das entrevistas, em destaque, a relação partidária<sup>5</sup>, comunidades negras urbanas e rurais<sup>6</sup> e seus festejos<sup>7</sup>, assim como eventos realizados pelo próprio movimento negro regional<sup>8</sup>. Essa é uma das riquezas da entrevista, fornece muitos dados para futuras pesquisas.

Os dados etnográficos também trazem uma série de informações que não cabem no recorte da pesquisa, sempre abrindo temas para próximos trabalhos. Retornando ao “*olhar etnográfico*” (OLIVEIRA, 2000), é necessário contextualiza-lo<sup>9</sup>, muito brevemente já

<sup>4</sup> Trabalhos como de Dias (2007; 1997), Brito (2001), Moura (2008), Brazil (2002), Marques (2010; 2004), Silva (2003) entre outros trabalhos.

<sup>5</sup> Atualmente os partidos: PT, PMDB e PDT possuem um espaço específico para o debate sobre as questões raciais.

<sup>6</sup> Atualmente Mato Grosso do Sul possui 16 Comunidades negras rurais, a pesquisa de maior fôlego foi realizada por Santos (2010), uma tese de doutorado em Antropologia.

<sup>7</sup> A festa mais conhecida é da Comunidade Tia Eva, em Campo Grande, a Festa de São Benedito em 2013, estará em sua 94ª edição.

<sup>8</sup> Dentre os eventos destacam-se o desfile de 26 de agosto, os jogos Municipais e o concurso Beleza Negra, ambos realizados em novembro.

<sup>9</sup> Ver Peirano (1999); Carvalho (2001).

que outros autores de maior competência já fizeram. O olhar etnográfico segundo Carvalho (2001):

[...] foi resultado de um descentramento ocorrido no interior da visão de mundo ocidental [...] um dos efeitos epistemológicos de consequências políticas mais profundas desse descentramento foi a separação dos olhares dos dois sujeitos construídos pela disciplina: o do etnógrafo (o civilizado) e o do nativo por ele olhado (o primitivo), cujas naturezas pareciam, na perspectiva de quem olhava, intercambiáveis analiticamente, ao mesmo tempo que existencialmente incomensuráveis. [...] Muito mais tarde, com a crescente politização da disciplina a partir das lutas anti-imperialistas e pós-coloniais, pôde ser sustentado o argumento de que o nativo constrói sua alteridade segundo o modo em que retruca, de um lugar subalterno, o olhar do colonizador sobre si (CARVALHO, 2001, p.110-111).

O olhar etnográfico entre estes dois polos citados, apresentam uma vastidão de embates, uma vez que traz à tona o debate sobre a própria razão de ser da antropologia enquanto ciência. As formas de resistência nativa, e os processos de ressignificação que os subalternos realizam faz parte desse novo modelo de olhar antropológico pós-colonial, que almeja dar visibilidade a histórias pós-coloniais, visando um “*deslocamento do lócus da enunciação*” (CARVALHO, 2001), ou como Homi Bhabha (2010) define: “*elas formulam suas revisões críticas em torno de questões de diferença cultural, autoridade social e discriminação política a fim de revelar os momentos antagônicos e ambivalentes no interior das “racionalizações” da modernidade*” (p.239).

Foi com a intenção de buscar esse olhar (que também é ouvir, visto que ambos compreendem o processo de apreensão da realidade existente), esta é a lente pela qual propomos enxergar as relações assimétricas de poder que envolvem movimento negro e o estado do MS. O “escrever” buscou relacionar os dados empíricos com fenômenos maiores, como a institucionalização, a difusão do terceiro setor, a demanda por políticas públicas específicas, principalmente de ação afirmativa, pelo movimento negro no Brasil.

Durante o segundo semestre de 2012, concomitante ao agendamento e a realização de novas entrevistas foram realizadas as transcrições das que já tinham sido realizadas. Leituras mais centradas na metodologia e nas especificidades regionais se concentraram nesse período. No mínimo uma vez por semana, frequentava o ILK, ajudando em pequenos serviços, e dialogando quase sempre com a coordenação pedagógica, mas também com os demais funcionários e membros da diretoria quando possível.

Os dados etnográficos foram lidos e relidos, a partir das anotações do caderno de campo, mas também de documentos, atas e relatórios institucionais que são apresentados no capítulo III. Os eventos não são abordados na pesquisa, no entanto, eles são a

celebração de um trabalho, visto que é o resultado, como no caso dos Jogos da população negra, organizado pelo CMDN. Ou são de articulação política, como no caso de um evento realizado com e na FETEMS, no qual selou uma parceria para discussão da lei 10.639/2003 nas escolas do estado. A festa de São Benedito, da Comunidade Tia Eva, é basicamente cultural, mas é diferente dos eventos, que são efêmeros.

As entrevistas transcritas e os dados etnográficos tiveram que ser costurados com a teoria dos estudos pós-coloniais e das relações raciais brasileiras com o recorte específico dessa pesquisa. Esta aproximação contribui com uma discussão teórica sobre os movimentos sociais e a sociedade civil na contemporaneidade.

A somatória dessas técnicas de pesquisas é uma tentativa de compreensão do fenômeno estudado com maior profundidade, apesar da realidade objetiva nunca poder ser captada. Como defendem Denzin e Lincoln (2006):

A melhor maneira então de compreendermos a combinação de uma multiplicidade de práticas metodológicas, materiais empíricos, perspectivas e observadores em um único estudo é como uma estratégia que acrescenta rigor, fôlego, complexidade, riqueza e profundidade a qualquer investigação (DENZIN; LINCOLN, 2006, p.19).

Dessa maneira, espera-se atingir, tanto a profundidade desejada, através das fontes, leituras e recursos metodológicos; mas também, (re) traçar um panorama regional da “questão racial”. A realidade é um fenômeno inatingível em sua completude, o que nos obriga a traçar recortes e, nesse sentido, optamos por trabalhar a sociedade civil negra no MS e algumas implicações na política local, sobre a forma de políticas públicas raciais.

### 1.3. ESTUDOS PÓS-COLONIAIS E IDENTIDADE

A opção pelos Estudos Pós-Coloniais como teoria é por compreender a importância do período colonial na formação nacional, compreender a raça e, por conseguinte, o negro como parte da modernidade. E propor uma reconfiguração do lugar de enunciação, construí-lo enquanto espaço híbrido, lugar de fala de grupos subalternos também. A proposta política de combate e desconstrução dos essencialismos raciais é fundamental para que ocorram mudanças nos parâmetros de relações raciais no Brasil.

Tal linha teórica desloca a centralidade de categorias tradicionais como classe e trabalho, e introduz raça, sexualidade, linguagem como figuras centrais. Critica o conceito de diversidade pelo seu limite, que mantém intactos valores, interesses e normas

etnocêntricas permitindo apenas uma tolerância, o que não é suficiente. Em contrapartida, oferece e debate em torno do conceito de diferença, e ao invés de identidade, prefere identificações, devido seu caráter incerto, circunstancial.

A diferença é construída no processo mesmo de sua manifestação, ela não é uma entidade ou expressão de um estoque cultural acumulado, é um fluxo de representações, articuladas *ad hoc*, nas entrelinhas das identidades externas totalizantes e essencialistas – a nação, a classe operária, os negros, os migrantes, etc. (COSTA, 2006, p.92).

Os Estudos Pós-Coloniais não possuem necessariamente uma matriz única, sendo muito fortemente ligado aos Estudos Culturais, e este, tem seu nascimento normalmente vinculado à publicação em 1978, de *Orientalismo* de Edward W. Said, este é uma referência aos Estudos Pós-Coloniais, enquanto o outro impulso é com *Between Men* de Eve K. Sedgwick em 1985, este vinculado à Teoria Queer. Tanto os estudos pós-coloniais quanto a teoria queer possuem laços de nascimento com os estudos culturais.

[...] é retomada por meio da desnaturalização das narrativas de origem, das idéias de lar e nação, de forma que a diáspora deixa de ser compreendida como dispersão étnica e filiação, mas em termos de “abjeção” (queerness), afiliação e contingência (MISKOLCI, 2009, p.13).

Os Estudos Culturais começaram a tomar forma com a criação do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos, na Universidade de Birmingham, em 1964. Este espaço surge sem uma definição teórica, a priori, e sofreu influências das mais diversas: Michel Foucault, da escola de Frankfurt, Antonio Gramsci, Althusser e os aspectos interacionistas e culturalistas da sociologia tradicional e da Antropologia. Stuart Hall acredita que os Estudos Culturais: “*força-nos a repensar radicalmente a centralidade do “cultural” e a articulação entre os fatores materiais e culturais ou simbólicos na análise social. Este é o ponto de referência intelectual a partir do qual os Estudos Culturais se lançaram*”. (HALL, 1997, p. 12).

Os estudos Pós-Coloniais, autonomiza-se dos Estudos Culturais, assim como a Teoria Queer, e não possuem de fato uma matriz teórica única, tendo distintas contribuições, mas buscando através do “*método da desconstrução dos essencialismos, uma referência epistemológica crítica às concepções dominantes de modernidade* (COSTA, 2006, p.83).” A principal crítica com relação ao processo de construção do conhecimento científico, é justamente que, ao manter modelos e conteúdos ainda vinculados aos padrões europeus,

estaríamos reproduzindo, de novas maneiras, a relação colonial, uma vez que os parâmetros utilizados ainda consideram a Europa como centro, ou como ponto lógico de comparação com o resto do mundo não ocidental.

Sérgio Costa (2006) aponta que os estudos pós-coloniais acabam considerando três blocos interligados de questões: “*a crítica ao modernismo, enquanto teologia da história, a busca de um lugar de enunciação “híbrido” pós-colonial, a crítica à concepção de sujeito das ciências sociais* (p.85)”. Metodologicamente busca-se compreender a dominação local e produzir resistências.

Os paradigmas dos estudos culturais e da teoria *queer* empregam os métodos todos estrategicamente – ou seja, como recursos para compreender as estruturas locais de dominação e para produzir resistências a estas [...] o foco está no modo como a raça, a classe e o gênero são produzidos e representados em situações historicamente específicas (DENZIN; LINCOLN, 2006, p.36).

A desconstrução da polaridade *West/Rest*, significa de maneira simplista, o Ocidente e o resto do mundo, seria um eixo comum que liga os autores pós-coloniais. Essa polaridade, mais do que os binarismos das ciências sociais, é historicamente constituída no âmbito da relação colonial, e se mantém, mesmo com o fim do colonialismo, como forma de produção do conhecimento e da intervenção política principalmente, aplicados a questões de raça, classe e gênero (COSTA, 2006).

Ao tentar responder algumas críticas sofridas através do conceito “*pós-colonial*”, Stuart Hall (2003) defende que o conceito em sua abstração, pode ser “*adequadamente universalizante*”. Justifica-se, pois, “*O termo se refere ao processo geral de descolonização que, tal como a própria colonização, marcou com igual intensidade as sociedades colonizadoras e colonizadas (de formas distintas, é claro)* (p.108)”. Ele defende que o processo marcou profundamente ambas as sociedades envolvidas no processo de colonização, deixando inscritos alguns papéis e representações na cultura de colonizadores e colonizadas.

Hall (2003) segue no argumento e afirma que o pós-colonial não se restringe a uma época, ou na descrição de uma sociedade. Ele liga seu conceito ao de diáspora de Paul Gilroy (2001), para demonstrar o potencial de desconstrução frente às grandes narrativas, como a de construção da nação:

Ele rele a colonização como parte de um processo global essencialmente transnacional e transcultural – e produz uma reescrita descentrada, diaspórica ou “global” das grandes narrativas imperiais do passado, centradas na nação (HALL, 2003, p.109).

Paul Gilroy (2001) utiliza a palavra diáspora no mesmo sentido empregado no caso dos judeus, associado à ideia de “*dispersão, exílio e escravidão*”. Relembrando que o emprego contemporâneo, durante final do século XIX, teve sua origem no sionismo e no pensamento nacionalista negro, onde temas como fuga, sofrimento, tradição, memória passam a ter novos significados na modernidade. Gilroy defende que seu conceito de diáspora contribui para criticar a modernidade, e a imagem do navio no atlântico negro é a representação da ideia de diáspora. Sérgio Costa (2006) descreve essa relação na obra autor:

[...] o Atlântico Negro corresponde a uma dimensão esquecida da modernidade e a escravidão, uma filha bastarda que a história moderna sempre procurou esconder. A reconstrução da história da diáspora africana implica mais que estender e aprofundar os direitos e possibilidades de participação dos descendentes de escravos no marco da política contemporânea e no âmbito da esfera pública burguesa [...] trata-se de colocar em discussão o próprio processo de construção da política moderna enquanto espaço privilegiado de representação dos interesses e das visões de mundo do homem branco (COSTA, 2006, p.117).

Contribuindo com a afirmação de Costa (2006), Homi Bhabha (2010) afirma que um dos objetivos dos estudos pós-coloniais é o de “*reconstituir o discurso da diferença cultural*”, fato este que, demanda uma “*rearticulação do “signo” no qual se possam inscrever identidades culturais*” (BHABHA, 2010, p.240). Traça importantes ligações entre identidade cultural e identidade política.

A perspectiva pós-colonial nos força a repensar as profundas limitações de uma noção “liberal” consensual e conluiada de comunidade cultural. Ela insiste que a identidade cultural e a identidade política são construídas através de um processo de alteridade (BHABHA, 2010, p.244).

A identidade, enquanto questão sociológica é, parte de mudanças maiores que ocorre na sociedade que abalam o quadro de referência em que se assentavam os indivíduos no mundo. As identidades estão sendo descentradas, deslocadas ou fragmentadas ao ponto de se afirmar que o sujeito pós-moderno, o atual, não possui identidade permanente ou essencial. É uma “*celebração móvel*”, o “*sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos*” (HALL, 2005). Bhabha (2010) aponta que o sujeito passa a ter maior

conscientização de sua posição com o recuo das particularidades de classe no mundo moderno.

O afastamento das singularidades de “classe” ou “gênero” como categorias conceituais e organizacionais básicas resultou em uma consciência das posições do sujeito – de raça, gênero, geração, local institucional, localidade geopolítica, orientação sexual – que habitam qualquer pretensão à identidade no mundo moderno (BHABHA, 2010, p. 19-20).

A identidade é tratada como uma construção dialógica ao menos desde Fredrick Barth (1998) que, ao analisar sobre identidade étnica<sup>10</sup>, ou melhor, grupos étnicos, afirmou que eles não podem ser vistos como um suporte de uma cultura específica (BARTH, 1998). Em Stuart Hall, o sujeito moderno possui uma identidade fragmentada e/ou composta por várias identidades, que seriam temporárias, sendo assim a “*identidade é um lugar que se assume, uma costura de posição e contexto, e não é uma essência ou substância a ser examinada*” (HALL, 2003: p.15).

Quanto às nações, Hall (2003) afirma que todas são híbridos culturais, e os indivíduos portadores de múltiplas identidades, que geram consequências políticas. A “brasilidade” tem em si a discussão de híbridos culturais devido a sua formação social diversificada, sintetizada em identidade nacional a partir da década de 1930, com a celebração da democracia racial<sup>11</sup> expressa pelo Estado e propalada com sucesso para o mundo até os anos de 1950.

Portanto, nos espaços de formação da identidade, nos interstícios, nos “*entre - lugares*”<sup>12</sup> (BHABHA, 2010) é possível que novas identidades manifestem-se, sumam, ou se reconfigurem, pois, elas são negociáveis nesses espaços, são circunstanciais e não fixas. O aspecto relacional dos “entre lugares”, ou “entremeios”, presentes em Bhabha (2010) e Brah (2006) articula-se discursivamente com identidade.

<sup>10</sup> Barth (1998) já apontava que um grupo étnico não deve ser visto como suporte de uma cultura específica, defendendo que não são as diferenças objetivas determinantes do pertencimento a certo grupo, mas sim, o que o grupo considera socialmente relevante como critério de pertencimento.

<sup>11</sup> Segundo Antônio Sérgio Guimarães, esse termo passou a ser utilizado na literatura acadêmica pela primeira vez por Charles Wagley em 1952, porém existem registros sobre sua utilização por Arthur Ramos e Roger Bastide já durante os anos 40 do século XX (GUIMARÃES, 2002,139).

<sup>12</sup> De acordo com Bhabha (2006), “*é na emergência dos interstícios – a sobreposição e o deslocamento de domínios da diferença – que as experiências intersubjetivas e coletivas de nação, o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados. De modo que se formam sujeitos nos “entre - lugares”, nos excedentes das somas das “partes” da diferença*” (p.20).

Identities são inscritas através de experiências culturalmente construídas em relações sociais. [...] As identidades são marcadas pela multiplicidade de posições de sujeito que constituem o sujeito. Portanto, a identidade não é fixa nem singular; ela é uma multiplicidade relacional em constante mudança (BRAH, 2006, p.371).

Para expor futuros desdobramentos do conceito de identidade que se sedimenta em: identidade regional; identidade nacional e identidade negra e no decorrer deste trabalho utilizamos, uma distinção entre identidade objetiva, marcada por características culturais, linguísticas, da música e literatura entre outras; e a identidade subjetiva, esta é a maneira pela qual os grupos se definem e/ou é definido pelos “outros” (MUNANGA, 2009, p.11).

Ambos os lados da distinção feita trazem uma carga política, nesse sentido, percebemos que ao tratar a identidade regional, os interesses políticos matizaram o processo de construção da identidade sul-mato-grossense, desde os anseios divisionistas até a valorização do pantanal e da natureza como símbolo regional. Quanto à identidade subjetiva, verificamos que a identidade negra, nas políticas públicas de MS, traz como sinal diacrítico o fenótipo, ou seja, a dificuldade de materializar a identidade subjetiva é reconhecida nessas políticas, e é reflexo do pensamento do movimento negro estadual.

Considerando que o processo de construção da identidade nasce da constatação da alteridade, ou melhor, a partir da tomada de consciência das diferenças entre “nós” e os “outros”<sup>13</sup>, podemos concluir que o grau dessa consciência é diferente, tão quanto aos contextos socioculturais vivenciados pelos negros. Assim sendo, de maneira alguma é correto afirmar que os 49% de negros de MS, possui a mesma consciência política que a comunidade politizada de militantes do movimento negro local.

Poder-se-á dizer, em última instância, que a identidade de um grupo funciona como uma ideologia na medida em que permite a seus membros se definir em contraposição aos membros de outros grupos para reforçar a solidariedade existente entre eles, visando a conservação do grupo como entidade distinta. Mas pode também haver manipulação da consciência identitária por uma ideologia dominante quando considera a busca da identidade como um desejo separatista. Essa manipulação pode tomar a direção de uma folclorização pigmentada despojada de reivindicação política (MUNANGA, 2009, p.13).

---

<sup>13</sup> É importante não esquecer que algumas diferenças acarretam em desigualdades ou exclusão, quando não os dois (SANTOS, 1999).

A citação acima de Munanga (2009) reflete bem a maneira com a qual utilizamos o conceito de identidade no interior da pesquisa, de um lado, a maneira como a identidade regional e nacional foi construída com a manipulação de signos e símbolos; por outro lado, a identidade negra em contraste com a branquitude<sup>14</sup>, tenta calcificar uma solidariedade racial entre os negros. A manipulação de símbolos e signos, com uma finalidade específica em cada caso realça o caráter contrastivo e relacional da identidade e isso é visível no Mato Grosso do Sul. Consideramos a identidade regional da seguinte maneira:

Sabemos que a dialética entre nacional e o regional e, com ela, a emergência da forma da identidade que chamamos de “regional”, é agenciada por disputas políticas – não apenas no sentido em que a disputa faça surgir a identidade, mas também quando a identidade é acionada, burilada e percebida dentro de uma questão com consequências práticas e concretas (DAMATTA, 2004, p.25).

DaMatta (2004) trata de um regionalismo político, aquele que aponta para algumas especificidades de cunho local, “ *essa acentuação do singular (significando o “cultural”, o específico, o particular em oposição ao que é nacional ou geral) tem sido amplamente usada por governos locais e nacionais*” (p.29) o regional surge como “*representação de singularidades e especificidades*”. Pensamos o regionalismo no sentido de sua mitificação, de um tempo, um espaço, e de um elemento humano determinado que passam a ser referencial daquilo que se quer por regional. Desta maneira, o regionalismo opera numa estratégia de seleção, por consequência de exclusão de elementos que representam a cultura regional (SOUZA, 2008).

É esse regionalismo que pauta a identidade regional da maneira como abordada no trabalho, o agenciamento político de símbolos, memórias, espaços e patrimônios que são divulgados e assimilados pela população local como sendo parte de uma singularidade tão específica que a tomamos como sendo parte da nossa identidade regional. A jovialidade do estado de MS, enquanto unidade federativa independente torna ainda mais visível a invenção de uma tradição regional, a tentativa de forjar uma identidade regional.

Já a identidade negra, que almeja reforçar a solidariedade política entre os negros brasileiros, faz do termo “negro” elemento de articulação de uma identidade política, ressignificado, principalmente, pelo Movimento Negro Unificado (MNU), criado em São Paulo e, foi um forte rebatedor do discurso da democracia racial.

---

<sup>14</sup> A branquitude é um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê aos outros e a si mesmo; uma posição de poder não nomeada, vivenciada como um lugar confortável em uma geografia social de raça e do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não atribui a si mesmo (FRANKENBURG *apud* SOVIK, 2009, P.13).

Todos os militantes entrevistados para esta pesquisa reconhecem na categoria “negro”, um centro sobre o qual memórias e preconceitos, lutas e histórias se articulam. “Negro”, enquanto categoria nativa<sup>15</sup> envolve toda uma militância, a partir do MNU, negro passou a ser um termo de luta e identificação política<sup>16</sup>.

[...] a identidade negra não nasce do simples fato de tomar consciência da diferença de pigmentação entre brancos e negros ou negros e amarelos. A negritude e/ou identidade negra se referem à história comum que liga de uma maneira ou de outra todos os grupos humanos que o olhar do mundo ocidental “branco” reuniu sobre o nome de negros (MUNANGA, 2009, p.20).

A identidade política é a que possui maior capacidade de mobilização no contexto brasileiro, onde os negros são, na maior parte, miscigenados, e possuem os símbolos de sua cultura expropriados, em grande parte também, pela cultura nacional, dificultando a construção de solidariedades assentadas na cor e na cultura. Como defende Munanga (2009): “[...] a identidade no mundo negro se inscreve no real sob a forma de “exclusão” [...] Por isso, sem minimizar os outros fatores, persistimos em afirmar que a identidade negra mais abrangente seria a identidade política [...]” (p.16).

A identidade negra, assim como discursos de gênero ou de homossexuais compõe o universo de falas subalternas, do discurso das diferenças assim como um dia já foi minorias políticas ou diversidade, outros grupos e minorias cabem nesse universo teórico. O fato é que o sujeito do discurso pós-colonial é frequentemente descrito como sendo subalterno, terminologia adotada no trabalho em algumas ocasiões.

Spivak (2010) em *Pode o subalterno falar?* apresenta-nos importantes perspectivas, onde o sujeito subalterno é um efeito do discurso dominante, parte do desejo ocidental interessado em manter o “*sujeito do Ocidente, ou o Ocidente como sujeito*”, algo muito incômodo à autora, que defende, tendo como exemplo o caso da mulher na Índia, que: “*não há nenhum espaço a partir do qual o sujeito subalterno sexuado possa falar*” (p.121), “*não pode ser ouvido ou lido*” (p.124) e conclui seu trabalho com a afirmação categórica de que “*o subalterno não pode falar*” (p.126).

<sup>15</sup> Importante salientar que os nativos dessa pesquisa são os negros e militantes já imbuídos de um discurso racial, que é reflexo das atuações no movimento negro sul-mato-grossense, e nacional em alguns momentos.

<sup>16</sup> Antes disso, houve muitas lutas, e conquistas, no entanto, o conceito passa a ter um uso, em uma polarização com a ideia de democracia racial. E o movimento passa a acreditar que a solução seria política para as desigualdades raciais, por isso, esse é o momento da politização da demanda cultural.

Gramsci descreve classes subalternas<sup>17</sup> em o *Príncipe Moderno*, como sendo subordinadas pela hegemonia e afastadas de qualquer papel significativo em regimes de poder; Gramsci não se refere apenas a operários, mas a todos os grupos humanos excluídos, os quais não tem voz, ou se encontram desunidos para lutar contra a hegemonia. Nos estudos pós-coloniais estudam a subordinação em termos de classe, idade, gênero, raça, casta, sendo a resistência a uma elite dominadora o que os une (BONNICI, 2005, p.51).

Um discurso sobre a identidade se fortalece entre os estudos pós-coloniais, o debate em torno da cultura hoje possui um caráter político, as políticas passam a ser ditadas pela identidade cultural e tratam do controle da cultura, a identidade cultural passa a andar de mãos dadas com a política cultural (KUPER, 2002). Stuart Hall (2003) defende o conceito de identidade enquanto sendo “*um lugar que se assume, uma costura de posição e contexto, e não uma essência ou substância a ser examinada*” (p.15-16).

Essa definição de identidade é de potencial político, e assim mesmo que ele enxerga, assim descreveu Liv Sovik no prefácio da obra *Da Diáspora* (2003):

Deslocamento, aliás, é a imagem que Hall faz da relação da cultura com estruturas sociais de poder; pode-se fazer pressões através de políticas culturais, em uma “guerra de posições” mas a absorção dessas pressões pelas relações hegemônicas de poder faz com que a pressão resulte não em transformação, mas em deslocamento da nova posição fazem-se novas pressões (p.11-12).

Segundo Hall (2005), “*a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado, ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida*”(p.21), ou seja, não se tem identidades fixas, ou essencialismos, são fluidas, contextuais, o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos (HALL, 2005).

Ao transportar essa ideia à realidade brasileira, Munanga (2006), retoma clássicos do pensamento racial brasileiro e contrapõe identidade nacional a identidade negra. Com este movimento é perceptível em seu texto, à maneira como identidade negra vem sendo tratada, tanto na ciência quanto no Estado brasileiro. Munanga (2009) defende o fortalecimento de uma identidade negra, principalmente, fundada na política:

---

<sup>17</sup> Para Gramsci: “*Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem*” (GRAMSCI, 2007, 135).

Isto é, a identidade do mundo negro se inscreve no real sob a forma de “exclusão”. Ser negro é ser excluído. Por isso sem minimizar outros fatores, persistimos em afirmar que a identidade negra mais abrangente seria a identidade política de um segmento importante da população brasileira excluída de sua participação política e econômica e do pleno exercício da cidadania. (MUNANGA, 2009, p.16)

Características específicas podem ser dadas por uma “história comum”, memórias coletivas, principalmente discutindo em torno da identidade nacional, que imaginou o negro, em grande parte, como o alienígena que gerava a degeneração da sociedade, ou como o homem de cor de terra que se diluir e desaparecer na sociedade em anos<sup>18</sup>. O etnocentrismo<sup>19</sup>, a ocidentalização, a eugenia entre outros valores coloniais eram a base sobre a qual se forjava a identidade nacional, e Munanga (2009) ao olhar para população negra brasileira aponta:

No caso da população negra brasileira como de qualquer outra, a memória é construída, de um lado pelos acontecimentos, pelos personagens e pelos lugares vividos por esse segmento da população, e, de outro lado, pelos acontecimentos, pelos personagens e pelos lugares herdados, isto é, fornecidos pela socialização, enfatizando dados pertencentes a história do grupo e forjando fortes referências a um passado comum (por exemplo, o passado cultural africano ou o passado enquanto escravizado) (MUNANGA, 2009, p.16).

Esta discussão sobre identidade negra se agrega ao que estamos apontando no interior do trabalho como a questão racial. Schwarcz (1999) na tentativa de realizar um balanço sobre estudos que lidaram tanto com etnicidade, como com a “questão racial”, ela assegura que a produção brasileira, apesar de diferentes tradições, preocupou-se em definir-se em função de seu objeto, no caso, índios, negros ou brancos. A natureza do saber, principalmente antropológico, ficou subordinada à natureza de seus objetos reais.

De outro lado, associado a essa preponderância do objeto em relação ao recorte teórico, acabaram se impondo duas vertentes que ordenaram toda uma agenda de trabalho: a etnologia indígena e a antropologia da sociedade nacional, mais conhecida, no caso das populações negras, pela rubrica de “questão racial” (SCHWARCZ, 1999, p.272).

---

<sup>18</sup> J. B. Lacerda no Congresso Universal das Raças em Londres (1911) deu um prognóstico de que a raça negra levaria um século para desaparecer no país (HOFBAUER, 2006, p.187).

<sup>19</sup> É um termo que designa o sentimento de superioridade que uma cultura tem em relação a outras. Consiste em acreditar que os valores próprios de uma sociedade ou cultura particular devam ser considerados como universais, válidos para todas as outras (MUNANGA, 2003, 181).

Ao abordarmos a questão racial teremos que definir e tratar conceitos como raça, negro, mestiçagem, miscigenação, ação afirmativa, movimento negro e políticas públicas raciais numa tentativa de articula-los com a teoria pós-colonial e o discurso de identidade. Este movimento que tentaremos construir no próximo subitem.

### 1.3.1 Questão Racial

#### **Raça, Racismo e Negritude**

O conceito de raça advém do italiano *razza*, derivado do latim *ratio* e significa categoria, espécie. Nas ciências naturais foi utilizado primeiramente na zoologia e na botânica, classificando espécies animais e vegetais. No entanto, antes dessa conotação biologizada do conceito, ele era utilizado no sentido de significar um grupo de pessoas de origem comum (GUIMARÃES, 2005). Somente em 1684, François Bernier, usou o termo para classificar a diversidade humana, em grupos fisicamente distintos, enfim as raças (MUNANGA, 2004).

As descobertas do século XV – ameríndios, negros, melanésios, entre outros – chega a por em dúvida até mesmo o sentido de humanidade. A religião tinha o monopólio da razão, e através dela explicavam-se os “outros”, diferentes de “nós” europeus, brancos e humanos, sem dúvida. Paralelamente às descobertas, arregimentava-se a ideia de Estado moderno, como expressão da vontade coletiva (centrada no soberano ou no povo), e uma secularização da fé e da concepção de Deus. Era o início de uma busca por critérios físico-naturais para determinar características de nações, povos e indivíduos.

Durante o Iluminismo, o principal pensador das questões raciais, Leclerc Buffon (1707 – 1788), como a maioria dos pensadores da época, acreditava numa origem comum dos homens, sendo o motivo da diversidade humana: o clima, a alimentação e os costumes. As variedades também eram explicadas por meio das raças, potencialmente transformáveis e reversíveis, já que as tonalidades de pele que destoam da branca (originária) eram consideradas desvio. Apesar de permeado de valores cristãos, no Iluminismo podemos perceber o início de uma naturalização das questões raciais. No final do século XVIII podemos observar três tendências que impulsionavam as transformações sociais, políticas e econômicas que findaram com a ordem estamental: a crença na razão, crença na força da natureza (pensada cada vez mais como biologia) e a crença no progresso (HOFBAUER, 2006).

Paralelismos entre aspectos físicos e capacidades morais e mentais são traçados, principalmente na antropometria. No início do século XIX já havia diversas maneiras para delimitar raças, o conceito foi tornando-se cada vez mais comum no vocabulário europeu, e cada vez menos a existência de raças humanas era posta em dúvida. O conceito passava a ganhar notoriedade na distinção de grupos humanos, nos fins do século e se tornará independente de fatores como o clima e a geografia, que rivalizavam entre os determinantes que discerniam a variedade humana da época (HOFBAUER, 2006; ORTIZ, 1984).

O século XIX marca a naturalização da raça, sua biologização, mais tarde, no século XX denunciados por Foucault como biopolítica. Uma figura emblemática desse período certamente foi Conde Gobineau (1816 – 1882), considerado um teórico racial. Concebia que os negros encontravam-se no degrau mais baixo da humanidade, com um caráter de animalidade e advertia os europeus de ter esperanças em civiliza-los. A miscigenação era vista como degeneração da raça branca, apesar de representar uma superação, um avanço para os negros.

Munanga (2004), ainda discute a ideia de o conceito – raça –, ter conotações díspares porque o “*conteúdo dessas palavras é etnossemântico, político-ideológico, e não biológico*”, o que ressalta a análise sobre o contexto em que está imerso, estes conceitos como: negro; branco e mestiço trazem esta carga significativa, segundo Munanga, estes conceitos carregam ideologia, uma relação de poder e dominação não declarada (p.22).

Um exemplo dessas conotações díspares do conceito pode ser dado pela discussão da questão racial brasileira entre meados do século XIX e início do século XX. Schwarcz (1993) ao tratar os “homens de *sciencia*” do século XIX, afirma que era:

Misto de cientistas e políticos, pesquisadores e literatos, acadêmicos e missionários, esses intelectuais irão se mover nos incômodos limites que os modelos lhe deixavam: entre a aceitação das teorias estrangeiras – que condenavam o cruzamento racial – e sua adaptação a um povo a essa altura já muito miscigenado (p.18 – 19).

Ortiz (1984) aponta que as teorias em circulação nesse período eram o Positivismo de Comte, o Darwinismo social e o Evolucionismo de Spencer. Nesta fase de consolidação e expansão do capitalismo europeu, podemos observar a busca por leis que delimitavam o progresso nas sociedades. Nesse quadro de progresso, temos a Europa com uma superioridade natural, enquanto isso restava aos brasileiros explicar o motivo de seu atraso que, quase sempre recaía sobre duas singularidades: o clima e a raça.

O IBGE desde 1950 vem aprimorando a categoria raça em seus censos, sendo que atualmente reconhece a categoria de raça, e a subdivide em cinco categorias diferentes:

Consideraram-se cinco categorias para a pessoa se classificar quanto à característica cor ou raça: branca, preta, amarela (compreendendo-se nesta categoria a pessoa que se declarou de origem japonesa, chinesa, coreana etc.), parda (incluindo-se nesta categoria a pessoa que se declarou mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça de preto com pessoa de outra cor ou raça), ou indígena (considerando-se nesta categoria a pessoa que se declarou indígena ou índia) (IBGE, 2010, p.26).

Negros são representados pela soma de pretos e pardos, pois, em vários aspectos da vida social a variação de ambos em: analfabetismo, escolaridade, renda, saneamento básico, e outros indicadores são semelhantes. Os dados que apontam uma população negra no Brasil de 50,7%, esta é a soma de pretos e pardos. Esta é a maneira que o IBGE entende negros, como uma categoria analítica.

O “negro” também se fortalece enquanto identidade política, ressignificado principalmente, pelo Movimento Negro Unificado (MNU), criado em São Paulo no fim da década de 1970. Tal movimento foi um forte rebatedor do discurso da democracia racial, e trouxe o “negro” como símbolo de identidade, de luta e de resistência. Todos os militantes entrevistados para esta pesquisa reconhecem na categoria “negra” um centro sobre o qual memórias e preconceitos, lutas e histórias se articulam. “Negro”, enquanto categoria nativa envolve toda uma militância, a partir do MNU, negro passou a ser um termo de luta e identificação política<sup>20</sup>.

O fato é que a identidade negra ganha conotações políticas importantes desde as críticas ao mito da democracia racial que vem a somar para as novas discussões de raça, e de políticas focais, pois a identidade negra é posicionamento político, como afirma Fanon: “*Em outras palavras, o negro não deve mais ser colocado diante deste dilema: branquear ou desaparecer, ele deve poder tomar consciência de uma nova possibilidade de existir*” (FANON, 2008, p.96). É um posicionamento político, de tomada de consciência e afirmação identitária.

---

<sup>20</sup> Antes disso, houve muitas lutas, e conquistas, no entanto, o conceito passa a ter um uso, em uma polarização com a ideia de democracia racial. E o movimento passa a acreditar que a solução seria política para as desigualdades raciais, por isso, esse é o momento da politização da demanda cultural.

Dois fenômenos dificultaram a politização da categoria “negra”: o primeiro, o discurso da miscigenação/mestiçagem<sup>21</sup>, que se tornou basilar na construção do mito da democracia racial, que é o segundo fenômeno, isto ainda sem contar os períodos ditatoriais vivenciados no país. A figura do mestiço é central na imagem construída em torno da democracia racial. Ele oscilou nas Ciências Sociais no Brasil entre, símbolo de degenerescência (RODRIGUES, 2010), e símbolo de nacionalidade (FREYRE, 1966), isso até meados do século XX, com os primeiros resultados do Projeto UNESCO.

Consequentemente, a ampliação das lutas sociais na esfera pública no final dos anos de 1970 para os anos de 1980, período de fim da ditadura militar no país, marca uma virada política nas questões raciais brasileiras. O movimento negro exerce maior impacto na vida social nacional, e a partir de então, numa crescente, cada vez mais se politizou a demanda racial no país. Dados de desigualdade racial passaram a ser cada vez mais divulgados.

Quanto ao racismo, segundo Guimarães (2005), ele se perpetua devido a situações concretas. Ele afirma que:

O racismo se perpetua por meio de restrições fatuais da cidadania, por meio de imposição de distâncias sociais, criadas por diferenças enormes de renda e de educação, por meio de desigualdades sociais que separam brancos e negros, ricos de pobres, nordestinos de sulistas (GUIMARÃES, 2005, p.59).

Guimarães (2005) apresenta uma definição de racismo com fortes clivagens sociais, portanto, para a redução das relações racistas é necessária uma melhor distribuição de poder, redução das desigualdades raciais, principalmente em renda e educação. Esses critérios voltaram a ser importantes ao tratar políticas de promoção da igualdade racial.

## **Brasil e a Mestiçagem**

Os autores precursores da Ciência Social brasileira: Silvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, imbuídos desse eurocentrismo, pensam um Brasil degenerado, onde a miscigenação, e o clima tropical depõem contra o progresso do país. Dessa maneira a questão racial torna-se pauta intelectual no Brasil. Os europeus se aclimatam aos trópicos (meio); e “*o mestiço, enquanto produto do cruzamento entre raças desiguais, encerra, para*

---

<sup>21</sup> Munanga afirma, que “a “mestiçagem” é para designar a generalidade de todos os casos de cruzamento, e a miscigenação é entre populações biologicamente diferentes. A mestiçagem supõe um hibridismo cultural de maior assimilação e a miscigenação o intercuro sexual entre estes diferentes (MUNANGA, 2006).

os autores da época, os defeitos e taras transmitidos pela herança biológica (ORTIZ, 1984, p.21). Em 1888, no prefácio da obra *Os Africanos no Brasil*, de Nina Rodrigues, Silvio Romero afirmava categoricamente que era uma vergonha para a ciência no Brasil que ainda não se consagrava em estudos de línguas e religiões africanas, além de demonstrar com seu exemplo, o lugar social dos negros e indígenas no imaginário social da época, pois:

[...] nós que temos o material em casa, que temos a África em nossas cozinhas, como a América em nossas selvas, e a Europa em nossos salões, nada havemos produzido nesse sentido! É uma desgraça (RODRIGUES, 2010: p.07).

O Brasil, oriundo desse pensamento racista foi o primeiro país da América Latina a ter uma sociedade eugênica, em São Paulo, no ano de 1918, em muito influenciada por Renato Kehl, médico e farmacêutico; As políticas sanitárias e higienistas, que tinham fortes clivagens raciais; essas políticas entre outras chegam ao Brasil como símbolos de modernidade, de progresso (SCHWARCZ, 1993).

Uma ciência influenciada pela Biologia, típica dos primeiros argumentos de sociologia dos séculos XVIII e XIX é aos poucos contestada por autores mais culturalistas, no Brasil, Gilberto Freyre, torna-se principal autor entre os culturalistas. E a raça, como critério da biologia é colocada em xeque, pela obra *Casa Grande & Senzala* (1933) de Gilberto Freyre<sup>22</sup>, e aos poucos, essa naturalização das raças deixa de ser hegemônica. Freyre abre mão da proeminência de determinantes climáticos ou raciais, e traz para a esfera da cultura, a discussão racial. Através da figura do mestiço, inverte o polo onde se encontrava este enquanto sujeito histórico, antes tido como degenerado, ou como um caminho rumo ao branqueamento, passa a ser símbolo da cultura nacional.

Democracia racial, como teoricamente é chamada essa transição para ideias freyrianas é, condizente com uma assimilação harmoniosa no Brasil entre as diferentes raças existentes, esta ideia se fortalece na década de 1930. As políticas nacionalistas da “era Vargas”, e os valores que já estavam sendo propalados por intelectuais nacionalistas como aqueles que participaram da Semana de Arte Moderna em 1922, contribuem para a construção da democracia racial. Mas a democracia racial se fortalece realmente, enquanto discurso oficial de governo, durante o regime militar, entre as décadas de 1960 e 1970.

---

<sup>22</sup> Apesar de autores como Manoel Bomfim (1993) terem publicado antes de Gilberto Freyre algumas críticas a esse pensamento racial, somente com Gilberto Freyre foi possível uma virada na hegemonia do pensamento racial brasileiro.

Oliveira Viana, ainda antes da publicação de *Casa Grande & Senzala* (1933), já fazia afirmações que categorizavam o Brasil como país igual, são exemplos de autores que tem o que Sales (1994) aponta de fetiche da igualdade<sup>23</sup>;

Em nenhum país do mundo coexistem uma tamanha harmonia e tão profundo espírito de igualdade entre os representantes de raças tão distintas. Homens de raça branca, homens de raça vermelha, homens de raça negra, homens mestiços dessa três raças, todos tem aqui as mesmas oportunidades econômicas, as mesmas oportunidades sociais, as mesmas oportunidades políticas (VIANA, *apud*. MUNANGA, 2006: p. 78).

Uma passagem do centro da discussão de “raça” para “cultura” é, enfim, uma passagem do biológico para o cultural no pensamento brasileiro. A aproximação sexual entre os senhores brancos e as escravas negras, fez da figura do mestiço, um ponto de confraternização entre ambos. Nesse movimento da história, Freyre faz com que o mestiço deixe de ser um fator negativo e passa a ser um fator positivo no desenho de uma identidade nacional brasileira (MUNANGA, 2004). Nesse sentido que apresentamos a discussão sobre o mestiço, como um exemplo de como o conceito de raça é polissêmico, etnosemântico, contextual, marcado no espaço e no tempo e certamente, é político.

Bernardino (2002) aponta três consequências do mito da democracia racial no Brasil: primeiro a crença de que não existem raças no Brasil; a segunda consequência é que ao invés de raça, surge a noção de que há uma classificação com base na cor, que apaga qualquer possibilidade de preconceitos raciais; e em terceiro e último lugar, que qualquer tentativa de tratar raça no Brasil é vista como importação de ideias estrangeiras, pois no Brasil não existem raças, e sendo assim, são rotulados de racistas todos os tentam falar de políticas públicas para negros<sup>24</sup>.

O conceito de raça, como coloca Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2005) só começa a ser “desnaturalizada” após a II Guerra Mundial, momento no qual, o Brasil torna-se centro das atenções mundial, como um lugar em que as diferentes “raças” conviviam harmonicamente, sem conflito, em uma democracia racial. Esta propaganda nacional fez com

---

<sup>23</sup> O fetiche da igualdade, para a definição do qual me vali dos conceitos "democracia racial" de Gilberto Freyre e "homem cordial" de Sergio Buarque de Holanda, são os fatores mediadores de nossas relações de classe, que têm ajudado a dar uma aparência de encurtamento das distâncias sociais, contribuindo dessa forma para que situações de conflito frequentemente não resultem em conflito de fato, mas em conciliação (SALES, 1994).

<sup>24</sup> Medidas de ação afirmativa já eram propostas do Teatro Experimental do Negro –TEN, desde as décadas de 40 e 50. Propostas surgiram na Convenção Nacional do Negro Brasileiro, realizada pelo TEN em 1945 – 1946 e em algumas edições do jornal O Quilombo (SANTOS, 2007).

que a UNESCO patrocinasse uma série de pesquisas no país, para investigar as relações raciais no Brasil.

A partir de 1940 a UNESCO inicia uma campanha de combate ao ódio racial, e na década seguinte o Brasil é escolhido para ser o único local de investigação por parte da UNESCO. Tinham como objetivo verificar a situação dos descendentes de escravos no Brasil, para poder compara-los, principalmente com os Estados Unidos, onde o conflito racial era considerado um problema político grave.

O projeto UNESCO envolveu grandes nomes das ciências sociais brasileiras como: Florestan, Fernandes, Roger Bastide, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Oracy Nogueira, Costa Pinto entre outros. As conclusões foram às assimetrias entre a população negra e a branca, a desigualdade que é imposta aos negros do país no pós-abolição, e a perversidade do racismo nacional. Sendo assim, configura-se um importante ataque a ideologia da democracia racial, que a partir de então passa a ser lembrada enquanto mito da democracia racial brasileira.

### **Ação afirmativa e políticas de promoção da igualdade racial**

Dentre as políticas públicas cobradas as ações afirmativas foram as de maior repercussão, e uma das maiores conquistas contemporâneas do movimento negro brasileiro. Por ação afirmativa entendemos:

[...] um conjunto de políticas, ações e orientações públicas ou privadas, de caráter compulsório (obrigatório), facultativo (não-obrigatório) ou voluntário que tem como objetivo corrigir as desigualdades historicamente impostas a determinados grupos sociais e/ou étnico/raciais com um histórico comprovado de discriminação e exclusão. Elas possuem um caráter emergencial e transitório. Sua continuidade dependerá sempre de avaliação constante e da comprovada mudança do quadro de discriminação que a gerou (MUNANGA, 2006, p.186).

Os Estados Unidos foram os primeiros, entre os países desenvolvidos, a instituírem em sua legislação uma política de ação afirmativa em 1973, com o presidente da República John Kennedy<sup>25</sup>. As ações afirmativas não se limitaram somente aos Estados Unidos<sup>26</sup>, bem como não se destinaram exclusivamente para os negros. Na Índia, desde 1948,

---

<sup>25</sup> Através da *Executive Order* nº 10.925/06/03/1973.

<sup>26</sup> Praticamente todos os países do “Terceiro Mundo” – com exceção dos da América Latina – em um dado momento, aplicaram políticas públicas de ação afirmativa para resolver graves problemas internos decorrentes

previam-se medidas diferenciadas de promoção dos intocáveis, no parlamento (reserva de assentos), no ensino superior e no funcionalismo público, e desde 1919 há estas políticas.

As primeiras universidades no Brasil que admitem as cotas nos processos seletivos têm seus primeiros estudantes a partir de 2003 (UERJ, UNEB e UENF), com reserva de vagas por força de leis estaduais<sup>27</sup>. (SANTOS, 2006, p 21). A proximidade temporal com a preparação para Conferência de Durban (2001) acabou obrigando o governo a posicionar-se com maior efetividade nesta questão e, também foi um fato importante na luta por ações afirmativas, Durban representa a consolidação da questão racial na agenda pública brasileira.

No Brasil, políticas focais e mesmo de reserva de vagas já foram utilizadas, por exemplo, em 1943 através da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) o Estado brasileiro garante a empregabilidade de trabalhadores nacionais, um terço em comércio e indústrias. Outro exemplo, a Lei Ordinária 5.465 de julho de 1968, que dispõe sobre o preenchimento de vagas em estabelecimentos de ensino agrícola, reservando 50% de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes (PRAZERES; MARQUES; RIBEIRO, 2012, p.53-54).

Aspectos internacionais e grandes mobilizações no Brasil colaboraram para a construção de políticas públicas de recorte racial, como à marcha Zumbi do Palmares. Realizada em 1995, conseguiu a atenção do presidente Fernando Henrique Cardoso, que em 2001, teve que posicionar o Estado quanto às desigualdades raciais na III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas realizada em Durban – África do Sul. Na ocasião o Estado brasileiro assumiu sua face racista:

Constituição Federal Brasileira de 1934, em seu art. 138 b: “Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios nos termos das leis respectivas b) estimular a educação eugênica” e no Decreto-Lei 7.967/1945: “Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia [...]”. Além disso, o primeiro Código Penal da República, revogado em 1941 pelo Código vigente, criminalizava a prática da capoeira. E não precisamos voltar tão atrás no tempo para compreendermos os mecanismos perversos da aclamada democracia racial brasileira: a Lei 3.097/72, do Estado da Bahia, que esteve em vigor até o ano de 1976, exigia que os templos de religião de matriz africana fossem cadastrados na delegacia de política da região na qual estivessem instalados (RELATÓRIO DO COMITÊ BRASILEIRO PARA A CONFERÊNCIA DE DURBAN, 2001).

---

da marginalização seletiva do segmento dominado e de privilégios herdados do passado colonial ou milenar (WEDDERBURN, 2005, p.307).

<sup>27</sup> No total foram aprovadas seis leis: Leis 3.524/2000, 4.061/2001 e 4.061/2003, que mais tarde foram substituídas pela lei 4.151/2003. Esta foi alterada com a aprovação da lei 7.054 de 17 de julho de 2007 que, por sua vez, foi revogada pela lei 5.346 em 11 de dezembro de 2008 (MEDEIROS, 2009, p.70).

Este posicionamento resultou em um compromisso ao fim da Conferência, o qual fortaleceu iniciativas, principalmente, de políticas de ação afirmativa em Universidades Estaduais. A aprovação da lei 10.639/2003<sup>28</sup> se encontra no bojo dessas preocupações e pressões, e em consonância com a resignificação do papel do negro na sociedade brasileira, é uma lei que traz em sua aplicabilidade, um potencial de mudança.

Outras políticas de ação afirmativa foram se forjando na sociedade nacional<sup>29</sup>, porém, de maiores embates no espaço público nacional destaca-se duas: o Estatuto da igualdade racial<sup>30</sup> e a constitucionalidade das cotas garantidas pelo Superior Tribunal Federal – STF<sup>31</sup>.

De certa maneira, a decisão do STF complementou a aprovação do estatuto da igualdade racial, cujo forte debate em torno de sua aprovação fez com que, em meio às negociações políticas, a constitucionalidade das ações afirmativas não fosse aprovada junto com o estatuto, ou seja, um dos pontos mais polêmicos do tal estatuto foi aprovado posteriormente no STF. Tal medida foi, acompanhada de uma decisão, em agosto de 2012 do governo federal, que obriga todas as Universidades públicas federais e Institutos Federais de educação ciência e tecnologia a aderirem ao sistema de cotas<sup>32</sup>.

Todo este contexto envolve relações entre a sociedade civil negra e o Estado, mas, algo é recorrente dessas ações, é a juridificação das relações sociais mas, a lei tornou-se o um dos principais meios de promoção da igualdade racial, através de debates longos na esfera pública nacional.

O reconhecimento das desigualdades raciais e a maior intervenção do Estado na redução das desigualdades raciais representa um avanço para o Brasil. O Estado possui um papel de extrema importância em sociedade de extrema desigualdade, visto que, este possui a capacidade de maior (re) distribuição de renda e recursos, e as medidas de ação afirmativa fazem parte desse tipo de política.

---

<sup>28</sup> Lei de autoria do Deputado Federal Ben-Hur Ferreira (PT-MS) e Esther Grossi (PT-RS). Que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

<sup>29</sup> Ver Jaccoud e Beghin (2002), Jaccoud (2008), Heringer (2002).

<sup>30</sup> Aprovado através da lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 após 7 anos de tramitação, no entanto, foi [aprovado sem as cotas](#).

<sup>31</sup> Em 09/05/2012 o STF decide por 10 votos a 0, pela constitucionalidade das cotas nas Universidades públicas.

<sup>32</sup> Através da lei nº 12.711/2012, sancionada e garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos.

## Institucionalização da sociedade civil

E por outro lado, na sociedade civil, observamos a fragmentação do movimento negro em diversas entidades<sup>33</sup> (ONGs) e, por conseguinte, em instituições de terceiro setor: termo nascido na década de 1970 nos EUA, “*para designar um conjunto de instituições formais, privadas, sem fins lucrativos e cuja atuação se dá na esfera pública, porém de forma independente do Estado* (CASTRO; GONTIJO; AMABILE, 2012, p.454)”. O fenômeno do terceiro setor está relacionado às mudanças econômicas geradas por políticas neoliberais, que afetam toda a sociedade, inclusive sua maneira de organizar-se. O fenômeno dentro do movimento negro é percebido por Domingues (2008) pela institucionalização e *ongzação*, dois fatores que incidem no movimento negro brasileiro.

Em Domingues (2008) a distinção que ele faz entre institucionalização e *ongzação*, é que institucionalização é a entrada, nas instituições do Estado, uma internalização de demandas raciais, enquanto Conselhos, Secretarias etc., a *ongzação* seria o aumento de ONGs que compõe a sociedade civil negra.

A institucionalização é tratada nesse trabalho como a soma de dois processos, como sugere Domingues (2008): o primeiro é a *ongzação*<sup>34</sup>: muitos dos movimentos sociais surgidos com discurso de autonomia nos “*subterrâneos dos anos 70*” acabam por ter, algumas ONGs de referência na atuação pública, certamente esse ator social desempenha um papel crucial na atual sociedade civil, que possui, atualmente, uma atuação menor em contestações públicas, como passeatas e greves, mas também possui uma ação estratégica de retorno maior no que diz respeito às políticas públicas focais.

A institucionalização também ocorre com a internalização da sociedade civil na sociedade política, uma vinculação maior entre partes da sociedade civil ou instituições do Estado, visivelmente materializado com a construção de Secretarias, Coordenadorias, Assessorias, Conselhos participativos. Todos estes espaços são conquistas que levaram parte do movimento social, ou seja, sociedade civil organizada, para dentro da estrutura institucional do Estado.

---

<sup>33</sup> O movimento negro chama suas instituições de entidades, estas instituições estão majoritariamente, sob a forma de ONGs.

No novo cenário, a sociedade civil se amplia para entrelaçar-se com a sociedade política, colaborando para o novo caráter contraditório e fragmentado que o Estado passa a ter nos anos de 1990. Desenvolve-se o novo espaço público, denominado público não estatal, onde irão situar-se conselhos, fóruns, redes e articulações entre a sociedade civil e representantes do poder público para a gestão de parcelas da coisa pública que dizem respeito ao atendimento das demandas sociais (GOHN, 2004, p.23).

Como afirmam Denzin e Lincoln (2006): “*Nossa luta hoje é no sentido de relacionar a pesquisa qualitativa às esperanças, às necessidades, aos objetivos e às promessas de uma sociedade democrática livre* (p.17)”. Esta sociedade democrática e livre perpassa pela pelas questões raciais, assim como deve perpassar outras formas de opressão.

Foi apresentado nesse primeiro capítulo, tanto o local de onde fala o pesquisador, como com qual discurso se tenta dialogar. Evidentemente, que o movimento negro sul-mato-grossense não é a totalidade do movimento negro nacional, ou como afirmaria Max Weber, não é o tipo ideal. No entanto, nenhum desses fatos minimiza a importância deste movimento nessa região, ou de suas experiências<sup>35</sup>.

A expectativa com essa pesquisa é, de que ao menos, um pouco da história e da experiência do movimento negro possam ser descritas, e nessa descrição, com todos os juízos de valor que isso traz. Espero ter conseguido captar a “voz” desse agente social no MS, espero que as críticas, assim como os desafios desses militantes tenham ressonância na sociedade real. Não se trata de dar voz aos excluídos ou esquecidos, eles a tem, e as utilizam em seus constantes conflitos. Trata-se na verdade, de fazer com que essas vozes possam circular, serem ouvidas em outros meios. Colaborar na disseminação de aspectos da história e da luta do povo negro de MS, principalmente via movimento negro.

---

<sup>35</sup> Durante a entrevista com Ben-Hur Ferreira um caso vivenciado por ele, mas também entre outros militantes retrata um debate interno do movimento negro quanto a presença de brancos no movimento negro, e a experiência sul-mato-grossense fez com que o Grupo TEZ defendesse a participação com direito a voto, enquanto, principalmente, representantes do movimento negro de Goiás defendiam a postura inversa, ou seja, participação mais sem direito a voto. Debate ocorrido na I Encontro do Negro do Centro-Oeste em 1985 ou 1986. (ENTREVISTA, Ben-Hur Ferreira, 2013).

## CAPÍTULO II

### 2 MATO GROSSO (DO SUL): PRESENÇA NEGRA E IDENTIDADE REGIONAL

Considerando que, sobretudo, após a Guerra da Tríplice Aliança, o número de escravos no sul de Mato Grosso era de reduzido significado; Considerando que não há documentos, nem ao menos indícios, que provem a existência, no atual Mato Grosso do Sul, de quilombos, mesmo que tardios; Manifestam-se, por unanimidade, no sentido de não reconhecer a presença de quaisquer núcleos quilombolas remanescentes em nosso estado.

Campo Grande, 10 de setembro de 2008.

**(Parte final do parecer publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul).**

Todas as mudanças profundas na consciência, pela sua própria natureza, trazem consigo amnésias típicas. Desses esquecimentos, em circunstâncias históricas específicas, nascem as narrativas. [...] O que ocorre com pessoas modernas ocorre também com nações. A consciência de estarem inseridas no tempo secular e serial, com todas suas implicações de continuidade e, todavia, de “esquecer” a vivência dessa continuidade – fruto das rupturas do final do século XVIII –, gera a necessidade de uma narrativa de “identidade” (ANDERSON, 2008, p.278-279).

Este capítulo trata aspectos importantes da historiografia sul-mato-grossense, como sua formação territorial, povoamento e os principais eventos que compõem a identidade regional. Fora de eixo encontra-se a história do negro no estado, que é ocultada dos livros e do cotidiano da região. O estado orgulha-se constantemente, de seus imigrantes, gaúchos, mineiros e paulistas, mas nada da sua população escravizada.

A “comunidade imaginada” sul-mato-grossense se esqueceu dos negros, dos escravos, dos que lutaram na guerra do Paraguai, das comunidades rurais quilombolas. Nossa identidade regional foi forjada no contraste, primeiro, com a relação a Cuiabá, capital do então estado de Mato Grosso, e posteriormente, com os países de fronteira, Bolívia e Paraguai, sempre tratando de relacionar os valores da modernidade e do progresso a terras do sul de Mato Grosso. Posteriormente, uma identidade ligada à natureza, principalmente pantaneira, se solidifica como política de estado.

Alguns fatos políticos são lembrados neste capítulo, o principal deles é a divisão do estado em 1977. A partir desse momento ambicionava-se fazer de MS, um estado modelo, de administração moderna e rápido desenvolvimento agroindustrial. Esta ideia foi

suplantada por dois golpes políticos infringidos a Harry Amorim Costa (primeiro governador de MS) e Marcelo Miranda na sequência. Estes dois episódios além de enterrarem o discurso político do estado modelo, demonstraram alguns vícios políticos, como patrimonialismo e mandonismo local, fazendo com que nossa elite agroindustrial e política demonstrassem sua face mais conservadora.

Com este capítulo apresentamos o local do negro na construção da identidade regional, ou seja, o negro aqui é imaginado como “alguém de fora”, oriundo de outros estados e de um período pós-abolição. Quanto à política local, ela possui como maior código político, a defesa da terra. Este ponto polariza nossa elite frontalmente com as comunidades indígenas, principalmente da etnia guarani, mas também com Quilombolas e o Movimento Sem-Terra.

Utiliza-se nesse trabalho Anderson (2008) e Bhabha (2010) e seus diálogos sobre a nação, que apontam para ideia de nação como sendo uma estratégia narrativa, ou mesmo, como propõe Benedict Anderson<sup>36</sup> (2008), que trabalha o conceito de nação sendo “*uma comunidade política imaginada – e imaginada como intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana* (p.32)”.

Nos valeremos da discussão realizada pelos autores para explicar parte da criação de uma identidade sul-mato-grossense, adaptando aspectos da criação de uma nação para a criação de um estado da federação, visto que Hall (2005) dava margens a outras diferenciações no âmbito do Estado-nação: “*As identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão livres do jogo do poder*” (p.65).

Aproximaremos-nos de dois momentos citados por Bhabha (2010), o primeiro é dividido em dois aspectos, como parte de uma cisão gerada pela ideia de “povo”, tratado por ele, como um conceito em disputa, já que se trata de uma “*estratégia retórica de referência social*” (p.206). Sendo assim:

[...] o povo consiste em “objetos” históricos de uma pedagogia nacionalista, que atribui ao discurso uma autoridade que se baseia no pré-estabelecido ou na origem histórica constituída no passado; o povo consiste também em “sujeitos” de um processo de significação que deve obliterar qualquer presença anterior ou originária do povo-nação para demonstrar os princípios prodigiosos, vivos do povo como contemporaneidade, como aquele signo do presente através do qual a vida nacional é redimida e reiterada como um processo reprodutivo (BHABHA, 2010, p.206-207).

---

<sup>36</sup> Para conhecer as críticas de H. Bhabha a obra Comunidades Imaginas de B. Anderson verificar capítulo VIII de Bhabha (2010).

O povo nessas duas acepções, de objeto e sujeito, passa a ter duas temporalidades na narrativa que a produz, uma temporalidade cumulativa, que ele chama de pedagógico (povo objeto), esta é somada a estratégia repetitiva, chamada de performática (povo sujeito). A homogeneidade subjacente à ideia de povo, obriga na estruturação do processo de formulação de um “povo-nação” a necessidade de um passado que se interliga a um presente contínuo, é nessas temporalidades que atuam, o pedagógico e performático, nesse tempo cindido.

O segundo momento, é apontado por Bhabha, mas é teorizado por Anderson (2008) e se trata do “esquecimento” no momento de constituição da nação o esquecer, em Bhabha, “*é o momento no qual a vontade nacional se articula*” (p.226).

Ser obrigado a esquecer – na construção do presente nacional – não é uma questão de memória histórica; é a construção de um discurso sobre a sociedade que desempenha a totalização problemática da vontade nacional (BHABHA, 2010, p.226).

B. Anderson (2008) citando Ernest Renan aponta que “*a essência de uma nação<sup>37</sup> consiste em que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas*” (p.32). Para produzir tais esquecimentos vários artifícios, tanto pedagógicos quanto performáticos são utilizados. Anderson cita ao menos os Censos, a língua, materiais didáticos, mapas, museus, livros, jornais, romances que são meios técnicos de representar o tipo de comunidade imaginada que fosse correspondente à nação quista.

Sendo assim aspectos das temporalidades do pedagógico e do performático serão analisados, assim como o esquecimento do negro do sul de Mato Grosso, do negro das batalhas da Guerra do Paraguai. Estes dois momentos conceituais, mas também analíticos, demonstram o silêncio historiográfico sobre o negro que o estado tenta impelir à memória coletiva sul-mato-grossense. É na tentativa de demonstrar a possibilidade de um espaço híbrido na formação histórica regional e de, suplementar a história regional com experiências negras, o motivo desse capítulo.

---

<sup>37</sup> O exemplo dos autores são experiências nacionais, o que difere de nosso objeto regional, por isso algumas citações tratam perspectivas nacionais.

## 2.1 O POVOAMENTO BRANCO NO MATO GROSSO (DO SUL)

Apesar de Portugal ter sucedido a colonização espanhola na região, o território que já havia passado por alguns tratados ficou aos colonizadores portugueses. MS, atualmente possui 2,449 milhões de pessoas, tendo Campo Grande como capital. 3% são indígenas, a segunda maior do Brasil, 49% são negros (44% pardos e 5% pretos), 44% de brancos e 1% amarelos (IBGE, 2010). O território desmembrado de Mato Grosso em 1977 faz fronteira com cinco estados brasileiros: o próprio Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Paraná e São Paulo, também faz divisa com dois países: Paraguai e Bolívia, como se pode verificar na imagem.



Fonte: Imagem disponível em: [www.guianet.com.br/ms/mapams.gif](http://www.guianet.com.br/ms/mapams.gif) 27/05/2013.

A história de MS começa a ser escrita oficialmente a partir de 11 de outubro de 1977, quando o General Ernesto Geisel, então presidente do Brasil, assina a lei que divide Mato Grosso em dois, e oficializa o nascimento de MS, no entanto, sua colonização antecede sua oficialização. Buscamos retratar neste capítulo os aspectos da presença negra no sul de Mato Grosso e retomar alguns importantes acontecimentos históricos e políticos da região, que contribuíram para formação da identidade regional.

Mesmo afirmando que MS, nasce em 1977, seus contornos históricos, sociais, políticos, culturais e econômicos são talhados bem antes de sua oficialização, e assim abordaremos o povoamento do sul de Mato Grosso. Outra ressalva que cabe neste brevíário histórico é a presença indígena. Quase todo, se não todo, o território hoje sul-mato-grossense foram terras indígenas, que sofreram atuação jesuítica, dos bandeirantes, da agropecuária e ainda hoje sofre com algumas dessas atuações sobre novos contextos.

Um dos livros mais circulados sobre o estado, “História do Mato Grosso do Sul” de Hildebrando Campestrini e Acyr Vaz Guimarães, ambos os autores pesquisadores da história regional e vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico de MS (IHG-MS), foi base para discussão desse capítulo, sobretudo, por ser o de maior circulação e objeto de investimento público, como afirmado pelo deputado Londres Machado na apresentação da obra:

Neste contexto, a Assembleia Legislativa sentiu-se compromissada com a divulgação da história estadual; para tanto, patrocina esta edição, que será distribuída a professores e estudantes, com a certeza de que estará iniciando uma nova fase [...] (CAMPESTRINI E GUIMARÃES, 1991, p.5).

Para história política do estado o livro mais completo seria o de autoria da historiadora Marisa Bittar (2009), e organizado em dois volumes: “Mato Grosso do Sul: A construção de um estado”. Apesar da utilização de outros autores, estes compõem a base sobre a história de MS, sendo que Bittar (2009) é a obra que possui um maior avanço temporal, tratando de assuntos mais contemporâneos.

O Mato Grosso torna-se interessante aos olhos da administração nacional, a partir de 1718, quando Pascoal Moreira Cabral descobre ouro e informa ao governador de São Paulo, que cria em 08 de abril de 1719 o Arraial da Forquilha, que dá origem à cidade de Cuiabá. Em 1725, os irmãos Leme, bem armados e com escravos, fundaram a fazenda Camapuã (CAMPESTRINI E GUIMARÃES, 1991). Esta fazenda é o primeiro núcleo populacional no sul de Mato Grosso, e um entreposto para os que iam para as minas de Cuiabá e para as monções, que de certa forma, abasteciam a região aurífera.

A chegada dos brancos em busca de ouro também trouxe negros escravizados para trabalharem nessas terras, estas que eram habitadas por indígenas de várias etnias, comprovando assim que esta é uma terra heterogênea desde sua formação. O pesquisador Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos afirma que as categorias caminhos, comida e população estruturavam as relações sócio-político-econômicas na região:

Essas categorias foram definidoras dos espaços ditos “civilizados”, ou seja, os espaços modificados pela ação humana – o padrão de humanidade dessa época era atrelado à cor da pele branca. O sertão, inicialmente habitado por índios e, posteriormente, quilombolas era um espaço a ser dominado e transformado por essa civilização (SANTOS, 2010, p.113).

De acordo com Bittar (2009), em fins do século XVIII entraram as primeiras cabeças de gado no sul de Mato Grosso, via Rio São Francisco, e com elas, vaqueiros, em sua maioria de Minas Gerais. Os contornos pecuários do estado começaram a se forjar, concomitante aos padrões civilizacionais da época, de aversão aos negros e indígenas e suas práticas culturais.

Deste encontro, entre os que buscavam ouro e os que buscavam gado, surge o sul de Mato Grosso. Camapuã tornou-se um entreposto para quem pretendia chegar às minas de Cuiabá, e mais do que isso, um ponto de comércio, pois, abastecia com suprimentos parte dos moradores do território aurífero, porque de início, pouco se plantava na região, devido o retorno financeiro maior que gerava a exploração das minas.

Essa ausência de civilização, ou de população branca nas terras do sul de Mato Grosso, apenas começa a alterar um pouco com o surgimento de alguns fortes, tais como: Nova Coimbra (1775), Miranda (1797) e o povoado de Albuquerque em 1859 (atual Corumbá), todos estes, fruto da preocupação com as fronteiras brasileiras, visto que, já preocupava as autoridades o abandono das fronteiras. As Colônias militares também surgiram nesse contexto, como a de Dourados (1856) e de Miranda (1860) (BITTAR, 2009). Santos (2010) caracteriza da seguinte maneira o povoamento no Mato Grosso:

O processo de povoamento no Mato Grosso foi iniciado por sertanistas que buscavam sedentamente ouro. Após a descoberta de algumas minas iniciou-se uma fase de sedentarização da crescente população que vivia orbitando entre a extração e a comercialização do ouro. Nesse período, a agricultura e a pequena criação de gado estavam localizadas em áreas próximas as minas e ao redor dos arraiais. Comerciantes, mineiros, pequenos agricultores, um diminuto número de fazendeiros e um grande número de escravos compunham a população dessa Capitania cercada por uma predominante população indígena (SANTOS, 2010, p.123).

Em 1830, o sul de Mato Grosso já possuía um contingente populacional ao redor do presídio de Miranda, do Forte Coimbra, nos povoados de Albuquerque, na fazenda Camapuã e uma freguesia em Santana do Paranaíba, que possuía um pequeno comércio de gado com Minas Gerais. Ambos já eram províncias visto que, em 1822 tivemos a

independência declarada. O aumento desse comércio, a construção de estradas dá início ao que se pode ver como desenvolvimento regional do sul de Mato Grosso, mas quem trabalhou?

## 2.2 ESCRAVIDÃO NO SUL DE MATO GROSSO

Consequência da descoberta de ouro, temos a chegada de escravos para trabalharem nessas minas de Mato Grosso. Brazil (2002) afirma que alguns fatores, e não apenas a exploração intensa do ouro explica o fluxo de escravos para região mato-grossense, somando-se a esse, outros três, que são ou derivados da descoberta do ouro, ou implicam diretamente no aumento de trabalhadores escravizados:

[...] b) a fome e a doença, juntamente com a exploração intensiva, exigiam a reposição de mão-de-obra nas lavras; c) a construção de Vila Bela da Santíssima Trindade para ser a sede do governo exigia grande número de cativos; d) o desenvolvimento dos engenhos de Mato Grosso e a proibição da escravidão indígena impunham a elevação de braços negros no processo produtivo (BRAZIL, 2002, p.73).

Campestrini (2009) aponta uma série de características do povo sul-mato-grossense, como a forte presença paraguaia, principalmente em culinária e música; a maioria das famílias numerosas do estado é de origem mineira, dedicada à pecuária e à lavoura; a chegada das colônias japonesas, que vindo de São Paulo para a construção da estrada de ferro, e que enquanto discretos trabalhadores contribuíram muito ao progresso da cidade; os gaúchos que “*potencializaram o espírito de separação do sul do estado*”, além de serem trabalhadores; paulistas e outros sulistas, bem como nordestinos que vieram para cá; quanto aos escravos:

É importante observar que o escravo, aqui, não levava a vida das regiões de monocultura. Era, ao contrário, verdadeiro agregado das famílias, tendo sua casinha para morar, podendo casar, criar filhos; e, na maioria dos casos, ter suas poucas cabeças de animais e pequena lavoura de subsistência (CAMPESTRINI, 2009, p.86).

Campestrini (2009) afirma que na ocasião da “*abolição da escravatura pouquíssimos eram cativos aqui*”, tese a qual lhe permite fazer a afirmação de que nunca houve quilombos no MS. Nesta obra, o autor faz uma defesa da oligarquia rural, principalmente assentada numa descaracterização da ocupação territorial na região, se valendo

da normatividade da Lei de Terras e do usucapião, afirmando que os ocupantes tem direito às terras, discurso que pretendemos rebater ao longo do capítulo.

A terra ainda é o aspecto material que representa o poder político no MS. Nesse sentido podemos afirmar que os indígenas da região, e em menor quantidade os quilombolas, que disputam diretamente o direito a terras, agridem muito a mais a oligarquia que compõe a elite regional<sup>38</sup>.

A região sul de Mato Grosso era pouco povoada até 1888, data da abolição da escravidão no Brasil, no entanto, as cidades de Corumbá, Miranda, Nioaque, Santana do Paranaíba e Camapuã, todas elas parte do atual MS, possuem documentos comprovando a presença da escravidão na região.

O sul de Mato Grosso também foi marcado pela escravidão negra, em pouca quantidade numérica se comparado aos grandes centros econômicos exploradores de mão de obra escrava no Brasil, no entanto, de maneira alguma deveria ser algo tão obliterado pela historiografia regional. Poucas pesquisas apontam presença negra no MS, mas sim, tivemos escravidão, casas-grandes e senzalas, engenhos, feitor, e resistência de várias formas.

As pesquisas de Maria do Carmo Brazil, *Fronteira Negra: Dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718-1888*, e de Zilda Alves Moura, *Cativos nas terras dos Pantanais: Escravidão e resistência no sul do Mato Grosso – séculos XVIII e XIX*, são as principais obras publicadas sobre a escravidão no sul de Mato Grosso, sendo respectivamente, uma de 2002 e a outra de 2008, demonstram a atualidade do assunto e o tamanho do esquecimento desse tema. Apoiando-se principalmente nessas duas obras pretende-se demonstrar que o negro, e o ex-escravo fizeram parte da construção do estado de MS.

Outra importante produção regional nesse sentido seria o livro intitulado: *“como se de ventre livre nascido fosse ...”* publicado apenas em 1993, quatro anos após seu término, por não encontrar ninguém que queria publicá-lo, como confessado na introdução:

Hoje, pasmem, não é uma instituição ligada ao ensino ou a pesquisa, ou afim, que se propõe a divulgar o trabalho. Trata-se de um Sindicato e sua Federação, de uma categoria da área dos serviços bancários que, num exemplo de sensibilidade para a história dos homens, vem oferecer ao Estado esta contribuição e este esforço (APE, 1993, p.23).

---

<sup>38</sup> No dia 03 de junho de 2013 iniciou a Marcha dos Povos da Terra, que após caminhar 60 km, chegou a Campo Grande reivindicando demarcação de terras indígenas e quilombolas e Reforma Agrária. Os movimentos traziam como pauta a problemática fundiária no estado. Os eventos são desdobramentos da morte do indígena Terena, Gabriel Oziel, assassinado por policiais durante um conflito por terra em Sidrolândia, município próximo à capital. In: <http://carosamigos.terra.com.br/index/index.php/cotidiano/3293-marcha-pelo-direito-a-terra-sai-em-direcao-a-campo-grande-ms> Acessado 10/07/2013.

Este livro compila uma série de cartas de liberdade, revogações, hipotecas e escrituras de compra e venda de escravos, entre 1838 e 1888, nas cidades hoje sul-mato-grossenses: Corumbá, Miranda, Nioaque e Paranaíba<sup>39</sup>. E prova a existência de relações escravistas no atual MS, mesmo tendo relativa distância geográfica das regiões que concentravam mão de obra escrava no país.

Vários documentos provinciais, de cartórios, inventários, heranças, cartas de liberdade, registros de viajantes, entre outros documentos ainda preservados, muitos dos quais vangloriam a ação dos “pioneiros” dessas regiões acabam por citar a presença de escravos.

A existência de relatos sobre engenhos na região mato-grossense (norte e sul) também é detectada nas relações de bens e heranças. No inventário dos bens de João Leite de Barros, percebemos não apenas a existência de engenhos como também de senzalas (MOURA, 2008, p.198).

A região sul-mato-grossense revela algumas singularidades em seu processo de resistência negra à escravização, mesmo apesar de ter sofrido com o terror e a violência da escravidão, ou de ter tido exemplos de resistência como os Quilombos. O fato é que a proximidade com a fronteira, as dificuldades ambientais da região pantaneira e o elevado número de indígenas na região dão ao sul de Mato Grosso características peculiares.

Maria do Carmo Brazil (2002) escreve sobre as “enfermidades tropicais” que assolavam os primeiros povoadores dessas regiões, os ataques constantes de insetos, apontando que chegavam a matar muitos, principalmente os escravizados, por estarem “menos enroupados”. Outro problema para os colonizadores eram os indígenas, que atacavam os monçoeiros, principalmente:

Durante a expansão das minas de Mato Grosso, os índios cavaleiros (guaicurus) e os índios canoeiros (paiaguás) foram protagonistas de constantes investidas contra os movimentos monçoeiros que se dirigiam a região (BRAZIL, 2002, p.67).

Os indígenas, também sofrem com o trabalho forçado, sobretudo, na América espanhola, através da *mita* ou *encomienda*<sup>40</sup>, mas também foi força de trabalho

---

<sup>39</sup> A cidade de Camapuã, primeiro núcleo populacional do sul de Mato Grosso, apesar de também ter registros históricos da presença de negros escravizados não foi incluída na pesquisa que gerou este livro.

<sup>40</sup> Na *mita*, os indígenas eram sorteados para realizar um período de trabalhos compulsórios, vastamente utilizado na mineração, após a jornada de trabalho recebia-se uma pequena compensação pelos trabalhos. Na *encomienda*, havia uma troca, normalmente realizada com comunidades indígenas inteiras, enquanto o *encomendero* utilizava a mão de obra indígena em atividades agrícolas e de extração, ele também era

escrava ou semiescrava nas Entradas e Bandeiras da América portuguesa. Colonos ou fazendeiros “já recrutavam os nativos para os serviços de lavoura, caça, pesca e de guarda de seus estabelecimentos (MOURA, 2008, p.100)”. Outra característica apontada, a fronteira, é caracterizada pela política do Marques de Pombal, de defesa e militarização da região, via construção de Fortes principalmente, e é em torno dos primeiros fortes construídos na região sul de Mato Grosso que florescem as primeiras vilas da região, nas quais havia muitos escravos.

As autoras, Moura (2008) e Brazil (2002) concordam que à medida que diminui a quantidade de ouro a ser extraída das minas de Mato Grosso, os trabalhadores escravizados são obrigados a atuarem em outras áreas, momento em que a agropecuária e extrativismo tornam-se as opções mais rentáveis e de própria subsistência, a criação de animais, a produção de alimentos, de cana-de-açúcar, de rapadura, de aguardente, o extrativismo assentava-se na ipecacuanha, seringa e erva-mate.

Negros e negras também eram passíveis de aluguel. Nos jornais da época era comum anunciar-se o aluguel de escravos, na cidade de Corumbá, região portuária e de maior concentração de escravos no sul de Mato Grosso. Vários escravos eram jornaleiros, outros profissionais de algum ofício alugados a quem pagasse; os negros e as negras alforriadas possuíam um pequeno comércio ambulante, majoritariamente feminino, de tipo também visto nas redondezas de Minas Gerais no seu período aurífero, e em Cuiabá como descrito:

Mulheres negras forras, homens negros forros mulatos (as) e escravos (as) também fomentavam um pequeno ambulante comércio denominado de “negros de tabuleiro” (CORRÊA FILHO, 1969), o qual era responsável pela venda de gêneros alimentícios como bolos, doces, mel, pão, banana, fumo e bebidas, na vila de Cuiabá e nas minas auríferas [...] Entretanto, o governador de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, proibiu esse tipo de comércio nas minas de Cuiabá, pois achava que os negros (homens e mulheres) escravos ou forros poderiam comercializar produtos provenientes de roubo (SANTOS, 2010, p.121).

Alguns dados sobre a escravidão no sul de Mato Grosso nos ajudará a visualizar a composição racial da época, e demonstrará a proporção de negras e negros escravizados frente à população livre da mesma região. Iniciaremos por Corumbá.

---

responsável por oferecer uma educação cristã aos indígenas. A exploração indígena era de concessão da Coroa espanhola.

Cidade nascida de preocupações militares com a fronteira, tendo o Forte Coimbra e o povoado de Albuquerque como marcas de nascença, constituídos por braços negros, eles levantaram tais estruturas, visto que para construção do Forte necessitavam da ampliação dos trabalhadores e a opção foi pelos escravizados.

Dados apontados por um bispo diocesano, responsável pelas freguesias de Corumbá, apresentou um relatório em 1862 que afirmava que tinha uma população livre de 1100 indivíduos e 500 escravizados. Estes números antecedem a Guerra do Paraguai e abrangem os anos de 1864 a 1870, já os dados do censo realizado em 1872, portanto posterior ao conflito, caracteriza a população de Corumbá como tendo 3.361 livres e 275 escravizados. A pesquisadora Zilda Alves de Moura (2008) encontrou registros nominais de 287 escravizados em Corumbá no pós-guerra, apontando ainda que uma série de escravizados podem nunca ter aparecido, em sequer um documento. A autora ainda salienta que é um equívoco histórico referir-se apenas:

[...] a quantidade de trabalhadores escravizados somente no período pós-guerra e concluir que os números destes no sul de Mato Grosso foi irrisório e sem muita importância econômica e histórica no desenvolvimento da região (MOURA, 2008, p.228).

Como veremos em seguida a participação de negros na Guerra do Paraguai não foi pequena, e muito menos de apenas um lado do conflito. Muitos escolheram a Guerra por acreditar ser uma maneira de atingir a própria liberdade. No entanto, vários outros foram obrigados a se apresentarem para o conflito e ao lado de tropas escravistas, como a Guarda Nacional, foram vítimas de atos de violência mesmo em tempos de guerra.

A violência e o terror são marcas constituintes do processo de escravização, não apenas dos períodos de guerra. A submissão ao terror via cativo e todos os métodos violentos de impelir dor aos escravizados, na tentativa da manutenção do controle social são também registrados em nossa região, mas a resistência também foi uma constante e ambos conviveram no sul de Mato Grosso.

As marcas da violência eram anunciadas nos jornais pelos senhores, quando estes descreviam os seus escravos fugidos com marcas na testa, orelhas cortadas, dentes limados. No Brasil apenas os açoites oficiais eram públicos, mas instrumentos como as palmatórias, o tronco, marcas de ferro que, por vezes, traziam do embarque nos navios

negreiros, a máscara de flandres<sup>41</sup>, outros instrumentos de ferro e mutilações também são encontrados em registros:

Pelo alvará de 3 de março de 1714 ficaram os governantes da colônia autorizados a decepar uma orelha a todo trabalhador escravizado que pela segunda vez fosse capturado em quilombo. Por outro lado, temos registro de que, episodicamente, em engenhos e fazendas, lançou-se mão de castrações, amputações, extração de olhos, fraturas de dentes, desfiguração de faces, etc., como forma de castigar e aterrorizar cativos. (MOURA, 2008, p.315).

De acordo com Maria do Carmo Brazil (2002), a resistência ocorreu de diversas formas, e em meio à documentação há indícios de sabotagens e incêndios criminosos causados por negros, animais eram dispersos ou sacrificados. Um caso em especial chamou a atenção, o do Senhor Firmiano Firmino Ferreira Candido, morto por seus escravos.

Em 1878, numa fazenda próxima ao termo de Corumbá, no sul da província de Mato Grosso, dez escravos, auxiliados por camaradas, revoltaram-se e mataram um grande proprietário da região, Firmiano Firmino Ferreira Candido, e seu capataz João Pedro. Relata a documentação: “Na tarde do dia 15 corrente [janeiro] os indiciados, armados de espingardas, facas e espadas, dirigiram-se a margem esquerda do rio Paraguai (na baía do Chané) e ahi, a surpresa, desfecharam ou dispararam quatro tiros de espingarda sobre Firmiano que morreo instantaneamente, estando este deitado numa rede conversando com sua filha Gertrudes Candida Ferreira. [...]. Depois deste facto tomaram algumas espingardas que existiam na casa onde foi assassinado Firmiano, dirigiram-se [...] lugar denominado Ipiranga – e ahi, cerca de oito horas da noite, estando dormindo o capataz João Pedro, foi igualmente pelos mesmos assassinado com três tiros (BRAZIL,2002, p.120).

Não apenas o Senhor de escravos morreu, como após também foi morto a tiros seu capataz, João Pedro. De acordo com Brazil (2002) durante o processo que logo se instaurou, devido à gravidade do caso, o genro de Firmiano – Joaquim Ferreira Nobre atribuiu, o fato a castigos que seu sogro havia imputado a escravas da fazenda. Todos os envolvidos foram punidos, mas esse caso demonstra bem o teor das relações escravistas mantidas na região.

Maria do Carmo Brazil (2002) aproveita para combater a tendência inaugurada por Gilberto Freyre, mas usada ainda por Campestrini (2009) de tratar as relações escravistas no Brasil de maneira suave, branda: “*O mito da suavidade do escravismo no*

---

<sup>41</sup> Esta era usada para castigar os que exageravam com bebidas ou comidas e, relatos também mencionam que foram usadas em minas de diamante.

*Brasil desmonta-se ao se compreender que a violência senhorial era parte integrante e fundamental do sistema escravista (BRAZIL, 2002, p.85)”*.

Santana do Paranaíba, nessa região o maior escravista foi José Garcia Leal, ele, seus irmãos, e posteriormente seus descendentes se apossaram de muitas terras, que antes eram indígenas – dos Caiapós. Esta terra acrescida de gado, engenhos e cativos, todos alocados na região entre os rios Sucuriú, Paraná e Paranaíba, região que com mais ou menos umas quarenta famílias deu origem ao povoado de Santana do Paranaíba.

Em 1860, de acordo com registros cartoriais investigados por Zilda Moura (2008), 31 trabalhadores escravizados foram libertos por José Garcia Leal, recebendo suas cartas de liberdade. No entanto, os cativos não receberam as tais liberdades, visto que, um ano depois, foram todas revogadas, e a partir de então só podendo ser cumprida depois da morte do Senhor de escravos. Da mesma maneira, agiram seus irmãos, Januário Garcia Leal e Joaquim Garcia Leal, com relação aos seus trabalhadores escravizados.

Outros fazendeiros também foram proprietários de mão de obra escravizada na região, que em 1862 registrava em torno de 1.400 livres e por volta de 600 escravizados, dados informados por um bispo diocesano. Seguindo ainda os dados de Moura (2008), ela aponta que entre os escravos passíveis de registro na região de Santana do Paranaíba estavam distribuídos entre 58 proprietários, dentre eles um padre, Francisco de Sales Souza Fleury.

De qualquer forma, no censo oficial do Império, 1872, foram registrados 2.880 livres e 354 escravizados, sempre lembrando que tem uma guerra entre 1864 e 1870, sem contar que certamente, uma parte dos cativos nem sequer era registrada pelos proprietários, para evitar os impostos imperiais. Há ainda um registro que data de 1883, realizado por instituições da Vila de Santana do Paranaíba, que registram 413 escravizados na região.

Miranda, outra região com rastros de escravidão, inicia seu povoamento branco, no entorno do Presídio Militar de Miranda (1797), sendo que em 1835 o povoado é elevado à freguesia e em 1857 torna-se Vila de Miranda. Em 1862 a cidade registrou 720 livres e 100 escravizados, enquanto que em 1872 registra-se 3.710 livres para 142 escravizados, que apenas dois anos depois subia o número de escravizados de 142 para 207.

A tabela abaixo é uma representação dessa distribuição em números da população liberta e escravizada nas cidades de Corumbá, Santana do Paranaíba e Miranda. Omite-se desses números os que se circunscrevem as cidades de Nioaque e Camapuã, já que, a documentação, apesar de registrar a presença de cativos, é inconsistente para traçar os mesmos parâmetros adotados na comparação: entre população livre e escravizada, sobretudo,

entre 1862 e 1872, pois entre 1864 e 1870 compreende o período tido como Guerra do Paraguai.

Os dados do censo de 1872, dois anos após o fim da Guerra do Paraguai, registrou a presença de escravos no sul de Mato Grosso, sendo: 142 escravos em Miranda, de 275 em Corumbá e de 354 em Santana do Paranaíba (CAMPESTRINI E GUIMARÃES, 1991, p.96). A terceira coluna em Santana do Paranaíba e Miranda traz um leve aumento da população escrava após o censo de 1872, o mesmo não foi possível fazer com a cidade de Corumbá, por ausência de dados similares. No Brasil de modo geral ocorre esse movimento devido à quantidade de negros mortos em conflito, “antes da Guerra, os negros eram 31,2 % da população; depois, essa proporção cai pela metade” (CHIAVENATO, 1980, p.205).

**Tabela 1** - Relação da População Livre e Escravizada das Cidades de: Corumbá, Santana do Paranaíba e Miranda.

	Corumbá		Santana do Paranaíba			Miranda		
ANO	1862	1872	1862	1872	1883	1862	1872	1874
<b>LIVRES</b>	1.100	3.361	1.400	2.880	-	720	3.710	-
<b>ESCRAVIZADOS</b>	500	275	600	354	413	100	142	207

Fonte: Moura (2008).

Em Nioaque e Camapuã, também há resquícios históricos que comprovam a utilização de mão de obra escrava. Em Nioaque apenas um único documento foi encontrado, este relaciona os trabalhadores escravizados que foram negociados em Nioaque, entre 1883 e 1884, quatro escravos aparecem registrados e, em 1883, um recebe liberdade (APE, 1993).

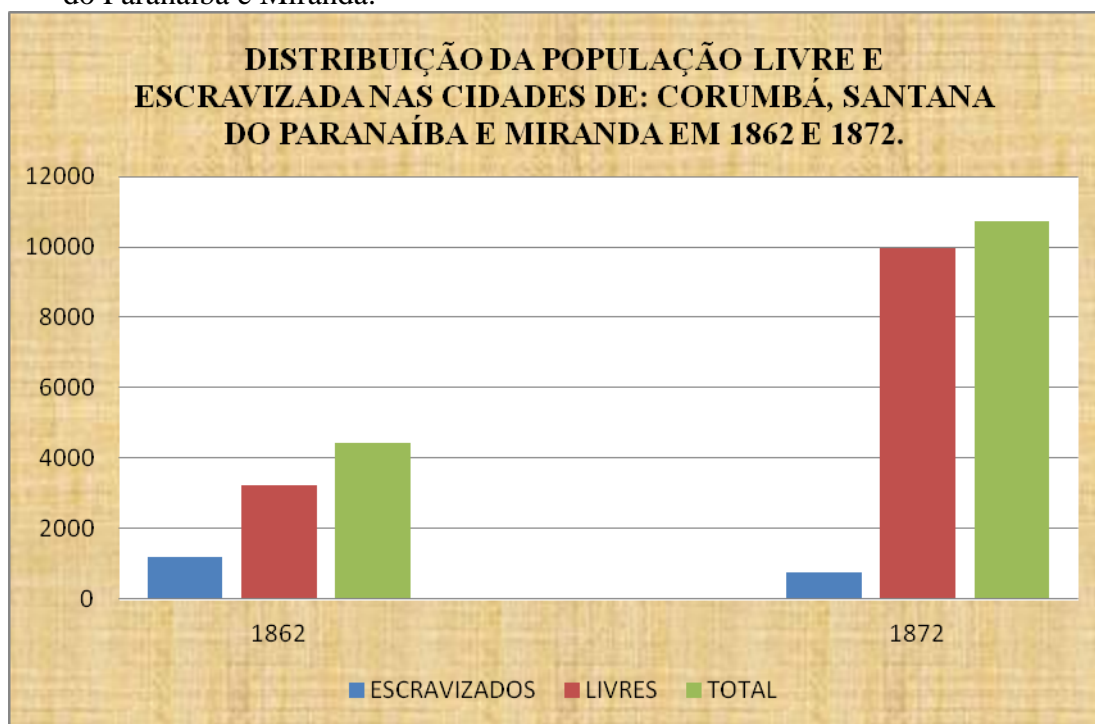
Já a fazenda Camapuã, até antes do primeiro censo em 1872, possui apenas relatos de viajantes, um deles, de um viajante francês, Hercules Florence, que afirma que entre 1825 e 1829 a região era composta de 200 indivíduos livres e 100 escravizados. Em 1867, com a região já em declínio econômico, Visconde de Taunay, registrou que na região havia apenas trabalhadores escravizados vivendo pobremente, até que em 1872 finalmente, através do censo, são registrados 75 escravizados na fazenda Camapuã.

O gráfico abaixo ajuda a visualizar melhor a distribuição da tabela, nas três cidades (Corumbá, Santana do Paranaíba e Miranda), somadas população livre e população escravizada. Podemos observar o tamanho da presença negra nessas cidades antes da Guerra do Paraguai, em contraste com 1872, já com políticas de imigração e povoamento para região

enormemente afetada no decorrer da Guerra. Houve a morte de muitos negros escravizados, da região e de outras do país, devido sua participação no conflito, na esperança de adquirir liberdade, ou como doação de ricos que queriam se ausentar dos combates.

Com este gráfico é possível perceber com maior facilidade que a presença negra no sul de Mato Grosso era uma parte bem mais representativa do que o período que precede a Guerra do Paraguai, no segundo conjunto de colunas. Reflexo das políticas de recrutamento no período de guerra; das políticas de imigração e povoamento do pós-guerra; e evidentemente de muitas mortes ocorridas em campos de batalha.

**Gráfico 1** - Distribuição da População Livre e Escravizada nas cidades de Corumbá, Santana do Paranaíba e Miranda.



Fonte: Brazil (2002)

Estes escravos não eram diferentes dos escravos de outras regiões do país, ou seja, sofreram com vários castigos físicos e com o terror oriundo de todo o processo de escravização, mas também, impeliu resistência ao sistema escravista; lutou bravamente sua guerra contra escravidão, e outra com contornos mais nacionais – a Guerra do Paraguai.

Mesmo com dados da escravidão e os fatos históricos aqui mencionados, o estado fez-se a opção pelo esquecimento, mesmo não podendo apontar o sul de Mato Grosso como uma área de grande contingente de escravizados, não se poderia nunca minorar a presença escrava na região.

### 2.3 GUERRA DO PARAGUAI (1864 – 1870): O REGIONAL E O RACIAL DO CONFLITO

O conflito ocorre em maior parte nas terras do sul de Mato Grosso, e altera sensivelmente a fisionomia da região, pois recebe militares de várias regiões do país e muitos deles acabam ficando em terras atualmente sul-mato-grossenses. Após conflito gera-se um aumento do povoamento na região<sup>42</sup>, já que exércitos de vários estados recuam da região e deixam um vazio de terras, que atraem em seguida, um novo processo de povoamento.

A guerra inicia com a invasão de terras brasileiras, via Província de Mato Grosso, autorizada pelo presidente paraguaio Solano Lopes. Conflitos ocorrem pelas águas e por terra e, com um contingente bem maior de soldados, os paraguaios avançam rapidamente, apreendendo o gado e explorando as regiões invadidas e as áreas próximas para manutenção do exército, tomam uma grande parte do sul de Mato Grosso sem grandes dificuldades. Uma ameaça já havia sido feita, ao Império brasileiro em 1864, no entanto, a Província de Mato Grosso, em sua área fronteira ainda se encontrava mal armada.

A princípio o Paraguai necessitava de uma saída para o Oceano para escoar sua produção nacional, e tornou-se conveniente um conflito por essas terras, já que estava se preparando há mais tempo para tal. Solano Lopes, após invadir essa região decide atacar o Rio Grande do Sul, e para tal é obrigado a também atacar a Argentina, via a Província de Corrientes, para chegar ao sul do Brasil. Esse ataque incentiva a formação de um acordo entre Brasil, Argentina e Uruguai, formando assim a Tríplice Aliança em maio de 1865.

A partir de 1865 inicia-se uma reação brasileira, um fortalecimento do exército e remanejamento de forças presentes na fronteira com o Uruguai<sup>43</sup>, e uma Força Expedicionária marcha para combater o exército Paraguaio. A situação é descrita da seguinte forma pelo historiador André Amaral de Toral (1995):

Os insuficientes efetivos do exército brasileiros foram reforçados, para a guerra, pelos contingentes da polícia e da Guarda Nacional das províncias do império. Criou-se em janeiro de 1865, além disso, os Corpos de Voluntários da Pátria para canalizar o movimento patriótico que, num primeiro momento, levou muitas pessoas a se alistarem para lutar contra a invasão paraguaia do Rio Grande do Sul e de Mato Grosso (TORAL, 1995, p.291).

---

<sup>42</sup> Vê-se isso parcialmente no gráfico 1.

<sup>43</sup> Em 1864, o Brasil estava envolvido num conflito armado com o Uruguai. Havia organizado tropas, invadido e deposto o governo uruguaio do ditador Atanasio Aguirre, que era líder do Partido Blanco e aliado de Solano López.

Os Corpos de Voluntários da Pátria são apontados, como nada voluntários, sendo na verdade, um recrutamento forçado. Os cidadãos do Império, muitas vezes usavam de artifícios para esquivar-se do alistamento, quase sempre doando recursos, equipamentos e escravos, e os que se alistavam muitas vezes “compravam” suas patentes, e acabavam mantendo as relações de senhor e escravos no exército. Aos pobres não restavam muitas alternativas, sendo a fuga a mais comum, enquanto que para o escravo restava lutar a guerra do Império (TORAL, 1995). Os negros lutaram de ambos os lados do conflito, visto que o Paraguai também se serviu dos mesmos artifícios para os horrores do conflito.

Com algumas batalhas marcantes e com grandes marchas, combates nos rios e as retomadas de Corumbá, Miranda, até o cerco ao presidente paraguaio Solano Lopez, que terminou morto, decorreram os seis anos de conflito que se encerrou no dia 1º de março de 1870. O fim do conflito é tido como marco para um impulso populacional na região sul de Mato Grosso (BITTAR, 2009).

Deste conflito muitos dos nossos heróis sul-mato-grossenses “atuais” se forjaram, lembrados inclusive em nosso hino de MS <sup>44</sup>: “[...] *Vespasiano, Camisão/ E o tenente Antonio João,/ Guaicurus, Ricardo Franco,/ Glória e tradição!* [...]” a exceção de Vespasiano, que faz menção a uma ideologia divisionista do sul de Mato Grosso, os demais citados fazem referência a Guerra do Paraguai. Constitui-se aqui um ponto importante da memória coletiva do sul-mato-grossense, desse conflito maior parte dos seus heróis se forjaram.

Raymundo Faoro, comentando a Guerra do Paraguai, com os olhos voltados para modernização <sup>45</sup> de uma nação, afirma que:

O País se engajara numa guerra continental, que, a julgar pelos precedentes, prometia não ser mais que uma excursão nas fronteiras do Sul. A penosa e angustiada vitória, depois de quatro anos inglórios, mostrara a fraqueza e o atraso do País. Se o País era atrasado, cumpria formar, sobre o retardatário, um país diferente, para outras guerras. Esta visão do País com relação *a outro* é uma visão pombalina, o criador, em língua portuguesa, do Exército permanente. A tarefa se definia, quer pela ideologia, quer pelos fatos históricos — em lugar de tarefa pode-se falar em missão — para instituir o progresso no trópico, além dos limites do comercialismo, que gerara o Império exportador e importador (FAORO, 1992, p.12).

---

<sup>44</sup> Verificar Hino de Mato Grosso do Sul no anexo A

<sup>45</sup> Faoro apresenta uma diferença entre modernidade e modernização: “a modernidade compromete, no seu processo, toda a sociedade, ampliando o raio de expansão de todas as classes, revitalizando e removendo seus papéis sociais, enquanto que a modernização, pelo seu toque voluntário, se não voluntarista, chega à sociedade por meio de um grupo condutor, que, privilegiando-se, privilegia os setores dominantes. Na modernização não se segue o trilho da “lei natural”, mas se procura moldar, sobre o país, pela ideologia ou pela coação, uma certa política de mudança (FAORO, 1992, p.8).”

Com o fim da Guerra do Paraguai, a demarcação das fronteiras era questão imediata, e foi encerrada em 1874. Quanto aos negros, voltaram cerca de 20 mil negros, morreram ao longo dos seis anos de conflito entre 60 e 100 mil negros no Brasil (CHIAVENATO, 1980, p.199). Tomás Laranjeira recebe uma concessão imperial de terras no sul de Mato Grosso, em dezembro de 1882, através do decreto imperial número 8.799, e inicia seus trabalhos no sul de Mato Grosso com a Companhia Mate Laranjeira<sup>46</sup>, explorando mão de obra paraguaia e indígena – de baixo custo. A empresa, apoiada por políticos influentes chega a atuar numa área superior a 5.000.000 hectares, no cultivo de erva-mate.

Vinculados aos efeitos da guerra no sul de Mato Grosso, as atividades da Companhia Mate Laranjeira e posteriormente, a Ferrovia Noroeste do Brasil<sup>47</sup>, fundada em 1905, contribuíram para o povoamento branco e para o ideal de modernização da região. Campo Grande, atual capital de MS, muito deve esse título, aos trilhos que chegaram à cidade;

De fato, se houve algo marcante no início da história de Campo Grande foi a Noroeste do Brasil. Mas, além dela, outros povoados surgiram ou foram incrementados, de tal forma que a chegada dos trilhos no Centro-Oeste é tida como alavanca propulsora do seu povoamento (BITTAR, 2009, p.56).

Temos que a Guerra do Paraguai dizimou grande parte da população platina, e principalmente, do povo, visto que a elite é mais uma vez, o último corpo a ser baleado. Esta Guerra criou um vácuo na região e de certa maneira, colabora com as aspirações da política de imigração, que aumentam após a lei Áurea, em 1888. Estas políticas traziam um recorte racial, pois, buscavam também branquear a população nacional, como apregoada por alguns cientistas e políticos brasileiros do século XIX, evidentemente embebidos da ciência europeia. Conscientemente ou não, a Guerra do Paraguai impulsionou a alavanca das políticas de branqueamento no país, fortalecendo teorias racistas e de arianização do país, que indicavam o branqueamento como “solução racial” para o Brasil (CHIAVENATO, 1980).

---

<sup>46</sup> A Cia. Mate Laranjeira, uma sociedade anônima fundada no Rio de Janeiro, em 1891, com o fim de explorar os ervais nativos na porção sul do então estado brasileiro de Mato Grosso, organizou nessa época um vasto circuito mercantil interligando as áreas de produção e consumo de sua erva-mate (QUEIROZ, 2012).

<sup>47</sup> De fato, num contexto ricamente contraditório, o objetivo político-estratégico da ferrovia (eliminar a dependência brasileira em relação à via platina) devia cumprir-se mediante o desempenho de uma missão econômica (desviar os fluxos de comércio da calha do rio Paraguai no rumo direto do Sudeste brasileiro). [...] no trecho sul-mato-grossense, contudo, a estrada assumiu claramente um sentido predominantemente político-estratégico, tanto que ela foi, desde o início, assumida pelo governo federal – que logo, aliás, encampou também o trecho paulista, de modo que toda a NOB, de Bauru a Porto Esperança, configurou-se a partir de 1918 como uma ferrovia estatal (QUEIROZ, 2004).

Os negros que permaneceram após a Guerra do Paraguai nem foram citados, apesar de Santos (2010), afirmar que vários negros aqui permaneceram após o termino dos conflitos:

Após o conflito com o Paraguai, vários ex-combatentes, entre os quais negros alforriados, se fixaram nas terras do sul de Mato Grosso. Muitas vezes eram terrenos que eles haviam palmilhado no decorrer da guerra. Mesmo com esse renovar populacional, a Província ainda convivia com antigos problemas de antes da guerra: a falta de mão de obra nas lavouras; a dificuldade nos transportes e a peste das cadeiras (SANTOS, 2010, 158-159).

Em 1871, temos a aprovação da Lei do Ventre Livre no Brasil, e com isso o presidente da Província de Mato Grosso, Francisco José Cardoso Junior, tenta dificultar a entrada de escravos na Província, para incentivar a entrada de outro tipo de mão de obra, sendo eles, colonos de preferência europeus. Segundo suas palavras:

Me parece proveitoso que procuremos dificultar todos os dias e por todos os modos a importação de escravos para Mato Grosso. Essa dificuldade traz, a meu ver, maior facilidade na introdução de colonos que venhão rotrear a terra e que com experiência ensinem aos naturaes o melhor meio de obter pelo trabalho do homem livre a vantagem sobre o trabalho do homem escravo (*apud.* SANTOS, 2010, p.161).

Bittar (2009) afirma que a Guerra do Paraguai fez com que muitas famílias dispersassem, e o território ficou ainda mais atraente para as novas levas de povoadores após 1870. Com o término do conflito, foram se moldando os padrões do estado a uma região de pecuária, “*Vê-se, assim, que enquanto o ouro fez Cuiabá, as pegadas do boi configuraram o sul. Um século, porém, é o tempo que separa os dois eventos*” (BITTAR, 2009, p.50).

A modernização apontada por Faoro (1992) é vista no atual MS como as mudanças, que de certa forma começaram a ocorrer com o fim da Guerra do Paraguai: o crescimento da população e surgimento de mais cidades, o fortalecimento da pecuária – de onde descende a elite regional, e por último, e com certeza não menos importante, a construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil. A Cia. Estrada de Ferro Noroeste do Brasil se instala em 1904, para construir a ligação Uberaba-Coxim, e acabou por passar por Campo Grande, fortalecendo-a como uma capital comercial do eixo sul de Mato Grosso.

## 2.4 O DIVISIONISMO E A DIVISÃO DO ESTADO

De acordo com Campestrini e Guimarães (1991) há dois momentos emblemáticos apontados na história do divisionismo do estado de Mato Grosso e ocorrem em, 1892 e 1932. O primeiro, a tentativa de criar um novo estado, no entanto, separando-se da federação brasileira, e não apenas o sul do norte, mas todo o estado de Mato Grosso. Em 1892, os rebelados do sul estavam sob as ordens do Coronel Barbosa. Essa tentativa é caracterizada pelos autores como esdrúxula.

Outro momento, em 1932, a partir da Revolução Constitucionalista houve uma tensão entre Norte e Sul de Mato Grosso, segundo ainda Campestrini e Guimarães (1991) criou-se o “estado de Maracaju”, que abrangia quase a totalidade do sul de Mato Grosso, e teve como primeiro governador Vespasiano Martins (CAMPESTRINI E GUIMARÃES, 1991).

Já a pesquisadora Marisa Bittar (2009) aponta que o primeiro momento, 1892, próximo do início da I República, é devido a uma tentativa de substituição dos chefes de governo pelos da oposição, este conflito pleiteou até a criação da República Transatlântica de Mato Grosso, sendo assim, mais separatista do que propriamente divisionistas. O episódio já pintado como “esdrúxulo” por Campestrini e Guimarães, se dá exatamente no conflito que opôs dois coronéis com tropas de Antônio Maria Coelho contra as do vice-presidente Generoso Ponce, que defendia o presidente Manuel Murinho e a manutenção de seu cargo. A separação foi assumida pelas tropas de Antônio Maria Coelho e correligionários, e segundo Bittar (2009) os revoltosos falavam em nome de Mato Grosso e não do “sul” de Mato Grosso, afirmando que devia se desmembrar do Brasil e juntar-se às Repúblicas do Prata.

Já em 1932, na segunda exteriorização de ideias divisionistas, como apontado por Campestrini e Guimarães (1991), se dá no contexto da Revolução de 1930, na qual novas lideranças políticas de Campo Grande apoiaram São Paulo. Vespasiano Martins, então prefeito de Campo Grande, é empossado em 1932 por Bertoldo Klinger, para chefiar o governo constitucionalista de Mato Grosso. No entanto, Bittar (2009), discordando de Campestrini e Guimarães (1991), demonstra com melhores argumentos e fatos que, a causa divisionista não esteve presente neste fato histórico, uma vez que o próprio Vespasiano declara, não ser um movimento divisionista e sim de apoio a São Paulo, “*pela volta do país ao regime da lei* (p.172)”. E não assina como governador do estado de Maracaju, e sim como interventor federal.

Ambos os eventos, como demonstrado por Bittar (2009), apesar de serem os ápices históricos que antecedem o desejo divisionistas da região, também se mostram frágeis para afirmar que a força dessa ideologia gerou a criação de MS, apesar de que, certamente serviu de argumentos favoráveis à decisão. A Liga Sul-Mato-Grossense, nascida no Rio de Janeiro e no ano de 1932, ainda sobre os auspícios da Revolução de 1932, é formada por universitários mato-grossenses da elite agrária, tem o objetivo de lançar a luta pela divisão do estado no espaço público, pedido que chega a ser pleiteado na Constituinte de 1934, que acaba por não acolher o desejo divisionista.

Bittar (2009) tenta demonstrar no decorrer de sua obra, que o divisionismo não foi causa pétrea do sul do Mato Grosso, e desmistifica a existência de heróis da divisão, mostrando que o divisionismo se mesclava a interesses difusos de grupos locais da elite, uma vez que a participação popular foi pífia. Como afirma:

[...] as minhas contribuições mais significativas dizem respeito aos “líderes” e “heróis” relacionados ao processo divisionistas e, também aos episódios de 1932 no sul de Mato Grosso, que redundaram, segundo trabalhos anteriores ao meu, principalmente os do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, no “primeiro governo autônomo” da região, isto é, de Mato Grosso “dividido”. Aqui procurei demonstrar que não existem os ditos “heróis divisionistas” e nem ocorreu governo autônomo no sul de Mato Grosso em 1932 (BITTAR, 2009, p.24).

O regionalismo do sul de Mato Grosso foi fomentado por uma elite hegemônica da região, que se via sobrepujada pelo norte, apesar de um desenvolvimento econômico maior, a saída para os sulistas se materializava na divisão. Os desejos políticos dessa elite hegemônica aliou-se ao sentimento de não pertencimento a Cuiabá por parte dos fazendeiros do sul, assim convergiram desejos políticos e econômicos (BITTAR, 2009).

Queiroz (2005; 2007) defende que o divisionismo era apenas parte de uma estratégia, por parte da elite campo-grandense, uma tática com o objetivo de ascender no poder político. A Liga Sul-mato-grossense, que encampou essa causa divisionista, arrefece muito já no final dos anos 1930, há uma marginalização da tese do divisionismo no estado, até as proximidades da divisão. O motivo segundo o pesquisador, é que a elite sulista conquista espaços de poder, inclusive estadual, e não seria mais cômodo pôr em risco os espaços conquistados, por isso a divisão ocorre à revelia das populações, tanto do sul quanto do norte de Mato Grosso.

Queiroz (2005; 2007) demonstra que os caminhos do divisionismo e da divisão não foram trilhados linearmente, ou seja, no momento em que o divisionismo foi mais

forte (1932-1934) não ocorreu a divisão, que de fato, só ocorreu quando o divisionismo estava inerte. MS em 1977 foi uma surpresa, restando a alguns historiadores, principalmente aos vinculados IHG-MS a construção de uma história do MS com heróis de divisionismo, de lutas, mitos, símbolos e outros adornos necessários à criação de uma comunidade imaginada.

Em outras palavras, a “chama” do divisionismo – que, na verdade, antes havia chegado mesmo a quase apagar-se – é figurada como permanentemente acesa, desde os fins do século XIX. Enfim, criam-se mitos como o da suposta existência, em 1932, do “Estado de Maracaju” (QUEIROZ, 2007, p.159).

Dessa maneira a pergunta que permanece é de que maneira então surge em 1977 a divisão do Mato Grosso? Campestrini e Guimarães (1991) numa perspectiva de que houve alguns líderes do divisionismo aponta que a Liga Sul-Mato-Grossense, instituição criada em prol da defesa da autonomia do sul desde 1932, chegou a encaminhar abaixo-assinados às constituições federais em 1934 e 1946, solicitando a criação de um novo estado na região. No entanto, apesar da atuação política nada aconteceu nesse sentido. Somente em 1974, quando o governo federal publica através da Lei Complementar nº 20, as normas para criação de novos estados na federação, é que reacende a chama do divisionismo, e a Liga Sul-Mato-Grossense, que estava sendo presidida por Paulo Coelho Machado, encaminhou dados que alimentaram a decisão de 1977, de acordo com Campestrini e Guimarães (1991): “*Os integrantes da Liga, trabalhando com competência, rapidez e sigilo, forneceram ao governo federal subsídios necessários a viabilização do projeto, incluída a minuta da lei complementar* (p.140).”

Marisa Bittar discorda do protagonismo do papel da Liga Sul-Mato-Grossense na decisão de criar o estado de MS, atribuindo à geopolítica do regime militar de ocupar áreas pouco povoadas, a maior influência na decisão. De acordo, com Bittar (2009) “*no aspecto da ocupação de áreas “desintegradas”, encontrou respaldo no histórico regionalismo pela criação de uma unidade federativa no sul de Mato Grosso*” (BITTAR, 2009, p.298). Segundo a autora, a decisão era parte de uma estratégia de desenvolvimento, que somava interiorização do país e integração nacional, e em nenhum momento um plebiscito em ambas as regiões foi opção para decidir sobre a divisão de Mato Grosso, isto é, MS nasce de uma decisão autoritária, apesar de movimentos divisionistas atuarem, e mais uma vez sem líderes ou heróis a serem cantados.

## 2.5 DO ESTADO MODELO AOS GOLPES POLÍTICOS

As forças políticas de Mato Grosso estavam em maior parte contentes com o regime militar. A defesa da integração nacional assumia uma postura que agradava os grandes fazendeiros do Mato Grosso uno, o que torna a divisão, para os grandes fazendeiros do sul, uma grata surpresa, já que acontece no arrefecimento da causa divisionista no estado.

A questão objetiva da superioridade econômica do sul sobre o norte e dos condicionantes geográficos gerou, ao longo do tempo, uma situação propícia ao regionalismo, que só a divisão resolveu [...] Portanto, podemos dizer que a obsessão dos grandes fazendeiros do sul se concretizou “na última hora” (BITTAR, 2009, p.309).

A sessão de 14 de setembro de 1977, no Congresso Nacional, aprovou a criação de MS, que no início era para ser chamado de estado de Campo Grande, alterado em agosto, para MS. O presidente Geisel, foi o “*autor da divisão*”, que não gerou participação popular, mas uma concepção de estado-modelo, a partir 11 de outubro de 1977 (BITTAR, 2009).

Esta concepção de estado-modelo já estava sendo veiculada desde abril de 1977 de acordo com a historiadora Marisa Bittar (2009). Apontava-se que no novo estado tudo seria diferente, com muitas inovações técnicas principalmente, uma vez que o regime militar opera com um processo de despolitização tanto do Estado como da Sociedade em nome da segurança nacional. A criação de um novo estado gerou anseios por novos padrões, uma estrutura inovadora, esperava-se o melhor para MS, e tentou-se.

A concepção do governo militar (1964 – 1985) de Estado é, de trata-lo como “qualquer empresa” e com um fim não político. A razão técnica torna-se o discurso predominante no Estado. Ainda com a ideologia de um “estado modelo” MS se reveste desses moldes tecnocratas.

Inaugurou-se o princípio do “planejamento participativo”, o planejamento como método de governo. Harry Amorim Costa, primeiro governador do estado, veio acompanhado de Jardel Barcellos, um dos formuladores dessa concepção, e já havia participado da fusão do estado do Rio de Janeiro com a Guanabara. Ele fazia parte da equipe do governador, no entanto, logo surgiram empecilhos políticos, os políticos locais rapidamente começaram a criticar o governo. “*O fato é que a equipe parecia um tanto otimista, talvez desconhecendo ou minimizando o poder dos caciques políticos mato-grossenses* (BITTAR, 2009, p.358).”

A própria ideia do planejamento participativo já apontava para os avanços que a democracia vinha obtendo no regime, a luta da sociedade pela democracia estava encorpando e ganhando reconhecimento na esfera nacional, o que reverberava nessa região. O governador, Harry A. Costa, que por diversas vezes afirmava que seu governo não era político e sim técnico acabou sendo derrubado pelos políticos, ainda no sexto mês de atuação tendo governado de janeiro a junho de 1979 e, conforme analisa Marisa Bittar:

A destituição de Harry Amorim Costa mostra, portanto, que a elite política do sul, beneficiada pela divisão de Mato Grosso, não tinha compromisso com a construção de um estado diferente daquele que criticavam e que servia ao “mando de Cuiabá”, pois não toleraram a intenção de Harry de implantar uma estrutura de governo diversa daquela (BITTAR, 2009, p.362).

A queda do Governador, só foi possível devido à atuação da nossa Assembleia, que apoiou a saída do então governador, mesmo tendo um dia antes lavrado em ata um documento – Manifesto dos Onze – afirmando ser solidário ao Governo. Esse apoio era extremamente fictício, as facções que compunham o poder político local em nenhum momento se mostraram receptivas a um governo que vinha fora, frequentemente sendo acusado de desconhecer a realidade regional, pelos dois grupos que polarizavam o cenário político da época, de Pedro Pedrossian e José Fragelli;

A causa aparente para derrubada de Harry Amorim Costa consistia em acusar o seu governo de hostilizar a “classe política”. Nisso era possível obter consenso de ambas as correntes, pois essa “classe” reduzia-se, na verdade, a todos aqueles que acreditavam ter forças suficientes para terem sido indicados por Geisel e, no entanto, haviam sido preteridos pelo “alienígena”, “o gaúcho Amorim” (BITTAR, 2009, p.165 vol.2).

A queda de Harry em 1979, que governou praticamente tempo suficiente para aprovação de uma constituição estadual, desenrolou outro entrave pela nomeação do próximo governador, que apesar de imensos esforços para nomear Pedro Pedrossian, o nome escolhido foi de Marcelo Miranda Soares. José Fragelli argumentava que assumiu muitos débitos após o governo de Pedrossian no Mato Grosso.

Marcelo Miranda torna-se assim, o segundo governador e, o segundo destituído do estado, que se imaginou modelo, e assim se põe a última pá de cal nessa ideologia de curta duração no MS. Miranda já assume em posição delicada em 1979, uma vez que o apoio de Pedrossian, agora senador, era composto de exigências políticas que eram frequentemente alvo das críticas de seus opositores na Assembleia. Marcelo Miranda

governou um pouco mais que um ano, sendo substituído por Pedro Pedrossian que enfim alcança o cargo quisto, de governador do MS, ainda em 1980. Nos períodos de vacância entre os governadores, quem assumiu o posto foi o presidente do Legislativo Londres Machado.

O crescimento da oposição ao regime ditatorial, concomitante aos novos avanços da sociedade civil no Brasil colabora para que Pedrossian assumisse o governo estadual, visto que aos poucos ele passava a ser visto com a condição de derrotar a oposição no estado do MS, de acordo com o ARENA. A destituição de Marcelo Miranda e em seguida a nomeação de Pedrossian contribuíram para sua coligação nas eleições de 1982. Devido à proximidade, no entanto, venceu a oposição: Wilson Barbosa Martins.

As eleições estaduais de 1982 propiciam uma estabilidade institucional a MS, que já havia sofrido sucessivas destituições, acabaram imputando uma derrota à ditadura, e configuraram nova polaridade política entre: Pedro Pedrossian e Wilson Barbosa Martins até 1998. Em 1998, José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT, é eleito governador no MS. Após derrota para André Puccinelli pela prefeitura de Campo Grande em 1996, por apenas 411 votos, Zeca do PT foi reeleito em 2002. Em 2006 assume o governo André Puccinelli, que após reeleição em 2010 ainda cumpre mandato.

## 2.6 MATO GROSSO DO SUL: O FORJAR DE UMA IDENTIDADE REGIONAL

É importante salientar que o estado possui somente 36 anos, e apesar de alguns aspectos identitários terem sido mantidos desde 1934, a identidade regional é buscada de um movimento do presente para o passado. Ou seja, pesquisadores contemporâneos, com especial atenção aos vinculados ao IHG-MS, e o estado, buscam em referenciais do passado forjar a identidade regional. Este movimento é comum mesmo entre nações que se formaram no século XVIII e XIX como demonstra Benedict Anderson (2008).

Evidentemente muitos traços culturais, alguns de interesse do estado e dos “homens de letras”, e outros não, fazem parte do cotidiano de muitos sul-mato-grossenses. A presença de muitos e grandes rios no estado traz alguns hábitos ribeirinhos; o consumo do tereré como bebida típica local; a música de forte influência Paraguaia e gaúcha, mais atualmente os embalos do sertanejo universitário. No entanto, festejos como o Banho de São João em Corumbá ou a festa da Comunidade Tia Eva<sup>48</sup> são esquecidos no estado.

---

<sup>48</sup> O Banho de São João é tradicional na cidade, acompanhado de outras festividades religiosas, enquanto que a festa de São Benedito em 2013 completou 94 edições.

Retomando os aspectos pedagógicos e performáticos já defendidos por Homi Bhabha (2010), observaremos a tentativa de impregnar o presente de um passado selecionado, e a partir desse passado, apontar características presentes no cotidiano do povo sul-mato-grossense. Autores chegam a retornar as origens espanholas do território<sup>49</sup>, para contrastá-las com o norte do então Mato Grosso (AMARILHA, 2006).

MS possui grande parte de sua identidade forjada no contraste, principalmente em relação a Mato Grosso, mas também com relação a suas fronteiras. Inicialmente, as primeiras tentativas de construção de uma identidade no sul do Mato Grosso, foram na década de trinta do século XX, capitaneada pela Liga Sul-mato-grossense, nascida no fim de 1932 em defesa da causa divisionista. Os documentos publicados por essa Liga<sup>50</sup> trazem as primeiras tentativas de formação da identidade sul-mato-grossense, numa opção, que era bem política na época, de polarizar o “sul” em relação a Cuiabá.

A modernização, também é objetivo da Liga Sul-mato-grossense no início dos anos 1930, que nos melhores anos de uma ideologia divisionista, apontava o sul Mato Grosso, como capital econômica do estado, rechaçando todos os traços de barbárie atribuídos ao sertão e a Mato Grosso uno. Em um dos documentos da Liga Sul-mato-grossense: A divisão de Mato Grosso: resposta ao general Rondon, chega a demonstrar o orgulho que se tinha no Sul a “eugênica mocidade<sup>51</sup>” (*apud.* QUEIROZ, 2007, p.148).

A eugênica mocidade demonstra as características raciais presentes no ideal de modernização que caminhou desde o fim da Guerra do Paraguai, até pelo menos, o início da década de 1930 com a Liga Sul-mato-grossense. Campestrini e Guimarães retratando a modernização no sul de Mato Grosso:

---

<sup>49</sup> No livro: História de Mato Grosso do Sul (1985), de José Barbosa Rodrigues apresenta-se no primeiro capítulo a história do sul de Mato Grosso, que antes de ser português foi espanhol, relatando este período como elemento integrante de uma história sul-mato-grossense, e uma diferença entre MS e MT (AMARILHA, 2006, p.190).

<sup>50</sup> A Liga Sul-mato-grossense foi criada no Rio de Janeiro, e lança três documentos: Um manifesto aos habitantes do sul de Mato Grosso (1933), Um manifesto da mocidade do sul de Mato Grosso ao chefe do Governo provisório e a Assembleia Constituinte (1934), e uma representação dos sulistas ao Congresso Nacional Constituinte (1934). Um quarto documento foi assinado pelos integrantes da Liga, rebatendo algumas críticas do General Rondon, intitulava-se Divisão de Mato Grosso: resposta ao General Rondon (QUEIROZ, 2007, p.145).

<sup>51</sup> Por eugenia tomamos: A parte da Ciência que estuda as condições mais propícias à reprodução e melhoramento da raça humana, tendo grandes vínculos com o higienismo e sanitarismo no Brasil. Surgiu a partir de ideias de Francis Galton (1822-1911). Fruto do início do século XIX no Brasil, teve seu ápice após 1930. “Para que a “raça nacional” pudesse ser transformada nesta tão sonhada “elite de eugênicos”, os eugenistas entendiam que atitudes radicais como a esterilização, pena de morte, controle rigoroso da entrada de imigrantes, obrigatoriedade do exame pré-nupcial, proibição do casamento inter-racial e de portadores de doenças contagiosas, entre outros, precisariam ser observadas [...] (SOUZA, 2005, p.06-07).

E em 1943, já na segunda República, nasce a Colônia Agrícola Federal de Dourados, e também o território federal de Ponta Porã, numa iniciativa de povoar as fronteiras do Brasil. A II Guerra Mundial e o avanço da mecanização agropecuária, trouxeram alguns resultados à região do sul de Mato Grosso, com financiamento do Governo e programas energéticos, que trouxe mais uma série de mudanças, o nascimento de várias cidades, Universidades, estradas e um estado em 1977, chamado Mato Grosso do Sul. Muitos foram os grupos de gaúchos que vieram para as atuais terras sul-mato-grossenses, trazendo seus costumes *e seu honrado trabalho para o término da reconstrução após a guerra* (CAMPESTRINI E GUIMARÃES, 1991, p.106 grifos nosso).

A presença dos gaúchos é vinculada ao melhoramento da pecuária local, e cada vez mais essa atividade econômica ganha contornos hegemônicos nessa região do país, entretanto, mais do que isso, assim como a presença gaúcha é elogiável em nossas terras, ela está também fortemente atrelado ao valor do trabalho. Enquanto, os negros, que de fato, levantaram os primeiros fortes trabalharam nos presídios e morreram na Guerra do Paraguai são simplesmente esquecidos da historiografia regional, que até a década de 1930 ainda se via como portadora de uma “mocidade eugênica”, motivo de orgulho regional.

Paulo R. Cimó Queiroz (2007) analisa os documentos da Liga sul-mato-grossense na perspectiva de reconhecer nestes, a gênese de um movimento pela construção da identidade sul-mato-grossense, em contraste a Cuiabá principalmente, visto que a demanda de políticos locais era por poder no estado. Aponta as seguintes características:

Assim, desde logo creio ser possível dizer que o referido empreendimento dos divisionistas sulistas se desenvolve em duas direções principais: 1) atribuição do “estigma da barbárie” exclusivamente às populações do “Norte”, do que resulta a negação, no geral, da “identidade mato-grossense” antes elaborada pelos intelectuais nortistas; 2) apropriação e transformação de alguns elementos da mesma identidade, que são então aplicados exclusivamente ou preponderantemente à porção sul do estado. Além disso, os documentos enfatizam um aspecto destinado a cumprir, naquele momento, uma importante função identitária, a saber: a opressão do Sul pelo “Norte” (QUEIROZ, 2007, p.145).

Adotando esses documentos como contendo a gênese da tentativa de criação de uma identidade sul-mato-grossense, os mesmo documentos vangloriam a “eugênica mocidade” sul-mato-grossense. Fato é, que posterior a Liga, há um “quase vazio” na construção de uma identidade regional, até a divisão do estado finalmente acontecer. Momento em que os “homens de letras” passam a ter fundamental papel na construção e valorização de uma identidade regional. Os “homens de letras” eram os sócios do IHG-MS e

da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, e tentam projetar a identidade regional entre seus cidadãos (AMARILHA, 2006).

Podemos fundamentar a identidade regional na alteridade, principalmente com Cuiabá (QUEIROZ, 2007; AMARILHA, 2006); em contraste com os indígenas, que não representam a modernidade quista, sendo quase sempre um personagem romantizado e não, sujeitos de história (SOUZA, 2008; FERREIRA, 2009); com os países de fronteira, Paraguai e Bolívia (CAETANO, 2012; BALLER, 2008); e no “esquecimento” dos negros (ARAUJO, 2008; BRAZIL, 2002; MOURA, 2008).

A divisão do estado, tida como uma surpresa aos moradores do Mato Grosso uno, fez com que as bases simbólicas mais sólidas permanecessem em Cuiabá, as tradições literárias e históricas eram de Mato Grosso. Coube ao MS inventar sua tradição, fortalecer uma identidade.

Performativamente, lembramos e comemoramos episódios da Guerra do Paraguai como a Retirada da Laguna, a Batalha naval de Riachuelo, Batalha de Cerro Corá. Monumentos em homenagem ao Tenente Antonio João, Guia Lopes da Laguna, Coronel Carlos de Moraes Camisão. A bandeira e o hino de MS representam parte dessa identidade regional, rememorando alguns “heróis”, mas, exaltando, os nossos “celeiros de fartura”, a riqueza de nossos rios, campos e matas. A natureza e o campo são constantemente propalados, apesar de algumas vezes ser tão contraditória a relação, se levarmos em consideração a polaridade desenvolvimento e sustentabilidade<sup>52</sup>.

Aspectos da cultura regional são marcados pela hibridação, principalmente a música e a literatura. Houve uma tentativa, por parte dos “homens de letras”, ligados principalmente ao IHG-MS de fazer do Pantanal, um símbolo cultural do estado. Da mesma maneira que buscou criar heróis, mitos e outros símbolos que pudessem diferenciar o estado de outras unidades federativas.

Na música o mesmo movimento foi criado, tendo o Pantanal<sup>53</sup> e as belezas naturais como sendo um signo do regionalismo. Ao mesmo tempo observamos uma aproximação muito grande com a cultura musical dos países fronteiriços, principalmente Paraguai (CAETANO, 2012).

---

<sup>52</sup> Em agosto do ano passado (2012), os Ministérios Públicos Federal e Estadual do Mato Grosso do Sul ingressaram com Ação Civil Pública na 1ª Vara Federal de Coxim (MS) para suspender a instalação de 126 empreendimentos hidrelétricos no entorno do Pantanal. A ação foi movida contra a União e os Estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. In: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1216468-projetos-de-usinas-hidreletricas-no-pantanal-sao-paralisados-pela-justica.shtml>; Ainda nesse ano de 2013, senadores tentam combater o assoreamento dos rios para tentar reverter a inundação permanente em áreas do Pantanal, pois comprometem as estratégias produtivas na região. In: <http://www.falams.com/?p=142519>.

<sup>53</sup> O Pantanal, enquanto ecossistema abrange as regiões de Mato Grosso (35%) e Mato Grosso do Sul (65%).

Além disso, é possível notar que símbolos como o *Pantanal* e a *Fronteira* são os dois principais índices identitários dessa música sul-mato-grossense; o primeiro enquanto temática, a segunda enquanto suporte. Ou seja, é uma fusão entre os temas relacionados ao universo natural e cultural pantaneiro, somado as influências da música paraguaia [...] Como se percebe, a história de Mato Grosso do Sul, uma região que elegeu o Pantanal como cartão de visitas, que valorizou a influência da cultura paraguaia, perpassa pela história da sua música regional. Igualmente, é inegável que os artistas envolvidos nesse processo contemham sua parcela de responsabilidade na formação dessas identidades culturais sul-mato-grossenses (CAETANO, 2012, p.98-99).

Através da música percebemos a influência da fronteira em nossa cultura. De maneira mais aguda, mas também nos desvencilhamos um pouco da maneira em que estávamos tratando identidade, ou seja, não é apenas o “forjar” da identidade, mas aspectos culturais que se entrecruzam em regiões de fronteira e ganham conotações regionais no estado. Esses encontros culturais são constantes. É no entremeio que os valores se fortalecem e se diferenciam, no entanto, apenas alguns pontos são apropriados pelo estado.

Na literatura<sup>54</sup> também observamos o Pantanal como ícone regional, mas por terem mais pesquisas na literatura, podemos apontar que há uma produção artística intensa, principalmente nas regiões fronteiriças, que privilegiam a diversidade cultural (SOUZA, 2008). De fato, o poder público tenta responder a questão acerca da identidade sul-mato-grossense, construindo a identidade pantaneira. Durante o governo Zeca do PT, houve a proposta de alteração do nome do estado de MS para Pantanal<sup>55</sup>.

Todas as tentativas de consolidação de uma identidade pantaneira e de fronteira acabam por colaborar no silenciamento de outras participações culturais no estado, nesse sentido, negros e indígenas são alijados de história. Autores que caminham em sentido contrário, atuam de maneira suplementar e revelando a característica híbrida da cultura no sul de Mato Grosso. Lobivar Matos<sup>56</sup> (1915-1947) é o principal exemplo, na literatura regional a tratar a negritude.

Lobivar Matos (1915-1947) quando em 1935, lança sua primeira obra já a identifica como sendo regional. Pertencente ao modernismo possui como um dos núcleos de

---

<sup>54</sup> Na literatura, também usada no conflito identitário sul-mato-grossense, teve já em 1981, a História da Literatura Sul-Mato-Grossense publicada por José C. Vieira Pontes.

<sup>55</sup> No final dos anos de 1990, em abril de 1999, o governo Zeca do PT lançou a ideia de mudar o nome do estado, para Pantanal, “assim que se iniciou um processo institucionalizado de relacionar a cultura de Mato Grosso do Sul ao Pantanal” isso de maneira mais sistemática (SOUZA, 2008).

<sup>56</sup> Principais pesquisa foram realizadas por Araujo (2009), mas também Souza (2008), no anexo II segue três dos ditos poemas negros do autor.

seus poemas, a negritude – dez poemas nas duas obras. Numa caracterização da apropriação desses valores negros e também indígenas temos que:

O modernismo brasileiro irá se apropriar de uma atitude indígena em um de seus principais manifestos: o ideário antropofágico que orientou os modernistas do primeiro momento fazia menção à antropofagia de algumas tribos indígenas e, assim, apontava para uma atitude estética de valorização do elemento nacional. No entanto, apesar de termos no modernismo a miscigenação como uma das marcas da identidade nacional, não se pode esquecer, como ressalta LUCAS (2002: 28), que o percurso dessa identidade possui duas fases bastante distintas. Segundo o autor, “a primeira, inserida na hegemonia da contribuição européia, evidente na própria adoção da língua portuguesa; a segunda, na lenta e controvertida tradução do índio e do negro ao caldo cultural de que resultou a brasilidade” (SOUZA, 2008, p.83).

Lobivar Matos nasceu em Corumbá, com dezoito anos se mudou para o Rio de Janeiro, lançou dois livros: *Areôtorare* (1935) e *Sarobá* (1936). Pesquisadores apontam com relação aos chamados “poemas negros” de Lobivar Matos<sup>57</sup>:

[...] a denúncia social, apesar de ser a tônica de seu trabalho, não vem desvincilhada de lirismo e da elaboração poética. Quanto à questão da “voz”, observa-se que nem todos os poemas possuem uma voz autenticamente negra (SOUZA, 2008, p.70).

A intenção neste capítulo é tentar demonstrar sobre quais estruturas tenta se edificar, ou solidificar a identidade regional sul-mato-grossense. Quase sempre ancoradas no Pantanal, na natureza. Antes da divisão, fortemente marcada pela oposição norte e sul, criados para fortalecer os políticos do sul no cenário regional mato-grossense, assim que a estratégia identitária se mostra eficaz, arrefece a polaridade identitária construída em 1932-1934; em algumas ocasiões, como é o exemplo da música, a influência das fronteiras é lembrada; e a literatura, apesar de servir como instrumento de imposição cultural, possui seu potencial contra-hegemônico visível em poetas como Lobivar Matos.

Bittar (2009) nos apresenta a seguinte descrição do que seria a identidade sul-mato-grossense:

---

<sup>57</sup> Sarobá é o nome de um bairro habitado basicamente por negros, em Corumbá (SOUZA, 2008), no anexo B encontram-se três poemas de Lobivar Matos, dos ditos poemas negros.

Em termos culturais, Mato Grosso do Sul tem sua identidade caracterizada pela somatória de diversas influências: dos índios que originariamente habitavam essas terras; dos mineiros, paulistas e goianos que procuravam pastagens para seus rebanhos; dos gaúchos, catarinenses e paranaenses que buscavam terras férteis para o cultivo da soja e cereais; dos árabes, orientais, latino-americanos e europeus que, fugindo de guerras e fome aqui se estabeleceram e construíram suas vidas. [...] Esses mesmos que aqui se instalaram, trouxeram consigo seus costumes, sabores e sons. A cultura sul-mato-grossense é hoje a melodia das harpas nas guarânicas paraguaias, das violas nas modas paulistas e das gaitas nos vanerões gaúchos. O estado tem o frescor da erva do tereré, o salgado das chipas e sopas paraguaias, o doce das compotas mineiras e o amargo das frutas do mato. Tem personificação em bugrinhos, guampas, bombas, chapéus, selas, violas-de-cocho, tuiuiús, araras, onças e capivaras. Aprecia sem saber ao certo a razão, grafismos, cerâmica, couro, palha, osso e plantas (BITTAR, 2009).

A descrição da historiadora tenta mostrar o quanto a diversidade é parte da identidade sul-mato-grossense, o que de fato é realidade, no entanto, o valor cultural negro não é citado em meio a tanta diversidade. O pedagógico e o performático da construção do MS se cruzam e ambos colaboram para o esquecimento, para o silenciamento dos negros e de sua cultura nessas terras, essa é a denúncia presente nesse capítulo.

A elite, e os homens de letras que deslegitimaram, por valores de modernização, a presença negra na região são os mesmos que atuam na tentativa de deslegitimar os quilombos, e as comunidades indígenas de nosso estado. A modernização almejada pelo estado que nascia, enquanto estado modelo, de tecnologias agropecuárias e capital econômica do antigo Mato Grosso, não condiziam com um estado de passado escravocrata.

No MS não temos uma divisão entre elite econômica e política, elas são as mesmas. De características agroindustriais, e que possuem a terra como o principal lastro de defesa política. Essa convergência entre as elites nos possibilita afirmar que a agroindústria, certamente é um traço identitário marcante desde a chegada do povoamento branco na região. Atualmente a terra é o principal bem a ser preservado pelos mandatários sul-mato-grossense.

O esquecimento de negros deve ser denunciado, pois, os mesmos fazem parte da história da modernidade e deste estado também, sob a forma de escravidão, mas também como resistência e cultura (GILROY, 2001). A presença negra na historiografia regional é um aspecto suplementar a narrativa hegemônica do povo sul-mato-grossense hodierno.

Vendo que o negro, sua presença ou seus feitos não faziam parte da modernidade almejada para MS, e que a identidade regional sul-mato-grossense resguarda

pouco ou quase nada, que se relacione aos negros, resta apenas a alternativa de fazer do discurso sobre a presença negra no estado um atributo suplementar à nossa história e identidade regional.

De fato, busca-se um lugar de enunciação híbrido, onde o negro, o povo da diáspora, tenha sua parcela de participação na formação de MS, que a historiografia regional possa apresentar a presença negra suplementar e capaz de corroborar na formação do espaço híbrido de enunciação. O hibridismo sugerido na teoria de Bhabha (2010; 2011) “*faz com que o sujeito pós-colonial coloque seu ponto de vista contra o outro, mantendo grande abertura, com o potencial de reverter às estruturas de dominação colonial*” (BONNICI, 2005, p.30). Bhabha afirma o seguinte sobre tal conceito:

No meu próprio trabalho, desenvolvi o conceito de hibridismo para descrever a construção da autoridade cultural em condições de antagonismo ou desigualdade política. As estratégias de hibridização revelam um movimento de estranhamento na inscrição “autoritária” e até mesmo autoritarista do signo cultural [...] a estratégia ou o discurso híbrido inaugura um espaço de negociação, onde o poder é desigual, mas a sua articulação pode ser *questionável*. Tal negociação não é nem assimilação nem colaboração. Ela possibilita o surgimento de um “agenciamento intersticial” [...] Eles desdobram a cultura parcial a partir do qual emergem para construir visões de comunidade e versões de memórias históricas, que dão forma narrativa às posições minoritárias que ocupam: o fora do dentro; a parte no todo (BHABHA, 2011, p.91).

Nesse trecho Bhabha (2011) revela todo o desenvolvimento do seu conceito de hibridismo, que surge como crítica nos processos de inscrição cultural; mas se encerra no potencial de construir novas “velhas histórias” capazes de reinserir o sujeito subalterno como parte das narrativas históricas.

Bhabha (2010) em contraponto a solidez do discurso nacional, sua coesão, narrativa, aponta para um pluralismo do signo social, que constantemente se inscreve nas temporalidades ambivalentes do performático e do pedagógico, ou seja, a totalidade da narrativa nacional é confrontada com um movimento suplementar (217 – 218). Esse caráter suplementar pode ser entendido como parte de uma guerra de posições, que altera completamente o modo de articulação, já que, atua na “serialidade sucessiva da narrativa”. O poder dessa suplementariedade se encontra na “*renegociação daqueles tempos, termos e tradições, através dos quais convertemos nossa contemporaneidade incerta e passageira em signos da história*” (p.219).

Através desse espaço suplementar, emerge o discurso subalterno. O espaço pós-colonial é um espaço suplementar ao centro metropolitano, e ao tratar MS, se tentou abordar aspectos da formação de uma identidade regional. O esforço para tratar sobre o esquecimento dos negros e da escravidão, por relatar essa anterioridade do estado como objeto de uma pedagogia que oblitera a presença negra, torna-se o suplementar na história da construção dessa identidade sul-mato-grossense, assim como pesquisas sobre Lobivar Matos.

Uma crítica ao processo de modernização regional se faz necessária. Assim como a nacional trouxe marcadores raciais e uma noção de progresso tipicamente eurocêntrica, e extremamente danosas a uma sociedade tão multicultural quanto a do Brasil. A modernização almejada regionalmente, de mocidade eugênica, ou de valores sulistas de trabalho, excluem o negro da ideia de modernidade.

Se esse capítulo, de fato, pretendia algo, era revelar aspectos suplementares da historiografia regional. A partir da resistência e da escravidão; a existência de vários quilombos em contraponto as afirmações de Campestrini (2009); a imensa participação negra na Guerra do Paraguai, narrado no estado como um dos episódios de maior bravura e coragem dos habitantes do sul de Mato Grosso; a existência de poetas como Lobivar Matos (1935; 1936), enfim, demonstrar a participação negra em importantes narrativas regionais, e que, este movimento possa representar um passo rumo a uma ruptura no modelo de conhecimento da modernidade, além de lançar uma pequena fresta de luz em meio à realidade “negra” de MS.

No próximo capítulo, abordando com ênfase maior o movimento negro sul-mato-grossense pós-ditadura militar de 1964 a 1985, tentaremos traçar aspectos da criação de um movimento negro regional assentado em identidade cultural e política, que em poucos anos se fragmenta em várias instituições pelo estado. Quanto ao Movimento negro sul-mato-grossense, o trataremos no âmbito dos novos movimentos sociais surgidos no Brasil, esse enfoque nos permite dar continuidade a uma discussão identitária, no entanto, mais distante dos parâmetros regionais, e mais próximos de discussões nacionais. Configura-se assim, o início no Brasil, de discussões por políticas públicas, intensificada na Assembleia Nacional Constituinte e fortalecida no embate por ações afirmativas em instituições de ensino superior público no país.

## CAPÍTULO III

### 3 SOCIEDADE CIVIL E MOVIMENTO NEGRO: O CASO SUL-MATO-GROSSENSE.

Não basta que seja pura e justa a nossa causa. É necessário que a pureza e a justiça existam dentro de nós (**Agostinho Neto, a frase consta no uniforme do ILK**).

A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalha e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas.

Disso eu quis fazer a minha poesia. Dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta as pessoas e as coisas que não têm voz. (**Ferreira Gullar. Apresentação do LP de Milton Nascimento, ao vivo, 1983**).

Neste capítulo tentaremos apresentar uma discussão teórica que justifique a opção teórica e metodológica de tratar o movimento negro como sociedade civil organizada, e não como movimento social. Seguindo esta perspectiva apresentamos mudanças geradas na sociedade civil no Brasil, e por consequência, sua aproximação do Estado, no período conhecido como sendo de redemocratização do país.

Especificidades do cenário sul-mato-grossense se inserem neste capítulo, como sendo além da história do movimento negro regional, mas também dialogando com os aspectos nacionais do movimento negro contemporâneo, aqui tratado como processo de institucionalização, seja via internalização no Estado, ou, *ongzação*<sup>58</sup>. Com a observação participante realizada em uma das ONGs ligadas ao movimento negro, Instituto Luther King, esperamos que permita uma melhor conexão entre os elementos que compõe a sociedade civil negra no MS, além de possibilitar uma análise qualificada do processo de institucionalização.

#### 3.1 UMA DIFERENCIAÇÃO ENTRE SOCIEDADE CIVIL E MOVIMENTO SOCIAL

Há uma necessidade teórico-metodológica de se diferenciar sociedade civil de movimento social, e retornar a elas novamente, com as especificidades que compõem esta

---

<sup>58</sup> O termo Ongzação ou Onguização se refere à ampliação do terceiro setor na sociedade civil, como uma nova forma de atuação dos movimentos sociais, intensificados a partir dos anos de 1990, como também considera Alvarez (2000) e Domingues (2008).

pesquisa, ou seja, sob a forma de movimento negro no MS. O objetivo deste subitem é de justificar escolhas metodológicas, principalmente, mas também, trazer um pequeno panorama do movimento negro no contexto dos novos atores sociais que surgiram no Brasil a partir da década de 1970. Posteriormente tratamos o movimento negro sul-mato-grossense, e uma de suas entidades, o Instituto Luther King.

Ambos os conceitos, movimento social e sociedade civil, são carregados de discussões nas Ciências Sociais, de maneira que, de forma alguma caberia a discussão deles aqui. Opta-se, portanto, por uma breve problematização sobre os conceitos na realidade discutida. De qualquer forma os movimentos sociais atuam no âmbito da sociedade civil, que por sua vez, é composta por outras formas de ação coletiva. Como apresenta Gohn (2000, p.11-12), uma diferenciação entre movimento social e outras quatro performances sociais: a) Grupos de interesse; b) Ação histórica de grupos sociais; c) modos de ação coletiva, como protestos, rebeliões, invasões, luta armada entre outras e; d) sobre a esfera onde ocorre a ação coletiva, no caso dos movimentos sociais, na esfera não-institucional, esfera pública não institucional. Apesar da importância desses fenômenos sociais, focaremos nesse item, na diferenciação entre sociedade civil e movimento social.

A distinção entre movimento social e sociedade civil colabora na compreensão do que estamos chamando de movimento negro, que abrange não apenas a atuação enquanto movimento social, mas também, organizações não governamentais e articulações na esfera estatal, através de Conselhos, Fóruns e no caso sul-mato-grossense, ainda uma Coordenadoria específica. O conceito de movimento social não é capaz de abarcar todas essas articulações, sem que perca parte de sua característica marcante, a não institucionalização.

A presença das ONGs nas esferas institucionais é um fenômeno do fim dos anos de 1980, e foi se consolidando ao longo dos anos de 1990, e é marcada por um processo de descentralização política e reforma de Estado. O fortalecimento do terceiro setor tem o incentivo do governo brasileiro, e de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas – ONU, que chega recomendar em seus Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDH), como uma saída para os países menos desenvolvidos, a terceira via.

Los gobiernos están comenzando a darse cuenta de que las ONG – pequeñas, flexibles, bien arraigadas en la comunidad y con contactos locales – suelen estar mucho mejor capacitadas que una gran maquinaria burocrática para llevar a cabo la labor del desarrollo" (RDH, 1990, p. 71).

Estes anos de 1990 marcaram a entrada da propaganda neoliberal no país, de enxugamento do papel do Estado e de privatizações, e esta proposta ganhou força por aqui devido à descrença generalizada na esfera do Estado. Apesar de algumas políticas de perfil neoliberal no Brasil, percebeu-se a necessidade do Estado na indução de políticas de desenvolvimento, visto que não vivenciamos o *Welfare State*, e ainda possuímos precariamente nossos direitos sociais de acesso à saúde, educação, previdência entre outras áreas sociais. Neste ponto já podemos afirmar que um fato é a propaganda, outro a realidade neoliberal no Brasil, ou em outras palavras, há limitações entre o neoliberalismo ideologia, e a realidade nacional, de políticas com inspirações neoliberais.

O Brasil, nos anos de 1990, e os outros países da América Latina passaram pelas discussões em torno da Reforma e da inovação do Estado. A ideia de Reforma que se generalizou era de redução do Estado frente ao crescimento do mercado, que proporcionasse a inserção nos círculos internacionais de comércio e cultura. No entanto, esta reforma não apresenta nenhum projeto nacional, e vale-se muito do descontentamento dos brasileiros frente à inflação, às crises de Estado (crise econômico-social, crise de legitimação e crise de governabilidade), e à perda de confiança nas instituições públicas (NOGUEIRA, 2011).

No imaginário social e na opinião pública da população, eram ambos arredios ao Estado, vendo este espaço como um lugar de interesses privados, de corrupção, somado aos efeitos desagregadores da globalização, que traz uma série de decisões extraterritoriais, e a proposta neoliberal, temos como resultado uma despolitização da sociedade, e a transformação do Estado numa moeda de alto custo social (NOGUEIRA, 2011).

Fernando Collor de Mello (1990-1992) torna-se figura central no interior desse processo. Ele inicia a modernização do país, e parte de seu discurso pedia para o neoliberalismo, e emergindo, a partir de então, o que Ricardo Antunes (2004) chama de “*a década da desertificação social e política neoliberal*” no Brasil. Políticas de teor neoliberal tiveram continuidade no país, nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), com algumas especificidades em cada caso.

O processo de *impeachment* de Collor e a eleição de Fernando Henrique Cardoso proporcionaram uma série mudanças. No entanto, a Reforma de Estado continuou a se processar no Governo FHC que teve um controle maior da inflação, que era um vilão, dos mais odiados pela população, visto que qualquer efeito inflacionário atinge com maior amplitude as classes inferiores. Assim sendo, a reforma de Estado no governo FHC processou-se, de maneira fragmentada:

[...] diversas propostas foram apresentadas para setores específicos da ação governamental (previdenciária, tributária, administrativa, privatizações, desregulamentações, etc.). A apresentação de propostas específicas implicou o reforço e a intensificação da relativa fragmentação da complexa problemática global da “crise de estado”, resultando em uma setorialização e, conseqüentemente, numa especialização dos debates. O Estado e sua crise foram “quebrados” em menores pedaços a fim de processar melhor as reformas propostas (MIRANDA, 2010, p.49).

O Estado no Brasil ganha conotações gerenciais. O método de fragmentação da problemática nacional, fez da Reforma de Estado algo setorializado, e em nenhum momento houve uma reforma ética que tratasse o Estado como um todo. Seria necessário reinventar o político, de maneira democrática e não deprecia-lo ou banaliza-lo como bem fez a propaganda neoliberal no país (NOGUEIRA, 2011).

O terceiro setor, e sua regulamentação enquanto OSCIP ocorre no âmbito da Reforma de Estado. A criação de um marco legal, a Lei 9.790/99 entre outras ações possibilitou um novo enquadramento para pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, que é a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Desse marco legal nasceu o termo de parceria, sendo este, um instrumento jurídico de cooperação entre Estado e OSCIP, para o fomento e a realização de projetos (FERRAREZI, 2007, p.133). A recomendação feita pela RDH de 1990, da ONU, ganha sua feição jurídica no Brasil a partir da regulamentação dessa lei.

O IBGE atualmente enquadra as instituições como Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL). Num mapeamento dessas instituições realizado em um estudo divulgado em 2010, o IBGE aponta que neste ano existiam 290,7 mil FASFIL, e o MS é responsável apenas por 1,3%, aproximadamente 3,77 mil. Maior parte delas atua em duas frentes: primeiro, na defesa dos direitos e interesses dos cidadãos, e as religiosas.

No primeiro caso, estão incluídos os seguintes subgrupos: associações de moradores, centros e associações comunitárias, de desenvolvimento rural, emprego e treinamento, de defesa dos direitos de grupos e minorias, de outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos, associações empresariais e patronais, associações profissionais e associações de produtores rurais. Ao todo, são 87,4 mil entidades que, em conjunto, representam 30,1% do total (IBGE, 2012, p.31).

O fenômeno do terceiro setor foi o que mais afetou a ação militante, pois, permite uma facilidade maior para movimentos sociais se organizarem como ONGs, se institucionalizarem enquanto OSCIP, e desenvolverem várias atividades sociais sem que, necessariamente, tenham que depender do poder público para suas ações, ao invés de apenas

cobrar ações ou melhorias do Estado. Surge a opção de ter o Estado e o mercado (iniciativa privada), como parceiros possíveis. A aproximação entre Estado e movimento social se processa por mais meios do que apenas via institucionalização em agências do Estado, doravante internalização, a *ongzação* também gera essa aproximação.

O terceiro setor aproxima a sociedade civil, do Estado e do Mercado, uma vez que são os maiores financiadores e, garante maior possibilidade de participação política, alterando a compreensão de movimentos sociais. O movimento negro seguindo essa tendência também se organiza em ONGs. Mas, o terceiro setor, cumpre uma tarefa pública-estatal, de garantir os direitos sociais mínimos e constitucionais na maior parte das vezes, mas trabalha com pedagogias diferenciadas, justamente por encontra-se mais afastado da normatização estatal.

A entrada das ONGs no cenário nacional potencializou o surgimento de novas entidades, disseminando o processo de *ongzação* do movimento social. Desde as eleições de 1982, o discurso da participação social vem ganhando força na sociedade brasileira, e se alocando, sobretudo, em Conselhos no interior do Estado. Ou seja, tanto a *ongzação* como a internalização tornam-se mais próximas dos movimentos sociais, que conceitualmente possuem alguns limites.

A definição de movimento social deve servir para distingui-lo de outras formas de ação coletiva<sup>59</sup>, mantendo as seguintes características: 1) uma coletividade atuando de tal modo; 2) um objetivo em comum de mudança na sociedade; 3) uma coletividade relativamente difusa, com baixo nível organizacional e; 4) as ações devem ter um alto grau de espontaneidade, assumindo formas não-institucionalizadas e não-convencionais. Definido da seguinte maneira pelo sociólogo polonês, Piotr Sztompka (1998), “[...] *por movimentos sociais referimo-nos a coletivos fracamente organizados que atuam juntos de maneira não institucionalizada para produzir alguma mudança na sociedade*” (SZTOMPKA, 1998, p.465).

Maria da Glória Gohn (2000), pesquisadora brasileira, afirma que os movimentos sociais se apresentam como sendo parte constituinte da sociedade civil, e não o caracteriza de maneira muito diferente, apontando que os movimentos sociais:

---

<sup>59</sup> Assim como Gohn (2000), Cohen e Arato (2000), entre outros autores tentam demonstrar em seus trabalhos.

São ações coletivas de caráter sociopolítico, construída por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil, são cortados por uma identidade coletiva, base da força da solidariedade do movimento, e deve localizar-se em uma esfera não institucionalizada (GOHN, 2000, p.13).

Vários outros conceitos de movimentos sociais podem ser encontrados já que a ciência, assim como a política, é um campo constante de lutas, mas este conceito é capaz de abranger dois importantes pontos a serem levantados no momento, as “ações coletivas de caráter sócio-político” e o fato de ter que se situar “em uma esfera não institucionalizada”. A base para um conceito de movimento social é, a ideia de luta social, sendo assim coletiva e no âmbito da sociedade civil, mas sua necessidade de ser não institucionalizada traz dificuldades teóricas à análise da realidade brasileira.

Gohn (2000) adiciona um ingrediente importante em seu conceito, a *identidade coletiva*, os movimentos que surgem na década de 1970, são os “novos movimentos sociais” e a identidade é um dos principais componentes do adjetivo “novos”. Estes Novos Movimentos Sociais, como de negros, de gênero, indígenas trazem um discurso sobre identidade e, se resignificam nesse período. Na maioria deles a questão de classe deixa de ser central na luta social.

Devemos lembrar também que muitos dos chamados "novos movimentos sociais", abrangem dimensões subjetivas da ação social, relativas ao sistema de valores dos grupos sociais, não-compreensíveis para análise à luz apenas das explicações macroobjetivas, como usualmente é tratada a questão das carências econômicas. Trata-se de carências de outra ordem, situadas no plano dos valores, da moral (GOHN, 2000, p.13).

Políticas de reconhecimento e justiça social passam a ser pauta de muitos movimentos surgidos nessa época, inclusive o movimento negro. O reconhecimento por parte do Estado de uma demanda racial acarreta na construção de algumas políticas públicas que proporcione justiça social, vista pelo movimento negro como promoção da igualdade racial no país. Nesse contexto as políticas de ação afirmativa foram debatidas na sociedade brasileira, reconhecendo, atualmente, a necessidade de políticas de promoção da igualdade racial<sup>60</sup>.

A distinção importante realizada por Guimarães (2003) com o conceito de raça, entre conceito analítico e nativo, também pode se aplicar ao conceito de “movimento negro”, que a princípio se alinharia analiticamente à definição movimento social. No entanto,

---

<sup>60</sup> Através do STF o Estado brasileiro reconhece não apenas a constitucionalidade das ações afirmativas, mas também uma demanda histórica do movimento negro contemporâneo.

a definição de movimento negro ganha conotações próprias quando tratado entre o militantes, portanto, quando tratado como conceito nativo. E ainda, em nossa perspectiva analítica, o conceito de “movimento negro” alinhar-se à sociedade civil, e não a movimento social.

Uma tendência do movimento negro é a fragmentação, ou sua especialização em áreas como cultura, educação, esporte entre outras, e isto é consequência, principalmente, do aumento de ONGs na esfera pública nacional. O movimento negro deixa de ter entidade como a Frente Negra Brasileira<sup>61</sup> (FNB), de grande representação nacional, e passa a ter cada vez mais uma quantidade maior de entidades. Se a FNB conseguia manter um discurso político, teatro, jornal, formação militante, atividades educacionais e esportivas entre outras atividades, tendemos a ter cada uma dessas atividades desenvolvida por uma instituição diferente. O movimento negro possui vários tentáculos e grande parte deles chegou ao Estado, institucionalizou-se, e a análise destes necessita de um conceito um pouco mais amplo que o de movimento social, por isso a opção por sociedade civil.

Sociedade civil é um conceito muito antigo na ciência política. Não é objetivo retrair o trajeto deste conceito ao longo da história<sup>62</sup>, mas Habermas (1997) ao definir este conceito na contemporaneidade o apresenta da seguinte forma:

O seu núcleo institucional é formado por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida. A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam na esfera privada, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para esfera pública política (HABERMAS, 1997, p.99).

A sociedade civil é capaz de pautar as ações do Estado. Dessa maneira, o Estado estaria captando de setores organizados da sociedade demanda por políticas públicas e, nessa situação, teríamos um Estado para a Sociedade civil (NOGUEIRA, 2011). Este conceito também nos possibilita uma diferenciação entre sociedade civil e sociedade política, entre os que participam diretamente das esferas de poder do Estado – Sociedade política; e os que atuam, de maneira organizada, mas, fora dessa esfera de poder, e buscando o entendimento.

---

<sup>61</sup> Criada em São Paulo, em 1931, a Frente Negra Brasileira (FNB) foi uma das principais e primeiras instituições a reivindicarem demandas políticas. A entidade desenvolveu várias atividades, manteve escolas, grupo musical, teatral, time de futebol, um departamento jurídico, e oferecia serviços médicos, odontológicos, formação política, de artes e ofício, e publicava um jornal, *A Voz da Raça*. Se extinguiu a partir da instauração da ditadura do Estado Novo em 1937, assim como outras organizações do gênero (DOMINGUES, 2007).

<sup>62</sup> Para uma revisão do conceito de sociedade civil ver Cohen e Arato (2000).

Os ecos captados pela sociedade civil reverberam de maneira mais visível, na construção de políticas públicas que atendam aos problemas sociais. As políticas públicas, entendidas aqui como sendo a ação do Estado, são tentativas de respostas a problemas sociais captados na sociedade civil. Políticas públicas se constituem a partir da relação entre sociedade civil e o Estado como veremos melhor no capítulo 4.

A composição da sociedade civil apresentada por esse conceito é – *movimentos, organizações e associações* – também colabora na formulação do que chamaremos de movimento negro. Ou seja, as formas de resistência negra, o que permite irmos além da noção de movimentos sociais ou de ONGs, permite também uma análise melhor da interação existente entre setores do Estado e da sociedade civil, seja via Conselhos deliberativos ou terceiro setor.

Cohen e Arato (2000) apresentam a possibilidade de a sociedade civil representar outra esfera diferenciada do mundo contemporâneo. O processo de diferenciação societal pelo qual passa a sociedade, já apresenta os subsistemas do Estado, do Mercado, e o Mundo da vida, apresentadas por Habermas (2012). No entanto, acreditam os autores que a sociedade civil é um novo espaço autônomo que surge na contemporaneidade, podendo atuar nos subsistemas, mas tendo suas raízes no mundo da vida. Sendo assim eles caracterizam a sociedade civil como:

Entendemos a la sociedade civil como una esfera de interacción social entre lá economía y el Estado, compuesta ante todo de la esfera íntima (em especial La familia), la esfera de las asociaciones (em especial las asociaciones voluntárias) los movimientos sociales y las formas de comunicación pública. La sociedad civil moderna se crea por médio de formas de autoconstitución e automovilización. Se institucionaliza y generaliza mediante las leyes, y especialmente lós derechos objetivos, que estabilizan La diferenciación social. (COHEN; ARATO, 2000, p.8).

Os autores pensam a sociedade na concepção dual de Habermas, dividida entre subsistemas e mundo da vida, e a sociedade civil se articula com todas as esferas da dessa sociedade. Cohen e Arato apostam que os movimentos sociais, e por sua vez a sociedade civil, não apenas são defensivos, mas também podem ser ofensivos, na medida em que tentam criar receptores para as suas demandas dentro dos subsistemas (Estado e Mercado), permitindo que os movimentos tenham ação dentro dos dois âmbitos da sociedade, sistemas e mundo da vida.

A ação ofensiva se direciona à sociedade política e econômica, de maneira que desenvolvam organizações que possam exercer pressão a esses domínios, através principalmente, de lutas por reconhecimento e uma política de influência, dirigida aos que se

encontram nesses sistemas. Esta possibilidade de institucionalização e a aproximação com o Mercado e o Estado são descritas por Habermas (2003) como algo negativo, pois, ele a enxerga como a colonização do mundo da vida pelas lógicas sistêmicas do Mercado e do Estado.

Desta forma, sociedade civil negra como conceito representativo de movimento negro possibilita que as interações com o poder público e privado possam ser analisadas, sem que as ações enquanto movimento social, por exemplo, a Marcha Zumbi dos Palmares<sup>63</sup> em 1995, percam seu protagonismo.

Apesar das perspectivas teóricas apresentadas o Brasil possui singularidades, no Estado, na sociedade civil e outras realidades próprias de sua constituição enquanto nação. Algumas dessas singularidades serão alvos de análise no próximo item.

### 3.1.2 Especificidades do Caso Brasileiro na Análise da Sociedade Civil

O conceito de sociedade civil em seu sentido tripartido surge no Brasil, apenas no final do século XX. Antes disso o país era marcado por uma política privatista, em que a grande propriedade rural, assumia serviços tidos como públicos, então as primeiras diferenciações modernas, entre economia e esfera privada, surgiram muito timidamente no Brasil. Mas ao fim do século XX, o significado tripartite começa a fortalecer-se, diferenciando Mundo da vida, tanto do Estado como do Mercado (AVRITZER, 2012).

Maria da Glória Gohn (2011) coloca duas diferenças marcantes ao tentar utilizar qualquer macro teoria para analisar sociedade civil ou movimentos sociais na realidade histórica latino-americana: primeiro o passado colonial, escravocrata e de servidão indígena e com demora no processo de industrialização; e o segundo, as relações entre a sociedade civil e o Estado sempre foram marcadas por períodos de regras autoritárias, dando a cidadania uma feição própria (p.224).

Os altos índices de desigualdade nacional, não são apontados por Gohn (2011), mas também são características na América Latina, e faz com que a ação do Estado seja ainda mais necessária, pois este é o que possui maior capacidade de gerir políticas de redução da desigualdade, e de garantir direitos fundamentais aos cidadãos. Todas estas características são extremamente presentes ao analisar o objeto desta pesquisa.

---

<sup>63</sup> Marcha de aproximadamente 30 mil militantes negros até Brasília, realizada em novembro de 1995 relembrando os 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, na ocasião a direção da Marcha entregou um documento com reivindicações do movimento negro ao então presidente Fernando Henrique Cardoso.

O passado colonial brasileiro e a manutenção das relações raciais que seguiram os mesmos padrões da colonização legaram tanto ao negro como ao indígena, o papel de subalternos. Um importante destaque deve ser dado ao Projeto UNESCO<sup>64</sup>, este revelou para o mundo a perversidade do racismo brasileiro, e combateu o mito da democracia racial. Os intelectuais envolvidos no Projeto demonstraram que, uma das faces do nosso racismo é o fosso de desigualdade entre negros e brancos do país.

No Brasil que antecede o Projeto UNESCO, imperava a democracia racial, de uma ideologia do branqueamento nacional, de um racismo perverso e que dificulta ainda mais qualquer discurso pela igualdade racial, tudo isso sendo discurso oficial do país, um espaço de harmonia entre as raças.

As conclusões nada animadoras revelaram o racismo brasileiro e a democracia racial passou a ser rotulada de mito da democracia racial, devido ao abismo da desigualdade entre brancos e negros. A UNESCO decepciona-se por esperar outras conclusões, e o passado colonial e a ausência de políticas de Estado são os principais causadores da realidade nacional dos anos de 1950. Bastide e Fernandes (1971) afirmavam que logo após a Abolição a “*grosso modo, a população de côr da cidade não colheu nenhum proveito imediato com aquelas transformações [...]*” (p.130). Sobre a ação do Estado temos o que os autores chamam de pecado da omissão:

A falta de uma política governamental a favor da ascensão do homem de côr na sociedade, por um auxílio econômico e medidas educativas apropriadas, quando há tantas leis a favor dos imigrantes (BASTIDE; FERNANDES, 1971, p.148).

São parte dos resultados das pesquisas realizadas no Projeto UNESCO que potencializa discursos em prol do combate as desigualdades raciais, e demonstra que a política de branqueamento levou o Estado brasileiro a criar leis para facilitar a chegada de imigrantes europeus, e marginalizar ainda mais os negros. As políticas necessárias para superação das desigualdades raciais no país só foram começar a surgir em meados dos anos de 1990, ou seja, com o Governo de Fernando Henrique Cardoso<sup>65</sup>. Enquanto isso uma forte

---

<sup>64</sup> O projeto UNESCO é reflexo de uma série de pesquisas patrocinadas pela UNESCO nos anos de 1951 e 1952, investigando o campo das relações raciais no Brasil, tida como bem-sucedida na época. In. MAIO, M. C. **O Projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50**. Revista Brasileira de Ciências Sociais; volume 14, número 41, páginas 141-158. Outubro 1999.

<sup>65</sup> A partir da “marcha Zumbi dos Palmares, contra o racismo pela cidadania e a via” em 1995, onde foi entregue ao atual presidente na época, Fernando Henrique Cardoso uma carta com a situação do negro no país, reivindicando políticas, desde então nasceu o GTI (Grupo de Trabalho Interministerial de valorização da População Negra), que é marco na intervenção do Estado na questão racial (BERNARDINO, 2002).

militância negra buscava evidenciar casos de racismo em todas as instâncias possíveis, e ainda criticando a democracia racial, e com constante foco em educação (GUIMARÃES, 2005).

O passado escravocrata além de ser um elo entre os negros é a origem da desigualdade entre negros e brancos, pois os negros, que chegaram às condições atuais devido a um passado de escravidão e de ausências de políticas focalizadas, com o objetivo de reduzir as desigualdades. Medidas já previstas e desejadas com o processo da Abolição, e também apontadas como resultado das pesquisas realizadas no âmbito do Projeto UNESCO e divulgadas por veículos de comunicação ligados ao movimento negro.

De modo geral, os emperramentos políticos advindos do autoritarismo de Estado, a dificuldade de articulação da sociedade civil no Brasil, alguns outros pontos serão apontados no próximo subitem. A desigualdade social brasileira é assustadora, um país tão rico e com tantos pobres, não possui capacidade de alterar os padrões de concentração de renda sem uma intervenção do Estado nos padrões de redistribuição da riqueza nacional.

Desigualdade social no Brasil, aqui referenciada não como pobreza nacional, mas sim como uma alta concentração de renda. A desigualdade social, aliada a ausência de políticas de redistribuição eficazes, é potencializada por anos de acúmulo sem políticas de redistribuição, ou pior ainda, o Estado brasileiro em muitas situações acaba por financiar o lucro privado, e socializa os prejuízos também privados.

O Índice Gini<sup>66</sup>, que mede a concentração de renda de um país, varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de zero mais próximo também, da igualdade. Apesar das melhoras geradas pelas políticas de transferência de renda e da melhora dos índices de educação superior, a concentração de renda do país ainda é assustadora:

Analisando o caso do Brasil, país conhecido por ter uma das mais altas taxas de desigualdade do mundo, Barros et. al. (2010) lembram que o coeficiente Gini no Brasil chegou a 0,630, quase um recorde histórico e mundial. Após ter subido em 1970 e 1980 e experimentado quase nenhuma mudança na década de 1990, o coeficiente de Gini para a distribuição de renda domiciliar per capita diminuiu de forma constante a partir de 1998, especialmente, desde 2002. Entre 1998 e 2009, o coeficiente de Gini do Brasil caiu de 0,592 para 0,537. No período 2002-2009, a renda dos 10 por cento mais pobres cresceu a quase sete por cento ao ano, quase três vezes a média nacional (2,5 por cento), enquanto que a dos 10 por cento mais ricos cresceu apenas 1,1 por cento ao ano (FILHO, 2012).

---

<sup>66</sup> O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. In: <http://desafios.ipea.gov.br> acessado em 30/04/2013.

A sociedade brasileira nasce sobre o signo do mando/subserviência que atua na contramão da cidadania, e sob uma aspiração de igualdade ou, “o fetiche da igualdade”, a sociedade colonial deixou suas representações, marcou espaços sociais ainda hoje cristalizados no imaginário social, e possui o óbice da desigualdade social. Evidente que, negar a desigualdade social seria um erro imensurável, mas fazer o mesmo com outras relações de subalternidade no país, que são resquícios do nosso colonialismo e presentes na sociedade brasileira seria, antes de tudo, abandonar o projeto de uma sociedade realmente democrática.

### 3.2 O PROCESSO DE (RE) CRIAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA SOCIEDADE CIVIL DO BRASIL PÓS-DITADURA

Os vícios da política oficial seriam aspectos levantados desde os primeiros estudos de cultura política brasileira, o clientelismo (CARVALHO, 1998), autoritarismo (CHAUI, 2000), patriarcalismo (FREYRE, 1966), patrimonialismo (FAORO, 2001), personalismo. Era dessa cultura política que analistas distanciavam os novos movimentos sociais nascidos nos anos 1970, por acreditarem num potencial de mudança que eles traziam.

A instauração do regime militar no Brasil em 1964 marcou uma ruptura com as relações sociais e políticas que vinham se desenvolvendo no país, sendo que o atraso e o prejuízo social proporcionado pelos anos de Ditadura são imensuráveis. O endurecimento do regime em 1968 através do Ato Institucional nº5 (AI-5), no governo do Presidente General Costa e Silva foi o auge da repressão. Fechou o Congresso Nacional, deu fim aos partidos políticos, com censura aos meios de comunicação como jornais, livros e revistas, as greves foram proibidas, a tortura foi instituída, portanto, o pior cenário possível para sociedade civil foi forjado em nome da segurança nacional.

Nos governos de 1964 a 1985, de Castelo Branco a João Figueiredo, nenhum eleito democraticamente, ou seja, entre 1960 e 1989 não houve eleições para presidente da república no Brasil. Os ditadores interferiram em todos os setores do sistema econômico do país, “isto significa que o governo reelaborou as condições de funcionamento dos mercados de capital e força de trabalho como “fatores” básicos do processo econômico” (IANNI, 1996, p.230) e como consequência de todo esse processo de reelaboração das relações de produção, Ianni aponta que:

[...] o governo continuou a aperfeiçoar seus instrumentos de ação, para criar condições mais propícias a prosperidade da empresa privada, nacional e multinacional. Nesse processo de “modernização” do sistema político-administrativo e econômico, inclui-se, necessariamente, a condenação da “democracia clássica ou liberal”. E, também a afirmação da hegemonia da tecnoestrutura (IANNI, 1996, p.254).

Esta readequação da relação entre Estado e Economia durante os regimes militares, privilegiou a iniciativa privada em detrimento da classe trabalhadora. Os industriais aumentaram em muito seus lucros, com a proibição de greves e vários incentivos do Estado Nacional, que em sua publicidade anunciava que faria o bolo crescer e depois o dividiria, fato este nunca ocorrido.

Nessas condições o prejuízo social, cultural, político e econômico já eram enormes, então a sociedade em oposição ao Estado ditatorial começa a organizar-se, principalmente com apoio das Comunidades Eclesiais de Base, ligadas a Igreja Católica. Muitas associações de moradores e clubes de mães surgiram, mas o grande impulso foram as greves do ABC paulista de 1978 (SADER,1988).

Em maio de 1978 os metalúrgicos do ABC Paulista (Municípios de Santo André, São Bernardo e São Caetano) realizaram uma greve de maio a junho, onde foram mobilizados mais de 500 mil trabalhadores nas áreas do ABC e Osasco, tendo como um dos líderes Luiz Inácio da Silva. De modo geral, esta grande greve, realizada ainda em período de Ditadura Militar é um dos principais fatos históricos quando se fala de renascimento dos movimentos sociais no Brasil (SADER,1988).

A década de 1970 é o ponto crucial para crise do regime militar e renascimento dos novos movimentos sociais. As greves e movimentos de contestação que vêm surgindo ao longo dos anos, fortalecendo assim questões urbanas como moradia, consumo, educação, e as demandas identitária também surgem como: étnicas, raciais de gênero o que na teoria passaria a ser qualificado de novos movimentos sociais, frente à pluralidade de sujeitos e a fluidez das identidades.

Eder Sader (1988) aponta que num primeiro momento desses novos movimentos sociais, além de ter apenas uma história interna, não se voltava para sua capacidade de atuar sobre o Estado:

Num primeiro momento, acredito, vindo esses novos movimentos sociais dos subterrâneos dos anos 70, eles têm basicamente uma história interna. Na maior parte das vezes nem tem referência ao Estado, pois se o significado deles dependesse da sua capacidade de incidir sobre o Estado, eles seriam insignificantes. Mas são capazes de sobreviver apesar de não obterem na maior parte das vezes, resultados visíveis. O seu resultado fundamental era criar um espaço coletivo de auto-reconhecimento entre seus participantes. (SADER, 1988, p.54)

Ruth Cardoso (1994) aborda dois momentos: o primeiro a “*emergência heroica dos movimentos sociais*” que compreende as décadas de 1970 a 1980, a partir de então um segundo momento; o da “*institucionalização*”, que a autora aponta como sendo um refluxo dos movimentos. O primeiro momento é marcado pela espontaneidade, autonomia, fenômenos sociais com a capacidade de mudar a cultura política nacional, sendo antiEstado, antipartido e antissistema. O segundo momento, correspondente ao processo de democratização, onde novas relações entre movimentos sociais com partidos políticos, setores do Estado, e outros movimentos sociais se alteram, foi um período de uma explosão de Conselhos consultivos e deliberativos, a partir do qual: “*Há uma ampliação no modo de gerir as áreas de políticas públicas com a aceitação e abertura de espaços novos onde os movimentos sociais entram – tudo isso de um modo bem parcelado*” (CARDOSO, 1994, p.83).

Os movimentos nessas duas fases têm características bem diferentes: na primeira fase, ainda temos um movimento de oposição ao Estado, devido às reminiscências do regime militar principalmente; enquanto que a segunda fase, é de reaproximação, principalmente via a participação em Conselhos deliberativos, muitos movimentos sociais participaram da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) também, ao lado de Deputados e Senadores da República, o movimento negro participou.

Seguindo a divisão de Ruth Cardoso (1994) na fase da emergência heroica dos movimentos sociais, temos o surgimento dos novos atores sociais em meio ao processo de transição democrática, no qual a população e as organizações lutam contra o regime militar. Este cenário político, incentivou o aparecimento de diversas práticas de reivindicação da sociedade civil, que envolviam direitos negados pelo regime então vigente (GOHN, 2004).

Das experiências do autoritarismo e das experiências da auto-organização ficou uma atitude de profunda desconfiança em toda institucionalização que escapa do controle direto das pessoas implicadas e uma igualmente profunda valorização da autonomia de cada movimento. Por isso mesmo a diversidade de movimentos, produzida pela diversidade das condições em que envolvem cada um, é reproduzida pelo empenho existente em manter essa autonomia (SADER, 1988, p.311).

Um dos pilares dos movimentos dessa primeira fase, certamente são os discursos e a tentativa da prática autônoma, no sentido de autodeterminação própria, principalmente com relação ao Estado, que era exemplo maior de relações autoritárias e centralizadas. Neste momento, atuar nesses âmbitos da sociedade civil, era ato de desobediência civil, e luta por reconhecimento de direitos sociais e culturais. É nesse espaço que as demandas de raça, gênero, sexualidade, etnia, meio ambiente, direitos humanos surgem e adentram a esfera pública em busca de justiça social e liberdades. Todo este processo representa uma ampliação e pluralização da esfera pública nacional, politizando várias esferas do cotidiano, e exigindo-se do Estado justiça contra as desigualdades. Pedro Jacobi (1993) aponta a cidadania como sendo um conceito sobre o qual os novos movimentos sociais orbitam:

Pode-se argumentar, portanto, que provavelmente um dos aspectos mais relevantes dos movimentos reivindicatórios urbanos tem sido o de cristalizar o significado da cidadania, não só em termos de conquistas materiais mas, principalmente, na constituição de uma identidade que gradualmente vai quebrando a consciência fragmentada que lhes é imposta pelas heranças do regime político autoritário e pela situação de subalternidade de seus agentes (JACOBI, 1993, p.159).

A partir da saída dos militares em 1985, mas já havendo eleições para governadores em 1982, campanhas e manifestações acontecendo por todo ao país, a ideia da relação entre sociedade civil e Estado começa a sofrer alterações, e passamos a caminhar para fase da institucionalização (CARDOSO, 1994). Nessa fase novos canais de participação e representação política estão sendo construídos no interior do Estado, onde a sociedade civil é partícipe, e a questão da autonomia perde sua centralidade na sociedade civil, dando espaço maior a outras formas de associativismo. A saída dos militares da direção da sociedade política aproxima a sociedade civil desta parcela do poder, e os novos atores, em relação com os outros atores políticos passam a ter mais interesse pelo Estado, principalmente na construção de políticas públicas específicas.

A institucionalização da sociedade civil, de acordo com Avritzer (2012) é criada por dois processos ligados a democratização do país:

A sociedade civil brasileira teve sua institucionalidade criada por dois processos, a reação dos setores populares ao processo antidemocrático de modernização do país que interferiu intensamente na sua vida cotidiana e um processo de democratização que fez das associações civis atores importantes no processo de aprofundamento democrático (AVRITZER, 2012, p.394).

Os novos atores sociais são, principalmente, as ONGs, que ganham seu espaço social e político na aproximação que fazem com movimentos sociais. As ONGs passam a desenvolver projetos sociais, capacitação, cursos, trabalhos comunitários, ou seja, de certa maneira elas desempenham funções ligadas ao Estado, que passa a regulamentar, no Brasil, parcerias com essas instituições a partir dos anos de 1990.

A fase da institucionalização, de aproximação da sociedade civil e sociedade política, é o período da redemocratização, onde a sociedade civil (re) encontra seus vínculos com Estado, mas também com os partidos políticos, com o mercado. A caracterização como instituição de terceiro setor, ou seja, a sociedade civil tornou-se muito mais complexa e com muito mais tentáculos na esfera pública.

A Assembleia Nacional Constituinte (ANC) contribuiu na ressignificação da relação movimento social e Estado. Durante o processo da ANC, negros participaram através da “Subcomissão dos Negros, Populações indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias”, a comissão temática era “da ordem social”. A garantia de direitos sociais e a participação massiva dos movimentos sociais, reconfigura a relação Estado e Sociedade civil (SILVÉRIO, 2005).

A Constituição Federal (CF) de 1988 tem um papel crucial na maneira como a sociedade civil passa a participar do Estado, principalmente, ao redor de políticas públicas que envolvam os direitos sociais. A carta constitucional ampliou de maneira nunca antes vista no país, os direitos sociais (CARVALHO, 2011), e o Estado, nessas circunstâncias, assume para si o dever de garantir direitos sociais. Com a consolidação de direitos democráticos fundamentais a cidadania, a CF também teve importante papel no processo de descentralização, definindo novos arranjos federativos, e a maior participação da sociedade é um dos parâmetros norteadores da descentralização (NOGUEIRA, 2011).

O processo que garantiu a CF foi de grande participação política dos movimentos sociais, apesar da grande influência de líderes partidários como: Mario Covas e Ulysses Guimarães. Na atuação do movimento negro durante o processo constituinte temos a ação centrada em três frentes:

[...] três eixos principais: a) o reconhecimento, por parte do Estado, das comunidades negras remanescentes de quilombos, de suas especificidades históricas e culturais, e o título de propriedade definitiva de suas terras; b) a criminalização da prática do racismo, do preconceito racial e de outras formas de discriminação; c) uma educação comprometida com a valorização e o respeito à diversidade, com a obrigatoriedade do ensino de história das populações negras do Brasil e com o combate ao racismo (MEDEIROS, 2009, p.66).

Os três eixos apontados por Medeiros (2009), indicam grande parte da atuação na história do movimento negro. A criminalização do racismo reflete o grande fluxo das denúncias e, pautaram grande parte das ações do movimento negro, concomitantemente e de maior tradição, é relação do movimento negro com a educação, que sempre foi vista como instrumento de ascensão social. Já o reconhecimento, traz novas possibilidades, abre espaço para novas políticas.

### 3.2.1 Aspectos do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil

O movimento negro contemporâneo se trata das articulações negras surgidas após o fim do regime autoritário (1964-1985) no país, cujo protagonismo maior é do Movimento Negro Unificado – MNU, que usaremos como exemplo, mas outras iniciativas precederam a fundação deste coletivo: alguns exemplos são: o Grupo Palmares em 1971 em Porto Alegre; o Centro de Cultura e Arte Negra (Cecan) em 1972 em São Paulo; em 1974 foi criada a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba) no Rio de Janeiro, entre outras várias entidades pelo Brasil (ALBERTI; PEREIRA, 2007).

A resistência negra foi uma constante desde a sua colonização ainda em terras africanas<sup>67</sup>, e várias formas de luta social, e ações coletivas se desenvolveram e continuam a desenvolver-se. O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) nasceu em 07 de julho de 1978, em ato público nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, reunindo os principais militantes do Movimento negro da época.

Já ambientado entre os novos movimentos sociais, passa a afirmar sua identidade coletiva, a partir da ressemantização do termo “negro”, que sempre era visto com receio na sociedade brasileira, assumindo uma identidade racial negra e brasileira. A palavra “negro” foi proposta por Abdias do Nascimento e Lélia Gonzalez, e trouxe a carga identitária para o movimento negro, de valorização do que é negro, do que é de raiz africana (ALBERTI; PEREIRA, 2007) “[...] os movimentos negros utilizaram a questão da identidade étnica como instrumento da conscientização da pertinência de um grupo diferenciado, conduzindo

---

<sup>67</sup> No Brasil, associações de grupos negros remontam a época colonial, destacando-se, então, as irmandades religiosas como forma mais difundida de organização de solidariedade entre escravos e, mais tarde, entre estes os negros libertos (COSTA, 2006, p.142). Aleixo Paraguassú em sua entrevista remonta ainda um passado africano da resistência apontando que: “o movimento negro brasileiro é, um movimento consciente ou inconscientemente, ele nasce com a própria escravidão, há quem sustente que o próprio ato dos escravos apanhados a força na África, quando eles pulavam do navio, ainda no porto africano e se suicidavam, para evitar que fossem arrancados da terra e postos sobre grilhões, já era um ato de resistência, a partir dali, já era um ato de resistência, não uma resistência organizada” (ENTREVISTA, Aleixo Paraguassú, 2012).

*simultaneamente a percepção das desigualdades e carências em relação aos outros grupos” (SILVA, 1994, p.50).*

O MNU, a principal instituição do movimento negro que surge após o período de Estado autoritário (1964-1985), é reconhecidamente o principal marco na construção do movimento negro contemporâneo, o reflorescimento após a ditadura militar e todo o contexto histórico-social em que passou a viver o Brasil do processo de redemocratização. Sueli Carneiro afirma o seguinte sobre o MNU:

O MNU traz um nível de politização maior para o debate racial e situa o movimento negro em uma perspectiva mais de esquerda, que eu acho que foi influência fundamental de toda militância da minha geração (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p.148).

A afirmação de Sueli Carneiro, consideramos importante em dois pontos: primeiro, a maior politização da demanda racial é ponto crucial para o futuro do movimento negro, e foi um renascimento do político na esfera nacional já que várias outras demandas se politizaram nesse período no país; e segundo, a perspectiva de esquerda adotada no período, como ela mesma afirma foi a influência de sua geração, era uma influência geral na América Latina, e que solidificou a oposição Sociedade civil e Estado na região. Novas relações entre o Estado e a Sociedade estavam surgindo, e não mais, somente, aquela oposição entre ambos, causada, na prática pela aversão entre a sociedade e o Estado autoritário.

Uma polaridade entre cultura e política, nas formas de mobilização, era objeto de tensão no movimento negro contemporâneo, principalmente na Bahia, apesar da ambivalência na maioria das manifestações:

Havia principalmente no final da década de 1970 e início dos anos de 1980, grupos do movimento que se autodenominavam como grupos estritamente políticos e avessos a muitas práticas chamadas por eles de “culturais” ou “culturalistas”. Talvez o melhor exemplo, nesse sentido, seja o Movimento Negro Unificado que radicalizaria o discurso político no final da década de 1970, muito em função de haver, entre suas principais lideranças, pessoas ligadas a organizações radicais de esquerda, como a Convergência Socialista, por exemplo. Da mesma forma, havia também muitos outros grupos que utilizam até os dias de hoje práticas culturais diversas como elementos importantes para mobilização política de setores da população negra. Talvez o exemplo mais emblemático nesse sentido seja o primeiro bloco afro, o Ilê Aiyê, criado em Salvador em 1974 (PEREIRA, 2010, p.168).

O fato é que as práticas políticas possuem uma dimensão cultural, uma vez que a reivindicação de direitos ou de justiça social é direcionada a uma parte específica da sociedade brasileira, seja cobrando igualdade ou diferenciação social. As manifestações culturais, por sua vez, mobilizam-se em torno de um embate político. O simbólico é uma esfera de embate, tanto que as comemorações em torno do “20 de novembro”, são um marco importante entre os militantes do movimento negro.

A questão do “ser negro” não é apenas uma perspectiva cultural, ou de simples diferenciação enquanto sinal diacrítico, não é um marcador de diferença simplesmente, mas também assume a perspectiva de ação política. A identidade nos movimentos sociais são as duas dimensões, o cultural e o político, num processo de politização do cultural na esfera pública nacional.

Devido à definição conceitual de movimento social, e a prática contemporânea de contestação e luta social, optamos por trabalhar com o conceito de sociedade civil, que permite que sejam analisadas também as dimensões institucionalizadas do movimento negro, uma vez que as definições de movimento negro evidenciam aspectos de sua institucionalização. Por movimento negro, estamos entendendo:

[...] a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema, educacional, político, social e cultural (DOMINGUES, 2007, p.101).

Indícios apontam que o termo movimento negro surgiu, pela primeira vez, em 1934, em um texto do jornal *A voz da raça*, vinculado à Frente Negra Brasileira. Mas durante os anos de 1970, o termo passou a significar para os militantes engajados na luta contra o racismo, o seu conjunto e suas atividades (PEREIRA, 2010, p. 65).

Por movimento negro, estamos agregando as dimensões institucionalizadas da sociedade civil organizada em torno da questão racial, ou seja, além do movimento social negro, estamos também acrescentando as entidades a eles agregadas e os espaços conquistados ao longo da historicidade particular desse movimento social, representadas no âmbito dessa pesquisa pelos Fóruns estaduais, pelos Conselhos (estadual e municipal) e pelas Coordenadorias de promoção da igualdade racial (estadual e municipais), gerando com isso uma diversificação das formas e estratégias de atuação do movimento negro.

Formas e estratégias de luta que só se tornaram possíveis após a concretização do processo de construção da identidade negra e do engajamento desses ativistas no movimento negro brasileiro (PEREIRA, 2010, p 79).

Em qualquer tentativa de aproximação simplista entre os conceitos de movimento negro, com o de movimento social ou de sociedade civil, veremos que o conceito de sociedade civil representa melhor a realidade do movimento negro contemporâneo, marcado por diversas formas de institucionalização. Como defende Avritzer (2012) na relação da Sociedade civil com o Estado no Brasil, dos anos de 1970 para hodierno, temos uma transição da autonomia para interdependência política.

Outro ponto exemplar do movimento negro é a criação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, em São Paulo criado, no governo de André Franco Montoro, eleito no pleito de 1982 com uma campanha assentada na democracia participativa, onde os Conselhos tinham papel fundamental.

Este Conselho foi o primeiro do tipo surgido no Brasil, em seguida vários outros surgiram, foi inspirado no Conselho Estadual da Condição Feminina. Ivair dos Santos (2005) afirma que o Conselho não foi um consenso no movimento negro, que ouviu críticas a respeito dos perigos da internalização principalmente. Apesar dos contrários à internalização, o Conselho representou a conquista de um novo espaço político, visto que do anúncio até a real existência levou-se quase um ano.

Ivair dos Santos (2005) define três eixos sobre os quais se assentava o Conselho que nascia em São Paulo: A promoção, o controle e a defesa: a promoção tinha como objetivo principal a formulação de políticas sociais e a inserção do recorte racial em outras políticas; o controle reporta-se à vigilância dos preceitos definidos na plenária do Conselho, o monitoramento por parte da sociedade civil organizada das ações do Estado; e por fim, a defesa, que previa atuação com as vítimas de discriminação racial, uma assistência. (p.99). Os suplentes foram criados apenas posteriormente, frente ao número grande de pessoas envolvidas a princípio. Os suplentes foram uma maneira de ampliar a participação no interior do Conselho, no caso paulista.

O Conselho foi criado com a idéia de uma co-gestão da coisa pública por dois atores institucionais: um representante do Executivo e outro da sociedade civil, colocados na arena de negociação, que é o espaço institucional do Estado. Uma relação complexa, pois rompia com antigos papéis e assumia nova postura, articulando novos espaços e instrumentos, obedecendo à racionalidade do poder público e ao espírito da democratização (SANTOS, 2005, p.113).

Ivair dos Santos aponta que o estado, ou melhor, os agentes do estado de São Paulo, e seus servidores públicos, não estavam preparados para a novidade que significava o Conselho, principalmente pela cogestão, inclusive de recursos financeiros. O autor acredita que, talvez até mesmo devido aos recursos financeiros, havia a preocupação de mostrar resultados mensuráveis, uma vez que em parte, o Conselho era poder executivo também.

O Conselho acabou sendo um órgão para elaborar, propor, co-executar e executar políticas, cujo público alvo era a população negra. Desde o início, preocupou-se com a competência na geração de resultados mensuráveis e que pudessem ser acompanhados e avaliados. Os recursos escassos obrigaram o estabelecimento de estratégias para a definição de prioridades e adequação às exequibilidades financeiras, ampliando os horizontes somente dentro das possibilidades reais de êxitos e resultados. (SANTOS, 2005, p.119).

Mesmo com início das atividades do Conselho as críticas não cessaram, abrangendo, além do risco da internalização, que na verdade era o de cooptação política, temia-se a partidarização e que isso suplantasse a demanda por políticas públicas raciais. Apesar das críticas, os Conselhos se ampliaram, e na avaliação de Ivair dos Santos (2005) melhoraram a atuação do Estado nas suas intervenções de promoção da igualdade racial e os Conselhos foram criados em outros estados:

Este estudo pretendeu mostrar a experiência de como a participação no governo do estado de São Paulo conseguiu ampliar em nível de eficácia as ações pela promoção da igualdade. A experiência do Conselho foi repetida em outros estados como Mato Grosso do Sul, Bahia, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e algumas capitais: São Paulo, Belém, Vitória, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Brasília (SANTOS,2005, p.174).

Os Conselhos, na verdade, fortaleceram os ideários de democratização que a sociedade brasileira vivenciou em seu período de transição democrática. Os Conselhos Negros tiveram suas vitórias na medida em que os estados cada vez mais passam a reconhecer que as desigualdades raciais são aspectos relevantes da extrema desigualdade do país, é de fato, o reconhecimento político das demandas dos movimentos sociais surgidos nos anos de 1970. Paulatinamente reconhece-se a legitimidade das ações do movimento negro no Brasil contemporâneo e através daí muitas conquistas políticas se materializaram na lei brasileira.

Nesse subitem tentamos demonstrar algumas mudanças ocorridas na sociedade civil brasileira, iniciada durante o processo de transição democrática e ainda em

mudança no mundo contemporâneo. O contexto histórico é de crise do Estado autoritário no país, renascimento dos movimentos sociais com a entrada de novos atores no cenário político nacional, e de enfraquecimento, cada vez maior, do mito da democracia racial no país.

Mas se houve mudanças na sociedade civil, também houve substanciais mudanças no Estado; os Conselhos exemplificam parte dessa mudança, mas a descentralização política, as novas maneiras de gestão de políticas públicas. O Estado brasileiro sofreu uma reforma nos anos de 1990, e novos elementos se agregaram nos anos seguintes, para efeitos dessa pesquisa, a demanda racial se solidificou no Estado.

As alterações, que tanto Estado como Sociedade civil passaram mudaram a maneira como ambos se relacionavam, e por consequência, houve também modificações quanto às teorias que analisavam esta relação. A opção pela trajetória histórica mais do que teórico-metodológica é devido a melhor compreensão dos fatos que hodierno vivencia, tanto o movimento negro e as suas instituições, como o Estado, em algumas de suas agências.

O foco agora se volta para MS, a formação de uma sociedade civil negra, através dos dois principais processos que se fortalecem na sociedade civil desse Brasil moderno, após 1978, a internalização no estado e a *ongzação*. Ambos os fenômenos são visíveis na realidade sul-mato-grossense.

### 3.3 SOCIEDADE CIVIL “NEGRA” SUL-MATO-GROSSENSE

A criação do estado de MS é um dos frutos da ditadura militar, e florescimento de uma sociedade civil mais atuante, assim como no Brasil, de modo geral, se dá no fim dos anos de 1970. Ou seja, no mesmo período de fundação do estado, está ocorrendo o processo de reabertura, de redemocratização. As eleições para governadores em 1982, pela Campanha das Diretas Já, pela Assembleia Nacional Constituinte de 1988 e pelas eleições presidenciais de 1989, foram momentos de grande euforia política, apesar da descontinuidade desse padrão de politização social.

O começo da década de 1980 em MS foi marcado por grandes mobilizações democráticas contra a ditadura militar, pela organização da sociedade em entidades representativas de trabalhadores urbanos e rurais, bem como das camadas médias, como professores e estudantes (BITTAR, 2009, p.213).

O movimento negro de MS é composto de diversas entidades<sup>68</sup> e atua em diferentes esferas. Estas entidades, na maioria ONGs, atuam com algum recorte racial, seja ele: social, cultural ou político, e também participa de articulações estaduais representativa do movimento negro, sendo eles: os Fóruns ou Conselhos temáticos estaduais e municipais, e ainda temos no âmbito estadual uma Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial<sup>69</sup>, e alguns municípios também possuem uma estância semelhante em âmbito municipal. Através dessas entidades e articulações se encontra o movimento negro regional, ou a rede que compõe a tessitura do movimento negro.

Historicizando uma pequena parte desse emaranhado de instituições, temos o objetivo de apresentar parte importante da história do movimento negro sul-mato-grossense, e também de suas conquistas no estado, como veremos mais adiante no capítulo IV. MS teve manifestações políticas em torno das eleições de 1982 e das Diretas Já, mas somente em 1985 formaliza-se a primeira entidade do movimento negro estadual.

## **Grupo TEZ**

O movimento negro sul-mato-grossense se formaliza em 1985, através da criação do Grupo TEZ<sup>70</sup>, apesar de já haver uma preocupação coletiva que antecede a criação do Grupo TEZ, no entanto, dispersa com as questões raciais no estado. A politização do setor social naquele momento histórico, em que estudantes, trabalhadores e os novos movimentos sociais estão nas ruas, são os precedentes da institucionalização do movimento negro regional. Ben-Hur Ferreira afirma sobre as pessoas que fundaram o Grupo TEZ: *“a gente em 84 tinha participado ativamente das Diretas Já, eu fui orador do movimento estudantil nas Diretas Já, então acho também que isso ajudou muito em 85 [...]”* (ENTREVISTA, Ben-Hur, 2013).

O período que antecedeu a formalização do movimento negro foi marcado por processos de politização da sociedade após anos de autoritarismo militar, em que as questões raciais poderiam ser consideradas assuntos que ferissem a Segurança Nacional, portanto, passível de duras penas. Mas todo esse período é de difícil documentação, por

---

<sup>68</sup> Ver anexo C.

<sup>69</sup> Os municípios de Mato Grosso do Sul com Conselhos Municipais de conhecimento da CPPIR-MS são: Campo Grande, Corumbá, Bataguassu e Costa Rica. E os municípios com coordenadorias raciais ou órgãos semelhantes são: Aparecida do Taboado, Bataguassu, Caracol, Corumbá, Jaraguari e São Gabriel do Oeste. In: [www.igualdaderacial.ms.gov.br/](http://www.igualdaderacial.ms.gov.br/) de 27/04/2013. Acessado em 28/04/2013.

<sup>70</sup> A primeira atividade foi uma discussão sobre o filme “Tenda dos milagres” de Nelson Pereira dos Santos, filme de 1977, uma adaptação de um romance de Jorge Amado (ENTREVISTA, Ben-Hur, 2013).

significar justamente ações coletivas dispersas, pouco planejadas, e com baixo nível de organização, não havia atas nem estatutos antes da institucionalização.

O Grupo Trabalho e Estudos Zumbi – Grupo TEZ –, é a primeira instituição a defender os direitos do negro em MS. Após a Ditadura militar iniciada em 1964, houve o período de forte repressão através do regime militar que impossibilitava que antes da década de 1980 surgissem reivindicações em prol da questão racial no país, e não foi diferente no MS.

O estopim para fundação da entidade foi uma palestra feita pelo Fernando Gabeira, na ocasião de um trote cultural realizado em conjunto pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)<sup>71</sup>, no ano 1985. De acordo com Ben-Hur Ferreira, em um dado momento da palestra, Gabeira menciona que apenas depois de exílio deu-se conta da dimensão do racismo, uma vez que, ele se tornará um latino na Europa, e vítima de preconceitos. Este fato motivou a criação do Grupo TEZ, em 18 de março de 1985 pelos professores universitários na UFMS: Jorge Manhães<sup>72</sup> e Dorothy Rocha<sup>73</sup>; três então alunos do curso de Direito da Católica: Eurídio Ben-Hur Ferreira<sup>74</sup>, Paulo Roberto Paraguassú<sup>75</sup> e Jaceguara Dantas da Silva Passos<sup>76</sup>, e Pedro o que menos se tem notícias, mas acredita-se que ainda não cursava ensino superior (ENTREVISTA, Ben-Hur, 2013).

No depoimento da Raimunda Luzia de Brito<sup>77</sup>, ela afirma que, ainda na década de 1970, tiveram início as discussões em torno da questão racial em Campo Grande. Na ocasião, devido à presença dos irmãos Johnson, de uma das Guianas, segundo ela, vieram para estudar na antiga FUCMT, e um grupo de discussão e estudos formou-se ao redor destes estudantes. No entanto, todos os militantes reconhecem no Grupo TEZ a primeira entidade do

<sup>71</sup> A UCDB até 1993 era Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT), fruto da primeira instituição de ensino superior em Campo Grande, em 1961, com cursos de Pedagogia e Letras. In: BITTAR, Mariluce. **Política de educação na região sul de Mato Grosso e a influência da congregação salesiana.** Comunicação apresentada ao VI Congresso Internacional da Brazilian Studies Association – BRASA, Atlanta, Geórgia/USA, 4 a 6 de abril de 2002.

<sup>72</sup> Foi professor na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), aposentou-se e atuou nas Faculdades Anhanguera de Dourados. Faleceu em 2009.

<sup>73</sup> Professora universitária na UFMS, com mestrado em educação sendo Membro do Conselho Editorial da Revista Intermeio. Atualmente, é pesquisadora independente pela Universidade Nove de Julho – UNINOVE.

<sup>74</sup> Foi vereador em Campo Grande de 1993 a 1994, Deputado Estadual entre 1995 e 1999; e Deputado Federal entre 1999 e 2003. De 2000 a 2002 foi Secretário de estado no governo Zeca do PT em Mato Grosso do Sul. Advogado e professor do curso de Direito na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

<sup>75</sup> Atualmente advogado e empresário na cidade de Campo Grande – MS e um dos filhos do Dr. Aleixo Paraguassú.

<sup>76</sup> Promotora de Justiça do Ministério Público do estado de Mato Grosso do Sul. Mestre em Direito, área de concentração Direito Constitucional pela PUC/SP.

<sup>77</sup> Atual coordenadora da CPPIR-MS, possui graduação em Direito e Serviço Social, e mestrado em Serviço Social pela UNESP, uma das militantes mais conhecidas de Mato Grosso do Sul.

movimento negro, e de maior importância na difusão para o interior do estado da demanda racial (MATO GROSSO DO SUL, 2005, p.39).

O Grupo TEZ não nasce com objetivos fixos, a princípio, se pretendia um grupo de estudos, mas alcançou mais do que isso. Mais do que estudar em reuniões que ocorreram durante mais de dez anos nas tardes de sábado, também possuíam ações políticas, como exemplifica um dos fundadores do Grupo TEZ.

A gente achava que ia fazer um grupo de estudo, de trabalho, a gente não tinha muito claro, mas a gente se constitui, lançou o grupo, dava entrevista, dava muita palestra em escola [...] tentamos, foi até curioso, se não me engano, em próprio 85, celebrar pela primeira vez a consciência negra, dia 20 de novembro<sup>78</sup> [...] Era combate ao racismo, à gente não tinha muito, era assim um pouco de afirmação da nossa identidade, de buscar eu lembro que a gente buscava muitos argumentos, de construir discursos. Engraçado falar sobre isso, na verdade a gente tava tateando né, a não, é negro ou é preto? Combater algumas palavras que eram utilizadas pra designar coisas ruins sabe, contar a trajetória de Zumbi (ENTREVISTA, Ben-Hur, 2013).

A conquista do espaço político que o Grupo TEZ alcança acontece via enfrentamento, com a experiência que se vivencia no cotidiano da cidade. O Grupo TEZ nasce da indignação, mas o fato de ser a única instituição que debatia e polemizava o assunto no espaço público sul-mato-grossense, rapidamente, a visibilidade do trabalho possibilita seu protagonismo no espaço público regional em torno desse debate racial.

O Grupo TEZ tentou ampliar sua base de atuação chegando a abrir entidades semelhantes em Aquidauana e Três Lagoas, mesmo em Campo Grande tentou por um período, mas não com sucesso abrir uma entidade na Comunidade Tia Eva<sup>79</sup>. Mesmo sem conseguir sediar um grupo no quilombo urbano, muitas reuniões do Grupo TEZ ocorreram nessa comunidade, em uma tentativa de aproximar-se da comunidade negra regional.

O Grupo TEZ foi primeiro agente em muitas atividades no estado, mas a partir de 1999, em parceria com o Sindicato dos Professores (ACP) realizou o “*primeiro seminário dirigido aos professores das redes municipal e estadual de Campo Grande com o objetivo de discutir as relações raciais em sala de aula, focalizando especificamente o negro e o indígena*” (MATO GROSSO DO SUL, 2005, p.45). Foi a primeira atividade de formação de professores de maneira mais sistematizada, e não para uma escola, ou uma palestra apenas.

---

<sup>78</sup> 20 de novembro é o dia da morte do líder do Quilombo dos Palmares, Zumbi, considerado, atualmente, um dos maiores símbolos da luta contra todas as formas de opressão e exclusão contra os descendentes de africanos.

<sup>79</sup> Uma Comunidade Negra localizada em Campo Grande, descendentes de uma ex-escrava, a “Tia Eva” uma goiana da cidade de Mineiros, a Comunidade foi fundada em 1910.

Posterior a isso, houve a sistematização de um curso de 20 horas, que foi elaborado, ainda em 1999, por ocasião de um caso de racismo envolvendo uma escola particular e uma escola pública de comunidade negra e urbana da capital, o Grupo TEZ foi acionado e optou por, ao invés de recorrer à justiça, propor uma parceria.

Tratava-se de capacitar os professores da escola particular através de um curso a ser elaborado pela entidade. Apesar da aceitação da escola, inclusive quanto aos custos do curso, o mesmo não aconteceu devido ao fato dos incidentes terem ocorrido no fim do ano letivo. Mas, enfim, o curso *Ibaa.xe* estava estruturado, o nome em Iorubá significa: *que isso possa ser aceito*. E o primeiro curso de formação ocorreu em 2000 através de uma parceria entre Grupo TEZ e Secretaria de Estado de Educação (SED), tendo como público professores que desde o ano anterior, participavam de um grupo de estudos de questões raciais gerido pela SED. O curso teve outras edições (MATO GROSSO DO SUL, 2005).

Um curso pré-vestibular para pessoas carentes foi articulado em 1997 com um espaço no Grupo TEZ, a modalidade de Ação Afirmativa foi pela primeira vez adotada no estado. Apesar de não ser a primeira iniciativa de um curso pré-vestibular para população carente da cidade<sup>80</sup>, é o primeiro com um recorte de Ação Afirmativa racial em evidência. A educação sempre foi uma grande preocupação da entidade, que iniciou enquanto grupo de estudo, ofereceu palestras a escolas, elaborou e implementou cursos de formação de professores, ofereceu curso pré-vestibular à população carente da cidade, entre outros eventos.

As demais entidades que surgem no MS, vinculadas à promoção da igualdade racial, possuem sua origem entre militantes do Grupo TEZ, que atuaram e participaram das reuniões realizadas aos sábados pela instituição. O Grupo TEZ é o embrião das instituições do movimento negro regional, e agregou durante muitos anos a militância negra regional.

Mesmo não solidificando essa expansão via fragmentação, visto que nenhum dos outros grupos manteve-se em atuação, outra atuação do Grupo TEZ colaborou para uma maior diversidade de entidades ligadas ao movimento negro, que é a aproximação com a política do estado de MS. O Grupo TEZ, enquanto única entidade em defesa dos direitos do negro agregava toda a pluralidade e divergência do movimento negro em Campo

---

<sup>80</sup> De acordo com a professora Conceição Shirley Ferreira Medina, em 1994, no Colégio Oswaldo Cruz em Campo Grande, através de um projeto com o Rotary Club, "*Projeto Amor Fraternal*", realizou-se o primeiro curso pré-vestibular da capital, direcionado para alunos do último ano do Ensino Médio, na região do bairro Aero Rancho na capital, a professora era coordenadora do projeto.

Grande, no entanto, a mais marcante era a política partidária, como atribui a entrevistada, Ana Sena<sup>81</sup>:

O TEZ agregava todas essas pessoas. O Aleixo Paraguassú, a Raimunda, o Aparicio, Zézão, a Ana José, aí o que aconteceu? Havia muita divergência entre nós por causa da política, principalmente da política partidária [...] internamente, teve muitos conflitos políticos, porque, ideologicamente, o TEZ era muito dividido, mesmo que as pessoas não reconhecessem, se identificavam com um partido. Mas ideologicamente ele estava muito dividido, esquerda e direita (ENTREVISTA, Ana Sena, 2012).

Ben-Hur Ferreira, filiado o Partido dos Trabalhadores – PT desde 1988 tornou-se, o primeiro vereador do PT em Campo Grande. No interior do Grupo TEZ, vários outros eram filiados ao PT, no entanto, outra parte, não tinha nenhum vínculo com o PT, tendo maiores afinidades, e até filiações em outros partidos políticos, mas conseqüentemente, o Grupo TEZ passou a ser visto com uma conotação partidária. O concomitante crescimento político do Ben-Hur, e o fato de ter sido um dos fundadores da entidade geravam uma divulgação e também uma rotulação da entidade, como sendo uma extensão partidária. Ben-Hur aponta que seu mandato ajudou a divulgar e estruturar o movimento negro:

Então do PT isso aí, eu sendo parlamentar divulgava muito o movimento negro, tinha assessoria, tinha estrutura, então eu me lembro, que teve um 20 de novembro na assembleia que foi maravilhoso [...] então essa temática racial ganhou força, e em 1998 o Zeca ganha o governo (ENTREVISTA, Ben-Hur, 2013).

Após vereador em Campo Grande, Ben-Hur Ferreira, tornou-se deputado estadual e em seguida deputado federal. É o autor da famosa Lei 10.639/2003, junto com Esther Grossi (PT-RS)<sup>82</sup>. Mas com a eleição de José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT, para governador em 1998, o grande projeto político da esquerda sul-mato-grossense se materializa, e Ben-Hur, abre mão de Brasília e assume a Casa Civil entre os anos 2000 e 2002 nesse governo. Não desde o início, mas em um momento de crise, havia um governo de esquerda com salário de servidores públicos em atraso. Independente deste fato, alguns

<sup>81</sup> Ana Lúcia Sena é professora, pedagoga, especialista em educação e especialista em Gênero e Política Pública, mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP. Foi Coordenadora da CPPIR-MS, no segundo mandato do governo Zeca do PT (2003-2006).

<sup>82</sup> Na proposição do projeto Ben-Hur Ferreira ressalta a importância de um de seus assessores, Edson Cardoso: “[...] o Edson Cardoso foi chefe de gabinete do Florestan Fernandes, depois foi meu chefe de gabinete, foi o grande responsável pela lei 10.639. Foi o Edson Cardoso, ele que foi atrás ele que me inspirou.” (ENTREVISTA, Ben-Hur, 2013).

integrantes do Grupo TEZ já faziam parte dos quadros governistas, algo incômodo à ala não petista no interior da entidade. Uma das não petistas, Raimunda Luzia de Brito declara:

[...] e aí houve um período em que o TEZ se declarou um braço do PT e aí eu perdi espaço lá dentro. Gosto muito de muita gente do PT, nada contra a pessoa, a ideia é que não bate com a minha. (ENTREVISTA, Raimunda Luzia de Brito, 2012).

Esta singularidade colaborou com a expansão das entidades ligadas ao movimento negro no MS, e a pluralidade em conflito no interior do Grupo TEZ, gerou esta fragmentação e, corroborou para o surgimento de novas entidades e, por consequência, novos rótulos para essas. Se antes o Grupo TEZ e o Conselho Estadual dos Direitos do Negro – CEDINE-MS, nascido em 1987, representavam o movimento negro, depois do surgimento de outras entidades, o Grupo TEZ deixa de ser o centro da representação. A aproximação de pessoas da entidade com o governo petista, foi um incentivo para criação de novas entidades, formadas por grupos mais distantes do PT. Um bom exemplo é a formação do Coletivo de Mulheres Negras “Raimunda Luzia de Brito”.

O Coletivo de Mulheres Negras de MS “Raimunda Luzia de Brito”, nascido dia 23 de setembro de 1995, surgiu de uma ideia de Lucimar Rosa Dias<sup>83</sup>, e por sua sugestão também, decidiu-se homenagear umas das mais importantes militantes do movimento negro de MS: Raimunda Luzia de Brito. A princípio, a ideia da Lucimar, idealizadora do projeto, era de manter o Coletivo vinculado ao Grupo TEZ, ou sendo um fórum de mulheres negras, para atrair mais pessoas, no entanto foi voto vencido, e acabou abandonando o Coletivo para dedicar-se apenas a uma instituição, o Grupo TEZ. Na reunião de fundação do Coletivo, a maioria das convidadas eram não petistas que compreenderam que o Coletivo tinha de ser autônomo do Grupo TEZ. Influenciados pelo surgimento do Coletivo de Mulheres Negras, nasceu o Instituto da Mulher Negra do Pantanal – IMNEGRA, localizado em Corumbá, e o Coletivo de Mulheres Negras de Ribas do Rio Pardo<sup>84</sup>, ambos autônomos e outras instituições (SENA, 2011).

O grupo majoritário a frente do Coletivo de Mulheres Negras, tinha uma vinculação maior com o PMDB, e apesar da mentora do Coletivo ser vinculada ao PT não conseguiu apoio suficiente para manter o projeto inicial, criar uma ala dentro do Grupo TEZ

---

<sup>83</sup> Primeira coordenadora do que hoje é a CPPIR, professora na UFMS no campus de Três Lagoas, possui doutorado pela USP em Educação, atuando com promoção da diversidade etnicorracial na educação infantil principalmente.

<sup>84</sup> Cidades do interior de Mato Grosso do Sul, Corumbá fica a aproximadamente 425 km de Campo Grande, enquanto Ribas do Rio Pardo a 100 km.

para debater questões da mulher negra. A criação do Coletivo exemplifica a influência de questões partidárias no interior do movimento negro regional. Se o Grupo TEZ carregava o rótulo de petista, o Coletivo traz o de Peemedebista.

Em 1994 surge outra entidade, o ICCAB – Instituto Casa da Cultura Afro-Brasileira – que possui como objetivo estudar e levantar a problemática dos afrodescendentes<sup>85</sup> no campo sócio-econômico-educacional e cultural, esta instituição abrigou o PROGRAMA SOS RACISMO<sup>86</sup>, no MS (SANTOS, 2005). A Igreja Nações Banto, do Bispo angolano, Tsinduka Antonio Muana Uta, era outra instituição que debatia frequentemente questões raciais, principalmente as ligadas à bíblia, uma vez que é uma comunidade evangélica; nas Moreninhas, um grande conjunto de bairros na capital, existe a Associação Trabalho e Estudos da Cultura Afrodescendente em Movimento – José Mauro Messias da Silva – (TECAM), atuando principalmente com esporte na região; o Instituto Luther King, que falaremos mais tarde surge em meio a outras entidades, como Grupo Raízes Negras em Aquidauana, Movimento Negra Atitude em Dourados, o Congresso Nacional Afro-Brasileiro (CNAB) em Paranaíba, entre outros.

Evidentemente o contexto nacional colaborou para expansão das ONGs, os anos 1990 representam o período de difusão delas pelo Brasil, principalmente após a ECO-92<sup>87</sup> e a Campanha Contra Fome e pela Solidariedade organizada pelo sociólogo Hebert de Souza, o Betinho. O contexto internacional de reestruturação do papel do Estado e avanços de algumas políticas neoliberais também colaboraram (SILVA, 2008).

Várias outras instituições atuam no MS, essas são apenas algumas, que nos ajudam a demonstrar o quão *ongzada* tornou-se a questão racial no estado, mas também de maneira mais ampla, o mesmo acontece no âmbito nacional. A “*ongzação*” é característica do movimento negro, já apontada por Petrônio Domingues (2008).

---

<sup>85</sup> Principalmente após a reunião de Durban (2001) o termo afrodescendente teve uma ascensão no meio social. Recentemente, é pouco citado, é lembrado mais por comediantes que fazem suas piadas do “politicamente correto”. O mais comum é negro.

<sup>86</sup> Programa idealizado pelo Ministério da Justiça e pela Secretaria nacional de Direitos Humanos, numa tentativa de aproximar sociedade civil e poder público. É implementado em 2000 na cidade de Campo Grande (SANTOS 2005).

<sup>87</sup> Foi a Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Na ocasião para os países em desenvolvimento foi aconselhado cooperação financeira e tecnológica, dando margens a importância do Terceiro setor e do voluntariado para esses países.

## Conselhos e Fóruns

Outras formas de institucionalização são perceptíveis nos Conselhos e Fóruns que colaboram para o cenário de internalização dentro do estado, do enfrentamento ao racismo e desigualdades raciais no país e, também, de certa maneira, os Fóruns e Conselhos são consequências da *ongzação*, as representações passam a se pautar nas ONGs. Quanto aos Conselhos veremos o Conselho Estadual dos Direitos do Negro – CEDINE-MS e o Conselho Municipal dos Direitos do Negro – CMDN, de Campo Grande. Ambos possuem como base de representação as ONGs, traço comum de conselhos.

O Conselho Estadual dos Direitos do Negro (CEDINE-MS) é um órgão colegiado, proposto pelo governo do estado, e são partícipes tanto a sociedade civil organizada, como representantes do governo estadual. Nasce em 12 de março de 1987, e atualmente é vinculado a Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária – SETASS/MS – *“tem por finalidade promover, em âmbito estadual, políticas que visem a eliminar as discriminações que atingem o negro e defender seus interesses”* (Decreto nº 11.813, de 14 de março, 2005).

Os integrantes da sociedade civil são eleitos em foro próprio, após uma inscrição, pautada principalmente, nos dados que se referem às instituições que querem fazer parte do CEDINE-MS. Ou seja, os participantes do Conselho são representantes de instituições vinculadas ao movimento negro, portanto, a vaga no CEDINE-MS pertence à instituição não ao militante/representante. O Conselho é composto por oito representantes da sociedade civil e oito do estado, sendo o estado representado pelos seguintes órgãos:

I – Assistência social; II – educação; III – saúde; IV – justiça e segurança pública; V – desenvolvimento agrário; VI – juventude, esporte e lazer; VII – cultura; VIII – promoção da igualdade racial (Decreto nº 11.813, de 14 de março, 2005).

Cada conselheiro possui um suplente, independentemente da esfera que representa no Conselho. Na maior parte das vezes somente os titulares participam das reuniões, e para âmbitos de deliberação, cada instituição tem direito a um voto. A alternância de presidentes é obrigatória entre poder público e sociedade civil, sendo um ano a sociedade civil e o outro estado. As reuniões ordinárias possuem um espaçamento entre elas de um mês aproximadamente, ocorrendo na segunda quinta-feira de cada mês, caso não tenha feriados ou outros empecilhos, e sempre no período da manhã, entre 8:00 horas e 11:00 horas. As

reuniões são realizadas na Casa da Cidadania, localizada na Rua Marechal Rondon, 713, no centro de Campo Grande. Os conselheiros do interior do estado recebem a passagem, estadia e ajuda com a refeição, enquanto que os da capital recebem o passe de ônibus nos dias de reunião.

A quarta-feira é estratégica, uma vez que o Fórum Permanente das Entidades do Movimento Negro de MS reúne-se nas noites de quarta-feira, sempre a anterior à reunião do CEDINE-MS, que são as quintas-feiras pela manhã. Os militantes queriam aproveitar o recurso que alguns conselheiros recebiam para participar da reunião do CEDINE-MS para também poderem presenciar a discussão no Fórum das Entidades, potencializar assim a participação dos representantes do interior no Fórum que é estadual. No entanto a medida gerou pouco efeito, com reduzida participação no Fórum das entidades.

O CEDINE-MS é a segunda instituição de recorte racial do MS, a primeira com vínculo estadual, uma vez que o Grupo TEZ surgiu como sendo propriamente da sociedade civil. O Grupo TEZ possuía algumas ligações com Conselhos do Negro de São Paulo, fato que motivou a construção de um Conselho em MS. As pautas do CEDINE-MS também são compostas pelo estado, e não apenas da sociedade civil. Diversos casos de racismo são encaminhados para essa instituição, acredito ser um reflexo do fim do Programa SOS Racismo em Campo Grande (SANTOS, 2005). As decisões na esfera do CEDINE-MS são consubstanciadas em deliberações, como determina o artigo nono de seu decreto normativo.

Em 1993, é criado em Campo Grande o Conselho Municipal dos Direitos do Negro – CMDN – a partir da Lei nº 2.987 de 7 de outubro, sendo o prefeito Juvêncio César da Fonseca. Nasce como “*órgão colegiado de deliberação coletivas das ações, nos níveis sócio-político culturais, voltados à defesa e interesse dos direitos do negro*” (Lei nº 2.987, de 7 de outubro de 1993). Outra lei, de nº 4.309 de 8 de agosto de 2005, altera a primeira, e vincula o CMDN a Secretaria Municipal de Governo, e apontado que 14 são os membros titulares do Conselho Municipal, sendo o mesmo número de suplentes, sendo divididos entre os governamentais e os não-governamentais, sendo assim a divisão no interior do CMDN:

I – 1 representante dos órgãos governamentais:

- a) da Secretária Municipal de Educação;
- b) da Secretária Municipal de Saúde Pública;
- c) da Secretária Municipal de Assistência Social;
- d) da Fundação Social do Trabalho de Campo Grande;
- e) da Fundação Municipal de Cultura;
- f) da Fundação Municipal de Esporte;
- g) da Empresa Municipal de Habitação;

II – representantes de entidades não-governamentais:

- a) 1 (um) do Conselho Estadual dos Direitos do Negro;
- b) 6 (seis) das entidades da comunidade negra, escolhidos em Assembléia Geral do Fórum Municipal Permanente de Entidades do Movimento Negro (lei nº 4.309 de 8 de agosto, 2005).

A composição do CMDN, também possui reuniões mensais no período da tarde, a partir das 14:00 horas, na rua Hélio de Castro Maia, 279, no jardim Paulista, na sede da Coordenadoria de Apoio aos Órgãos Colegiados (CAOC). O mandato do presidente, vice-presidente e secretário é de um ano, sendo passível de recondução por mais um, se realizado um novo escrutínio.

Os Conselhos não podem ser vistos como movimento negro, uma vez que são órgãos colegiados e que representam uma demanda advinda da sociedade civil, alocada na forma de participação social, no interior do Estado; este que por sua vez possui, no interior de cada Conselho, representantes, no caso da questão racial, muitas vezes, os conselheiros estaduais possuem um desconhecimento da demanda da sociedade civil organizada, ou mesmo a falta de embasamento político na questão.

Os Conselhos representam um aumento da área de atuação do movimento negro, não se limitando apenas a sociedade civil, passando a atuar mais próximo dos governos estaduais e municipais, gerando uma nova possibilidade de interlocução, de aproximação entre Estado e sociedade civil. O Conselho é uma conquista do movimento negro regional, é uma ampliação do seu direito a voz, do seu espaço público, um avanço rumo à promoção da igualdade racial. No entanto, essa conquista esbarra em vários outros empecilhos típicos da democracia brasileira, como a burocratização, a falta de um planejamento de longo prazo que se some às políticas públicas mais imediatas, a descrença nas vias políticas.

O CEDINE-MS é mais atuante, e pauta os problemas raciais com mais frequência, enquanto que, grande parte da pauta do CMDN está na organização de um único evento, os Jogos Municipais da População Negra. Os esforços desse Conselho Municipal

estão na organização e realização dessa atividade, que atualmente faz parte do calendário municipal de atividades. CMDN é um Conselho apenas consultivo, sem força política e também não possui uma forte atuação no município. O CEDINE-MS consolida-se como sendo o locus mais estratégico, de mobilização e pressão, que tem sua demanda política fortalecida no Fórum Permanente das Entidades do Movimento Negro de MS.

Algumas ocasiões em que os militantes acham necessária uma maior mobilização, como podem ser verificadas mais proximamente na discussão sobre as cotas na UFMS o local de planejamento, ou o ponto de ebulição é o CEDINE-MS, na ocasião, o Fórum Permanente das Entidades do Movimento Negro está sem reuniões. Outra situação que exigiu uma maior mobilização foi no julgamento que envolvia racismo como um dos qualificadores do crime de assassinato, um crime de conotação racial em que a família procurou o CEDINE-MS<sup>88</sup>.

Os locus do movimento negro que articulam a presença em eventos que exigem maior concentração de pessoas são o CEDINE-MS e o Fórum das Entidades do Movimento Negro de MS<sup>89</sup>. Até mesmo eventos municipais, como o tradicional desfile do dia 26 de agosto, na comemoração de aniversário da cidade de Campo Grande, são pautas importantes no CEDINE-MS, que convida e ajuda no planejamento da comunidade negra, que compõe o desfile anualmente.

Há a utilização, por parte dos militantes, do espaço do CEDINE-MS como um ator estratégico e de organização das ações do movimento, enquanto que sua atuação deveria ser de controle social e deliberação em torno da defesa dos direitos do negro em MS. Isso pode ser compreendido como uma forma de luta, uma vez que é um espaço público conquistado que oferece condições materiais e representativas para atuação. A atuação desviante do CEDINE-MS potencializa sua luta, uma vez que as políticas públicas de governo são limitadas e não possibilitam pautas para o Conselho, que se esforça para atuar politicamente.

Quanto aos Fóruns, dois atualmente, possuem militantes do movimento negro, um deles o Fórum Permanente das Entidades do Movimento Negro de MS, é realizado com essa finalidade, articular as entidades e os militantes do movimento negro de MS. O outro é o Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial de MS –

---

<sup>88</sup> O julgamento ocorreu no dia 25/02/2011, o criminoso Geraldo Francisco Lessa, réu confesso de assassinato, negava apenas os qualificativos raciais do assassinato.

<sup>89</sup> Recentemente as redes sociais também são importantes instrumentos de disseminação de informações quanto a mobilização e eventos de interesse do movimento negro estadual. A principal comunidade *on-line* chama-se: nós negras/os de Mato Grosso do Sul.

FORPEDER/MS, este tem como principal prioridade a discussão em torno da lei 10.639/03 e sua aplicação em nosso estado, ambos com reuniões mensais na programação.

O FORPEDER/MS trava uma luta com a implementação da lei 10.639/03 no estado de MS. No fórum participam professores, técnicos da Secretaria de Educação do Estado, sociedade civil organizada. O FORPEDER/MS também encontra-se desmobilizado no momento, com poucos participantes, mas já organizou eventos importantes na cidade, de discussão com professores na Federação dos Trabalhadores em Educação do MS (FETEMS)<sup>90</sup>, de tentativa de conscientização por parte destes da importância da lei 10.639/2003.

O Fórum Permanente das Entidades do Movimento Negro de MS foi criado em 2002 por meio de uma assembleia convocada pelo Dr. Aleixo Paraguassú. Com intuito de congrega todas as entidades do movimento negro estadual, ou ao menos o maior número possível, é composto pelas entidades não governamentais do movimento negro e pelas comunidades negras do estado, sejam elas rurais ou urbanas.

O Fórum Permanente das Entidades do Movimento Negro, o que teoricamente congrega representantes das entidades do movimento negro estadual, ou seja, possui maior potencial para representar o movimento racial sul-mato-grossense, demonstra a desarticulação, ou até mesmo a fraqueza no estado, visto que este Fórum ficou três meses sem reunir-se e sem que de fato ocorresse a cobrança de nenhum outro militante, como afirmou a atual presidente do Fórum:

[...] eu vejo que ele não tem reconhecimento muitas vezes dentro do movimento negro, por que todos sabem a ciência de que o fórum exista, outro dia falei numa reunião: olha o fórum ficou uns três meses sem fazer reunião, nenhum militante do movimento negro ficou incomodado, nenhum, sabe o que é ninguém perguntar por que não aconteceu reunião, então ele não tem interesse com esse grupo (ENTREVISTA, Vania L. Baptista, 2013).

É fato também que mesmo antes da interrupção das reuniões deste Fórum ele já se encontrava esvaziado, quase sempre frequentado por meia dúzia de pessoas, e em todas as reuniões praticamente os mesmos militantes. E este espaço que é favorável aos

---

<sup>90</sup> O CEDINE-MS e o Fórum Permanente das Entidades do Movimento Negro-MS em parceria com a FETEMS realizou o I Seminário “A África na sala de aula”, em 2012. O evento marcou o compromisso da FETEMS com o cumprimento e a cobrança da Lei 10.639/2003. Paralelamente tentou-se articular um grupo para debater a questão das ações afirmativas na UFMS. O grupo não conseguiu reunir-se em número suficientemente representativo antes do vestibular. A reunião havia sido solicitada pelo professor Lourival dos Santos, docente na UFMS campus de Três Lagoas, que fazia parte da comissão responsável pela elaboração do modelo de Ação Afirmativa a ser implementado pela UFMS.

interesses da sociedade civil, ou de articulação, de formação de estratégias de planejamento das atividades encontra-se inativo, o que torna o CEDINE-MS o principal articulador das estratégias para o movimento negro local.

O Fórum das Entidades, atualmente, é representativo do movimento negro apenas para eventos e burocracias, suas atividades de articulador das ações do movimento negro local estão inativas, sobrecarregando os militantes que atuam no CEDINE-MS. O Conselho passa a ser este articulador da demanda do movimento negro, apesar das limitações de horários e períodos, e dificulta sua finalidade, o controle social.

### **CPPIR-MS**

A Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – CPPIR-MS é criada no primeiro mandato do governador José Orcírio Miranda – Zeca do PT – nasce do compromisso firmado durante a campanha com movimento negro, ou parte dele ao menos, apesar de o início do governo não ser em nenhum momento pautada a questão racial. A militância de alguns integrantes do Grupo TEZ, principalmente os vinculados ao grupo de Ben-Hur Ferreira no partido, levou alguns a também pertencerem ao quadro governista. Uma dessas pessoas, Lucimar Rosa Dias, estava fazendo política educacional na Secretaria de Educação, e atuou com mais segurança com a vinda do Ben-Hur Ferreira para a Casa Civil. Como ela, Lucimar Rosa Dias, em entrevista afirma “*No início do governo Zeca, não há uma composição que privilegie a questão racial. Essa presença negra ela vem, na minha avaliação, por conta do vínculo que nós tínhamos com o Ben-Hur*” (ENTREVISTA, Lucimar R. Dias, 2013)

Ben-Hur Ferreira, tinha sido o deputado federal mais bem votado do MS, era a pessoa no PT mais conhecida no estado depois do atual governador Zeca do PT, e ao ser interrogado sobre por que deixar Brasília para vir para Casa Civil do Governo Zeca, que estava em crise, ele defende que o governo de esquerda no MS era o desafio de sua geração, era um projeto no qual ele doou todo seu carisma.

Eu sempre coloco em minha defesa, que eu não vim por oportunismo, vim por uma questão muito pessoal, isso é verdade, mas eu não vim por oportunismo, eu vim pra um governo em frangalhos, e o maior projeto da minha geração era chegar ao governo do estado, então eu vim pra ajudar um projeto que estava fracassando, e doeí todo meu carisma, minha força, fui pro embate, vivenciei não me arrependo. Eu no final da história não me arrependo (ENTREVISTA, Ben-Hur, 2013).

Com a chegada do Ben-Hur à Casa Civil houve uma reforma administrativa, na qual nasceu a Interlocação de Governo para Assuntos da População Negra. Lucimar que acabara de retornar de um curso de administração pública para questão racial, realizado em Brasília pelo Edson Cardoso, que inclusive foi assessor do Ben-Hur enquanto ele era Deputado Federal, voltou para o governo com o pensamento fixo, a criação de uma proposta de intervenção do governo na demanda racial, parte dela a iniciativa, o próprio Ben-Hur afirma “foi o caso de tomar iniciativa, a Lucimar que tomou a iniciativa né, ela que articulou, ela que ia atrás, ela é a grande responsável.” (ENTREVISTA, Ben-Hur, 2013).

Ben-Hur Ferreira certamente teve que negociar com o governador para criação da Interlocação. Raimunda Luzia de Brito também militante e atual coordenadora da CPPIR-MS, aponta um importante indício, que é o salário.

Foi muito difícil para o Ben-Hur criar a coordenadoria, tanto que eu ganho quase R\$ 2.000 menos que a coordenadora da mulher, que a coordenadoria da mulher foi criada com ajuda do Zeca e a nossa foi uma briga do povo negro (ENTREVISTA, Raimunda L. Brito, 2012).

Raimunda, apesar de sua filiação ao PMDB, reconhece que o PT foi um partido comprometido com a questão racial, mas também revela que a discrepância de salário também tem outra explicação, que é o fato da Coordenadoria da Mulher ter tido como primeira ocupante do cargo, Gilda Maria Gomes dos Santos, mulher do então Governador, Zeca do PT. Este saiu do governo acusado de nepotismo, favorecimento de uma empreiteira (mencionado na operação Uragano da polícia federal), enriquecimento ilícito entre outras contravenções.

A Interlocação de Governo para Assuntos da População Negra teve como primeira pessoa na direção a própria Lucimar, e o órgão criado permanece com esse nome até o final do primeiro mandato Zeca do PT, o que também corresponde ao período de permanência da Lucimar nos quadros governistas.

[...] a ideia era que nós fizéssemos um recorte transversal nas políticas de governo e aí por isso esse nome, depois que ela vai se transformar depois, inclusive que eu saio do governo, ela vai se transformar em Coordenadoria, que hoje é CPPIR-MS (ENTREVISTA, Lucimar R. Dias, 2013).

A CPPIR-MS é rebatizada, a aproximação entre alguns militantes do Grupo TEZ com o PT proporcionou uma maior inserção da temática racial no estado, que criou

Programa de Superação das Desigualdades Raciais de MS<sup>91</sup>. Buscava-se com a Interlocução manter um diálogo constante com as outras secretarias de governo, ou seja, na prática era a mesma tarefa atribuída à CPPIR-MS.

O segundo mandato Zeca do PT, teve como a frente da CPPIR-MS, Ana Lúcia Sena, conhecida militante do Grupo TEZ e também filiada ao PT na época. Nesta nova gestão da reeleição do Zeca do PT, houve várias mudanças, além da coordenadoria, Ben-Hur Ferreira também saiu do governo. Apesar de seus esforços para se tornar vice-governador, foi derrotado dentro do PT, segundo ele, desavenças pessoais com o governador Zeca do PT colaboram para derrota.

Na CPPIR-MS, antes de assumir enquanto coordenadora, Ana Sena, foi a primeira presidente do Fórum Permanente das Entidades do Movimento Negro:

[...] eu me lembro que eu me tornei coordenadora do fórum, eu não sei se consigo te lembrar, assim, sabe, com exatidão a sequência dos fatos, porque era muita coisa também, né, eu lembro que eu fui para lá (*Fórum da entidades*). Isso, eu fui a primeira coordenadora do fórum de entidades do movimento negro, eleita pelo movimento negro e quando eu fui para a reunião nem sonhava que ia ser coordenadora, eu fui para a reunião porque fazia parte do movimento, e tal. (ENTREVISTA, Ana Sena, 2012).

A CPPIR-MS mantinha a mesma função de articuladora entre as secretarias do governo estadual em prol da demanda racial. Foram solicitados gestores de cada secretaria para reuniões mensais com a CPPIR-MS, eram os responsáveis dentro de suas respectivas secretarias pela demanda racial. Os quilombos estaduais foram visitados por servidores vinculados a CPPIR-MS, muitos militantes mantinham contatos via a Coordenadoria com o movimento negro em Campo Grande. Foi criado um fórum intermunicipal para discutir as questões raciais nos municípios, criar mais coordenadorias, ou assessorias de promoção da igualdade racial em outros municípios, numa tentativa de municipalizar as políticas de promoção da igualdade racial. Materiais pedagógicos surgiram para apoiar professores em sala de aula com temáticas raciais, assim como capacitação de professores estaduais. Algumas atividades são citadas pela Vania L. B. Duarte, que trabalhou esse período na CPPIR-MS:

---

<sup>91</sup> O Programa de Superação das Desigualdades Raciais de Mato Grosso do Sul, foi elaborado no primeiro mandato do Governo Zeca do PT e será mais bem discutido no item 3.2 da dissertação.

[...] íamos até as comunidades pra verificar quais eram as dificuldades, não falo que solucionávamos as questões, mas pelo menos nós tínhamos o olhar e procurávamos pontuar algumas questões ali, de política mesmo de recursos, a educação era a mesma coisa tinha capacitações, nós trabalhávamos juntas nessas capacitações. Muita com a educação, essas capacitações, tanto com polícia militar, daí nós fomos para várias cidades do interior onde tinha batalhão, então na formação dos policiais nós já tínhamos disciplinas com 20 ou 16 horas/aulas trabalhando essa questão. Na educação nós conseguimos fazer várias capacitações também (ENTREVISTA, Vania L. Baptista, 2013).

A partir de 2007, assume o governo do estado, André Puccinelli (PMDB). Apesar de algumas dúvidas terem surgido quanto à continuidade da CPPIR-MS em seu governo, ele a manteve, e em sua direção Raimunda Luzia de Brito, uma militante altamente respeitada no estado e filiada ao PMDB, é assistente social, advogada e é professora aposentada da UCDB.

A falta de compromisso com políticas de promoção da igualdade racial do governo do PMDB no MS é expressa, na maneira com a qual foi atendida uma das demandas do movimento negro, que foi a manutenção da CPPIR-MS em seu governo, que não viabilizou nenhuma condição para o desenvolvimento de um trabalho, de uma política específica de redução das desigualdades raciais no MS. O governo de André Puccinelli (PMDB), no que diz respeito a políticas de promoção da igualdade racial, tem sua participação, apenas, na ratificação dos projetos de lei aprovados no interior da assembleia legislativa.

O seu partido político possui uma maioria e não barrou nenhum dos projetos de lei, que hoje são leis estaduais<sup>92</sup> que estão colaborando com a redução das desigualdades raciais no estado. O Deputado Amarildo Cruz<sup>93</sup> (PT), autor de dois projetos de lei, afirma o seguinte:

---

<sup>92</sup> A **lei nº 3.594** que institui cotas para negros em concursos públicos de Mato Grosso do Sul, de autoria do deputado Amarildo Cruz (PT), foi sancionada pelo governador André Puccinelli (PMDB) no dia 08/09/09. O projeto de **lei 043/2010**, aprovado em 04/05/2010 de autoria do deputado estadual Amarildo Cruz (PT) que institui feriado estadual o dia 20 de novembro. No entanto, julgada procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2010.035531-5, proposta pela Federação do Comércio de Mato Grosso do Sul contra a Lei Estadual nº 3.958/2010, que também havia instituído feriado estadual o dia 20 de novembro.

<sup>93</sup> Milita no PT desde 1984, foi eleito Deputado estadual pela primeira vez em 2006, e ficou de suplente nas eleições de 2010, assumindo a cadeira em 2012 novamente.

André Puccinelli é adversário político do meu partido, é adversário político meu, acho que o André tem equívocos no governo dele, [...] o André sancionou sem eu ter nenhum problema, não teve nenhum tipo de questionamento, ou veto ou coisa desse tipo, não teve. Do jeito que foi aprovado foi sancionado, e mais do isso, eu tenho certeza que ele não colocou a bancada, ele não interferiu na bancada, por que se ele interferisse não aprovavam. Eles têm maioria lá dentro, então o que é justo é justo, embora eu continue sendo adversário político dele, mas nessa questão em particular foi essa a postura dele. (ENTREVISTA, Amarildo Cruz, 2013).

Apesar da não intervenção do governador nos projetos de lei apresentados pelo Deputado Estadual Amarildo Cruz (PT), a atuação da CPPIR-MS em seu governo foi muito mais tímida. Assim que foi eleito governador, André Puccinelli em reunião com integrantes do movimento negro, garantiu ao menos, a permanência do José Roberto Camargo de Souza, o “Zeção”<sup>94</sup>, como interlocutor do INCRA<sup>95</sup> para

assuntos quilombolas no estado, cargo que já ocupava com o governador Zeca do PT, e segundo Aleixo Paraguassú, presente na reunião, também foi feito um pedido quanto a CPPIR-MS:

Pedimos que Raimunda Luzia de Brito fosse nomeada coordenadora da CPPIR-MS, a entidade análoga à secretaria da República que trata da questão racial, ela foi nomeada coordenadora e nós somos grato ao governo por isso, só que, a Raimunda foi nomeada sozinha, sem nenhum assessor, ela era única numa assessoria dessa, sem as mínimas condições de realizar um trabalho significativo (ENTREVISTA, Aleixo Paraguassú, 2012).

Raimunda Luzia de Brito assume a CPPIR-MS após essa negociação, que possibilitou a continuidade da coordenadoria, no entanto, com uma debilidade para uma atuação eficaz. Sua presença representa a CPPIR-MS, e por mais de uma vez a vemos dizer que se ela é uma “*equipe*” na coordenadoria, ficando assim incapacitada de realizar uma política de fato. E o mesmo é observado, tanto por ela, quanto pelos militantes fora da coordenadoria, de que na ausência de políticas, as únicas coisas possíveis são eventos, como crítica Vania Lúcia B. Duarte<sup>96</sup>:

<sup>94</sup> “Zeção” como gosta de ser chamado é advogado, e coordenador de instrução processual das regularizações fundiárias dos territórios quilombolas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), além de membro do Instituto Casa da Cultura Afro-brasileira (ICCAB).

<sup>95</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), apesar de ser um órgão federal, os estados nomeiam interlocutores para atuarem em suas demandas estaduais.

<sup>96</sup> Historiadora e moradora descendente da Comunidade Tia Eva em Campo Grande. É presidente da associação de moradores da Comunidade, e do Fórum Permanente das Entidades do Movimento Negro de Mato Grosso do Sul, atua como assessora do parlamentar do Deputado Estadual Amarildo Cruz (PT).

[...] é por que evento ele se vai no vento, ele não é política, eu sei de alguns eventos que a CPPIR-MS realizou, mas evento não é política, e pra ela elaborar uma política é diferente, eu penso que é diferente, e o que ela tem feito é evento, quando eu falo ela não é a Raimunda é ela a CPPIR-MS, ela tem realizado alguns eventos, palestras participado de algumas ações fora do estado, algumas atividades institucionais, mas política não teve (ENTREVISTA, Vania L. Baptista, 2013).

As três coordenadoras que estiveram à frente da CPPIR-MS foram entrevistadas no decorrer da pesquisa, todas apontam a Coordenadoria como uma conquista política do movimento negro estadual. E o reconhecimento da CPPIR-MS como esse espaço político importante, também reforça a participação nos Partidos Políticos, uma vez que eles pautam a direção da CPPIR-MS, entre outros cargos possíveis. No MS, é de conhecimento dos entrevistados para essa pesquisa que, somente três partidos possuem um espaço próprio para discussão racial, sendo eles: o PT, primeiro a criar uma comissão no partido, e o PMDB e PDT são os outros partidos que possuem locus específicos para discussão racial no estado.

O caso sul-mato-grossense nos apresenta os processos de *ongzação*, mas também de internalização no estado, ou seja, aspectos nacionais do movimento negro, no entanto, com as especificidades regionais. Espero ter conseguido demonstrar as fragilidades da demanda racial no MS, as entidades listadas no anexo C, em grande parte não desenvolvem nenhum trabalho, por não possuir convênio algum, nem recursos próprios. Os órgãos alocados no interior do estado (CEDINE, CMDN, CPPIR E FORPEDER) são mais exemplares ainda, da falta de compromisso político-partidário com a demanda racial por parte dos governos.

As políticas públicas conquistadas serão analisadas no próximo capítulo, as implementadas são todas conquistas jurídicas, carregadas da força da lei, que é a maneira mais eficaz, encontrada pelo movimento negro, para efetivação de promoção da igualdade racial, todas as outras atividades são eventos, tão efêmeros quanto às premiações da câmara dos vereadores ou deputados de Campo Grande e MS às personalidades negras do estado.

No próximo item tratamos de uma das entidades do movimento negro, pois, a institucionalização interferiu muito na concepção movimento social. Acreditamos que ao verificar uma entidade poderemos de modo mais minucioso, apontar de que maneira ocorrem as aproximações com o estado, movimento negro, Conselhos e Fóruns, pois esta organização representa a maneira atual da estrutura interna da sociedade civil negra. Nessas esferas são pensadas estratégias de intervenção, políticas de influência na sociedade política, as pressões, reivindicações, participação em eventos públicos e protestos no cenário sul-mato-grossense.

### 3.4 INSTITUTO LUTHER KING (ILK): UMA DAS ENTIDADES DO MOVIMENTO NEGRO SUL-MATO-GROSSENSE

#### **Nascimento e finalidades**

Através da observação participante no ILK, pretendemos demonstrar o quão institucionalizado se encontra o movimento negro e, que apesar de conquistas importantes advindas desse processo são necessárias atuações mais incisivas na formação da agenda pública estadual. Os espaços de voz conquistados: Conselhos, Coordenadorias, Fóruns, todos necessitam de um espaço de formação política, sobre os caminhos burocráticos, e o papel de cada qual na esfera pública.

O ILK, como aponta o subtítulo é uma das entidades do movimento negro de MS. Seu idealizador, Dr. Aleixo Paraguassú, é um dos mais respeitados militantes no estado, foi um dos maiores defensores das políticas de ação afirmativa. O ILK é criado em 2003, o teve como seu fundador, e por três eleições (seis anos) participa do CEDINE-MS e de outras ações militantes.

Aleixo Paraguassú Netto, um importante militante do movimento negro sul-mato-grossense foi o fundador do Instituto Luther King, também é Juiz de Direito aposentado, militante do movimento negro de MS; ex-secretário de Estado de Justiça e de Estado de Educação e, atualmente, vive em Campo Grande com sua esposa Dona Maria, companheira de muitos anos.

Sua proximidade com associações raciais antecede sua chegada a MS, se lembra, ainda de associações em Minas Gerais, mais especificamente Belo Horizonte, sua cidade de origem. Seu pai como ele mesmo relata já havia presidido uma associação cultural de vertente racial.

[...] lembro, por exemplo, que meu pai, por volta de 1940 mais ou menos, ele foi presidente em Belo Horizonte, em Minas Gerais, de uma associação para o progresso dos homens de cor, que era uma similar que existia nos Estados Unidos, lembro-me dele atuando, não me lembro de forma pormenorizada porque era aluno de colégio interno, mas nas minhas saídas esporádicas lembro-me dele a frente de movimentos culturais como a congada, que é uma manifestação, com misto de religião – cultura e religião – e é peculiar à África e ele como presidente dessa associação atuava (ENTREVISTA, Aleixo Paraguassú, 2012).

Dr. Aleixo atuou como presidente do CEDINE-MS e foi um dos maiores defensores das Ações Afirmativas durante vários debates ocorridos na UEMS, na ocasião em que se implantaram as Ações Afirmativas na Universidade. A implementação se deu via uma lei de autoria do Deputado Estadual Pedro Kemp<sup>97</sup> e, na época houve muita discussão em torno da constitucionalidade dessas políticas compensatórias. Em MS, Aleixo Paraguassú foi o protagonista da defesa da constitucionalidade da medida, nessa e em outras ocasiões.

O Instituto Luther King- Ensino, Pesquisa e Ação Afirmativa (ILK) é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que promove atividades educacionais, fornecendo curso pré-vestibular, gratuitos a alunos de baixa renda, utiliza como um dos seus princípios de Ação Afirmativa, como critério de seleção dos seus alunos. O nome da instituição foi sugestão do próprio Aleixo Paraguassú, por credenciar ao reverendo Martin Luther King Jr o protagonismo na luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, fato que, fortaleceu a adoção de Ações Afirmativas naquele país. O ILK se pretende enquanto “*mais um instrumento de superação da desigualdade injusta a que são submetidas amplas camadas da população brasileira*” (ILK, 2003, ata nº1). O ILK nasce como sonho de um integrante do movimento negro de MS, Aleixo Paraguassú Netto, que com apoio de alguns amigos consegue fundar a instituição em 15 de fevereiro de 2003, em Campo Grande, e objetiva criar um espaço intercultural de aprendizagem, e um meio de combater as desigualdades sociais e etnicorraciais.

Uma das finalidades do ILK – a primeira, – relaciona os serviços educacionais à Ação Afirmativa, afirmando o compromisso social e político da instituição com tal medida;

a) oferecer serviços educacionais, não seriados e não formais, com ênfase na modalidade ações afirmativas ou medidas especiais compensatórias destinadas a pessoas reconhecidamente carentes e/ou pertencentes a minorias sociais, preferencialmente crianças e adolescentes [...] (ESTATUTO, 2011).

O compromisso político do ILK torna a aparecer de maneira mais detalhada, no item “f” do mesmo estatuto, ainda versando sobre as finalidades da instituição, tornando mais evidente assim, a adesão à promoção da igualdade e a defesa dos Direitos Humanos;

---

<sup>97</sup> Através da lei 2.605, de janeiro de 2003, de autoria do Deputado Estadual Pedro Kemp (PT) instituiu-se Ações Afirmativas na UEMS.

f) combater todos e quaisquer tipos de preconceitos, segregação, estigmatização e intolerância, bem como as práticas de discriminação racial, em todas suas manifestações, buscando construir uma sociedade da qual sejam eliminadas todas as formas de exploração, e ainda promover o respeito aos Direitos Humanos (ESTATUTO, 2011).

O ILK desde sua criação se localiza, na Av. Fernando Correa da Costa, 603, sendo na região central da cidade de Campo Grande, mas o público-alvo da instituição mora na periferia da cidade, não na região central. Exigindo-se assim o deslocamento da maioria de seus alunos, e torna-se assim um dos fatores de desistência para aqueles que, com menos condições financeiras, possuem maiores dificuldades com transporte público. No entanto, outros tantos que trabalham ou estudam na região central da cidade, tem sua vinda facilitada, já que reduz os gastos com transporte público, utilizando o do trabalho ou da escola. Em ambas as realidades enxergam-se reflexos do perfil do alunado de baixa renda do ILK.

O fato de ser uma instituição no centro da cidade, e não num bairro, a torna também um ponto de referência para ex-alunos da instituição, e por várias vezes é possível encontrar ex-alunos da instituição confraternizando ou se valendo do espaço do ILK para encontros, estudos e outras interações. Ex-alunos são figuras presentes no ILK, não em sua maioria, evidentemente, mas são frequentes. Outra peculiaridade sobre a localidade é que o ILK, por ser no centro da cidade, possui a capacidade e “*congrega alunos de diferentes comunidades*” (BITTAR, M; MORAES, W, 2012, p.255), acaba-se por se tornar um novo espaço de interações.

O ILK nasce do desejo de democratização do acesso ao Ensino Superior, com o compromisso de redução da desigualdade educacional, voltado para o combate a todas as formas de racismo e preconceito, utilizando as Ações Afirmativas como método de promoção da igualdade e posicionamento político. E o público-alvo da instituição que é: “[...] *formado por negros, índios, pessoas com deficiências e brancos carentes, com ênfase na política de ação afirmativa por meio da educação não formal*” (MORAES, 2009, p.60).

A educação é o instrumento de mudança das hierarquias sociais e da sub-representação na sociedade, é usada como veículo de promoção de uma cidadania ativa e meio para ascensão social. Com a pretensão de formar não apenas um público acadêmico diferenciado, mas de também criar uma atitude política mais participativa, essa crença fez da opção educacional, o viés do ILK.

## O ILK

A instituição que em 2013, comemorou seus 10 anos de funcionamento, também passou por mudanças importantes ao longo desse período. A mais importante, de diretoria ocorreu em 2013, mais precisamente dia 20 de fevereiro de 2013, segundo a ata institucional nº 53. A instituição encontra-se com quatro salas de aula equipadas com carteiras, ar-condicionado, lousa digital e disponibilidade de cerca de trinta e cinco (35) alunos por sala; possui uma biblioteca com cerca de 5.000 livros; uma estação digital com capacidade de 10 alunos por turma; uma cozinha devidamente equipada para lanches e jantares; um estacionamento, uma secretaria acadêmica e sala para os coordenadores pedagógicos e os professores; esta descrição abrange apenas o espaço físico da instituição e sua capacidade.

O período letivo é de fevereiro a dezembro, os professores são cedidos pelo governo do estado, utilizam apostilas e os recursos tecnológicos da instituição, além de visitas técnicas a laboratórios universitários planejados pela coordenação pedagógica. O caráter pedagógico dos cursos pré-vestibulares não sofre qualquer fiscalização estadual, nem do Conselho Estadual de Educação, nem da Secretaria Estadual de Educação, portanto, não possui normatização de disciplinas, carga horária ou conteúdos obrigatórios. Sendo assim as disciplinas ofertadas no curso pré-vestibular são as seguintes: Português, Redação, Literatura, História, Geografia, Matemática, Física, Química, Biologia e Espanhol. Disciplinas como Artes, Filosofia e Sociologia, apesar de ser conteúdo nas provas do ENEM<sup>98</sup> e de tratarem questões importantes para uma formação cidadã, não compõe o currículo oferecido pelo ILK. A instituição também se isenta de oferecer uma disciplina específica que trate as diferenças e singularidades das desigualdades que visa combater, desigualdades de raça e gênero principalmente.

Como funcionários do ILK existem apenas duas, responsáveis pelos serviços gerais: limpeza do espaço, preparação dos lanches e jantares, elas também ocupam a biblioteca em horários de maior fluxo pela aquisição de livros, essas atividades são divididas entre Roseli Vieira da Silva, a Rose; e Marilene Monteiro Batista.

Os outros funcionários que atuam no ILK possuem diferentes vínculos, os professores e a coordenação pedagógica são pagos pelo governo do estado como contratados,

---

<sup>98</sup> Exame Nacional do Ensino Médio, criado em 1998 e é o maior exame do Brasil, avalia o Ensino médio, mas, também possibilita o acesso a educação superior através do SISU e do PROUNI. In. <http://portal.mec.gov.br/> acessado em 11/04/2013.

a exceção da professora de português – Cleir Silvério Rosa – que é cedida e não contratada, uma vez que é concursada. A funcionária da coordenação administrativa – Luciana de Souza Nantes – recentemente tornou-se, uma profissional cedida pelo Deputado Estadual Lauro Davi do Partido Socialista Brasileiro - PSB e, desonerou o ILK desde fevereiro de 2013. A funcionária da estação digital do ILK, também é paga pela instituição, porém, iniciou o ano de 2013 sem utilização da sala, em parte por falta de recursos financeiros, mas também devido à licença maternidade da antiga funcionária, Tânia Márcia Pereira<sup>99</sup>.

Outras importantes mudanças ocorreram ao longo dos dez anos de ILK, boa parte com relação à estrutura física e, conseqüentemente, nos alunos desta instituição. Em agosto de 2003, início da primeira turma, foram ofertadas 70 vagas para seis meses de curso pré-vestibular, a partir de 2004, o curso pré-vestibular passou a ter duração de 11 meses. Esses dois primeiros anos tiveram como critério de seleção, uma prova realizada com os candidatos, posteriormente, a partir de 2005, optou-se pelas notas trazidas do ensino médio.

Soma-se ao critério da nota a necessidade de ser aluno oriundo da escola pública, e pertencente a um núcleo familiar de renda per capita de um salário mínimo<sup>100</sup>. As vagas disponíveis são remanejadas conforme os critérios de ação afirmativa definidos pela instituição: 45% para negros, 45% para brancos e os 10% entre indígenas e portadores de alguma deficiência. Na medida do possível tenta-se preservar uma proporção de gênero também, que dificilmente se mantém pela maior procura ser das mulheres pelo curso pré-vestibular. Estes critérios nunca foram alterados desde a fundação da instituição, a exceção de alunos com bolsas de 100% em escolas privadas que passam a ser aceitos a partir de 2009.

Ainda em 2004, após o primeiro aniversário do ILK, há uma ampliação do espaço físico da instituição, que tem somado 06 salas e um banheiro no mesmo endereço, e o antigo espaço tornou-se desde então biblioteca e sala de informática, que inicia a partir de 2004, com apoio da prefeitura municipal. Em 2005, ainda com 70 vagas, o ILK conseguiu um convênio com Instituições de Ensino Superior (IES) privadas do estado, que permitia a concessão de bolsas de estudo para alunos egressos do ILK, nas seguintes IES privadas: UCDB, IESF, UNAES e UNIDERP<sup>101</sup>. No mesmo ano um projeto de informática foi aprovado garantindo um público constante do curso de informática:

---

<sup>99</sup> Retomou suas atividades na estação digital desde maio de 2013.

<sup>100</sup> Janilce, a coordenadora pedagógica chegou a mencionar a necessidade de alterar o valor mínimo da renda familiar de um salário mínimo per capita para 1,5. Muitos inscritos tinham valores um pouco acima de um salário mínimo.

<sup>101</sup> As IES são respectivamente: A Universidade Católica Dom Bosco – UCDB; o Instituto de Ensino Superior da FUNLEC – IESF; e as duas últimas pertencem ao Grupo Anhanguera Educacional Superior desde outubro

A aprovação do projeto Inclusão Digital, da Fundação Social do Banco do Brasil possibilitou o atendimento de 200 alunos por ano - crianças, jovens e adultos, com o curso de informática básica, a partir de 2006 [...] (MORAES, 2009, p.73).

E logo em seguida outro projeto da informática foi importante para instituição:

Avançando o seu atendimento na área de informática, foi oferecida, em parceria com a Fundação Bradesco, capacitação para pessoas com deficiência visual; foram capacitados seis multiplicadores, o que possibilitou ao Instituto Luther King oferecer curso de informática com programas tecnológicos, como os de *Virtual Visson*, *Dos Vox*, *Text Bridge*, *Gênios-Scanner*, para as pessoas com deficiências visuais de acordo com a demanda (MORAES, 2009, p.73).

Em 2006 o número de vagas para aluno do ILK foi para 82, e mais um projeto foi aprovado pela instituição, que teve pela primeira vez, desde a fundação, uma lista de espera para candidatos portadores de algum tipo de deficiência. Nos anos anteriores sempre o número de inscritos era compatível com as vagas ofertadas no ILK. O projeto:

Trata-se do Projeto Diversidade na Universidade, implantado pelo Ministério da Educação - MEC/UNESCO, por meio da Lei nº 10588/2002, com a finalidade de programar e avaliar estratégias para a promoção do acesso à educação superior de pessoas pertencentes a grupos sociais desfavorecidos, especialmente à população negra e indígena, cuja ação é o apoio financeiro às instituições que organizam cursos preparatórios para vestibular, delineados como Projetos Inovadores de Cursos (PICs), cujo objetivo geral é o de apoiar a promoção da equidade e da diversidade na educação superior (MORAES, 2009, p.74-75).

Em 2007, as vagas puderam ser ampliadas novamente, pois nos anos de 2005 e 2006, por meio de um convênio com o governo do estado, o ILK cedia uma sala para um curso pré-vestibular popular oferecido por eles. À troca de governo, de Zeca do PT (PT) para André Puccinelli (PMDB), o curso cessou, e o ILK decidiu por abrir uma terceira sala de aula, o que possibilitou um aumento para 124 vagas. Nesse ano o número de inscritos para essas vagas chegou a 769. Com recursos de projetos aprovados em 2007, o ILK conseguiu comprar um carro popular de modelo básico, utilizado para atividades externas da instituição, visitas aos alunos e atividades da coordenação administrativa.

Já era de conhecimento do ILK, de que a maior parte da evasão de alunos era devido aos valores do transporte público, e em 2008, chegou a fazer ajuda de custo para alguns alunos com maiores dificuldades econômicos no transporte público. Neste ano de 2008 alguns alunos do ILK participaram da Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude no Grupo de Trabalho – Raça, Gênero e diversidade Sexual, os líderes de cada sala representaram o ILK; também foi realizada sob a organização da então Presidente do ILK, Regina M. de Campos Haendchen, o Programa Cultura Afro, no espaço do Teatro Aracy Balabanian, realizaram uma série de danças, músicas, poesias, capoeira e outras atividades que eram ligadas a cultura negra no Brasil.

Neste ano de 2008 uma grande mudança ocorre na coordenação pedagógica do ILK, com a saída das coordenadoras e Wanilda C. Soares de Moraes<sup>102</sup> e Maria Eulina Rocha dos Santos, e a entrada respectivamente, de Janilce Meire Gomes Muniz e Renilda dos Santos Ferreira. A Renilda já atuava na instituição como educadora responsável por turmas curso de informática. Em meio a muitas conversas enviesadas, a demissão ainda permanece pouco comentada. Na ocasião, Regina M. de Campos Haendchen era presidente e Dr. Aleixo Paraguassú se encontrava em viagem na Alemanha. O ILK abriu uma quarta sala neste ano, ampliando sua capacidade de alunos em mais 35 alunos aproximadamente.

Tornou-se comum com o passar dos anos a exibição de vídeos, a realização de palestras. Só no ano de 2009, tivemos uma semana de homenagem à mulher em março; orientação profissional; em abril um documentário sobre Povos Indígenas; uma palestra em maio, sobre Ações Afirmativas, com Paulo Cabral professor da UNIDERP; em junho uma palestra sobre Direitos Humanos; festa julina entre os alunos; uma palestra motivacional sobre autoestima em agosto; visita a exposições e feiras de profissão; semana da consciência negra. Foram realizados no mínimo dois simulados, nas proximidades do principal vestibular da cidade, o da UFMS, que possuía duas entradas em julho e fevereiro do ano seguinte, alguns aulões<sup>103</sup> foram divulgados e frequentados pelos alunos.

Em 2010, formaliza-se um convênio com o curso de Ciências Sociais da UFMS, para o ILK receber alunos na condição de estagiários, e algumas alunas da Psicologia iniciam um projeto de orientação profissional com alunos do ILK. A primeira lousa digital

---

<sup>102</sup> Wanilda Coelho Soares de Moraes foi coordenadora pedagógica do ILK até 2008, período em que também era mestranda na UCDB em Educação, defendeu em 2009 sua dissertação de título: Ações Afirmativas e o acesso de negros na educação superior: Um estudo de caso do Instituto Luther King – ILK.

<sup>103</sup> “Aulões” são as últimas aulas que antecedem ao vestibular ou ENEM, tradicionalmente organizado pelo curso pré-vestibular da UFMS, mas também por outras instituições da cidade. A na maioria das vezes a entrada é alimentos não perecíveis, ou outros produtos para doações. São aulas mais descontraídas e focadas em conteúdos pontuais.

surge nesse ano através do Deputado Estadual Paulo Duarte (PT) <sup>104</sup>. Neste ano ainda ocorreram dois fatos inéditos: primeiro uma excursão para o Pantanal de Corumbá, realizada pelo professor de Geografia com alguns alunos do ILK, o professor Uta, que fez parte do ILK de 2003 até 2011<sup>105</sup>, outro fato foi, a participação de alunos no ILK no Concurso Beleza Negra MS<sup>106</sup>, com três candidatos, sendo duas mulheres e um homem.

Um novo convênio, agora com a *Brasil-Foundation*, começa a firmar-se no ano de 2011, para realização do Curso de Capacitação em administração e políticas públicas de lideranças negras para promoção da igualdade racial em MS. O curso teve suas atividades realizadas aos sábados; Regina M. de Campos Haendchen recebeu uma homenagem da câmara municipal – Prêmio Mister Apa<sup>107</sup> – que tanto o ILK quanto Aleixo Paraguassú já recebeu. Este ano teve também dois almoços beneficentes realizados em prol do ILK que estava com necessidades financeiras. Por conta do espaço físico reduzido, o ILK teve que doar livros. Foram encaminhados a entidades do movimento negro livros que não comprometessem a formação no ILK.

Houve no final de 2011 uma nova ampliação no espaço físico, que possibilitou a construção de novos banheiros, salas de reunião, mudança da sala de informática e uma sala ainda em desuso, uma ampla área foi disponibilizada aos alunos como garagem, muitos que vem de moto a deixavam na rua ou no ILK, que não possuía um espaço adequado para esses veículos.

Há a implantação do PLANO EDUCAÇÃO da IESDE<sup>108</sup>, que oferece vídeo-aulas via internet de disciplinas do ENEM. Foi disponibilizada uma senha por aluno para acessar as vídeo-aulas que serviram de apoio aos estudos preparatórios para o ENEM e Vestibulares, esta foi a novidade de 2012. Um convênio com a ELETROSUL foi firmado em abril do mesmo ano, que acabou por disponibilizar 40.000,00 R\$ ao ILK, em serviços, uniformes, materiais didáticos entre outras coisas. Apesar da expectativa de manter o

---

<sup>104</sup> Atualmente é prefeito da cidade de Corumbá, mas através de uma emenda parlamentar, o então Deputado Estadual doou a lousa digital e participou da primeira capacitação que foi dada aos professores.

<sup>105</sup> Tsinduka António Muana Uta, um professor de Geografia nascido e criado Angola saiu do ILK para voltar ao seu país em trabalho de evangelização. Enquanto esteve no ILK o professor Uta trabalhava temáticas raciais, e despersonificava a temática centralizada no Aleixo Paraguassú. O professor Uta também trabalhava temáticas das relações raciais.

<sup>106</sup> O Concurso caminha para sua sexta edição em 2013, promovido pelo produtor e idealizador Rodynei Pereira Nolasco. Apoiado e organizado alguns anos por integrantes do movimento negro campo-grandense.

<sup>107</sup> O Prêmio foi instituído por meio do Decreto Legislativo nº 954/2006, de autoria da vereadora Thais Helena (PT), homenageando Aparício Luis Xavier de Oliveira – o Mister APA, em comemoração ao Dia da África e mês da Consciência Negra, é entregue pelos vereadores a negros e a instituições que colaboraram com a promoção da igualdade racial na capital.

<sup>108</sup> Inteligência Educacional e Sistemas de Ensino – IESDE desenvolvem atividades de formação educacional, com base em tecnologia em vídeo-aulas e apostilas.

convênio para 2013, o mesmo não ocorreu. Segundo a ELETROSUL devido aos reajustes realizados pelo Governo Federal, não tem mais orçamento disponível para estes convênios, inclusive um que permitia a doação de valores financeiros, por parte dos consumidores ao ILK, por meio da conta de energia foi cancelado.

A partir de 2012, optou-se pela aceitação de alunos que tivessem cursando o terceiro ano do ensino médio também, e uma sala era composta só por esses alunos, para facilitar o trabalho dos professores. Para 2013 manteve-se esta decisão e o ILK possui aproximadamente 50 alunos com essa característica. O aumento da capacidade de atender alunos e a redução da procura pelo ILK colaborou para essa decisão da direção e da coordenação pedagógica.

Entre os anos de 2011 e 2013 todas as lousas foram substituídas por lousas digitais, a primeira em 2011, veio com uma emenda do então deputado estadual Paulo Duarte (PT). Os professores revezavam-se para poder utilizar a sala de aula com tal tecnologia, as outras, também conquistadas por meio de uma emenda, mas agora do deputado estadual Paulo Corrêa<sup>109</sup> (PR), outras três lousas foram adquiridas pelo ILK. Os professores recebem capacitação para utilizarem a lousa digital através de voluntários.

Verificando os calendários anuais de atividades do ILK, algumas constantes surgem, uma rotina que inicia com divulgação do processo seletivo da instituição, este normalmente tem seu início com o fim das atividades do ano anterior. O processo de inscrição é o próximo passo, e quase sempre conta com a colaboração de ex-alunos, o processo seletivo só se encerra com o fim das inscrições do período limite e em seguida, a seleção dos alunos via suas médias escolares, e a partir de então inicia os procedimentos para aula inaugural, na qual as normatizações e horários da instituição são transmitidos ao corpo discente da instituição.

Com início das aulas as primeiras atividades listadas nos últimos anos (entre 2008 e 2012), que corresponde ao período da nova coordenação, a escolha de líderes em cada sala de aula, que atuam como interlocutores entre a sala e a coordenação principalmente; e em seguida, a realização de um concurso de redação, onde as melhores redações são listadas e podem escolher ter aula com alguns professores particulares, que cobram pelas disciplinas que

---

<sup>109</sup> O deputado destinou através de emenda parlamentar, R\$ 30.000,00 ao ILK, utilizados em materiais diversos e na aquisição das lousas digitais.

ministram. São professores de qualidade reconhecida em suas áreas, e que cedem algumas vagas para alunos do ILK<sup>110</sup>.

Outras atividades são recorrentes nos calendários de atividades, como a comemoração da Páscoa, que é marcada pela distribuição de pão e suco de uva para os alunos, e com uma mensagem cristã transmitida, maior parte das vezes por um pastor; a Festa Julina e a confraternização de fim de ano são outras comemorações recorrentes na instituição, normalmente celebradas apenas pelos vinculados a ela; palestras, principalmente, sobre mulher, negros, direitos humanos, ação afirmativa e divulgação de profissões são as mais realizadas, frequentemente em meses significativos como da Mulher em março, abolição da escravidão em maio, consciência negra em novembro, a questão indígena surge todos os anos, normalmente sob a discussão ou debates com o apoio do Pontão de Cultura Guaicuru<sup>111</sup>.

A exceção das festas de páscoa de confraternização de fim de ano e a julina as demais são atividades pedagógicas, que incluem visitas a campi universitários, feiras de profissões ou laboratórios específicos com acompanhamento de um professor universitário e os professores do ILK. A realização de simulados no ILK é uma tentativa de reproduzir parte da tensão vivenciada no momento das provas. São realizados sempre próximos aos períodos de avaliações, antes marcados pelos vestibulares de inverno e verão da UFMS e agora pela data do ENEM.

Por motivos diversos torna-se impossível acompanhar todos os processos listados, no entanto, o período de inscrição e seleção do corpo discente do ano de 2013 foi acompanhado com maior atenção, onde pude colaborar no processo de inscrição dos pretendentes a uma vaga na instituição e atuar mais próximo da coordenação pedagógica.

No período de inscrições dos alunos para o ano de 2013, portanto, no âmbito da pesquisa ainda, colaborei em dez dias, últimos dez já que, são os períodos de maior fluxo de pessoas, ajudando nas informações, conferindo a documentação dos inscritos, fotocopiando documentos, atendendo telefones e realizando algumas entrevistas. Estas entrevistas eram realizadas com alunos inscritos que por alguma razão, apresentavam algumas discrepâncias quanto ao perfil dos estudantes que o ILK deseja.

---

<sup>110</sup> Em 2013, os professores disponíveis são Mario Savioli ministrando matemática, física e química, e Isali que ministra português, literatura e redação, respectivamente cedem 02 e 04 bolsas para alunos do ILK. Os demais alunos de suas turmas pagam um valor mensal por mês, como um curso pré-vestibular que ministra algumas disciplinas apenas.

<sup>111</sup> Nasce com a intenção de valorizar manifestações culturais de Mato Grosso do Sul, potencializando a energia criativa daqueles que produzem arte, trabalhando na produção, formação e difusão cultural. In. <http://www.pontaodeculturaguaicuru.org.br/acessado> em 25/03/2013.

De maneira geral, os candidatos a alunos entrevistados não eram desclassificados, mas muitos desconheciam ainda a instituição. Grande parte dos entrevistados nem tinham prestado o ENEM do ano anterior, o que significa que mesmo os jovens que vinham do 2º ano do ensino médio, só passaram a se preocupar com curso superior há pouco tempo.

O período de inscrições é coincidente com os resultados do PROUNI e SISU, ou seja, mesmo período em que os alunos do ILK do ano de 2012 estavam aguardando os resultados de suas provas, e algumas ligações eram recebidas informando os cursos e as universidades em que alguns alunos haviam sido aprovados.

Grande parte desse fluxo de informações era via os alunos que colaboram com o processo de inscrição dos novos alunos, ex-alunos do ano de 2012 estavam fazendo inscrições e em contato com seus colegas que estavam informando pelo celular ou via redes sociais suas respectivas aprovações, que eram comemoradas como sucesso institucional também.

Em seguida, apresentamos um modelo do folder que foi confeccionado e distribuído na cidade, convidando para inscrição do curso pré-vestibular do ILK. No item documentos obrigatórios, no ato da inscrição, verifica-se parte dos critérios necessários aos que pretendem ser alunos do ILK. Sendo que os comprovantes de água, luz, telefone e renda familiar ajudam para confirmar os gastos declarados e a renda per capita; o comprovante de escolaridade na escola pública, a foto e os documentos, CPF e RG, são adicionados a uma ficha de inscrição preenchida no ILK e são arquivados no ILK.

**Foto 1** - Arquivo do ILK. Material de divulgação do processo seletivo de 2013.

**CURSINHO GRATUITO**

**Cursinho Preparatório para o ENEM e Vestibulares**  
Instituto Luther King

Destinado a jovens carentes oriundos de escolas públicas, com vagas distribuídas proporcionalmente para brancos, negros, indígenas e portadores de deficiência.

**PERÍODO DE INSCRIÇÃO:**  
**3 a 25 de janeiro de 2013**  
Segunda a Sexta das 12h às 20h

**DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS NO ATO DA INSCRIÇÃO**  
(Original e Xérox)

CPF e RG  
Comprovante da conta de água  
Comprovante da conta de luz  
Comprovante da conta de telefone  
Comprovante da renda familiar  
Comprovante de escolaridade de escola pública:  
Modelo 19 para quem já concluiu o ensino médio  
Boletim anual do 1º e 2º ano para quem está no 3º ano  
Foto 3x4 colorida

**BRASIL** Eletrobras

Local: Avenida Fernando Corrêa da Costa, 603 - Centro  
(67)3384-8919 - [www.lutherking.com.br](http://www.lutherking.com.br) - Campo Grande/MS

**Fonte:** Arquivo ILK, 2013.

A questão racial surge no âmbito da ficha de inscrição<sup>112</sup> dos alunos que pretendem sua vaga no ILK. O IBGE caracteriza no item raça: preto, pardo, amarelo, branco e indígena seguido de sua etnia, e consideram negros, como sendo, a soma de pretos e pardos. Enquanto o ILK apresenta na ficha de inscrição o negro e o pardo, ou seja, “negro” na ficha de inscrição não representa a soma de pretos e pardos, e sim os que fenotipicamente possuem traços afrodescendentes evidentes, visto que os autodeclarados como pardos são separados entre afrodescendentes ou brancos.

O caráter fenotípico surge como sendo a moeda de maior peso na definição do negro no MS, e a auto declaração racial solicitada na ficha de inscrição difere, da maneira como ocorre a distribuição das vagas na instituição, e difere também da maneira como o IBGE enxerga as designações raciais no Brasil. Permite que uma nova classificação surja, para que possa “arquivar corretamente” na pasta dos “negros-afrodescendentes”, brancos, (que podem ter se auto declarado como pardos), indígenas ou portadores de deficiência.

Ocorre que as fichas de inscrição dos pardos é subdividida entre os arquivos dos brancos e dos negros-afrodescendentes, é um processo efetivado pela diretoria e coordenação pedagógica. É importante lembrar que nenhum deles é eliminado, apenas concorrem entre seus respectivos grupos pelas porcentagens de vagas que o ILK oferece, de maneira mais simples, cada qual concorre dentro do grupo racial em que é arquivado. A

<sup>112</sup> Ver anexo D.

média das notas adquiridas durante o ensino médio torna-se o principal critério neste momento, uma vez que os que chegam a essa fase, já cumpriram os demais critérios de renda, ensino público ou bolsista integral em escola particular.

No Brasil o debate sobre Ação Afirmativa, foi enriquecido pela fundação de cursos pré-vestibulares para população carente. Esse quadro veio sendo construído a partir dos anos de 1990, fortemente colaborado pela difusão, em escala nacional, dos pré-vestibulares populares, e um dos atores foi o movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes, criado em 1993, em São João do Meriti, no Estado do Rio de Janeiro.

A opção pela educação, sob a instituição de um curso pré-vestibular, não é novidade para o movimento negro, que de acordo com Alexandre do Nascimento (2010), em *Movimentos sociais, anti-racismo e educação: os cursos pré-vestibulares para negros e carentes*.

[...] nascem a partir das reflexões sobre a educação e o negro, realizadas entre 1989 e 1992, na Pastoral do Negro de São Paulo.

O primeiro resultado concreto desse debate foi a concessão de 200 bolsas de estudos pela PUC-SP. Essas bolsas foram destinadas para estudantes participantes do movimento negro. Também neste período (1992), surgiu na Bahia a *Cooperativa Steve Biko*, com objetivo de apoiar e articular a juventude negra da periferia de Salvador, colaborando para a entrada de jovens na Universidade.

As 200 bolsas de estudos concedidas pela PUC-SP fizeram surgir, no Rio de Janeiro, a idéia de organizar um curso para estudantes negros. No final de 1992, iniciaram-se, na Igreja da Matriz do Município de São João de Meriti, as discussões e articulações para a organização de um curso na Baixada Fluminense, para capacitar estudantes para o vestibular da PUC-SP e das Universidades Públicas do Estado do Rio de Janeiro. [...] Temos, por exemplo, registro de um curso pré-vestibular para negros e negras, organizado pelo Centro de Estudos Brasil-África, em 1976. (NASCIMENTO, 2010, p. 05).

Nem as Ações Afirmativas são novidades nos cursos pré-vestibulares e, nem a educação é novidade para o movimento negro regional, visto que a principal área de atuação do Grupo TEZ já era a educação. A divulgação de Ações afirmativas, certamente é a ideologia mais presente na instituição, ou o compromisso institucional a ser passado aos alunos, e isto é exercitado pela instituição a cada processo seletivo de alunos, e garantido no âmbito do estatuto como uma maneira de promoção da igualdade:

Art. 3º - No desenvolvimento de suas atividades, o INSTITUTO observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero, religião ou origem, ressalvada a aplicação de ações afirmativas ou medidas especiais, levadas a efeito em atenção aos princípios constitucionais, em especial os previstos no artigo 3º da Constituição Federal, como instrumento lógico ou racional de consecução do princípio da igualdade, inscrito no artigo 5º, “caput” da Carta Magna, bem como da dignidade humana (ESTATUTO, 2011).

O ILK não foi a primeira Instituição a ofertar curso pré-vestibular gratuito, como já apontamos o Grupo TEZ foi a primeira entidade do movimento negro regional a oferecer curso pré-vestibular a partir de 1997 (MORAES, 2009). Os resultados objetivos alcançados pelo ILK, ou seja, o acesso de alunos da instituição no ensino superior, é definido como taxa de aprovação, corresponde a uma quantidade dos seus alunos nas universidades, principalmente do estado.

A instituição mantém um gráfico que anualmente é atualizado, com certa dificuldade, na medida em que muitos ex-alunos não informam sua aprovação, e cada vez é maior o número de alunos atendidos pela instituição, conseqüentemente aumenta também o número de alunos aprovados em Universidades públicas ou privadas. Os dados independem se o aluno matriculou-se ou não no respectivo curso de aprovação.

**Gráfico 2** - Resultados de aprovação do ILK 2003-2011. ILK, 2013.



Fonte: ILK. 2013.

Através do gráfico também é possível notar o aumento de alunos que passaram a ser atendidos pela instituição, com aumentos em 2007 e 2008, em cada ano uma nova sala foi aberta, atingindo o número atual de quatro salas. As diferenças anuais entre a primeira e a segunda coluna do gráfico, podem ser lidas como sendo a evasão final do curso pré-vestibular, pois apesar de ser gratuito e possuir uma lista de espera, ainda sim há uma taxa de evasão significativa anualmente. Os dados referentes a 2012 ainda estão sendo coletados pela instituição que tenta entrar em contato com todos os ex-alunos para obter estes dados.

Por três eleições sequenciais, o ILK mantém sua participação no CEDINE-MS, um elo com a demanda do movimento negro regional. Algumas importantes atividades e eventos externos marcam o ILK como uma das entidades do movimento negro, que não apenas utiliza Ação Afirmativa como critério de seleção, mas também atua politicamente nas questões raciais, dentro e fora do âmbito da entidade.

Alguns eventos foram organizados no interior da instituição, em que, o foco não era apenas os alunos da instituição, em alguns nem eram de fato, mas visava-se uma aproximação do movimento negro, organizando oficinas, seminários e cursos; e em outros eventos, o ILK é convidado, como o caso exemplar do desfile de 26 de agosto. Este desfile no centro da cidade marca o aniversário de Campo Grande, em 2012 os 113 anos, no qual o ILK participou com seus alunos junto com a comunidade negra da cidade e algumas de suas manifestações culturais afro-brasileiras (Capoeira, comunidades quilombolas, etc.) e religiosas (Umbanda e Candomblé).

**Foto 2 - Desfile 26 de agosto de 2012. Aniversário de Campo Grande.**



**Fonte:** Arquivo ILK. 2012.

A foto acima envolve alunos do ILK, professores, uma das coordenadoras pedagógicas e alguns militantes importantes do movimento negro estadual. Os alunos que foram todos uniformizados desfilaram junto com a comunidade negra sul-mato-grossense, e com outros representantes de cultura afro-brasileira.

A aproximação do ILK com o movimento negro regional é solidificada nesses eventos, e na participação de representantes da instituição, tanto nos Conselhos como nos Fóruns que tratam da temática. O ILK não é o movimento negro, consiste em uma entidade que compõe o movimento negro regional; essa é a visão dos militantes, e assim o é com outras entidades também.

Eventos abertos tanto aos militantes quanto aos interessados foram realizados ao longo desses anos, os principais são: uma “Oficina contra o Racismo na Educação”, realizado em 2006, um pouco antes do “I Seminário Educação e Igualdade Racial: Uma agenda para contemporaneidade”, no mesmo ano. A Oficina foi oferecida pelo MEC/UNESCO na sede do ILK com participação de militantes, professores, alunos e instituições, enquanto o seminário foi realizado em parceria com o Instituto de Ensino Superior da Funlec – IESF. Com recurso financeiro de um programa chamado Diversidade na Universidade, que através do Ministério da Educação – MEC direcionava-se para cursos pré-vestibulares com recorte étnico racial.

No ano de 2007 foi realizado outro evento – II Seminário Educação e diversidade: Políticas e Perspectivas. O evento visava debater com acadêmicos, professores e demais interessados, uma vez que o evento era público, políticas de ação afirmativa seus avanços e emperramentos no MS. De maneira geral, os eventos mencionados estão circunscritos em torno das Ações Afirmativas, momento em que ainda se discutia muito essa política. A maior institucionalização dessa política possibilitou que no ano de 2012 fosse pensado um curso de formação de lideranças para militantes do movimento negro, ou seja, no ILK através de um projeto celebrado com a *Brasil-Foundation*, realizou um curso com carga horária total de 80 horas, cumprida aos sábados na sede do ILK.

## **Eventos e Parcerias**

O curso de Capacitação em administração e políticas públicas de lideranças negras para promoção da igualdade racial em MS formou 36 pessoas. As reuniões realizadas aos sábados lembraram os primeiros anos do grupo TEZ, que costumeiramente realizava nesse dia suas discussões; muitos militantes daquela época estavam presentes.

O vínculo a uma entidade era necessário para fazer a inscrição e, comprova a importância do pertencimento a uma ONG, uma entidade do movimento negro, para participar do curso, da mesma maneira para participar com direito a voto dos Conselhos e do Fórum das Entidades. Estes exemplos demonstram como o movimento negro se apropriou da institucionalização nos últimos anos.

A foto abaixo é do último dia de aula, na ocasião os alunos em dupla apresentaram um modelo de projeto: para captação de recursos ou de pesquisa institucional. Participaram da capacitação desses militantes professores doutores e militantes mais experientes, alguns como alunos e professores, Dr. Aleixo Paraguassú também participou do curso, além de ser coordenador do mesmo.

**Foto 3** - Parte dos alunos do Curso de Capacitação em administração e políticas públicas de lideranças negras para promoção da igualdade racial e MS, 2012.



**Fonte:** Arquivo ILK, 2013.

Todos os participantes desse curso como alunos, eram também militantes do movimento negro que realizaram suas inscrições. Este curso especificamente foi exclusivo para sociedade civil organizada em torno da demanda pela igualdade racial sul-mato-grossense, fortalecendo o vínculo entre uma entidade e os demais militantes, cuja maioria era vinculada a outras entidades do movimento negro.

Os eventos e principalmente, este realizado em 2012, são marcadores da relação entre uma entidade e as demais mobilizando, pela temática racial uma rede de entidades comprometidas com a igualdade racial. Esses momentos eventuais celebram e marcam o momento em que mais se aproxima da ideia de sociedade civil negra, visto a deficiência do Fórum das Entidades do Movimento Negro de MS, os eventos são articuladores da militância.

Os eventos para serem realizados necessitam de recursos e convênios. Nas ONGs suas atividades são pautadas, a exceção do voluntariado, em convênios, doações e parcerias. Com relação ao ILK, ele prevê, estatutariamente, as parcerias, tanto com o estado como com os setores privados, e assim o é de fato, como ocorre de maneira geral com as ONGs de qualquer área, em especial as OSCIPs, sobrevivendo via parcerias e projetos.

Parágrafo único. Os serviços educacionais prestados pela entidade serão inteiramente gratuitos e com recursos próprios, oriundos de doações e parcerias com o poder público ou iniciativa privada, vedado o seu condicionamento a qualquer doação, contrapartida ou equivalente (ESTATUTO, 2011).

Há parcerias públicas, ligadas tanto ao estado, quanto ao município, e há as parcerias com o setor privado. Iniciaremos pelas parcerias públicas municipais. Em 2004, o ILK recebeu parecer favorável de seu pedido de inscrição ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), que é necessário para firmar parcerias. “*A aceitação de sua inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) permitiu a obtenção de recursos privados de pessoas físicas ou jurídicas, por meio de renúncia fiscal*” (MORAES, 2009, p.72).

Certamente a SAS – Secretária Municipal de Assistência Social – é o maior parceiro via município, primeiramente através de um projeto de co-financiamento de serviços sócio assistenciais, que prevê através de depósitos mensais ao longo de um ano, mediante renovações, que corresponde a um total de R\$ 37.800,00. Tal doação possui sua origem no Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), e estava em processo de renovação para 2013, ano este que teve a troca de prefeitos na cidade de Campo Grande<sup>113</sup>. O convênio ainda não foi assinado, no entanto, já se encontra em trâmites pela SAS. A troca na prefeitura também acarretou na quebra de um acordo que havia na concessão de alimentos para a

---

<sup>113</sup> A disputa estava entre Alcides Bernal – PP e Edson Giroto (PMDB). Bernal foi eleito colocando fim a uma hegemonia eleitoral de 20 anos do PMDB a frente da prefeitura. In. [http://www.correiadoestado.com.br/noticias/alcides-bernal-interrompe-reinado-de-20-anos-do-pmdb\\_164434/](http://www.correiadoestado.com.br/noticias/alcides-bernal-interrompe-reinado-de-20-anos-do-pmdb_164434/) acessado em 25/03/2013.

merenda do ILK, para este serviço não havia contrato algum, tanto que antes de cessar as doações a instituição recebeu apenas uma ligação. Desde março de 2013 iniciaram novos diálogos com a nova equipe da prefeitura, e a diretoria está acreditando que retornará o acordo, ou iniciará um convênio para doação de alimentos para merenda do ILK.

Atualmente, a instituição possui um importante convênio firmado, que necessita dessa inscrição no CMAS, pelo fato do recurso primeiro passar pelo Fundo Municipal para Infância e Adolescência de Campo Grande – FMIA – a parceria, de fato, é realizada com a Associação dos Magistrados de MS (AMAMSUL), denominado “Corrente do Bem”. A AMAMSUL apadrinha entidades ligadas à área da educação, da infância e juventude, que autorizam que seus associados tenham um desconto em suas folhas de pagamento, e o Tribunal de Justiça deposita em uma conta específica, direcionada ao FMIA que tem a finalidade de repassar as entidades conveniadas os valores. A AMAMSUL apadrinha apenas as entidades ligadas a magistrados, no caso, Aleixo Paraguassú aposentou-se como juiz.

Junto ao governo estadual as parcerias com Secretária de Educação (SED-MS) correspondem a cedência de 11 professores contratados, responsáveis pelas aulas do curso preparatório. Estes professores são escolhidos pelo ILK. Há ainda a cedência de uma professora, que é concursada, mas presta serviços do ILK ministrando as disciplinas de português e redação – professora Cleir Silvério Rosa – esta colaboração faz com que o ILK não tenha gastos com professores. A coordenação pedagógica – Renilda e Janilce – também tem seus salários pagos pela SED-MS. A esfera estadual também atua eventualmente, através do Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento ao Surdo – CAS-MS – que sempre que há alunos no ILK deficiência auditiva, o CAS-MS encaminha um profissional intérprete de libras.

As demais parcerias já correspondem à esfera privada, vou me ater a blocos, que dividirei da seguinte forma: Educacionais, Financeiras e Serviços, podendo ainda ser eventuais ou permanentes de acordo com a natureza da parceria. Iniciaremos pelas parcerias privadas educacionais, onde se destaca os convênios realizados com Instituições de Educação Superior (IES), iniciadas em 2005.

Em 2005 a Instituição obteve diversas conquistas importantes. Foi firmado convênio com diferentes IES privadas UNAES, UCDB, IESF e UNIDERP para a concessão de bolsas de estudo para os egressos do Instituto Luther King (MORAES, 2009, p.73).

Estas parcerias são sempre alvo de negociações, tanto que se em 2005 houve essas conquistas; em 2007, houve o cancelamento dos convênios de algumas IES como também aponta Moraes (2009).

Em novembro de 2007, a diretoria do ILK recebeu a notícia de que os convênios que contemplavam os alunos do ILK com bolsas de estudo na UCDB (20 bolsas) e na UNIDERP (seis bolsas) não seriam renovados para alunos novos (MORAES, 2009, p.77).

Atualmente temos a seguinte distribuição de bolsa por IES: a UNAES oferece através de seus dois polos na cidade de Campo Grande, cinco bolsas de 80% para alunos do ILK; a UCDB oferece uma bolsa de 100% e outra de 50% na ocasião de haver mais de 100 inscritos para o Desafio UCDB<sup>114</sup>, e o ILK ainda ganha uma bolsa integral pós-graduação *latu-sensu* para ser distribuída entre seus funcionários. Atualmente Renilda esta usando a bolsa e cursando: Diversidade e Inclusão Social, na modalidade de Ensino a Distancia (EAD). Por fim, a IESF desde 2012 oferece a todos os alunos do ILK aprovados em seus vestibulares 100% do valor da mensalidade, ficando incumbidos apenas de pagar a matrícula semestral, negociações com outras IES ainda seguem.

Outras parcerias privadas que atuam na educação são os professores voluntários, que possuem uma grande rotatividade, mas normalmente, atuam nos horários que antecedem o início regular das aulas, entre 18:10 e 18:50 horas. Por vezes os sábados podem ser utilizados em ocasiões em que haja professores interessados e alunos que queiram e possam vir aos sábados. Atualmente o ILK possui voluntários para as disciplinas de biologia, português e inglês. Outros professores também contribuem com o ILK, atualmente são Mario Savioli ministrando matemática, física e química, e Isali que ministra português, literatura e redação, sendo considerado cada um em sua área cursos de alto nível e elevado custo, respectivamente cedem 02 bolsas anuais um e o outro de 04 a 05 bolsas para alunos do ILK.

Há profissionais parceiros para capacitação dos professores na utilização da lousa digital, elaboração de projetos, palestrantes, na aquisição de isenção de taxas de inscrição nos vestibulares da UFGD, IESF e UCDB; entrada gratuita nos 02 “aulões” realizados pelo curso pré-vestibular da UFMS, contatos para palestras, filmes, e debates,

---

<sup>114</sup> O DESAFIO UCDB 2013 é destinado aos alunos regularmente matriculados no último ano do ensino médio das escolas da rede de ensino de Campo Grande - MS e região que firmaram parceria com a UCDB para participar do Projeto (In. <http://ucdb.br/desafioucdb/> acessado em 11/04/2013), 30% das vagas da UCDB são destinadas para os alunos partícipes do Desafio UCDB.

entrada gratuita na feira das profissões da UNIGRAN<sup>115</sup>. Sendo assim grande parte das parcerias da instituição são de cunho educativo, que mesmo que algumas tentem reduzir gastos específicos, a maior preocupação é de fato a preparação para os vestibulares, e recentemente pra o ENEM.

As parcerias da esfera privada de cunho financeiro são menos complexas, e certamente também, em número menor. De fato, são seis as fontes de recursos com as características que definimos: Joanna D'Arc de Paula Almeida, proprietária de um cartório na capital; Antônio Barbosa de Souza e família, através do escritório de uma Fazenda; Jaime Valler, proprietário do jornal O Estado; Fundação Barbosa Rodrigues, que deve cancelar as doações a partir de maio de 2013, o ILK já foi notificado<sup>116</sup>; a AMAMSUL, que credenciou o ILK a receber recursos através da “Corrente do bem”; e por último, os sócios-contribuintes, que são boletos mensais a partir de R\$ 15,00 que o ILK tenta ampliar sua receita, de maneira que consiga cobrir os aproximadamente R\$ 13.000,00 de gastos mensais da instituição.

Parcerias privadas também se materializam em doação de alimentos, de comerciantes e da rede Comper de Supermercados; e do Deputado Estadual Lauro Davi que cede uma funcionária ao ILK, atualmente o ILK não tem despesa com a funcionária Luciana, coordenadora administrativa, que antes tinha salário pago pelo ILK.

Dentre as doações individuais, certamente a do Daniel Reis é a mais expressiva, e possui uma finalidade específica: compõe um fundo, de nome Daniel Reis com objetivo de ajudar ex-alunos da instituição, ou seja, é um fundo que colabora com a permanência de alunos no ensino superior, seja com apoio financeiro para aluguel, compra de material didático, ou de equipamentos necessários para melhor desempenho dos alunos.

O fundo nasce a partir do compromisso de uma doação anual, no valor de 15.000, 00 R\$, por parte do Daniel Reis, que teve início em 2010 e ainda vigora em 2013, período da pesquisa. Este recurso é base para criação do fundo e possui uma destinação específica: os ex-alunos. Devido este fundo, foi criada também uma comissão responsável pela seleção dos alunos, pela movimentação financeira, duração e valor que deve ser destinado a esses ex-alunos, composta por integrantes da diretoria, da coordenação pedagógica, da coordenação administrativa e pelo próprio Daniel Reis.

---

<sup>115</sup> Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN, mais uma faculdade privada presente em Campo Grande-MS

<sup>116</sup> Este convênio foi cancelado devido a desdobramentos do caso de corrupção envolvendo a Santa Casa de Campo Grande, devido a isso todos os convênios da Fundação Barbosa Rodrigues serão cancelados e investigados. A Fundação é parceira do ILK desde a criação da instituição em 2003.

As primeiras discussões em torno da questão das cotas em universidades públicas gravitaram em torno da permanência, como garantir a continuidade rumo à conclusão do curso destes alunos cotistas (BITTAR; ALMEIDA; CORDEIRO, 2007). Alguns cursos integrais, ou cursos que possuem um material caro em algumas disciplinas, de modo geral, despesas financeiras com cópias, almoços, jalecos tornaram uma preocupação de pesquisadores, alunos cotistas e do Estado que trabalharam e criaram programas de permanência para alunos cotistas nas Universidades.

No ILK, esta preocupação também se tornou visível, visto que alguns alunos desistiam de cursos por uma série de dificuldades. A criação da Bolsa Daniel Reis, visa um apoio financeiro para alunos que demandem uma necessidade deste tipo, para manutenção pessoal ao longo do curso.

O ILK criou uma série de critérios e condições para poder escolher os bolsistas: estipulam que em nenhum caso, pode haver duração superior a um ano de apoio financeiro, tendo que ser ex-aluno do ILK, a renda familiar não poderá ultrapassar o limite de um salário mínimo per capita, tendo entrevistas, análises socioeconômicas e visitas domiciliares, como contrapartida, os alunos beneficiados devem manter e comprovar uma assiduidade de no mínimo 90% e um aproveitamento, também o mínimo de 7 (sete) como média das disciplinas. Qualquer alteração que acarrete algum descompasso com as condições acima listadas gerará a supressão da bolsa como é definido em um termo de compromisso assinado pelo aluno e também na resolução 001/2010 que regulamenta a concessão da Bolsa (ILK, 2010, resolução 001/2010).

Atualmente o fundo já colaborou com 16 (dezesesseis) ex-alunos, e ainda possui valor em caixa para seguir colaborando com mais ex-alunos. A foto acima retrata os primeiros contemplados com a Bolsa Daniel Reis, através de recursos diversos.

**Foto 4** - Entrega da Bolsa Daniel Reis a ex-alunos acadêmicos em 2010.



**Fonte:** Arquivo ILK.

Retornando aos parceiros da esfera privada, por último os que colaboram com serviços, e esses são de varias áreas, como publicidade, em seus diversos veículos; dons artísticos como cantar e pintar; serralherias, gráficas, doações de tinta, técnicos de informática, engenheiros, sistema de segurança e alarme, que são gratuitos. Os serviços, de modo geral, são eventuais, ou seja, a maioria é utilizada em períodos específicos. Um exemplo é a publicidade, que em períodos de divulgação do período de inscrição de novos alunos são contatados para colaborarem com maior intensidade que em outros períodos, enquanto de outros, são mais duráveis e chegam a ficar anos sem necessitar de nenhum tipo de colaboração, apesar de serem considerados parceiros da instituição.

O comodato cedido sem ônus mensal, pelo casal, Paulo Tadeu Haendchen e Regina Maria Campos Haendchen, assim como o jornal O Estado que doa uma assinatura ao ILK são parceiros privados ligados a serviços que são permanentes. Doações esporádicas como a da Marisa Serrano, que atua no Tribunal de Contas, que com a doação de um quadro no ano de 2012 para rifa, arrecadou-se a quantia de R\$ 10.200,00; vários doadores de livros para biblioteca do ILK; as parcerias possibilitam o caminhar do ILK enquanto instituição, afinal vários são os gastos necessários para ser mantido em funcionamento, e este vínculo tanto com o poder público, quanto com o Mercado de modo geral, caracteriza o ILK como uma entidade de Terceiro Setor.

## **Cotidiano dos funcionários**

O cotidiano do curso pré-vestibular, que é a principal atividade do ILK, caminha com as atividades do tipo mencionadas no interior do calendário de atividades dos anos anteriores, e os pequenos empecilhos pedagógicos e administrativos do dia-a-dia. As aulas são oferecidas apenas no período noturno, principalmente, por que maior parte dos alunos são estudantes-trabalhadores.

As coordenadoras pedagógicas possuem um horário diferenciado no ILK, e passam a estar presentes desde as 15:00 horas de segunda e quinta, sendo a sexta um dia ímpar para instituição, por haver duas funcionárias que cumprem sua carga horária de maneira específica, por serem e pertencerem a Igreja Adventistas do Sétimo Dia. Religião na qual o sétimo dia – o sábado – é considerado como sendo de descanso, mas inicia-se no pôr do sol de sexta, indo até o pôr do sol de sábado. Devido a isso, os horários são alterados para que se respeite a religião das funcionárias e que não seja prejudicada a carga horária na instituição.

De maneira mais generalista, a maior parte dos dias típicos é marcada por atividades pedagógicas, que diz respeito à relação aluno-professor-coordenação; que envolve cópias das atividades, equipamentos tecnológicos como lousa digital, retroprojetores, computadores, cabos, tomadas, extensões; ensalamento das turmas, professores presentes, entre outras. Preocupações administrativas também compõem este cotidiano, notas fiscais, lanches, doações, pagamentos, documentos e certificações necessários a projetos e manutenção de recursos. Existem maiores dificuldades em acompanhar este setor, que possui parte de suas atividades na rua, em bancos e em secretarias de governo em meio a burocracias necessárias.

Atividades administrativas e pedagógicas tomam maior parte do tempo, das funcionárias do administrativo e da coordenação pedagógica. Outras duas funcionárias, são responsáveis pela limpeza, pela biblioteca e pelo lanche dos alunos. Uma delas, a Rose, está no ILK desde 2004, a outra é uma ex-aluna do ILK, a Marilene, entre ambas ocorre uma troca de funções e horário na sexta-feira, pelo fato da Rose ser uma das funcionárias que pertence a Igreja Adventista do Sétimo Dia.

As atividades administrativas estão centralizadas na pessoa da Luciana, e por terem uma linguagem mais específica foram menos acompanhadas. Esta funcionária é nova na instituição, é a “responsável pela papelada”, é a agente da burocracia no ILK. Já as atividades pedagógicas, as coordenadoras, - Janilce e Renilda – estão nessa função desde 2008, são responsáveis por todos os assuntos que envolvam os alunos, e são as principais

interlocutoras sobre o dia-a-dia da instituição. Elas são o elo, tanto com a diretoria, como com os alunos, e também foram as minhas interlocutoras no ILK, visto que a diretoria não possui horários fixos, enquanto, a coordenação pedagógica cumpre horários.

### **Mudança na diretoria**

Em fevereiro de 2013, uma mudança ocorreu, a troca de diretorias no ILK, devido fortemente aos problemas financeiros da manutenção da instituição, e aos problemas de saúde no âmbito familiar, já que a esposa do Dr. Aleixo Paraguassú, Dona Maria se encontra com sério problema no joelho.

Aleixo Paraguassú, fundador da instituição também foi seu primeiro presidente, reeleito em seguida, ficou por 48 meses na direção da instituição, tornando-se vice-presidente em seguida, por mais dois mandatos, o estatuto vigente impede uma possível reeleição consecutiva. Retorna depois dos 04 anos à presidência novamente, no entanto, desta vez seu mandato encerra-se em 2013, sendo que as eleições estavam previstas apenas em 2015.

Em conversas que antecederiam o feito do dia 20 de fevereiro de 2013, apenas cinco dias depois do aniversário de 10 anos da instituição, Aleixo Paraguassú se mostrava muito preocupado com o futuro da instituição, que atravessava um problema financeiro devido uma série fatos: demissão de uma antiga funcionária<sup>117</sup>, quebra de um importante parceiro que colaborava nas arrecadações, uma doadora em particular cessou devido problemas jurídicos e pessoais, e tudo ocorreu em um curto espaço de tempo, provocando além de uma redução de dinheiro no caixa da instituição, todos esses eventos ocorridos em 2012, geraram uma maior preocupação com o futuro da instituição.

Em conversas com Aleixo Paraguassú, ele sempre externalizava algumas preocupações, parte delas financeira; almoços e rifas foram organizados, com ajuda de alunos e funcionários para colaborar com o caixa da instituição de maneira mais imediata. As rifas sempre são organizadas com materiais doados: aparelhos eletrônicos como DVD e notebooks; joias e quadros já foram objetos de rifa no ILK.

O tópico que mais foi salientado, e não por uma vez, é que o ILK consumia muito tempo, tempo de militância e de descanso. Aleixo Paraguassú estava deveras preocupado com a saúde da esposa, Dona Maria, companheira de uma vida, com um grave

---

<sup>117</sup> No início do ano de 2013 a assistente social, Josemary Silveira Braga, do ILK teve que ser demitida pelo ILK.

problema em um dos joelhos. De certa maneira esta preocupação se faz presente na ata em que renuncia a diretoria do ILK e subsequentemente há a aclamação da nova diretoria. Em ata consta da seguinte maneira:

Acrescentou, ainda: a) lamentou a impossibilidade de continuar a frente da entidade, devido a problemas de saúde em pessoa da família; b) contudo, sente-se confortado pelo fato de que a direção do Instituto passa às mãos honradas de integrantes da instituição maçônica GRANDES LOJAS DE MATO GROSSO DO SUL, detentora de reconhecida experiência no ramo da Educação, como atesta da exitosa existência da FUNLEC (ILK, Ata nº53, 2013).

A ata nº 53 é a que legitima a troca na direção do ILK e, após essa reunião a direção se constitui da seguinte maneira: como presidente, Paulo Cesar Pereira da Silva que assim como Aleixo Paraguassú, é um juiz de direito aposentado; como vice-presidente, Jairo Garay Ribeiro de Oliveira; 1º secretário, Ari Vargas Leal; 2º secretário, Anderson Regis Pasqualetto; tesoureiro, Antônio João Ferreira, 2º tesoureiro, Guilherme Ramão Salazar (ILK, Ata nº53, 2013).

Esta reunião também criou um Conselho Consultivo, proposto pelo então presidente Paulo Cesar Pereira da Silva, que “*em apoio a Diretoria, dar prosseguimento aos trabalhos da entidade*” e ficou deliberado que seriam 10 (dez) as pessoas que comporiam este Conselho Consultivo, sendo os seguintes: Aleixo Paraguassú Netto, Jordão Abreu da Silva Junior, Cláudio Roberto Madruga, Daniel Reis, Regina Maria de Campos Haendchen, Denise Fátima Barbosa Souza e Silva, Ary Eduardo Pergolo dos Santos, Cláudio Wanderley Saab, Antonio Farias dos Santos e Ademir Batista de Oliveira.

A foto abaixo é do dia 20 de fevereiro, ocasião em que foi formalizada a troca de direção no ILK; maior parte da nova diretoria se fez presente no ato. A possibilidade da presença do Aleixo Paraguassú e outros colaboradores do ILK ficou garantida através do Conselho Consultivo, no qual, o fundador e o proprietário do espaço físico se fazem partícipes, assim como alguns colaboradores da entidade. Acrescidos a estas pessoas também encontra-se o Grão Mestre Jordão Abreu da Silva Junior da Grande Loja do estado de MS e outros maçônicos.

**Foto 5** - Reunião de troca de diretoria do ILK. 2013

**Fonte:** Arquivo ILK, 2013.

Apesar da satisfação expressa pelo fundador e principal ideólogo da instituição ainda em ata por entregar o ILK a outros, aos quais ele considera extremamente “capazes e competentes”, levanta-se outra questão: Como fica o vínculo entre ILK e movimento negro? De que maneira a preocupação com a questão racial será trabalhada nos anos que seguirão?

### **Considerações**

Ao analisar uma entidade do movimento negro, é possível enxergar as preocupações cotidianas de uma das instituições vinculadas à militância contemporânea, e sem perder de vista, outras formas de organização deste mesmo movimento, podendo compreender melhor, de que maneira a atuação dessas instituições colaboram ou não, com o objetivo do movimento negro.

Concluindo os resultados dessa observação participante, temos que ao longo dos dez anos de ILK, várias mudanças já ocorreram. O número de alunos atendidos anualmente mais que dobrou se comparado com o primeiro ano, hoje a instituição possui quatro salas de aula, ao invés de uma como em 2003; os professores atualmente são mantidos com recurso do governo do estado e não mais voluntários; as instalações aumentaram,

principalmente, a biblioteca e salas de aula, houve troca da coordenação pedagógica em 2008, ampliação da tecnologia e, enfim, a troca na direção da instituição.

De fato, temos que a institucionalização, via *ongzação*, gera preocupações com a instituição criada e reduz o tempo para movimentos sociais. Ter um movimento social totalmente institucionalizado não favorece a demanda por políticas públicas, uma vez que se batalha por ganhos institucionais e não de um coletivo bem maior que se visa representar. A institucionalização também fragmenta a mobilização.

O objetivo na análise do ILK era dar maior profundidade ao falar sobre movimento negro em MS, podendo visualizar as aproximações com agências do estado e com partes do mercado, ou seja, compreendendo esta instituição como sendo de terceiro setor. Ao demonstrar aspectos da institucionalização do movimento social, tratados como processo de *ongzação* observou o risco de cooptação, ou despolitização da instituição, da mesma maneira que também se observa um aumento do potencial de intervenção da instituição. Esta ambivalência demonstra que a institucionalização da sociedade civil, ainda é um processo ambíguo, principalmente frente às dificuldades da democracia brasileira.

A observação participante no ILK, principalmente, mas também as participações no CEDINE-MS colocam em perspectiva a rede institucionalizada que forma o movimento negro. As ONGs seriam o menor agente dessa rede, entretanto, de extrema importância, já que, nos Conselhos e no Fórum das entidades, os indivíduos partícipes são representantes institucionais, mesmo que de uma entidade do movimento negro. Nesse sentido, a atuação, mesmo que estratégica da militância perpassa, por uma esfera altamente institucionalizada, e cada vez menos se atua como movimento social: de maneira pouco organizada e não institucionalizado.

O viés do terceiro setor amplia a interação entre o poder público, o poder privado com a sociedade civil organizada. Há uma preocupação muito grande no discurso do ILK em manter a instituição longe de rótulos de partidos políticos, talvez até mesmo pela experiência vivida e assistida do Grupo TEZ. O poder privado, em nenhum momento foi visto com maus olhos no ILK, ou com ressalvas.

Através do ILK, observamos que por meio de convênios e doações, tanto do poder público quanto do privado foi possível ampliar a instituição e sua capacidade de atendimento. No entanto, a recente mudança no centro de decisão, ou seja, no grupo que direciona a instituição propiciou um distanciamento entre o movimento negro e este núcleo dirigente. Esta mudança na direção da instituição gera preocupações quanto ao vínculo entre ILK e movimento negro, apesar de aparentemente garantir uma maior longevidade à

instituição, visto que, a maior dificuldade para manutenção da instituição é, a financeira, e certamente a Grande Loja do estado de MS possui maiores condições de obter recursos financeiros. Uma contradição nasce com a troca de diretoria, entre o próprio núcleo diretor, representante da elite estadual e os atendidos da instituição, população carente.

Podemos observar que a ação afirmativa é vivenciada cotidianamente pelos alunos, e representa o ponto crucial do qual a instituição se define, e é um recorte do qual não abdica. Um termo de posse assinado pela nova diretoria garante a promessa de “*trabalhar com lealdade ao Estatuto Social da entidade*” (ILK, ata nº53, 2013), que possui nas ações afirmativas um eixo articulador da ideologia da instituição, talvez a ação afirmativa seja tudo que reste do ILK em alguns anos. Nesse sentido, seria importante que o ILK abri-se o espaço de uma disciplina na instituição que tivesse como objetivo tratar as relações raciais no Brasil, para que o movimento negro também pudesse se fortalecer a ação institucional.

A participação de alunos em eventos ligados ao movimento negro faz com que a demanda do movimento social possa ser potencializada, as entidades contribuem em algo que o movimento negro sempre pecou: a atuação na base social. Ou seja, em cada instituição surgem possíveis lideranças e muitos outros militantes ou no mínimo sujeitos sensíveis às demandas políticas do movimento negro.

Os projetos coletivos de sociedade do movimento negro e das entidades são convergentes e complementares. A “*ongzação*” do movimento social, no entanto, gera a dependência de financiamentos e, por conseguinte, a necessidade de manutenção de convênios com setores do Estado, e isso tornou a parcela institucionalizada do movimento negro, menos rua e mais burocracia.

Os espaços públicos conquistados possibilitam cobrança de políticas públicas mais estratégicas e representativas, uma vez que é feita em nomes de coletivos como: Fóruns e Conselhos. O movimento negro sul-mato-grossense se enxerga na institucionalização, CEDINE e o Fórum das Entidades ganham status de representação entre os militantes.

No próximo capítulo, trataremos as políticas públicas raciais, principalmente a partir do governo de Luiz Inácio “Lula” da Silva (2003 – 2010). Governo este em que as políticas raciais foram incisivas, e a partir desses exemplos as políticas estaduais foram se constituindo. Tentaremos mostrar o caminho trilhado no MS para efetivação de duas políticas raciais, uma na UEMS e outra no serviço público, ambas de ação afirmativa para acesso de negros e as maiores conquistas políticas apontadas pelos entrevistados.

Acredita-se que a atuação do movimento negro durante a construção dessas políticas públicas possam revelar aspectos da maneira que o estado trata demandas raciais e, por conseguinte, como o movimento negro se relaciona com o estado para exigir a efetivação de suas demandas.

Ao verificar essas políticas públicas raciais, seus critérios objetivos de definição de “quem é negro” para elas, retomaremos a discussão sobre identidades circunstancial e móvel, ou identidades subjetivas e objetivas e; apontaremos como o movimento negro sul-mato-grossense se posiciona nessa questão política e racial, que envolve a identidade racial para o movimento negro, e a identidade racial para as políticas públicas raciais.

## CAPÍTULO 4

### 4 POLÍTICAS PÚBLICAS RACIAIS NO MATO GROSSO DO SUL

Eu canto aos Palmares sem inveja de Virgílio, de Homero e Camões porque o meu canto é grito de uma raça em plena luta pela liberdade! (**Solano Trindade, Cantos dos Palmares**)

Já fizemos todas as denúncias. O mito da democracia racial está reduzido a cinzas. Queremos agora exigir ações efetivas do Estado – um requisito de nossa maioria política (**Marcha Zumbi dos Palmares, 1995**).

Neste capítulo apresentaremos o conteúdo das principais políticas públicas raciais do estado, e de dois planos de intervenção, um municipal e um estadual. O objetivo é verificar qual o perfil das políticas públicas raciais adotadas no estado, e em que discurso se assenta a proposta dessas políticas. Concomitante a este processo, relacionar, com a atuação do movimento negro sul-mato-grossense, aferir a participação e de que maneira atuou o movimento negro na construção dessas políticas.

As políticas analisadas serão as seguintes: A lei nº3.594 que institui cotas para negros em concursos públicos de MS, de autoria do deputado Amarildo Cruz (PT), e a lei 2.605, de janeiro de 2003, de autoria do Deputado Estadual Pedro Kemp (PT) instituindo ações afirmativas na UEMS. Estas leis possuem, principalmente, um caráter redistributivo, que visa aproximar negros de uma igualdade substantiva. Uma premiação – Mister Apa<sup>118</sup> – homenageia instituições e militantes, através da câmara municipal de Campo Grande, e é realizado em comemoração ao dia da África e ao mês da consciência negra. Nasceu por meio do Decreto Legislativo nº 954/2006, de autoria da vereadora Thais Helena (PT), esta premiação, por sua vez, possui um caráter de reconhecimento, um meio de valorização das iniciativas e personalidades negras de MS.

Os planos de intervenção que serão analisados aqui são: o Plano Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – População Negra (Campo Grande) e o Programa de Superação das desigualdades raciais de MS. Os planos foram políticas públicas divulgadas como sendo, uma estratégia de combate ao racismo e à desigualdade nos limites que o pacto federativo permite atuar. Ambos foram modestamente implementados, apesar de significarem um diagnóstico construído por várias mãos, inclusive e principalmente militantes, das demandas necessárias à população negra de MS.

---

<sup>118</sup> Em homenagem a um militante do movimento negro sul-mato-grossense, Aparício Luis Xavier de Oliveira, conhecido como Mister Apa, que faleceu em 12 de julho de 2001, em Brasília.

#### 4.1 POR POLÍTICA PÚBLICA ENTENDEMOS

Este subitem pretende definir política pública, mas principalmente, cerca-la de todas as especificidades que compõem sua caracterização no âmbito dessa pesquisa. O conceito em si, é de extrema complexidade, sobretudo, porque, ganha diversas conotações e áreas, ou seja, uma escassa acumulação de conhecimento no campo, somada a uma abundância de estudos setoriais (MELO, 1999).

Melo (1999) ressalta que a crescente popularização do conceito de políticas públicas é simultânea aos avanços democráticos no mundo, “*essa difusão reflete novos valores na cultura política relativos à publicização de decisões e a noção da esfera pública como distinta da esfera estatal*” (MELO, 1999, p.65). Como apontado por Melo (1999), apesar de política pública representar decisões políticas, provavelmente o mais importante seria os novos valores da cultura política envolvidos durante o processo de tomada de decisão, sobretudo, via fortalecimento da esfera pública como arena de conflitos e de decisões.

Certamente vivenciamos um período em que o conceito política pública vem se cristalizando no vocabulário público. Constantemente o vemos nas mídias, discursos políticos, em movimentos sociais, documentos públicos, ou seja, o tema está cada vez mais próximo do cotidiano democrático.

Apesar de assumir a importância dos conflitos para a tomada de decisão, o *locus* das políticas públicas ainda são os governos. Assumir que essas políticas públicas repercutem em esferas como política, sociedade, governos, economia implica em inter-relações maiores e mais complexas entre políticas públicas e sínteses de teoria social, política ou econômica. Dessa maneira podemos tratar política pública como:

[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p.26).

As políticas públicas são entendidas, de maneira geral, como sendo o “Estado em ação”, implementando projetos e programas de governo voltados para setores específicos da sociedade, e de responsabilidade do Estado. O Estatuto da Igualdade racial define, como sendo “*as ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado, no*

*cumprimento de suas obrigações institucionais*”. Apesar das políticas públicas serem de responsabilidade do Estado, sobretudo, quanto à implementação e manutenção, elas não podem ser inteiramente rotuladas de políticas estatais, pois elas partem, ou deveriam partir, de um processo de tomada de decisão que envolve não apenas órgãos institucionais, mas também a sociedade civil organizada (HÖFLING, 2001; SOUZA, 2006).

Outra diferenciação importante é quanto ao conceito de política social, entendida no interior da pesquisa como tendo a abrangência de mecanismos de proteção e também de promoção social, conforme a definição:

[...] composta por um conjunto de programas e ações do Estado que se concretizam na garantia da oferta de bens e serviços, nas transferências de renda e regulação de elementos do mercado. Para tanto, a política social busca realizar dois objetivos conjuntos que são a proteção social e a promoção social para dar respostas aos direitos sociais (CASTRO, 2012, p.1014).

Como apresentado na citação de Castro (2012), por políticas sociais são compreendidas respostas aos direitos sociais adquiridos como: educação, saúde, moradia entre outros, enquanto que, políticas públicas se referem à ação do Estado, sem necessariamente ter como paralelo direto a promoção ou proteção aos direitos sociais, que são abrangentes e universais<sup>119</sup>.

Este capítulo trata de políticas públicas raciais do MS, sendo assim algumas especificidades devem ser notadas, primeiramente, se trata de uma dimensão focalizada de política pública, a racial e; segundo, traz o recorte regional. Entendendo que estas políticas raciais são reflexos da ação da sociedade civil negra regional e dos avanços de políticas públicas nacionais, analisamos a implementação das políticas regionais como um processo imbricado às políticas raciais nacional. Quanto à dimensão regional do recorte da pesquisa, retomaremos o processo de descentralização política, iniciado com o fim da ditadura militar e intensificado nos anos de 1980 e 1990 no Brasil.

Nessa perspectiva, avaliamos as políticas focalizadas como sendo complementar das políticas universalistas, e uma das bases para efetivação de políticas raciais, pois sem esta centralidade em demandas raciais, as desigualdades raciais seriam mantidas por muito mais tempo. O reconhecimento da demanda racial gera esta política focal,

---

<sup>119</sup> O artigo 6º da Constituição Federal de 1988 define: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

ou seja, o momento negro se caracteriza como sendo o passo rumo à efetivação da temática racial numa agenda política de governo nacional.

A focalização, por sua vez, é incorporada pelo reconhecimento da necessidade de se estabelecerem prioridades de ação em contexto de limites de recursos e por se entender que é preciso atender de forma dirigida alguns segmentos da população, que vivem situações de carência social extrema. No entanto, as políticas seletivas devem ser entendidas como complementares a políticas universais de caráter redistributivo e a políticas de desenvolvimento orientadas para a superação de desigualdades estruturais (FARAH, 2000, p.13).

A descentralização política se encontra no Brasil, enquanto matéria de mudança, desde os anos de 1970, mais acentuada com o processo de democratização do país, onde a descentralização tornou-se um valor operacional da luta pela democratização, já que reduziria a intervenção estatal arbitrária, centralizadora, fragmentada e excludente. A Constituição Federal de 1988 legitimou o princípio da descentralização ao definir o novo arranjo federativo, e sob a fórmula da descentralização participativa para gestão da nova área de seguridade social (art. 194 e 204) (NOGUEIRA, 1997, p.8).

A descentralização e a participação eram vistos como ingredientes fundamentais desta reorientação substantiva das políticas sociais, voltada para a garantia da equidade e para a inclusão de novos segmentos da população na esfera do atendimento estatal (FARAH, 2000, p.10).

Nos anos 1990, com crise fiscal e escassez de recursos, o Estado preocupava-se cada vez mais com eficiência, efetividade da ação estatal, e com a qualidade dos serviços públicos. No início dos anos 1990, ainda buscava-se integrar a agenda democrática dos anos 1980 com esses novos valores, alguns componentes da proposta neoliberal, que se inserem na plataforma de reformas políticas e sociais do Brasil, (DRAIBE, 1992; FARAH, 2000) principalmente via novas formas de articulação com a sociedade civil e o mercado.

Assim, no final dos anos 80 e nos anos 90, as propostas se redefiniram, sendo enfatizadas - além das teses de **descentralização** e de **participação** - a necessidade de estabelecimento de **prioridades de ação**; a busca de **novas formas de articulação com a sociedade civil e com o mercado**, envolvendo a participação de ONG, da comunidade organizada e do setor privado na provisão de serviços públicos; e a introdução de **novas formas de gestão** nas organizações estatais, de forma a dotá-las de maior agilidade, eficiência, e efetividade, superando a rigidez derivada da burocratização de procedimentos e da hierarquização excessiva dos processos decisórios (FARAH, 2000, p.15 grifos da autora).

São os ingredientes da reforma de Estado que adensam uma série de mudanças que vinham ocorrendo no Brasil, desde o processo de redemocratização, e afetaram diretamente a sociedade civil organizada. Medidas como: a criação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, em São Paulo, visava à descentralização participativa, além de representar demandas do movimento negro; a Lei 9.790/99, que regula as OSCIPs faz parte dessa nova relação entre sociedade civil e mercado. Essas ações vinculadas à Reforma de Estado afetaram diretamente a maneira de relacionar sociedade civil e Estado, principalmente, a maneira de atuar da sociedade civil organizada.

A descentralização tratada até como “imperativo democrático” de acordo com Marco Aurélio Nogueira (2011), conferiu contornos de aperfeiçoamento gerencial do setor público. No entanto, ainda segundo Nogueira, o conceito de descentralização traz consigo as ideias de participação, cidadania e sociedade civil, mas tornam essas máximas, na prática, algo próximo das associações, mais cooperativos que conflituosas, fazendo da sociedade civil um local de colaboração governamental. Nesse entremeio surge e se fortalece o terceiro setor, a parte da sociedade civil capaz de organizar-se e colaborar com o governo, desenvolvendo atividades e cumprindo papéis do Estado.

Como de certa maneira tentamos demonstrar com o ILK, onde ele consegue cumprir suas atividades educacionais, com maior competência do que o Estado o fez via seus cursinhos populares. O ILK se mantém devido suas relações tanto com o mercado, quanto com o estado. Ainda lembrando que um grande convênio existe entre o ILK e o estado, desonerando uma grande receita institucional ao se responsabilizar pelo pagamento dos professores.

A descentralização fiscal garantida via a CF de 1988 alterou, em grande medida, as relações intergovernamentais. A autoridade de governadores e prefeitos não deriva mais de um governo central, mas sim do voto popular direto, que paralelamente também expandiram suas autoridades sobre os recursos fiscais. Os estados e prefeituras passaram a ter papéis muito diferentes do período da Ditadura Militar sob as funções de gestão de políticas públicas, tendo agora, de ser induzidos para assumirem o compromisso de gerenciarem a novas atribuições (ARRETCHE, 1999).

De qualquer maneira, cabe ressaltar que a descentralização tinha um valor operacional, no sentido de reconstruir o pacto federativo e dividir o poder, antes centralizado; mas também havia um valor político, ou seja, uma forte associação entre descentralização, participação, cidadania com a democratização da sociedade brasileira. De fato, é devido

principalmente a seu valor operacional, que podemos falar de políticas públicas regionais, no caso, do estado de MS.

Dessa maneira, ao discutir políticas públicas, estamos na verdade tentando traçar aspectos do diálogo entre Estado e sociedade civil organizada, em nosso recorte: MS e movimento negro regional. Nesse sentido política pública não é encarada simplesmente em seu aspecto instrumental, mas em seu aspecto dialógico, de articuladora de uma relação entre Estado e sociedade civil.

[...] política pública como uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade, entendida aqui num sentido amplo, que inclui as relações sociais travadas também no campo da economia. Penso, também, que é exatamente nessa interação que se definem as situações sociais consideradas problemáticas, bem como as formas, os conteúdos, os meios, os sentidos e as modalidades de intervenção estatal (DI GIOVANI, 2009, p.1-2).

Essa prerrogativa das políticas públicas como sendo parte intrínseca da relação, Estado e Sociedade em democracias, acarreta a participação da sociedade civil organizada na construção de agendas públicas, atuando por meio da esfera pública. O movimento negro brasileiro da virada do século XX e início do século XXI conquistou uma participação nas agendas governamentais federais, solidificando o que atualmente são conhecidas como políticas de promoção da igualdade racial. Jaccoud e Beghin (2002) apontam que: *“Dessa forma, vê-se que, para fazer frente às desigualdades raciais, devem ser implementadas políticas públicas de diferentes escopos que visem ao enfrentamento de diferentes fenômenos”* (p.43).

As autoras, Jaccoud e Beghin (2002), diferenciam as políticas de promoção da igualdade racial em três escopos: políticas repressivas, políticas afirmativas e políticas valorizativas. Sendo que por políticas repressivas, são as que orientam contra comportamentos e condutas, visando combater o ato discriminatório, seu principal instrumento seria a legislação criminal; enquanto que as políticas afirmativas apesar de também orientar comportamentos e condutas, visa o combate à discriminação indireta<sup>120</sup>, de difícil punição pelos instrumentos legais, em geral, são políticas que visam garantir a oportunidade de acesso

---

<sup>120</sup> As políticas repressivas visam combater o ato discriminatório – a discriminação direta – usando a legislação criminal existente. Note-se que as ações afirmativas procuram combater a discriminação indireta, ou seja, aquela discriminação que não se manifesta explicitamente por atos discriminatórios, mas sim por meio de formas veladas de comportamento cujo resultado provoca a exclusão de caráter racial (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p.55).

de grupos discriminados a vários setores da vida social. As ações valorizativas, tem como foco principal o combate a estereótipos negativos consolidados sob a forma de racismo e preconceito, quase sempre ressaltando a pluralidade étnica nacional, e tentando valorizar a contribuição da comunidade negra brasileira (JACCOUD; BEGHIN, 2002).

As autoras ressaltam um último aspecto, em meio à efetivação das políticas de promoção da igualdade racial (políticas de repressão, afirmativas e valorizativas) surge também uma nova institucionalidade, responsável pela implementação, monitoramento e avaliação das políticas de promoção da igualdade racial. Exemplos: Em 1995, o Grupo Interministerial de Valorização da População Negra – GTI população negra; e a criação da SEPPIR em 2003, já sob os auspícios de outro governo.

Dessa maneira, o movimento negro possui uma participação direta na esfera pública que problematiza a temática. A entrada da questão racial na agenda pública é fruto de anos de militância do movimento negro, e conseqüentemente, as políticas públicas decorrentes desse processo tem interferência da sociedade civil organizada. Salienta-se ainda que esse tipo de processo visa direcionar o Estado, político e institucionalmente como um instrumento da sociedade civil:

[...] direcionar-se para fazer do Estado não só um instrumento eficiente de racionalização, de intervenção e de promoção do desenvolvimento, mas também um ambiente político-institucional no qual se concretize a mediação dos conflitos e das diferenças e que se estabeleçam as bases do contrato social, as relações de reciprocidade entre os cidadãos (um marco normativo, um parâmetro cultural, um “pacto fundacional”) (NOGUEIRA, 2011, p.66).

É importante não perder de vista que o Estado não foi completamente omissos no que diz respeito ao tratamento da população negra, de fato, o negro permeou diversas decisões políticas ainda que indiretamente. Como exemplo disso, podemos apontar a Lei do Ventre Livre<sup>121</sup> que, já trazia um papel para o Estado desempenhar com as crianças acima de oito anos libertas; as políticas de imigração<sup>122</sup>; o higienismo<sup>123</sup>, nas proibições de

<sup>121</sup> Se a Lei Áurea (nº 3.353, de 13 de maio de 1888), não previa nenhuma outra ação que não a abolição da escravidão no Brasil, a Lei do Ventre Livre (nº 2.040 de 28.09.1871) previa intervenção do Estado em seu parágrafo primeiro já anunciava: “*Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Govêrno receberá o menor e lhe dará destino, em conformidade da presente lei*”.

<sup>122</sup> “*Como o Brasil deve ser povoado da raça branca, não se concedão benefícios de qualidade algumas aos pretos, que queirão vir habitar o paiz [...] E como havendo mistura de raça preta com branca, a segunda, ou terceira geração ficam brancos, terá o Brasil em menos de 100 annos todos os seus habitantes da raça branca* (SEQUEIRA, 1821. Apud. HOFBAUER, 2006; p.187).” E J. B. Lacerda, disse essas importantes

capoeira e de religiões afro-brasileiras<sup>124</sup>, entre outros casos. Sendo assim, o negro circulou na agenda do Estado, no entanto, somente a partir dos anos 1990, principalmente após a declaração oficial de que, é sim, um país racista, que políticas públicas mais efetivas, visando à promoção da igualdade racial dos negros, e de sua cultura, se fortalecem na agenda pública federal.

#### 4.2 CENÁRIO NACIONAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS RACIAIS

Antes de compor o cenário presente e recente de políticas públicas raciais, temos que apontar as primeiras intervenções governamentais na defesa da população negra brasileira. Primeiramente, podemos observar que as políticas repressivas são as primogênicas entre as políticas de promoção da igualdade racial, posteriormente, sendo acompanhada pelas políticas afirmativas e valorizativas.

A Lei Afonso Arinos, de nº 1.390, de 1951, torna contravenção penal condutas que barram o acesso de pessoas a órgãos públicos ou privados por preconceito de cor ou raça. Em seguida o Brasil ratifica uma convenção da ONU em 1968, que gera no plano interno a tipificação da incitação ao ódio racial ou a discriminação como crimes contra a segurança nacional, isso através da Lei 6.620, de 1978 (MACHADO, 2009).

Avanços de políticas repressivas ainda surgiram por ocasião da CF de 1988, onde o racismo passa a ser considerado crime inafiançável e imprescritível, regulamentada através da Lei 7.716 de 1989, conhecida como Lei Caó enrijecendo as penas e estabeleceu novos tipos penais. Essa lei foi modificada três vezes em 1990, 1994 e 1997 que agravaram a injúria no Código Penal, podendo gerar reclusão de até três anos e multa (MACHADO, 2009).

---

palavras num pronunciamento no Congresso Universal das Raças em Londres (1911), onde sua previsão era do desaparecimento total dos negros em um prazo de um século, muito devido a política de imigração europeia.

<sup>123</sup> Ver detalhadamente em Freire Costa (1989), mas a afirmação de Schwarcz (1993) da o tom: “Guardando uma certa especificidade, no Brasil, a questão da higiene aparece associada à pobreza e a uma população mestiça negra (p.230)”.

<sup>124</sup> A Capoeira e o Candomblé chegaram a ser considerados ilegais como demonstram (ALBULQUERQUE; FILHO, 2006). “Quando a República foi proclamada veio a revanche: a capoeira passou a ser contravenção prevista no Código Penal de 1890, com pena de dois a seis meses de prisão (p.257)”. Enquanto que, os terreiros: “Apesar dessa investida e da repercussão do congresso, só em janeiro de 1976, durante os festejos ao Senhor do Bonfim na Bahia, o então governador Roberto Santos assinou o ato administrativo que garantiu a liberdade de culto para as religiões afro-brasileiras. Só então, os terreiros deixaram de ser obrigados a pedir licença para funcionarem e foi suspenso o pagamento de taxa ou registro na polícia (p.243)”.

Ainda em 1988 nasce sob a gestão do presidente Sarney, o primeiro órgão voltado para assuntos da comunidade negra – a Fundação Palmares – ligado ao Ministério da Cultura. Outros avanços podem ser notados quanto às comunidades quilombolas, principalmente na CF de 1988. As políticas não vieram em fases e linearmente, mesmo antes dos avanços Constitucionais teve a criação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo, nascido em 1983.

Desses Conselhos outros similares foram nascendo, inclusive o de MS. Houve intensa participação da população negra durante todo o processo da constituinte; e da criação da Coordenadoria dos Assuntos da População Negra, em São Paulo, que caminhava na mesma linha do Conselho estadual de São Paulo; ou mesmo da Secretaria Extraordinária de Defesa das Populações Negras do Rio de Janeiro, primeira Secretaria de Estado criada com a finalidade de se ocupar da demanda racial, esses movimentos são exemplares da nova institucionalidade que se forjava.

Um marco da situação nacional nos anos de 1990, certamente foi a Marcha Zumbi dos Palmares, teve aproximadamente 30 mil ativistas em Brasília, no dia 20 de novembro de 1995, na ocasião foi entregue um documento ao então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

A Marcha Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida é uma iniciativa do Movimento Negro brasileiro e se constitui num ato de indignação e protesto contra as condições subumanas em que vive o povo negro deste país, em função dos processos de exclusão social determinados pelo racismo e a discriminação racial presente em nossa sociedade (MARCHA ZUMBI DOS PALMARES, 1995).

O documento entregue ao presidente exigia políticas públicas frente a uma realidade estatisticamente comprovada no âmbito do próprio documento. As políticas públicas são reivindicadas como “requisito da maioria política” e, como contrapartida da grande mobilização, foi criado no mesmo dia da Marcha, o Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra – GTI. A população negra passa a constar nos dois Programas Nacionais dos Direitos Humanos, correspondentes ao período de gestão do FHC.

Um Seminário Internacional de título – Multiculturalismo e Racismo: o Papel da Ação Afirmativa nos Estados Democráticos Contemporâneos, realizado em 1996, faz com que o debate sobre a ação afirmativa passe a se fortalecer e, enfrentamentos na esfera pública nacional surgem, tornando-se mais visível nas proximidades da realização da III

Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas, realizado em Durban, África do Sul, em 2001.

Nos documentos levados a Durban encontrava-se um respaldo jurídico para execução de políticas de ação afirmativa no Brasil. Ele propunha essas políticas para um maior acesso a universidades públicas e, em licitações públicas, como critério de desempate que considere a presença de negros, mulheres, homossexuais no quadro funcional (PIOVESAN, 2005, p.50). Nessa ocasião o Brasil se posicionou perante o mundo como uma nação de fortes desigualdades raciais, onde o racismo tinha um papel importante nas relações sociais do país.

As ações afirmativas para acesso de negros ao ensino superior no Brasil iniciaram em 2003, melhor dizendo, os primeiros alunos cotistas do país tiveram seu ingresso em 2003, nas seguintes Universidades: Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, Universidade Estadual da Bahia – UNEB e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS e em junho de 2003 e a Universidade de Brasília – UNB, criou seu programa de cotas, que foi implementado em 2004.

Nesse momento observamos que a questão racial é parte de uma agenda pública governamental. Outras políticas de recorte racial nasceram no então Governo Lula, eleito em 2002, políticas como o ProUni<sup>125</sup>, a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade racial – SEPPIR<sup>126</sup>, a aprovação da Lei 10.639/03<sup>127</sup> que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica, assistimos a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial<sup>128</sup> e, a declaração por parte do Supremo Tribunal Federal – STF, da Constitucionalidade das Cotas, negando assim uma

<sup>125</sup> O Programa Universidade Para Todos foi criado por meio da Medida Provisória nº 213, em 10 de setembro de 2004, e institucionalizado pela Lei 11.096, no dia 13 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a concessão de bolsas integrais, parciais e complementares, nos cursos de graduação e sequenciais de formação específica das instituições privadas de educação superior (com ou sem fins lucrativos), para os estudantes de baixa renda oriundos da rede pública de ensino ou de instituições privadas, na condição de bolsista integral e que tenham prestado o Exame Nacional do Ensino Médio. As bolsas integrais são destinadas a estudantes que possuam renda familiar, por pessoa, de até um salário mínimo e meio, as bolsas parciais de 50% são para estudantes que possuam renda familiar, por pessoa, de até três salários mínimos e as bolsas complementares de 25% são para estudantes que possuam renda familiar, por pessoa, de até três salários mínimos, destinadas exclusivamente a novos estudantes ingressantes [...] é destinado um percentual de bolsas de estudo à implementação de políticas afirmativas de acesso ao ensino superior de autodeclarados negros e indígenas. O percentual de bolsas destinado aos cotistas é igual àquele de cidadãos negros, pardos e indígenas, por Unidade da Federação, segundo o Censo do IBGE do ano anterior à seleção (MARQUES, 2010, p.94-95).

<sup>126</sup> A Medida Provisória nº 111 de 21 de março de 2003, cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, mesma data em que ocorre a cerimônia de posse de Matilde Ribeiro no cargo de Ministra-chefe da SEPPIR.

<sup>127</sup> A lei foi alterada para 11.645/08 acrescentando a cultura indígena no corpo da lei, tornando assim obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena.

<sup>128</sup> Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010, em meio a outros avanços na promoção da igualdade racial o Estatuto da Igualdade Racial é aprovado. O projeto é do Senador Paulo Paim – PT.

medida encaminhada pelo DEM<sup>129</sup> ao STF e por fim, a aprovação da lei de cotas para Universidades e Institutos Federais<sup>130</sup>.

O Estado ainda está aprendendo a lidar com políticas de identidade, elas passam a ser exigidas com força suficiente para serem ouvidas pelas instituições. A identidade cultural, da maneira como apontada por Hall (2005), como fluida e em construção torna-se parâmetro para elaboração de políticas públicas; são muitos sujeitos antes calados que querem gritar pelos seus direitos. Essa politização da identidade gera novos desafios, e o Estado é “exigido”, as novas agendas e as institucionalidades que surgem são, reflexos também das exigências da sociedade civil fortalecida em processos identitários.

Hall (1997) aborda a centralidade da cultura<sup>131</sup> em nossa modernidade, ele opera com uma distinção entre cultura em seus aspectos substantivos e epistemológicos. Compreendendo por substantivo “*o lugar da cultura na estrutura empírica real e na organização das atividades, instituições, e relações culturais na sociedade, em qualquer momento histórico particular*” enquanto que por epistemológico entende-se: “[...] *à posição da cultura em relação às questões de conhecimento e conceitualização, em como a “cultura” é usada para transformar nossa compreensão, explicação e modelos teóricos do mundo*” (p.16).

Hall (1997) diferencia a cultura em duas partes apenas para colaborar nas discussões teórico-metodológicas, “*o lugar da cultura na estrutura empírica real*” é amplamente significativa ao tratar identidade, pois, segundo Hall as identidades são formadas culturalmente, e ao tratar identidades sociais, deve-se analisar o contexto cultural no qual está imerso.

---

<sup>129</sup> “O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou constitucional a política de cotas étnico-raciais para seleção de estudantes da Universidade de Brasília (UnB). Por unanimidade, os ministros julgaram improcedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186, ajuizada na Corte pelo Partido Democratas (DEM)”. In: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=206042>

<sup>130</sup> A Lei nº 12.711/2012, sancionada em agosto deste ano, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência. In: <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>

<sup>131</sup> “A expressão “centralidade da cultura” indica aqui a forma como a cultura penetra em cada recanto da vida social contemporânea, fazendo proliferar ambientes secundários, *mediando tudo*” (HALL, 1997).

Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente [...] Isto, de todo modo, é o que significa dizer que devemos pensar as identidades sociais como construídas no interior da representação, através da cultura, não fora delas. Elas são o resultado de um processo de identificação que permite que nos posicionemos no interior das definições que os discursos culturais (exteriores) fornecem ou que nos subjetivemos (dentro deles) (HALL, 1997, p.08).

O ponto chave da argumentação de Hall (1997) que queremos chegar é a politização da cultura, ou demonstrar mais especificamente que “*o político tem sua dimensão cultural*”. Abaixo segue um parágrafo do texto, onde o crédito da abrangência ou alargamento do político é dado as feministas:

Agora, o poder político tem efeitos materiais muito reais e palpáveis. Contudo, seu verdadeiro funcionamento depende da forma como as pessoas *definem politicamente as situações*. Por exemplo, até recentemente, as relações familiares, de gênero e sexuais eram definidas como fora do domínio do poder: isto é, como esferas da vida nas quais a palavra “política” não tinha qualquer relevância ou significado. Teria sido impossível conceber uma “política sexual” sem que houvesse alguma mudança na definição do que consiste o âmbito “político”. Da mesma maneira, só recentemente — desde que o feminismo redefiniu “o político” (como por exemplo: “o pessoal é político”) — que passamos a reconhecer que há uma “política da família”. E isto é uma questão de *significado* — o político *tem a sua dimensão cultural* (p.13).

O que, de fato vemos nesse cenário que Hall (1997) tenta detalhar é um alargamento na esfera pública, que em um movimento simultâneo, também acaba por baralhar ainda mais dimensões públicas e privadas da vida social. A esfera da cultura passa, cada vez mais, a fazer parte dos debates e embates presentes na esfera pública, e a própria identidade acompanha esse movimento. As feministas deram subsídios políticos e teóricos para politização da raça, etnia, sexualidade entre outras identidades.

O movimento negro e sua luta por políticas públicas focais são parte dessa caminhada rumo à politização de identidades culturais, a insuficiência da homogeneidade em torno dos discursos sobre Estado-Nação são sintomáticos da politização cultural. Políticas de gênero, de raça, de etnias passam a ser reconhecidas como necessárias frente à ampliação da agenda da sociedade civil organizada.

O sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2008) enxerga no mesmo movimento, a tensão social que tem como resultado a mediação por meio da cultura:

As novas-velhas identidades constroem-se numa linha de tensão entre o *demos* e o *ethnos* e contra a identificação entre ambos, até a pouco julgada não problemática, e que o Estado nacional liberal levou a cabo [...] Cabe, pois, perguntar: quem sustenta a nova, ou renovada tensão entre *demos* e *ethnos*? Julgo que a cultura (SANTOS, 2008, p.148).

Com isso esperamos ter apontado que políticas de promoção da igualdade racial e a nova institucionalidade decorrente dessas políticas de identidade, representam uma mudança do padrão de relação entre movimento negro e Estado. Também esperamos demonstrar, que tais iniciativas influenciam unidades da federação, nesse sentido, as políticas de promoção da igualdade racial de MS são oriundas de um contexto nacional de debates em torno das ações afirmativas e outras políticas focais.

#### 4.3 CENÁRIO SUL-MATO-GROSSENSE DAS PÚBLICAS RACIAIS

As políticas públicas são frutos do movimento negro sul-mato-grossense e do momento histórico e político vivenciado no Brasil. O mo(vi)mento negro converteu em políticas públicas algumas de suas demandas, mas o mais importante ainda foi, que conseguiu agir enquanto sociedade civil, e levar demandas à sociedade política. Essas demandas foram debatidas em um espaço público que envolveu mídias, universidades, movimentos sociais, partidos políticos e indivíduos. Dessa maneira, a questão racial também colaborou para um aprofundamento do sistema democrático nacional.

Algumas políticas devem ser ressaltadas em nosso cenário regional, nenhuma delas de caráter repressivo, diferenciando-se assim apenas entre políticas afirmativas e valorizativas. As políticas de ação afirmativa são duas mais incisivas, uma para o acesso na UEMS, e a outra de acesso no funcionalismo público estadual; temos ainda um decreto-lei de caráter valorizativo, uma homenagem, conhecida como “Mister Apa”, direcionada a pessoas e entidades do movimento negro, é realizada pelos vereadores e normalmente na câmara municipal.

Os planos são praticamente símbolos da construção de agendas políticas que incluíam a demanda racial. Dois planos serão citados um estadual, e outro municipal de Campo Grande, apesar de pouco implementados, constituem-se enquanto fruto da interação entre movimento negro e estado no MS.

O governo de MS teve participações diretas em algumas ações de promoção da igualdade racial, principalmente via capacitações e eventos. Em 1997, mesmo ano em que o curso pré-vestibular do Grupo Tez iniciou suas atividades tivemos o “Seminário de

Promoção da Igualdade de Oportunidades no Trabalho e a Implementação da Convenção 111” (BORGES, 2008).

A partir de 1999, temos o período em que Zeca do PT (1999 -2007) estava como governador, as medidas que seguem são referentes a esse período, centralizadas principalmente na SED, mas também na CPPIR-MS após sua criação. Em 1999, surge a Escola Guaicuru, projeto realizado pela SED. No interior do projeto surgem os Cadernos da Escola Guaicuru, estes “*foram utilizados como estratégias de divulgação do campo pedagógico e revelam as pretensões referentes ao papel da escola idealizado pelo Governo, no que diz respeito à conquista da gestão do Estado*” (BRAZIL; VALENTIM; FURTADO, 2012, p.385).

Os Cadernos foram editados nas seguintes séries: “*Fundamentos Políticos-Pedagógicos* (10 volumes); a série *Calendário da Cidadania – subsídios para aulas especiais* (10 volumes); e a série *Constituinte Escolar* (20 volumes)” (BRAZIL; VALENTIM; FURTADO, 2012, p.386).

A série *Calendário da Cidadania* destinava-se a oferecer subsídios para aulas especiais e se constituía em dez volumes. Nela havia orientação para se trabalhar com aspectos étnico-raciais; críticas à história oficial, a questão da diferença, a resistência do negro e do indígena brasileiro e sul mato-grossense; lições de cidadania; educação infanto-juvenil e temas voltados para o combate às drogas. Na série “Subsídios para Aulas Especiais”, os volumes 2 e 7 (Ilustração 2 e 3) foram destinados à educação multicultural, com foco para o segmento negro e indígena. Ou seja, os Cadernos da Série *Calendário da Cidadania* nº 2, intitulados “Negro (a) Vivendo Novas Lições de Etnia” (Ilustração 2) vieram a lume no ano 2000 e foram elaborados para servir de suporte referencial aos professores que, no cotidiano escolar, vivenciam situações de discriminação racial (BRAZIL; VALENTIM; FURTADO, 2012, p.388).

Entre 1999 e 2005, também teve voltado para a educação para as relações etnicorraciais o “Curso de Capacitação de Educadores AWA DE!”, oferecido pela SED. A capacitação de professores era a maior preocupação em relação a uma Afroeducação, ou educação para relações etnicorraciais, ou diversidade, que foram os rótulos mais marcantes desse período.

Em 2000, houve a inauguração da Escola Estadual Antônio Delfino Pereira, localizada na comunidade Tia Eva, seguida pela implementação do ensino médio na Escola

Estadual Zumbi dos Palmares, na Comunidade Rural Furnas do Dionísio<sup>132</sup>. E, por fim, a introdução da temática racial no movimento da Constituinte Escolar<sup>133</sup>.

O Governo estadual pressionado pelas lideranças estudantis, implementou um curso pré-vestibular na rede estadual de educação em 29 de setembro de 2001. Nesse curso pré-vestibular 30% das vagas eram reservadas a alunos negros. O primeiro curso teve duração de dois meses e ocorreu em cinco escolas de Campo Grande. Com os resultados obtidos houve ampliação do projeto, que em 2002 ocorreu em 14 municípios.

Entre os anos de 2002 e 2003, gestavam-se as ações afirmativas da UEMS: Por meio da Lei 2.589, de 26 de dezembro de 2002, dispôs sobre a reserva de vagas para indígenas e a Lei 2.605, de 06 de janeiro de 2003, destinou 20% das vagas para os negros. Entre 2003 e 2006, a SED sob a direção de Hélio de Lima apresentou, o projeto político pedagógico (2003 – 2006) chamado Escola Inclusiva: espaço de cidadania. Na sequência, em 2004, é realizado pela SED o “I Fórum Estadual: Educação e Diversidade Étnico-Racial – Implementando a lei 10.639 em Mato Grosso do Sul”. Evento apoiado pelo Governo Federal, através da SECAD e com a participação de professores dos diversos níveis de ensino (BORGES, 2008).

Em 2005 foi publicado o “Caderno de Diálogos Pedagógicos – Combatendo a Intolerância e Promovendo a Igualdade Racial na Educação Sul-Mato-Grossense”. Este dirigido a professores da rede estadual de ensino, com intuito de subsidiar intervenções antirracistas nas escolas. Em conformidade com as políticas no plano federal, o governo estadual realizou trabalhos específicos para demanda racial, com professores da rede estadual de ensino (BORGES, 2008).

Tivemos ainda a formulação do Plano Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade racial para o Município de Campo Grande, na gestão de Nelsinho Trad (2005-2008 e 2009-2012) do PMDB. (BORGES, 2008). Ainda em 2006 tivemos a aprovação do projeto de decreto legislativo nº 487/06, de 09 de maio de 2006, que institui o prêmio Aparício Luis Xavier de Oliveira - Mister Apa, em comemoração ao Dia da África.

Em 2008, houve a aprovação da lei nº 3.594, de 10 de dezembro de 2008, que institui, como medida de promoção da igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, o programa de reserva de vagas, para negros, em concursos públicos para

---

<sup>132</sup> Esta comunidade está localizada atualmente no município de Jaraguari, que nasceu depois da chegada dos Dionísio, no final do século XIX, foi reconhecida pela Fundação Palmares em 2005, e abriga cerca de 89 famílias.

<sup>133</sup> A *Constituinte Escolar* elaborou o Plano de Educação para a Rede Estadual Mato Grosso do Sul (BRAZIL; VALENTIM; FURTADO, 2012).

provimento de cargos no estado de MS, e dá outras providências. Através do decreto nº 12.810, de 8 de setembro de 2009, regulamenta-se a lei nº 3.594, de 10 de dezembro de 2008.

### **Políticas Valorizativas no MS**

O cenário estadual é carente de políticas de promoção da igualdade racial que tenham como escopo principal, a valorização. Desta maneira observamos que em 2010, houve uma tentativa, através da Lei 3.958/10, de autoria do Deputado estadual Amarildo Cruz (PT), que propunha o 20 de novembro<sup>134</sup> como feriado estadual. E em Campo Grande, capital do estado, verificamos a premiação intitulada “Mister Apa”, onde um prêmio é entregue a militantes e instituições comprometidos com a igualdade racial no município, é entregue por vereadores e as indicações são feitas por coletivos do movimento negro.

O Deputado Amarildo Cruz com o projeto de lei 043/2010 propôs, o 20 de novembro como feriado estadual, data em que se celebra o Dia Nacional da Consciência Negra, por ser a data da morte de Zumbi dos Palmares, herói nacional negro. A Lei Estadual 3.958/10 foi aprovada e sancionada, porém a Federação do Comércio de MS (Fecomércio) entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade que foi deferida pelos desembargadores em 2012. A Fecomércio baseou-se na Lei Federal 9.093/95, que dispõe sobre a criação dos feriados, o Tribunal de Justiça de MS entendeu, por unanimidade, que a criação de feriados é de competência federal, e como estes interferem nas relações trabalhistas, também interfeririam em outra competência federal. O fato é que o 20 de novembro é feriado em outros estados como Rio de Janeiro, Alagoas, Mato Grosso, mas também em várias cidades, entre elas, duas de MS: Jaraguari e Corumbá.

O “Mister Apa” foi instituído através do projeto de decreto legislativo nº 487/06, de autoria da então vereadora Thais Helena (PT). O nome do prêmio é uma homenagem a Aparício Luis Xavier de Oliveira, conhecido como Mister Apa, que foi um dos pioneiros do movimento negro sul-mato-grossense, idealizador de um Fórum Brasil-África em 1993<sup>135</sup>, um dos fundadores e primeiro presidente do ICCAB, entre outras ações.

---

<sup>134</sup> Em 20 de novembro é comemorado o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra desde que a presidente Dilma Rousseff decretou a lei 12.519, de 10 de novembro de 2011, uma homenagem ao dia da morte de Zumbi dos Palmares. A ideia de marcar o 20 de novembro é de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, iniciativa do poeta Oliveira Silveira, membro do Grupo Palmares, uma associação cultural negra (MUNANGA, 2006).

<sup>135</sup> O Fórum teve a presença dos Embaixadores de Gana, Gabão e Nigéria, e mais 9(nove) Diplomatas de Camarões, Senegal, Togo, Marrocos, Nigéria, Angola, Gabão, Gana e Costa do Marfim, realizado nesta Capital, tendo como tema “A criação da Casa de África no Brasil. (PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 487/06).

A premiação é direcionada a pessoas e a instituições que tenham trabalhos desenvolvidos na promoção da igualdade racial, o decreto-legislativo prevê que algumas entidades indiquem pessoas e instituições dignas da premiação. Os vereadores escolhem os premiados. O Decreto prevê que as entidades que podem indicar são: CEDINE; Grupo Tez; Associação Afro-Indígena Quilombo de Jabaquara; Associação Beneficente dos Descendentes de Tia Eva; Coletivo de Mulheres Negras – Raimunda Luzia de Brito; Instituto Afro-Vida; Instituto Martin Luther King; Associação Familiar Comunidade Negra São João Batista; Comunidade Quilombola Chácara Buriti; Federação Sul-Mato-Grossense de Capoeira; ICCAB – Instituto Casa da Cultura Afro-Brasileira; CONERG – Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas de MS; Fórum Permanente das Entidades do Movimento Negro de MS; Conselho Municipal do Direito do Negro; CEPPIR – Coordenadoria de Políticas Públicas para Promoção da Igualdade Racial; GEPIR – Gestão de Processos Pedagógicos para Promoção da Igualdade Racial; CDDH – Centro de Defesa dos Direitos Humanos.

### **Políticas Afirmativas no MS**

A UEMS através da Lei estadual 2.605 de 2003, e a Lei nº 3.594, regulamentada pela lei nº 12.810, de 08 de setembro de 2009, efetiva seu programa de ação afirmativa para o acesso a Universidade. E a lei que dispõe sobre uma reserva de vagas em concursos públicos estaduais para negros (Lei estadual nº 3.594), são as políticas estaduais de caráter afirmativo de maior impacto social, como sugerem Jaccoud e Beghin (2002).

A discussão na UEMS inicia-se a partir da Lei nº 2.589<sup>136</sup>, de 26/12/2002, esta reservava um percentual de vagas para os indígenas, em seguida, 06/01/2003 através da Lei nº 2.605<sup>137</sup>, estabelece a reserva de vagas de 20% para negros. O Conselho Universitário da UEMS, após discussões com os movimentos negro e indígena, decide por meio das resoluções 241/03 e 250/03, o percentual de 10% para indígenas e de 20% para os negros, estes ainda sendo exigidos que fossem oriundos da escola pública ou bolsistas de escola privada (BITTAR; CORDEIRO; ALMEIDA, 2007).

<sup>136</sup> Este lei é de autoria do Deputado Estadual Murilo Zauith (PFL) e foi criada sem nenhum percentual de reserva de vagas para os indígenas. O mesmo deputado não compareceu a nenhuma audiência ou debate público sobre o tema.

<sup>137</sup> O autor da lei foi o Deputado Estadual Pedro Kemp (PT), que aponta que foi chamado pelo movimento negro para propor a Lei de cotas para negros na UEMS. “E aí quando eu assumi a vaga na Assembleia Legislativa, eu recebi lá a visita de representantes do movimento negro e da Coordenadoria do negro, essa da Casa Civil. Eles me colocaram a proposta de discutir a questão da Lei de cotas para negros na UEMS” (CONCEIÇÃO, 2003, p.131).

Ainda restava decidir os critérios para inscrição, já pautado na reunião do Conselho Universitário da UEMS. A discussão ocorreu na Câmara de Ensino do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de onde surgiu uma comissão, com participação do movimento negro, CEDINE, de lideranças indígenas e da CPPIR-MS além dos partícipes da UEMS. Foi organizado um fórum de discussão: “Reserva de vagas para indígenas e negros na UEMS: Vencendo preconceitos” que percorreu nos quatorze municípios onde a UEMS se encontra e mais Dourados, a sede. Esse processo deu início a uma série de palestras, seminários, conferências, audiências públicas na tentativa de sensibilizar a comunidade acadêmica e discutir os critérios para inscrição.

No interior dessa comissão, o movimento negro trouxe a necessidade de se somar aos critérios já definidos, a questão do fenótipo e da pobreza; enquanto que, os indígenas Guaranis Kaiowá e Terena, atestaram a necessidade da comunidade indígena juntamente com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) atestar a descendência indígena (BITTAR; CORDEIRO; ALMEIDA, 2007).

Os argumentos do movimento negro regional na defesa do fenótipo, enquanto um dos critérios de seleção assentava-se na crença de que, quem possui pele mais escura (preta) é mais discriminado. Sendo assim, ainda defendendo o conceito enquanto algo social e não biológico, apesar de discussões em torno do fenótipo, enquanto critério de inscrição para as ações afirmativas do processo seletivo da UEMS, ele se manteve (CORDEIRO, 2008, p.61-62).

A comissão responsável pela avaliação dos fenótipos foi construída, por meio da Pró-reitoria de Ensino, e é composta por: representantes da UEMS, do movimento negro, do Fórum Permanente de Entidades do Movimento Negro de MS e do CEDINE. Os representantes dessas estâncias deferem ou não a inscrição dos candidatos que se autodeclararam negros.

Já em 2008, o Deputado Amarildo Cruz (PT) consegue a aprovação da Lei Estadual nº 3.594, em 10 de dezembro de 2008, esta lei, foi regulamentada a através do decreto nº 12.810, de 8 de setembro de 2009. Institui reserva de vagas de 10% para negro no provimento de cargos em concursos públicos de MS.

Art. 1º Ficam reservadas para os negros 10% das vagas oferecidas em todos os concursos realizados pelo Poder Executivo Estadual para provimento de cargos e empregos públicos, da administração direta e indireta (MATO GROSSO DO SUL, DECRETO Nº 12.810, 2009).

Esta lei, de acordo com o deputado foi objeto de debate por aproximadamente um ano com os demais deputados. Uma de suas assessoras, Vania Lucia B. Duarte, esteve em constante diálogo com o movimento negro, que se fez presente na Assembleia Legislativa no dia da aprovação. A Lei aprovada pela unanimidade dos deputados presentes, ressalva observada pelo autor da lei (Entrevista, Amarildo Cruz, 2012).

Nos moldes de como ocorre na UEMS, o fenótipo torna-se critério de seleção, também somado a uma autodeclaração. A estratégia é a mesma, cria-se uma comissão que avaliará a procedência da autodeclaração racial, como já esta previsto no artigo terceiro da Lei 12.810/09.

Art. 3º A Secretaria de Estado de Administração constituirá comissão composta por, no mínimo, cinco pessoas para, mediante processo de entrevista, verificar a veracidade da declaração firmada pelo candidato, nos termos do art. 2º, confrontando-a com o seu fenótipo (MATO GROSSO DO SUL, DECRETO Nº 12.810, 2009).

A comissão para esse fim é composta por dois servidores estaduais designados pela Secretária de Estado de Administração – SAD; um representante da CPPIRM-MS; um representante do Fórum Permanente das Entidades do Movimento Negro de MS e um representante do CEDINE. As Entrevistas serão todas realizadas após primeira fase dos concursos. E para que os indeferidos não fiquem totalmente impossibilitados de ser admitido o artigo 5º prevê:

§ 1º O candidato que não receber parecer conclusivo favorável da Comissão Especial sobre sua condição de negro, mas cuja aparência suscite dúvida razoável, será excluído da lista específica, permanecendo somente na listagem geral de classificação para cargo (MATO GROSSO DO SUL, DECRETO Nº 12.810, 2009).

Como demonstrado, as políticas afirmativas de MS trazem o fenótipo como marcador da identidade negra, e criam Comissões para julgar a veracidade de autodeclarações. O movimento negro é participe dessas comissões, parte dele a escolha do fenótipo enquanto critério de inscrição na UEMS, mas a lei nº 12.810, apenas seguiu alguns encaminhamentos já realizados pela lei de reserva de vagas na UEMS, o fenótipo, e abandonou a pobreza como outro critério.

Outra política merece destaque no MS, em janeiro do ano 2000, a Lei Estadual no 2.079, de autoria de Geraldo Rezende então no PPS, tornou obrigatório o exame

em recém-nascidos de todo o estado para detecção de doenças falciformes<sup>138</sup>. Em pesquisa publicada em 2008 aponta que a medida contribui para um diagnóstico precoce e melhora os resultados do tratamento.

A contribuição científica desse primeiro estudo de triagem realizado no estado de Mato Grosso do Sul confirma que o diagnóstico foi precoce para as alterações falciformes, como previsto no Programa de Anemia Falciforme. Nos casos de anemia falciforme, o diagnóstico precoce aponta para atendimentos ambulatoriais que favoreçam a redução da morbimortalidade em indivíduos acometidos por essas afecções (HOLSBACH, et al., 2008, p.281)

Esta política valoriza uma peculiaridade na saúde, visto que são doenças de predominância na população negra e a lei possibilita uma melhora no diagnóstico<sup>139</sup> e, portanto, no tratamento de uma doença caracterizada pelo traço falciforme.

#### 4.3.1 MS e Campo Grande: Plano de Promoção da Igualdade Racial

O Programa de Superação das Desigualdades Raciais de MS, foi elaborado em 2001, tendo o Estado e a Sociedade Civil como partícipes de um objetivo claro “implementar propostas de política pública para negros (ação afirmativa), direcionadas para setores da Administração Pública considerados estratégicos no combate às desigualdades raciais” (CONCEIÇÃO, 2003, p.19). Neste período, MS estava sob o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), com José Orcírio Miranda dos Santos, - conhecido como Zeca do PT (1999 - 2002).

Grande parte da demanda por políticas públicas de promoção da igualdade racial deste período trazem a SED como principal agente institucional, o movimento negro historicamente pauta maior parte de suas ações no âmbito educacional, e a realidade vivida no contexto regional propicia o fortalecimento de políticas educacionais. O Grupo Tez se solidificou no estado por suas atuações no âmbito educacional, parte de seus militantes de fato eram educadores, e a aproximação de pessoas deste Grupo com o Governo Petista desencadeou as primeiras políticas de promoção da igualdade racial em MS.

---

<sup>138</sup> O termo “doença falciforme” é usado para determinar um grupo de afecções genéticas caracterizadas pelo predomínio da Hemoglobina S (HOLSBACH, et al., 2008). São doenças de predominância da raça negra.

<sup>139</sup> De 190.809 indivíduos triados, 2.624 (1,38%) encontraram-se alterados, correspondendo a 2.385 neonatos e 239 crianças maiores de 28 dias. Não houve diferença entre os sexos, sendo 1.335 do sexo feminino e 1.289 do masculino. Os genótipos alterados encontrados foram traço falciforme (FAS [99,16%]) e doenças falciformes (FS [0,61%] e FSC [0,23%]) (HOLSBACH, et al., 2008, p.277).

O Programa de Superação das desigualdades raciais de MS era o próximo passo. Em 2001, uma técnica da SED, Lucimar Rosa Dias, é nomeada pelo então Secretário de Estado de Governo, Ben-Hur Ferreira, como chefe da Interlocação de Governo para Assuntos da População Negra. Partindo da Interlocação, que se reuniu com vários técnicos da administração pública estadual e segmentos da sociedade civil para definir o esboço do programa de superação das desigualdades raciais numa oficina ministrada por Edson Cardoso.

Participaram da oficina o CEDINE, membros da sociedade civil, 17 órgãos do governo do estado e representantes da prefeitura de Campo Grande e Corguinho. O Programa surge 90 dias depois da capacitação, e as propostas foram estruturadas no Programa de Superação das Desigualdades Raciais:

O Objetivo do programa era implementar propostas de políticas públicas para negros (ação afirmativa), direcionadas para setores da Administração Pública considerados estratégicos no combate às desigualdades raciais, juntamente com a colaboração de entidades da Sociedade Civil, em especial as entidades do Movimento Negro (CONCEIÇÃO, 2003: p.19).

O Programa foi criado em 2001, num governo que encerrava o mandato em 2002, e apesar dos esforços de manter um comprometimento orçamentário por parte das secretárias de governo com o Programa, ele não foi desenvolvido. O programa era composto das áreas: Educação, Saúde, Comunidades Negras, trabalho e emprego, justiça e segurança pública.

Os compromissos orçamentários não foram cumpridos. Aleixo Paraguassú Netto, então presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Negro (CEDINE), afirma que ao tentar verificar o que de fato havia sido implementado do programa, criado há apenas um pouco mais de um ano para o fim do mandato do PT no estado, era uma quantidade irrisória das medidas propostas.

[...] durante uma semana tiveram aulas para entender a problemática racial no Brasil, e a necessidade de elaboração de políticas públicas, que contemplassem e provocassem a iniciativa em todas as áreas de governo, isso foi um fato significativo no governo do Zeca, é bem verdade que pouco se implementou. Quase que não passou do ato significativo de elaborar, pouco se implementou, tanto é verdade que, eu era então presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Negro (CEDINE), que uma instituição no rol daquelas que tem a incumbência de exercer o controle social das ações governamentais, e nós convocamos Lucimar Rosa Dias, que era da casa civil para, em nome do Governo prestar contas ao conselho. Bom o plano está aqui, o que é que vocês fizeram? Esse é o nosso papel, e aí a Lucimar foi lá, deu explicações e, ora, a grosso modo, nós avaliamos na época que o governo não conseguiu passar perto dos 20% de implemento das ações programadas (Entrevista, Aleixo Paraguassú, 2012).

O mesmo Programa foi a base das ações realizadas no segundo mandato do governo Zeca do PT, agora sob a coordenação da renomeada CPPIR, que teve garantido para o segundo mandato um orçamento, o que possibilitou viagens, seminários, capacitações, visitas às comunidades de remanescentes de quilombolas, entre outras realizações modestas, se comparado ao Programa inicial.

### **Plano Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**

Este Plano é uma iniciativa da prefeitura Municipal da cidade de Campo Grande, sob a gestão de Nelson Trad Filho (2005 -2012) do PMDB, publicizado em 2006, o Plano foi um ato elogiável de aproximação entre sociedade civil e o Estado. É fruto de uma série de Conferências Locais, realizadas em diversos pontos da cidade, incluindo área rural, tendo o cidadão comum como alvo, seja ele engajado ou não. O Conselho Municipal dos Direitos do Negro teve participação nas conferências e em seu planejamento, assim como outras entidades da sociedade civil também tiveram essa participação garantida (PLANO MUNICIPAL, 2006).

Foi criado em 2006 um Grupo de Trabalho, responsável por coordenar as Conferências Locais, foram dez ao todo. 1.513 pessoas assinaram as listas de presença, e os participantes eram divididos de acordo com alguns eixos temáticos: Valorização da diversidade étnico-racial, educação e cultura, saúde, geração de emprego e renda e infraestrutura, meio ambiente e habitação, e três prioridades de cada eixo eram apontadas, estas prioridades foram sistematizadas e se materializaram como ações do plano em questão. (PLANO MUNICIPAL, 2006: p.33-34). Estes mesmos eixos se apresentam no interior do Plano municipal com várias “propostas e ações” já sistematizadas.

O Plano Municipal afirma seguir tais diretrizes: Incorporação da questão racial nas políticas governamentais da Prefeitura de Campo Grande; Adoção do princípio antirracista como diretriz para políticas globais de governo; Consolidação de formas democráticas de gestão de políticas de promoção da igualdade racial e; Melhoria da qualidade de vida da população negra (CAMPO GRANDE, 2006).

Utilizando dados do IPEA e do IBGE principalmente, uma série de aspectos da vida social demonstra a desigualdade entre negros e não negros em vários índices: Renda, emprego, acesso à educação superior, maior incidência no trabalho precoce entre outros. Vários gráficos surgem ao longo do Plano, apontando para a proposição de políticas públicas de promoção da igualdade racial em várias frentes de atuação, em oposição às políticas

universalistas, uma defesa das ações afirmativas como sendo uma maneira de combater as desigualdades raciais é colocada no interior do Plano Municipal.

As primeiras páginas do Plano trazem uma discussão conceitual sobre ação afirmativa, racismo, preconceito, discriminação, políticas universalistas e equidade. Um quadro com “a cronologia das lutas por igualdade de direitos no Brasil” também contribui historicamente com os argumentos conceituais, no entanto, nenhuma referência estadual ou municipal da resistência negra é citada. Este fato é sintomático da presença negra no imaginário coletivo municipal, apesar das festas, de comunidades remanescentes e até mesmo da escravidão que ocorreu no estado.

As propostas são gerais, quase sempre trazendo o sufixo “Campo Grande” apenas como símbolo de uma municipalização das políticas, ou seja, as especificidades da cidade na desigualdade racial não são tratadas, dificultando a capacidade de “*estabelecer parâmetros e fomentar a execução de políticas com capilaridade para combater as desigualdades raciais de Campo Grande* (PLANO MUNICIPAL, 2006, p.37)”. Nem um diagnóstico sobre a situação da população negra da cidade foi feito, o que de fato teria que ser a primeira medida, conhecer o público-alvo das políticas governamentais propostas no Plano Municipal.

A crítica que deve ser feita ao Plano, além de sua não implementação, é que ele não foi capaz de municipalizar as demandas por promoção da igualdade racial, suas ações e propostas são similares a outros planos já realizados, como o Programa Superação das desigualdades raciais de MS.

#### 4.4 SOCIEDADE CIVIL “NEGRA” E O ESTADO NO MATO GROSSO DO SUL

No MS temos a pauta racial como parte de uma pseudo agenda pública, que de acordo com Eliane Barbosa da Conceição (2010, p.90) “*seria formada pelos itens que, de alguma forma, são registrados ou cuja demanda é reconhecida, para os quais não ocorra, no entanto, a explícita consideração de seu mérito*”. Os planos, tanto o municipal quanto o estadual, foram aprovados sem verbas para sua real efetivação. Os planos em alguns pontos não servem nem para um diagnóstico sério da população negra da região, são apenas parte de uma pseudo agenda governamental.

[...] os tomadores de decisão sempre lançaram mão da pseudoagenda para aplacar frustrações de grupo de eleitores, ou para evitar consequências políticas advindas de falhas no reconhecimento de algumas demandas. Essa situação ocorre quando ações que nunca serão de fato levadas a cabo são inseridas na agenda com a única motivação de abrandar grupos de ativistas (CONCEIÇÃO, 2010, p.90).

O momento negro é marcado pelo incremento na agenda governamental da questão racial, mais propriamente, baseado no compromisso de redução das desigualdades raciais. Na agenda pública estadual ainda tem outro problema, representado pela fala do Ben-Hur Ferreira, que afirma: “ *Na verdade, as políticas públicas aqui tinham um peso pessoal, tinha muito assim de uma empolgação de um pessoal que estava no poder: eu na Casa Civil a Lucimar também*” (CONCEIÇÃO, 2003, p.124). Essa pessoalização da discussão não trouxe benefícios à política racial do estado em longo prazo, faltou maior institucionalização, como o próprio Ben-Hur reconhece em seguida: “ *Talvez tenha ficado o gostinho de não ter conseguido realmente, em que pese ter a Coordenadoria, ter discutido orçamento, planejamento*” (p.124).

O peso pessoal, no qual se refere Ben-Hur, também é observado entre os militantes do movimento negro de MS. Pessoas como Dr. Aleixo Paraguassú, Raimunda L. de Brito, “Zezão” entre poucos outros, ainda são exemplos da militância estadual, que pese o fato, de serem militantes lembrados desde a fundação da primeira instituição em 1985, apesar de nenhum deles pertencer ao núcleo fundador do Grupo TEZ.

Por outro lado, o momento negro, traz uma nova institucionalidade, melhor exemplificado na criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, pelo governo federal em 2003. E ao olhar para MS reconhecemos uma pseudo institucionalidade também. Em Campo Grande percebemos no organograma da prefeitura a existência de uma coordenadoria para assunto da população negra, que não possui ninguém nomeado. A situação foi assumida pela atual Secretária Municipal Thais Helena, durante a realização da II Conferência Municipal de promoção da igualdade racial, em 2013. Não muito distante é a situação no governo estadual que, possui uma coordenadora, Raimunda Luzia de Brito, que passou vários anos como sendo a única pessoa da CPPIR, a “*equipe*” como ela afirma.

Os fóruns, tanto das entidades do movimento negro, quanto o FORPEDER, encontram-se desarticulados, um sem reuniões há quase um ano, e o outro sem ações efetivas, respectivamente. Mesmo um sendo, em parte internalizado, o FORPEDER, por prever agentes

do governo estadual, não consegue recursos nem força política suficiente para propor novas políticas públicas.

Se o momento negro é marcado por uma nova institucionalidade e pelo avanço nas agendas públicas em relação às demandas raciais, o que temos no MS, ainda é pouco. Grande parte da agenda pública ainda é uma pseudo agenda, enquanto que o mesmo pode se afirmar da institucionalidade. Nesse sentido, os avanços mais concretos são as conquistas que se tornaram leis. As leis são a maneira pela qual o movimento negro sul-mato-grossense mais adquiriu conquistas de maneira sustentável.

As estâncias legislativas trazem uma extrema debilidade para a construção de políticas de promoção da igualdade racial. Na Câmara dos vereadores nenhum possui aproximação com o movimento negro, na Assembleia Legislativa um deputado estadual, Amarildo Cruz – PT, pauta demandas raciais na assembleia, sem esquecer Pedro Kemp, também do PT, ambos propositores das políticas afirmativas do estado e ainda na Assembleia.

As políticas afirmativas são as maiores conquistas, e as de mais fácil monitoramento por parte da sociedade civil, as leis tornam políticas compromisso de estado. A via jurídico-legislativa ainda permanece como sendo a alternativa mais concreta de construção de políticas de promoção da igualdade racial, não menosprezando os programas, capacitações, seminários e outros eventos realizados no estado, mas, ao tratar políticas afirmativas no estado tem sido a única maneira de assegurar compromissos políticos com o movimento negro de maneira mais consistente e contínua. Ou seja, o movimento negro, consciente dessa relação dissimulada, encontra nas leis a única força capaz de ater o estado a seus compromissos com a promoção da igualdade racial.

Maria José de Jesus A. Cordeiro, afirma em sua tese de doutorado, ao tratar da aprovação das cotas na UEMS:

Nesse sentido, os movimentos sociais ligados ao Movimento Negro e as lideranças indígenas de Mato Grosso do Sul lutaram e conquistaram as leis que garantem as cotas na UEMS. Restava a esta como instituição cumprir as determinações legais no sentido de implementar os direitos adquiridos (CORDEIRO, 2008, p.60).

Esta afirmação exemplifica bem a postura de instituições quando são coagidas por meio da lei. Apesar dos avanços que representam a conquista de políticas públicas raciais, há muito por se fazer, enquanto o estado mantiver seu compromisso com o movimento negro firmado com base em pseudo agendas e pseudo institucionalidades não haverá progresso na relação entre ambos fora do texto gélido da lei. Pode-se observar que

essas políticas públicas, que são frutos da relação entre estado e sociedade civil no estado, são também devedoras de heranças da cultura política brasileira: pessoalizada, patrimonialista, de favorecimentos, de grandes desigualdades sociais e ainda com traços autoritários.

## **O ILK**

O ILK, uma das entidades do movimento negro sul-mato-grossense que atendem maior número de pessoas, demonstra muitas dificuldades em sua manutenção, tanto que o núcleo diretor foi substituído visando longevidade e sustentabilidade maior do trabalho da instituição. Ou seja, a sociedade civil organizada por meio de ONGs torna-se cada vez mais dependente de recursos financeiros, e mais dependente do ato de pedir.

O “pedir”, conserva as relações de dominação presentes no Brasil, e nesse sentido o terceiro setor não contribui para o avanço de interações mais democráticas entre sociedade civil e as agências de governo. O pedir ainda contribui para que se mantenham políticas baseadas em compromissos pessoais, e muitas entidades dependem desse pedir para manutenção de suas atividades. Roberto Schwarz (2000) credencia essa relação de favor entre pessoas com a colonização:

Esquematizando, pode-se dizer que a colonização produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifundiário, o escravo e o “homem livre”, na verdade dependente. Entre os primeiros dois a relação é clara, é a multidão dos terceiros que nos interessa. Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do favor, indireto ou direto, de um grande. O agregado é a sua caricatura. O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm (SCHWARZ, 2000, p.15-16).

Teresa Sales (1994) também olhando para o favor o relaciona com a cultura da dádiva. A cultura política da dádiva, que apesar de relacionar-se, primordialmente ao poder que emana do latifúndio no início da república brasileira, faz com que os homens livres percebam a conquista dos direitos básicos e da cidadania, como uma dádiva outorgada pelos senhores das terras, uma cidadania concedida.

O pedir, para além do obedecer, que faz parte do cerne da cultura política da dádiva, implica necessariamente um provedor forte. Ao lado do legado escravista, esse provedor forte, a respeito do qual há um consenso entre os vários autores que se debruçaram sobre nossa herança colonial, foi o domínio territorial. Seja ele expresso como sesmaria, como latifúndio escravocrata ou como grande propriedade, o aspecto que aqui quero resgatar é o de domínio rural ou domínio territorial, ou seja, o que implica a contrapartida do favor, da dádiva, do mando e subserviência (SALES, 1994, p.28).

Senhores e escravos mantinham relações baseadas na violência, a sociedade escravista não reconhecia o negro escravizado enquanto cidadão, no entanto, o homem livre não gozava de sua liberdade sem uma relação com os senhores de terra. A dependência é um dos traços formadores da cidadania brasileira, e ainda permanente em algumas relações entre sociedade civil e Estado no Brasil. De fato, mesmo o homem livre, em período de escravidão, como analisa Franco (1976) teve sua cidadania mediada pelos senhores de terras (e de escravos), mais do que isso, o favor assegurava que nenhuma das partes, ou seja, senhor e homem livre eram escravos (SCHWARZ, 2000).

O outro caminho trilhado pelo homem pobre teve seu ponto de partida no *caráter prescindível* desse sujeito na estrutura sócio-econômica. Essa existência dispensável levou-o, em última instância, a conceber sua própria situação como imutável e fechada, na medida em que as suas necessidades mais elementares dependeram sempre das dádivas de seus superiores (FRANCO, 1976, p.104).

O pedir ou o favor enquanto relação política preserva a dependência, que somada a uma relação altamente pessoalizada entre agentes do estado e militantes do movimento negro, dificulta que relações entre estado e sociedade civil sejam encaradas como agenda pública de governo; enquanto contradições políticas, que devem ter debates públicos, a política é baseada no conflito.

É necessário reconhecer que as relações de favor são diferentes, altamente distintas das teorizadas até aqui, e a negação do favor, no contexto que enquadrámos o ILK, não implica em um risco maior do que o fechamento de entidade que solicita o favor. A relação contemporânea encontra-se permeada pelas necessidades financeiras propiciadas por reformas de Estado que, disseminaram certos valores neoliberais na sociedade, de qualquer forma, torna-se prudente atentar-se para esse tipo de relação institucional, que envolve a sociedade civil, talvez em próximas pesquisas esse dado possa ser mais bem analisado.

Como apresentado no subitem 3.4, seguidos problemas financeiros afetaram a continuidade do trabalho no ILK, e certamente preocuparam a presidência da instituição. Talvez, essa situação demonstre ser necessário voltar a discutir sobre a autonomia dessas entidades militantes. No MS, não houve grandes protestos de rua por parte do movimento negro, suas instituições enfraquecidas e, sua parca representação política, tornam o movimento negro muito dependente de figuras emblemáticas da militância e suas inserções sociais.

O movimento negro não consegue atuar plenamente, enquanto sociedade civil que cobra e exige do estado. Há, na verdade, negociações pessoais entre militantes e alguns dirigentes estratégicos do governo. Há uma pessoalização das relações nas negociações, o conflito, característico do ato político, não ocorre na esfera pública. O movimento negro certamente traz grandes contribuições à sociedade civil sul-mato-grossense, mas ainda conserva traços de nossa cultura política.

## **A identidade**

Por fim, resta um ponto a ser tratado: a identidade. Apesar de o referencial teórico apontar para fluidez e mobilidade das identidades culturais, podemos observar que as políticas sul-mato-grossenses trazem o fenótipo como marcador da diferença racial, ou seja, essencializa uma identidade negra na cor da pele. O movimento negro tenta fortalecer uma identidade que se centra na afirmação da negritude, enquanto identidade racial. Como tratar esse movimento duplo?

Essa resposta intervém diretamente no caráter da identidade e do processo de identificação utilizado em políticas públicas, pois, de qualquer outra forma que não a autodeclaração, o processo de seleção é passível de um maior número de fraudes, pois o público alvo da ação afirmativa pode não ser o de direito. Por exemplo, adotando-se um caráter fenotípico somente, se assume que as desigualdades raciais recaem apenas sobre a sub-representação dos negros, e isso não contribui para constituição de uma negritude politizada. E caracteriza-se a fraude para todos aqueles que possuem características físicas díspares das estabelecidas como preceitos básicos da constituição biológica de um negro.

Guimarães (2005) aponta para um aspecto importante das políticas de ação afirmativa, e das políticas de reparação de desigualdades de um modo geral, definindo as prerrogativas de sua implementação:

Uma política compensatória (de ação afirmativa) só tem sentido quando o grupo para o qual tal política se dirige vive, de fato, uma situação de inferiorização e privilegiamento negativo, no âmbito social geral, de tal modo que os mecanismos de privilegiamento positivo, criados para certos âmbitos específicos, não representem uma reversão total e imediata daquela situação (GUIMARÃES, 2005: p.208).

De acordo com essa citação de Guimarães (2005) pode-se dizer que as políticas afirmativas devem conter entre seus critérios de seleção um corte social, para que possa caracterizar “*uma situação de inferiorização e privilegiamento negativo*”. Tomar o fenótipo enquanto critério para validação da inscrição enquanto cotista, além de enfraquecer a identidade política que o movimento negro tenta enrijecer desde a criação MNU, também faz com que os fenotipicamente negros e de origem social já privilegiada, possam utilizar das ações afirmativas para alcançar seus objetivos pessoais.

A política de reserva de vagas da UEMS prevê um recorte social, os estudantes devem ser oriundos de escola pública ou bolsistas em escolas privadas para validação da inscrição enquanto cotista<sup>140</sup>; “*Na regulamentação dos critérios de inscrição, o Movimento Negro por meio das várias instituições que o compõem, trouxe para a discussão o critério do fenótipo e da pobreza*” (BITTAR; CORDEIRO E ALMEIDA, 2007, p.146). No entanto, a Lei nº 12.810/08, que regulamenta a lei de cotas no serviço público estadual, não prevê esse recorte social, e utiliza um sistema já debatido e defendido pelo movimento negro sul-mato-grossense, por ocasião do debate na UEMS, que é o fenótipo. Mas esta lei faz menção apenas ao critério do fenótipo para validação da inscrição enquanto cotista, ou seja, essencializa a identidade racial e descaracteriza o corte social, rejeitando a discussão sobre a pobreza.

Chantal Mouffe (2001) ao tecer críticas ao essencialismo com que eram tratadas as identidades, ou melhor, os sujeitos, até recentemente; observa que, como uma reação a crítica do essencialismo, outro movimento torna-se concomitante e oposto:

Existe, portanto um duplo movimento. De um lado, um movimento de descentralização, que evita a fixação de um conjunto de posições em torno de um ponto pré-constituído. E de outro, e como resultado dessa não-fixação essencial, o movimento oposto: a instituição de pontos nodais, fixações parciais que limitam o fluxo do significante sobre o significado (MOUFFE, 2001, p.412-413).

---

<sup>140</sup> No ILK, assim como na UEMS, a dimensão social da renda é considerada para fazer a seleção das inscrições realizadas.

Esta afirmação de Mouffe nos permite maior compreensão desses movimentos de negociação da identidade (fixa e não-fixa). A identidade racial ou a negritude como coloca Munanga (2009), não é uma questão de pele apenas, e tampouco a coesão cultural de determinadas atividades como seria a religião, capoeira, dança, entre outros. Esta identidade tem de ser afirmada enquanto política, contra a exclusão vivenciada.

Boaventura de S. Santos (2008) faz os seguintes questionamentos quanto à identidade: “*É, pois, crucial conhecer quem pergunta pela identidade, em que condições, contra quem, com que propósitos e com que resultados*” (p.135). Nessa perspectiva os resultados obtidos trazem ganhos apenas de reconhecimento, no interior de uma representação. Acredito que as ações afirmativas trazem um potencial maior, elas podem criar uma maior e melhor distribuição, tanto de recursos como de poder e, não apenas na representação.

## CAPÍTULO V

### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

**“Negro para ser igual tem que ser melhor”** (frase dita por Aleixo Paraguassú Netto, após realização da entrevista em sua residência, 2012).

A simples negligência de problemas culturais, étnicos e raciais numa sociedade nacional tão heterogênea indica que o impulso para a preservação da desigualdade é mais poderoso que o impulso oposto, na direção da igualdade crescente. [...] Nenhuma democracia será possível se tivermos uma linguagem “aberta” e um comportamento “fechado”. (Florestan Fernandes, 1972).

Os resultados alcançados dialogam em duas esferas, uma é a relação direta entre estado e movimento negro, e as dificuldades desse diálogo no MS; outra, um pouco mais ampla, trata-se da identidade negra no Brasil, e de como as políticas públicas raciais do MS compreendem o atual debate sobre identidade negra. Estas considerações finais encaminham a pesquisa para uma discussão sobre a classe dirigente local e, para busca de maneiras de complementar a historiografia regional com a presença negra.

Primeiramente, é importante o fato de se ter um panorama geral da história do movimento negro de MS, que o tome como objeto e sujeito. Nesse sentido esta dissertação contribui para que futuros pesquisadores encontrem nesse texto uma base sobre qual iniciar novas pesquisas. Através da observação participante podem-se apontar alguns emperramentos para sociedade civil, oriundos do processo de institucionalização do movimento negro.

Verificou-se com esta pesquisa que as entidades do movimento negro sul-mato-grossense (ONGs e OSCIPs) edificaram-se sobre bases materiais pouco estáveis, devido principalmente, a forte dependência tanto do Estado, como do Mercado. O ILK é uma instituição que traz um potencial para fortalecer a base popular do movimento negro, ou seja, além de criar futuros universitários, também capacitar futuros militantes e sensibilizar seus alunos, a instituição falha nesse sentido, e o movimento negro sul-mato-grossense possui a mesma característica.

No, o ILK, o “pedir” é um elemento constituinte da sua manutenção, e acredito que não apenas o ILK. Apesar dessas instituições (ONGs) atuarem através de parcerias com o Estado, e com o mercado, elas representam a parte sujeitada, subalterna, em qualquer uma das parcerias, Estado ou Mercado. O risco apresentado por Habermas (1997) de colonização do mundo da vida torna-se consideravelmente real, e torna mais importante as

ações enquanto movimento social, ou seja, mobilizações coletivas pouco institucionalizadas de reivindicação e de mudanças sociais.

Esta característica não faz parte do legado do movimento negro sul-matogrossense, melhor dizendo, não foram realizados grandes protestos, reivindicações ou marchas no estado. A rua, em seu sentido político, não foi palco para apresentações do movimento negro. A atuação do movimento negro é com base em uma política de influência, direcionada a gestores estaduais, parlamentares, líderes partidários, empresários da região, ou mesmo ao governador. Esta atuação dificulta a renovação dos quadros militantes e colabora para uma personalização da política, além de compor um cenário para política de favorecimento. De certo modo, a falta de um número maior de militantes, encaminha a atuação do movimento negro para este arranjo político. O discurso da democracia racial dificulta que o discurso do movimento negro se solidifique com as bases da pirâmide social brasileira, onde se encontram maior parte dos negros no Brasil.

O monitoramento e a avaliação das políticas implementadas no MS, quase não existem por parte da sociedade civil negra. Espaços conquistados, como os Conselhos (CEDINE-MS e CMDN-CG), os Fóruns (Fórum das Entidades do Movimento negro de MS e o FORPEDER) e a CPPIR-MS não são capazes de realizar procedimentos de monitoramento e avaliação, quanto mais de atuar eficazmente como proponente de políticas, ou de articulador das mesmas. Não é por serem poucas as estâncias que estas ações não são desenvolvidas, é devido à falência institucional dessas estâncias, não se deve brigar por mais espaços e sim pelo uso qualificado desses, é necessário brigar por garantias orçamentárias. A conquista de mais espaço não representou aumento na participação política da população negra, em parte, ainda são os mesmos militantes da década de 1980, que atuam de maneira mais incisiva no estado, sendo impossível não haver certo grau de personalismo no interior do movimento negro, devido ao próprio protagonismo desses.

O movimento negro do MS também deve retomar seus debates internos sobre a autonomia. A institucionalização faz com que os bônus das conquistas sejam divididos entre todos os envolvidos (Entidade, Estado e Mercado), enquanto que o ônus é implicado apenas à entidade da sociedade civil, isso se tratando de entidades incorruptíveis.

Do outro lado da moeda, o estado de MS atua com base numa pseudo agenda política e numa pseudo institucionalidade, o que torna inviável a realização de medidas mais eficazes de políticas de promoção da igualdade racial, assim como de qualquer outra política. O estado ainda não incorporou a questão racial como sendo uma importante

clivagem nas políticas de segurança pública, saúde, habitação entre outras, ele apenas responde as leis aprovadas, e mantém “instituições representativas”.

Podemos apontar como resultados dessa pesquisa sobre a sociedade civil sul-mato-grossense, que ela ainda preserva vícios políticos oriundos da colonização, e que apesar de várias conquistas, aqui retratadas pelas políticas públicas raciais, ainda não consegue pautar uma agenda pública para o Estado. A institucionalização (internalização e Ongzação) nem sempre representa um ganho de espaço político de fato, o caso sul-mato-grossense é um exemplo de pseudo institucionalidade, na qual o movimento negro regional ainda não soube como atuar. A entrada da sociedade civil na sociedade política, em termos gramscinianos, não representa, necessariamente, uma política ofensiva da sociedade civil (COHEN; ARATO, 2000).

Os principais avanços conquistados pelo movimento negro sul-mato-grossense são medidas legais, da qual o próprio Estado não pode se furtar a não realizar pela devida compreensão do Estado democrático de direito. Na esfera nacional a situação não é tão diferente, a lei tornou-se um dos principais instrumentos de promoção da igualdade racial no Brasil.

No que tange a identidade negra, o MS realizou seu próprio debate, a princípio, em torno das ações afirmativas, mas também construiu suas políticas de promoção da igualdade racial estaduais. A identidade negra passa a ser pautada a partir das políticas de ação afirmativa na UEMS, que faz uso como critério de definição dos negros, o fenótipo e características socioeconômicas.

É de extrema importância retratar que as políticas de promoção da igualdade racial, em especial as políticas afirmativas, trazem uma nova perspectiva para o debate racial brasileiro. No século XIX, esse debate foi marcado por uma grande biologização da raça, com políticas de imigração, eugênicas, higienista, entre outras tentativas de branqueamento da população e de seus costumes, mas também pelo “pecado da omissão” do Estado brasileiro para com os negros após abolição.

Apartir da década de 1930, se fortalece um discurso assimilacionista, de integração de brancos, negros e indígenas e seus mestiços, este discurso é formador do Estado-nação brasileiro e legitimador da democracia racial. Entre as décadas de 1930 e 1970, o discurso de democracia racial cristalizou-se no Estado, e no meio social, somente com as denúncias do movimento negro das décadas de 1980 e 1990 foi possível (re) formular as estratégias de luta antirracista, nas quais, somente os negros da virada do século XX começam a usufruir das conquistas políticas dessa luta.

As políticas afirmativas foram capazes de gerar um grande debate nacional; o movimento negro é responsável por essa guinada para politização das demandas raciais. O movimento negro contemporâneo através de suas estratégias conquistou o reconhecimento estatal da clivagem racial como sendo constituinte das desigualdades sociais brasileiras; o reconhecimento da desigualdade racial, que foi pauta de várias pesquisas dos anos 1980, tornou-se ponto de partida das políticas de promoção da igualdade racial, apesar do movimento negro, desde 1940 e 1950 reivindicarem ações afirmativas para negros, fato observável ao final do I Congresso do Negro, em 1950.

É possível notar que as demandas raciais, se encaradas apenas em seu sentido fenotípico, acaba por não combater um mal nacional, a desigualdade social. Políticas afirmativas devem contribuir para que esse fosso de desigualdade social seja reduzido. Apesar das grandes mudanças que o reconhecimento gera num imaginário coletivo altamente colonizado como o brasileiro, perder a oportunidade de contribuir com a distribuição de renda e recursos na sociedade brasileira seria deixar de contribuir para um direito social.

No MS, identidade negra é parte do esquecimento necessário para criar a narrativa da história do estado. Dos grandes momentos regionais, apesar de marcados por forte participação negra, são contados sem que os negros sejam mencionados, a escravidão no sul de Mato Grosso é obliterada, e os símbolos atuais de identidade regional também se esquecem dos negros. É parte do papel do movimento negro sul-mato-grossense, cobrar do estado a complementação da história regional com a presença negra, principalmente, e (re) escrever a história do estado.

O movimento negro sul-mato-grossense com a conquista de políticas públicas raciais pautadas no fenótipo demonstra que a cor, é o sinal diacrítico, o marcador da diferença racial por excelência e, critério sem o qual não é considerado, portador do direito de usufruir das políticas afirmativas no estado. Esta postura revela que os critérios de identidade objetiva se sobrepõem aos critérios de identidade subjetiva, e com razão, no entanto, não se relacionam ambos, a um critério socioeconômico, no caso da lei nº 12.810, que regulamenta as cotas no acesso ao serviço público estadual. É necessário não perder de vista que estas políticas são de promoção da igualdade, e posteriormente, uma igualdade racial.

Esta primeira sistematização das políticas de promoção da igualdade racial de MS, revelam que os ganhos se referem a conquistas de uma nova institucionalidade política, ainda frágil e pouco eficaz, mas também aponta que a via jurídica representa a principal maneira de se fazer política racial no estado. No entanto, políticas voltadas a mudanças de mentalidade, principalmente as direcionadas à educação, sobretudo a Lei

10.639/2003, que trazem consigo esse potencial, necessitam de monitoramento, de capacitação e de avaliação. Essas ações devem ser cobradas, especialmente, pela sociedade civil.

O MS em suas características agroindustriais possui como maior bem a terra, ainda pouco pautada no interior do CEDINE-MS, da CPPIR-MS e do próprio movimento negro de maneira geral. Pleitear essas demandas por terra, ou buscar novas formas de desenvolvimento econômico para o estado que não a agroindústria, é entrar em uma discussão direta com elite hegemônica do estado, e talvez essa discussão propicie novos caminhos a serem trilhados pela sociedade civil sul-mato-grossense.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. e PEREIRA, A. A. (Org.) **Historias do movimento negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.
- ALBUQUERQUE, W. R. de; FILHO, W. F. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALMEIDA, R. A. de. **Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no mato grosso do sul**. Tese de Doutorado UNESP. Presidente Prudente, 2003.
- ALVAREZ, Sonia E. A "Globalização" dos feminismos latino-americanos. Tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2000. p. 383-426.
- AMARILHA, C. M. M. **Os intelectuais e o poder: História, Divisionismo e Identidade em Mato Grosso do Sul**. Dissertação de mestrado UFGD. Dourados, 2006.
- ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia de Letras, 2008.
- ANTUNES, R. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Campinas – SP: Autores Associados, 2004.
- APE (Arquivo Público Estadual). **“Como se de ventre livre nascido fosse ...”**: cartas de liberdade, revogações, hipotecas e escrituras de compra e venda de escravos, 1838 a 1888. Campo Grande, MS: - SEJT, MS; SEEB, MS, MINISTÉRIO DA CULTURA/Fundação Cultural Palmares, DF, 1993.
- ARATO, A. **Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil: Orientações para novas pesquisas**. Disponível em: [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_27/rbcs27\\_02.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_27/rbcs27_02.htm) Acessado 06/08/2012, ANPOCS, 1994.
- ARAUJO, S. D. de. **A vida e a obra de Lobivar Matos: O modernista (des) conhecido**. Tese de Doutorado UEL. Londrina, 2009.
- ARRETCHE, Marta T. S. **Políticas Sociais no Brasil: Descentralização em um estado federativo**. RBCS Vol. 14 n° 40, 1999.
- AVRITZER, L. **Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia a interdependência política**. In: Opinião Pública, Campinas, v.18, n°2, 2012.
- BALLER, Leandro. **Cultura, identidade e fronteira: Transitoriedade Brasil/Paraguai (1980-2005)**. Dissertação de mestrado UFGD. Dourados, 2008.
- BARTH, F. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. **Teorias da etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth, Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenard**. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branco e negro em São Paulo**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 3ª Edição, 1971.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

BHABHA, Homi K. **O bazar global e o clube dos cavalheiros ingleses**: Textos seletos de Homi Bhabha. Coutinho, Eduardo F. (Org.); Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

BERNARDINO, J. **Ação Afirmativa e a Rediscussão do Mito da Democracia Racial no Brasil**. Estudos afro-asiáticos. vol.24 n.º.2 Rio de Janeiro. 2002

BITTAR, M, MORAES, W.C.S. de. Acesso de negros na educação superior – A experiência do Instituto Luther King, uma organização do terceiro setor. IN: **Relações interculturais no contexto da inclusão**. Nascimento, A.C., Lopes, M.C.L.P. e Bittar, M. (org.), Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012.

BITTAR, M. **Política de educação na região sul de Mato Grosso e a influência da congregação salesiana**. Comunicação apresentada ao VI Congresso Internacional da Brazilian Studies Association – BRASA, Atlanta, Geórgia/USA, 4 a 6 de abril de 2002.

BITTAR, M. ; CORDEIRO E ALMEIDA. **Política de cotas para negros na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul** – Um estudo sobre os fatores da permanência. In: Série - Estudos UCDB, 2007.

BITTAR, M. **Mato Grosso do Sul**: A construção de um estado, volume I: Regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso. Campo Grande, MS: Ed.UFMS, 2009.

BOMFIM, M. **América Latina**: males de origem. Parasitismo Social e evolução. 4 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

BONNICI, T. **Conceitos-chave da teoria pós-colonial**. Maringá, PR: EDUEM, 2005.

BORGES, Benedita Marques. Diversidade Étnico-Racial: **A experiência de formação continuada da Secretária de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul** – (1999 – 2006). Dissertação de mestrado, UCDB, Campo Grande, 2008.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. In: **Cadernos Pagú**, n.º.26. Campinas, 2006.

BRAZIL, M. C. **Fronteira Negra**: Dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso: 1718-1888. Passo Fundo, RS: UPF, 2002.

BRAZIL, M. C. ; VALENTIM, R. A. ; FURTADO, A. C. . Afro-educação em Mato Grosso do Sul: o Projeto Guaicuru e a construção da escola cidadã (1996-2003). **Revista de Educação Pública (UFMT)**, v. 21, p. 217, 2012.

BRITO, R. L. **A Comunidade de São Benedito e a Questão Racial**. Dissertação de mestrado UNESP. Marília, 2001.

CAETANO, G. L. A música regional urbana de Mato Grosso do Sul. In: **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 4, n. 6, jan./jul. 2012.

CAMPESTRINI, Hildebrando. **Mato Grosso do Sul: Conflitos étnicos e fundiários.** Campo Grande: [s.n.], 2009.

CAMPESTRINI, Hildebrando e GUIMARÃES, Acyr V. **História de Mato grosso do Sul.** Campo Grande: Ed. IHGMS, 5º edição, 1991.

CARDOSO, Ruth. A trajetória dos movimentos sociais. In. **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil.** (org.) Evelina Dagnino, São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARDOSO, Ruth. Aventuras de Antropólogos em Campo ou como escapar das Armadilhas do Método. In CARDOSO, Ruth (org.). **A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa.** São Paulo, Paz e Terra, 1986.

CARVALHO, J. J. **O olhar etnográfico e a voz subalterna.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 182 - 198, 2001.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** 14º ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo e clientelismo - uma discussão conceitual. In. CARVALHO, J. M. **Pontos e bordados.** Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1998.

CASTRO, J. A. Política social e desenvolvimento no Brasil. In: **Economia e Sociedade,** Campinas, v. 21, Número Especial, p. 1011-1042, dez. 2012.

CHAUÍ, M. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo, 2000.

CHIAVENATO, J. J. **O negro no Brasil: Da senzala a Guerra do Paraguai.** Brasiliense. São Paulo, 1980.

COHEN, J. L. e ARATO, A. **Sociedad civil y Teoria política.** Fondo de Cultura Económica. México, 2000.

CONCEIÇÃO, B. H. T. **O Programa de superação das desigualdades raciais de Mato Grosso do Sul e educação.** Dissertação de mestrado UFMS. Campo Grande, 2003.

CONCEIÇÃO, E. B. Superando as desigualdade raciais: Uma análise das principais políticas públicas. In. **Cadernos Gestão pública e cidadania,** vol. 15, n. 56, São Paulo, 2010.

CORDEIRO, M. J. J. A. **Negros e Indígenas Cotistas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.** Desempenho acadêmico do ingresso à conclusão de curso. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. 2008.

COSTA, S. **Dois Atlânticos: Teoria social, anti-racismo e cosmopolitismo.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

DAMATTA, R. Nação e região: em torno do significado cultural de uma permanente dualidade brasileira. In: SCHÜLER, F. L. e BORDINI, M. G. (org.). **Cultura e identidade regional.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

DENZIN, N. K. ; LINCOLN, Y. **O planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e abordagens.** Porto Alegre: ARTMED, 2006.

DIAS, L. R. **No fio do horizonte:** educadoras da primeira infância e o combate ao racismo. Tese de doutorado USP. São Paulo, 2007.

DIAS, L. R. **Diversidade Étnico-Racial e Educação Infantil.** Três Escolas, Uma Questão, Muitas Respostas. Dissertação de mestrado UFMS. 1997.

DI GIOVANNI, G. **As estruturas elementares das políticas públicas.** Caderno de Pesquisa n. 82 – Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2009.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: História, tendências e dilemas contemporâneos. In: **Dimensões.** Sergipe, v. 21, 2008.

DOMINGUES, P. **Movimento negro brasileiro:** alguns apontamentos históricos. In: **Tempo,** vol.12, nº23, Niterói, 2007.

DRAIBE, S. M. O Welfare State no Brasil: características e perspectivas. **Revista de Ciências Sociais.** São Paulo: Anpocs, 1992.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas.** Rio de Janeiro: Editora Fator, 2008.

FAORO, R. **A questão nacional:** a modernização. IN: Estud. av. vol.6 nº.14 São Paulo Jan./Apr. 1992.

FAORO, R. **Os donos do poder:** Formação do patronato político brasileiro. 3º ed. São Paulo: Globo, 2001.

FARAH, M. F. S. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas locais. In: **Cadernos Gestão Pública e Cidadania,** vol.18, São Paulo, 2000.

FERRAREZI, E. R. **A reforma do marco legal do terceiro setor no Brasil:** A criação da lei das OSCIP (Lei 9.790/99). Tese de Doutorado UNB. Brasília, 2007.

FERREIRA, A. C. Políticas Para Fronteira, História e identidade: a luta simbólica nos Processos de demarcação de terras indígenas Terena. In: **MANA** 15(2): 377-410, 2009.

FILHO, A. P. **Diminuição das desigualdades de renda na América Latina nos anos 2000.** In: <http://dssbr.org/site/2012/11/diminuicao-das-desigualdades-de-renda-na-america-latina-nos-anos-2000/> Acesso em: 30/04/2013.

FRANCO, M. S. C. **Homens livres na ordem escravocrata.** 2. ed. São Paulo, Ática, 1976.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 13º ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1966.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GILROY, P. **O Atlântico negro:** Modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2001.

GILROY, P. **Entre campos:** nações, cultura e fascínio da raça. São Paulo: Annablume, 2007.

- GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. In. **Saúde e Sociedade**, v.13, n°2, 2004.
- GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola. São Paulo, 9ª edição, 2011.
- GOHN, Maria da G. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e Terceiro Setor. In. **Revista Mediações**, Londrina, v.5, n°1, 2000.
- GUIMARÃES, A. S. A. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.
- GUIMARÃES, A. S. A. **Como trabalhar com 'raça' em sociologia**. São Paulo, Educação e Pesquisa, v.29, n°1, jan-jun/2003.
- GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. São Paulo: Ed 34, 2ª Edição, 2005.
- HABERMAS, J. **Teoria do Agir Comunicativo - Racionalidade da Ação e Racionalização Social**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012.
- HABERMAS, J. **Direito e Democracia: Entre facticidade e validade**. Vol.II. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1997.
- HALL, S. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 22, n°2, p. 15-46, jul./dez. 1997.
- HALL, S. **Da diáspora. Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HERINGER, R. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. In: **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 18(Suplemento):57-65, 2002.
- HOFBAUER, A. **Uma história do branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) Sociais. IN: **Cad. CEDES**. vol.21 n° .55 Campinas Nov. 2001.
- HOLSBACH, D. R. et al. Ocorrência de hemoglobina S no estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. **Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial**, v. 44, p. 277-282, 2008.
- IANI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro, 6ªed: Civilização Brasileira. 1996.
- IBGE. **Amostra de domicílios 2009: Síntese de indicadores**. Rio de Janeiro, 2010.
- IBGE, **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2010**. Rio de Janeiro, 2012.
- JACCOUD, L e BEGHIN, N. **Desigualdades raciais no Brasil: Um balanço da intervenção governamental**. Brasília: IPEA, 2002.

JACOBI, P. **Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde.** São Paulo, 2º ed: Cortez, 1993.

KUPER, A. **Cultura: a visão dos antropólogos.** Bauru-SP: Edusc, 2002.

MACHADO, Marta Rodriguez de Assis . **A legislação anti-racismo no Brasil e sua aplicação: um caso de insensibilidade do Judiciário?.** Revista Brasileira de Ciências Criminais, v. 76, p. 79-105, 2009.

MARQUES, E. P. S. **A pluralidade cultural e a proposta pedagógica na escola - um estudo comparativo entre as propostas pedagógicas de uma escola de periferia e uma escola de remanescente de quilombos.** Dissertação de mestrado UCDB. Campo Grande, 2004.

MARQUES, E. P. S. **O Programa Universidade para Todos e a Inserção de Negros na Educação Superior: a experiência de duas instituições de educação superior de Mato Grosso do Sul - 2005 – 2008.** Tese de doutorado UFSCar. São Carlos, 2010.

MARTINS, G. A. ; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para Ciências Sociais aplicadas.**São Paulo, Ed.Atlas, 2007.

MATO GROSSO DO SUL. **Cadernos de diálogos pedagógicos: combatendo a intolerância e promovendo a igualdade racial na educação sul-mato-grossense.** Campo Grande, 2005.

MEDEIROS, P. M. **“Raça” e Estado democrático: o debate sóciojurídico acerca das políticas de ação afirmativa no Brasil,** Dissertação de mestrado UFSCar. São Carlos, 2009.

MELO, M. A. Estado, Governo e Políticas públicas. In. **O que ler nas Ciências Sociais,** ANPOCS, 1999.

MIRANDA, D. E. **Mudanças institucionais e gestão pública: sobre a reforma gerencial de 1995.** Dissertação de mestrado UFSCar. São Carlos, 2010.

MISKOLCI, R. **A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização.** Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009.

MORAES, W. C. S. de. **Ação afirmativa e o acesso de negros na educação superior: Um estudo de caso do Instituto Luther King – ILK.** Dissertação de mestrado UCDB. Campo Grande, 2009.

MOUFFE, C. **Identidade democrática e política pluralista.** In: Pluralismo cultural, identidade e globalização. Coord. Candido Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MOURA, Z. A. **Cativos nas terras dos Pantanaís: escravidão e resistência no sul de Mato Grosso – séculos XVIII e XIX.** Passo Fundo, RS: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2008.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. IN: **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira.** Org. André Augusto P. Brandão. Niterói: RJ. 2004.

MUNANGA, K. **Negritude usos e sentidos.** 3º edição. Belo Horizonte: Autêntica editora, Ed, 2009.

MUNANGA, K. ; GOMES, N. L. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, Ed, 2006a. – (Coleção para entender)

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil identidade nacional versus identidade negra**. 2º edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2006b.

NASCIMENTO, A. **Movimentos sociais, anti-racismo e educação**: os cursos pré-vestibulares para negros e carentes. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/alex.rtf>>. Acesso em: 07/04/2010.

NOGUEIRA, M. A. **Um Estado para sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NOGUEIRA, M. A. **A dimensão política da descentralização participativa**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 11, n.nº 3, p. 8-19, 1997.

NOGUEIRA, M. A. **As possibilidades da Política**: ideias para a reforma democrática do Estado. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998.

OLIVEIRA, R. C. **O trabalho do antropólogo**. 2.ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo : Ed. UNESP, 2000.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 2ed. São Paulo, editora brasiliense, 1984.

PEIRANO, M. G. S., Antropologia no Brasil (Alteridade Contextualizada). In. **O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)** - Antropologia volume 1, Editora Sumaré, São Paulo, 1999.

PEREIRA, A. A. **“O mundo negro”**: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Tese de doutorado UFF, Niterói. 2010.

PIOVESAN, F. **Ações Afirmativas da Perspectiva dos Direitos Humanos**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo - SP, v. 35, n.124, p. 43-56, 2005.

PRAZERES, R. S. ; MARQUES, H. R. ; RIBEIRO, B. O. A fenomenologia dos direitos humanos e a cidadania negra no Brasil pós-abolição: Ideologias raciais nas políticas públicas contemporâneas. **Revista Cultura teológica**. São Paulo: IESP/PFTNSA, vol. 20, nº 78, 2012.

QUEIROZ, P. R. C. **Divisionismo e “identidade” mato-grossense e sul-mato-grossense: um breve ensaio**. In: ANPUH – XXIII simpósio nacional de história – Londrina, 2005.

QUEIROZ, P. R. C. **Notas sobre divisionismo e identidades em Mato Grosso/Mato Grosso do Sul**. In: Raído, Dourados, MS, v. 1, n. 1, jan./jul. 2007.

RDH (1990): **Definição e medição do desenvolvimento humano** - Relatório do Desenvolvimento Humano 1990. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1990>. Acesso em: 02/03/2011].

**Relatório do comitê nacional I - II Conferência mundial contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata**. Brasília, agosto de 2001.

RODRIGUES, R. N. **Os africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual, 2010.

SADER, Eder. Movimentos Sociais: Notas para um debate. . In. **Cadernos Abess, 2 (Educação Popular)**, São Paulo, Cordez, 1988.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SALES, T. **Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira**. RBCS, ANPOCS 25. Ano 9. jun. de 1994.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pos-modernidade**. 12. ed São Paulo (SP): Cortez, 2008.

SANTOS, Carlos A. B. P. **Fiéis descendentes: Redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-mato-grossenses**. Tese de doutorado UNB. Brasília, 2010.

SANTOS, I. A. A. **O movimento negro e o Estado : o caso do conselho de participação e desenvolvimento da comunidade negra no Governo de São Paulo (1983-1987)**. Dissertação de mestrado UNICAMP. Campinas-SP, 2005.

SANTOS, L. M. R. dos. **Relações raciais em Campo Grande / MS: Os casos de discriminação racial registrados pelo Programa SOS Racismo**. Dissertação de mestrado UFRGS. Rio Grande do Sul, 2005.

SANTOS, R. E. Políticas de cotas raciais nas universidades brasileiras – o caso da UERJ. IN: **Tempos de luta: As ações afirmativas no contexto brasileiro**. Nilma Lino Gomes (org.) Brasília, 2006.

SANTOS, S. A. **Movimentos negros, educação e ações afirmativas**. Tese de doutorado UNB. Brasília, 2007.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930**. São Paulo. Companhia de Letras, 1993.

SCHWARCZ, L. M. Questão Racial e Etnicidade. In: MICELI, Sérgio (Org.). **O que ler nas Ciências Sociais Brasileiras (1970 – 1995)**. Antropologia. Vol. II, Sumaré e ANPOCS, São Paulo, p. 267-326, 1999.

SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Duas cidades; Ed.34, 2000.

SENA, A. L. S. **Gênero, raça e ação afirmativa no Mato Grosso do Sul: Uma experiência brasileira**. Dissertação de mestrado PUC-SP. São Paulo, 2011.

SILVA, D. M. **Ascensão Social e os Conflitos de Gênero e Raça Mulheres Negras em Mato Grosso do Sul**. Dissertação de mestrado UFMS. Campo Grande, 2003.

SILVA, J. F. **A presença das organizações não-governamentais nas políticas de superação das desigualdades raciais**. Dissertação de mestrado PUC-SP. São Paulo, 2008.

SILVA, M. A.G. **Encontros e desencontros de um movimento negro**. Brasília, Fundação Cultural Palmares, 1994.

SILVÉRIO, V. A (re) configuração do nacional e a questão da diversidade. IN. **Afirmando diferenças: montando quebra-cabeça da diversidade na escola.** / Anete Abramowic, Valter Roberto Silvério (Orgs.). Campinas, SP: Papyrus, 2005.

SOUZA, C. Políticas públicas: Uma revisão da literatura. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006.

SOUZA, J. A. **Literatura e identidade cultural em MS:** algumas fronteiras e a (des)identificação com o pantanal. Tese de Doutorado UEL, Londrina, 2008.

SOVIK, L. **Aqui ninguém é branco.** Rio de Janeiro: Ed. Aeroplano, 2009.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

SZTOMPKA, P. **A Sociologia da mudança social.** Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 1998.

TORAL, A. A. A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai. IN: **Estud. av.** vol.9 nº.24 São Paulo May/Aug. 1995.

WEDDERBURN, C. M. Do marco histórico das políticas públicas de ação afirmativa. In. **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas** / Sales Augusto dos Santos (Organizador). – Brasília: Ministério da Educação : UNESCO, 2005.

**ANEXOS**

**ANEXO A**

## Hino De Mato Grosso Do Sul

Os celeiros de farturas,  
Sob um céu de puro azul,  
Reforjaram em Mato Grosso do Sul  
Uma gente audaz.

Tuas matas e teus campos,  
O esplendor do Pantanal,  
E teus rios são tão ricos  
Que não há igual.

A pujança e a grandeza  
de fertilidades mil,  
São o orgulho e a certeza  
Do futuro do Brasil.

Moldurados pelas serras,  
Campos grandes: Vacaria,  
Rememoram desbravadores,  
Heróis, tanta galhardia!

Vespasiano, Camisão  
E o tenente Antonio João,  
Guaicurus, Ricardo Franco,  
Glória e tradição!

A pujança e a grandeza  
De fertilidades mil,  
São o orgulho e a certeza  
Do futuro do Brasil.

## ANEXO B

### Três poemas de Lobivar Matos

#### NEGRINHO LAMBIDO

O tempo está batuta, cotuba de bom  
 e os moleques jogam bola no meio da rua...  
 Tranco, cachaço, canelada, fulêpa.  
 Trepado no muro,  
 o negrinho da família Barros  
 bate palmas, grita, faz um berreiro do barulho  
 Se o negrinho estivesse jogando  
 vê lá se aquele trouxa do Romeu  
 fazia de besta.  
 Negrinho tem canela de ferro,  
 negrinho não tem medo de cachaço,  
 negrinho sabe tirar fulêpa.  
 Mas o negrinho não se póde jogar,  
 o negrinho foi achado na rua,  
 o negrinho foi creado na chinela  
 e é todo quebrado de tanta pancada no lombo.  
 Negrinho é cínico.  
 perdeu a vergonha  
 o “rabo de tatú” tirou a vergonha do negrinho.  
 Negrinho deixa vassoura no canto,  
 negrinho pára no meio da rua e atrasa o almoço,  
 negrinho só sabe mentir;  
 rouba doce no armario,  
 furta tostão na gaveta,  
 embrulha, treiteiro, chorão  
 e por qualquer coisa abre a boca no mundo.  
 Negrinho treiteiro,  
 negrinho lambido,  
 “rabo de tatú” te entortou,  
 a família Barros te lambeu.

#### MULATA ISAURA

Mulata Isaura, cuidado com o filho da patrôa.  
 Você pensa que ele gosta de você.  
 Não gosta, não, boba.  
 Seu riso é falso.  
 Suas promessas são falsas.  
 Seus carinhos são falsos.  
 Tudo nele é falso.  
 Ele quer pegar você  
 como pegou Josefa, aquela morena alegre  
 que morreu de fome  
 abandonada  
 no hospital.  
 Não vá atrás dele não, boba

Ele chama você no quarto dele,  
 despe você com palavras bonitas,  
 acende em você a fogueira da carne e da volúpia  
 e depois...  
 depois você não resiste, não, mulata boba.  
 E quando a patrôa vir sua barriga crescendo  
 expulsa você de casa com palavrões e injúrias  
 Diz que você nunca prestou, que você é uma perdida  
 e que não quer mulher perdida em sua casa.  
 Aí, então, começará o verdadeiro mundo pra você.  
 Sem casa, sem parentes, sem dinheiro,  
 com a barriga cheia chiando de fome,  
 coração despedaçado,  
 humilhada,  
 exausta,  
 desiludida,  
 você irá vender seu corpo  
 numa das ruas da prostituição.  
 Será mais uma “mulher de vida alegre”,  
 “de vida fácil”,  
 mais uma “infeliz” que bebe iodo,  
 que retalha os pulsos,  
 que incendeia os trapos,  
 para fugir da vida,  
 da miséria da vida.  
 Mulata Isaura, tome cuidado,  
 se você não quer morrer de fome,  
 abandonada, sem remédios,  
 num catre imundo de hospital.  
 Mulata Isaura, tome cuidado!  
 Nos hospitais ainda reina o privilegio  
 e reinam também os preconceitos de raça,  
 as diferenças de côr.  
 E você é de côr, Mulata Isaura!

### **SAROBÁ**

Bairro de negros,  
 negros descalços, camisa riscada,  
 beíçolas caídas,  
 cabelo carapinha;  
 negras carnudas rebolando as curvas,  
 bebendo cachaça;  
 negrinhos sugando as mamas murchas das negras, .  
 negrinhos correndo doidos dentro do mato,  
 chorando de fome.

Bairro de negros,  
 casinhas de lata,

água na bica pingando, escorrendo, fazendo lama;  
roupa estendida na grama;  
esteira suja no chão duro, socado;  
lâmpião de querosene piscando no escuro;  
negra abandonada na esteira tossindo  
e batuque chiando no terreiro;  
negra tuberculosa escarrando sangue,  
afogando a tosse seca no eco de uma voz mole  
que se arrasta a custo  
pelo ar parado.

Bairro de negros,  
mulatas sapateando, parindo sombras magras,  
negros gozando,  
negros beijando,

negros apalpando carnes rijas;  
negros pulando e estalando os dedos  
em requebros descontrolados;  
vozes roucas gritando sambas malucos  
e sons esquisitos agarrando  
e se enroscando nos nervos dos negros.

Bairro de negros  
chinfrim,  
bagunça,  
Sarobá.

## ANEXO C

Lista de entidades do movimento negro de MS<sup>141</sup>

Nº	Entidade	Município	Responsável	Endereço	Contato
01	Afro Brasil	São Gabriel do Oeste	Nunes / Nelson		3295-6468
02	Afro Rica	Costa Rica	Roseli		9964-1582 / 3247-1928
03	AfroNavi	Navirai	Sebastião		9226-6992
04	Assentamento Sucesso	Nova Alvorada do Sul	Zilda		9627-1295
05	Associação dos Descendentes de TIA EVA	Campo Grande	Lucia da Silva Araújo Almeida	Rua Eva MARIA de Jesus, 20, Vila São Benedito, cep. 79.118-440, Campo Grande-MS	9204-3635 <a href="mailto:comunidadequilombolatieva@gmail.com">comunidadequilombolatieva@gmail.com</a>
06	Associação dos Remanescentes Quilombolas das Famílias Araújo e Ribeiro	Nioaque	Lazaro Nunes Ribeiro	R. Eustacio Peres, s/n, Bairro Monte Alto, 79.220-000, Nioaque-MS	3236-1971 / 9627-3273
07	Associação dos Remanescentes Quilombolas das Famílias Araújo e Ribeiro	Nioaque	Edmara da Silva Ribeiro	R. Eustacio Peres, s/n, Bairro Monte Alto, 79.220-000, Nioaque-MS	9653-5642 / 3236-1804 <a href="mailto:edmaragen@hotmail.com">edmaragen@hotmail.com</a>
08	<b>Associação Familiar da Comunidade Negra São João Batista</b>	Campo Grande	Rosana Claudia Anunciação	Rua Barão de Limeira, 1700, Bairro Santa Branca, cep. 79.050-120, Campo Grande-MS	3346-8199 <a href="mailto:Rosana.afcnsjb@gmail.com">Rosana.afcnsjb@gmail.com</a> <a href="mailto:afcnsb@ibest.com.br">afcnsb@ibest.com.br</a>

<sup>141</sup> Lista disponibilizada pela Presidente do Fórum das Entidades do Movimento Negro de Mato Grosso do Sul.

09	<b>Associação Riobrilhantense de Negros “Juliana Cardoso de Brito”</b>	Rio Brilhante	Maria de Fátima Brito	R. São Luiz de Cáceres, 801, Vila Olímpica, cep. 79.130-000	9957-2398
10	<b>Associação Trabalho, Estudos, Cultura Afrodescendente em Movimento” José Mauro de Souza</b>	Campo Grande	Lucio Martins da Silva	Rua Meriti, 18, Bairro Moreninha II, cep. 79.065-206 Campo Grande – MS	8403-2093 / 3314-3955 <a href="mailto:luciotudodebom@hotmail.com">luciotudodebom@hotmail.com</a>
11	<b>CENAB–Congresso Nacional Afro-Brasileiro</b>	Paranaíba	Lourivaldo Joaquim da Silva	Rua Da Saudade, 10, Santo Antonio, cep. 79.500-00	8111-4019
12	<b>Centro de Educação Infantil Eva Maria de Jesus /Tia Eva</b>	Campo Grande	Cleidevana Maria do Socorro Chagas	Rua Eva Maria de Jesus, s/n , Vila São Benedito, cep. 79.118-732, Campo Grande – MS	314-7494
13	<b>CNAB-MS</b>	Paranaíba	Olinezia Moreira da Silva	R. Barão do Raio Branco, 2126, Jardim Beira Mar, cep. 79.500-00 Paranaíba-MS	8129-4719 / 9104-8856 <a href="mailto:olineziauems@yahoo.com.br">olineziauems@yahoo.com.br</a>
14	<b>Coletivo de Mulheres Negras de Mato Grosso do Sul “Raimunda Luzia de Brito”</b>	Campo Grande	Ana José Alves Lopes	Rua João Rosa Pessoa, 426, Bairro Monte Castelo – Campo Grande – MS, cep. 79.010 -120	9914-6155 <a href="mailto:anajolopes@terra.com.br">anajolopes@terra.com.br</a>
15	<b>COMAFRO</b>	Dourados	Wander Nishiima		8129-3182 <a href="mailto:vander.neshijima@gmail.com">vander.neshijima@gmail.com</a> <a href="mailto:vrneshijima@hotmail.com">vrneshijima@hotmail.com</a>
16	<b>Comunidade de Ourolândia</b>	Rio Negro	Nilza Maria Silva dos Santos	Comunidade de Ourolândia ,Cep. 79.470-000 Rio Negro-MS	9964-4101
17	<b>Comunidade Quilombola Dezidério Felipe de Oliveira/ Picadinha</b>	Dourados	Ramão Castro de Oliveira	Rua Deziderio Felipe de Oliveira, 1100, Jardim Florida 2, cep. Dourados – MS	8127-8660
18	<b>Comunidade dos Pretos</b>	Terenos	Miguel Jerônimo da Silva Junior	Rua Eduardo Carlos Gaglaus, 171, Vila Demétrios, cep. 79.190-000 Terenos -MS	9628-6798

19	<b>Comunidade Furnas dos Dionísio</b>	Jaraguari	Maria Aparecida	Furnas dos Dionísio	9637-1531
20	<b>Comunidade Quilombola Quintino</b>	Pedro Gomes	João Batista Elias	Rua 15 de novembro, 141, Bairro São Luis, cep. 79.410-00 Pedro Gomes – MS	9269-8664 Bia 9982-2018
21	<b>Comunidade Santa Tereza</b>	Figueirão	Adauto Candido Pereira	Av. Bráulio Barbosa de Souza, s/n°, cep. 79.428-000 Figueirão - MS	3274-1412
22	<b>Comunidade São Miguel</b>	Maracaju	Jorge	São Miguel	9933-0966 / 9634-5779
23	<i>Conselho Estadual dos Direitos do Negro</i>	Campo Grande	Delegada Mirian	Rua: Marechal Rondon, 713, Centro, cep. 79.002-200 – Campo Grande – MS	3382-9206 / <a href="mailto:cedinems@hotmail.com">cedinems@hotmail.com</a>
24	<b>Conselho Municipal dos Direitos do Negro – Campo Grande</b>	Campo Grande	Lucio Martins da Silva	Rua Helio de Castro Maia, 279, Bairro Jardim Paulista, cep. 79.050-020, Campo Grande-MS	3314-5189 <a href="mailto:luciotudodebom@hotmail.com">luciotudodebom@hotmail.com</a>
25	<b>Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Estado de Mato Grosso do Sul - CONERQ-MS</b>	Campo Grande	Ramão Castro de Oliveira	Rua Jornalista Belizário Lima, 263, Vila Sobrinho, cep. 79.00-420 Campo Grande - MS	8127-8660
26	<b>Coordenação de Promoção da Igualdade Racial</b>	Bataguassu	Marilza Barros	Av. Campo Grande, 163, centro, cep. 79.780-000 Bataguassu - MS	9919-4047/ 3541-1818
27	<b>Coordenadoria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial</b>	Costa Rica	José Edson Narcizo Gonçalves	R. Ambrosina PaesCoelho, 228, centro, cep. 79.550-000 Costa Rica - MS	3247-7000 / 3247-4078 <a href="mailto:subal@costarica.ms.gov.br">subal@costarica.ms.gov.br</a>
28	<b>Coordenadoria de Políticas para Promoção da Igualdade Racial</b>	Campo Grande	Raimunda Luzia de Brito	Parque dos Poderes, Bloco VIII, cep. 79.031-902 , Campo Grande – MS	3318-1016 <a href="mailto:raimundaluzia@terra.com.br">raimundaluzia@terra.com.br</a>
29	<b>Departamento de Direitos</b>	Dourados	Anísio dos Santos	Rua Coronel Ponciano, 1700.	3411-7746 / 8423-3621

	<b>Humanos</b>			Parque dos Jequitibás, cep. 79.830-220 - Dourados-MS	
30	<b>Escola Estadual Antonio Delfino Pereira</b>	Campo Grande	Diretoria Marinete Nogueira	R. Eva Maria de Jesus, , Bairro Jardim Seminário, cep. 79.118-732, Campo Grande – MS	3365-8006 <a href="mailto:eeadpcete@sed.ms.gov.br">eeadpcete@sed.ms.gov.br</a>
31	<b>Família Bispo</b>	Sonora	Lucia Bispo da Silva	Rua 11 de outubro, 250, Bairro Corrente, cep. 79.415-00 – Sonora – MS	9629-1796
32	<b>Família Cardoso</b>	Nioaque	Ramão Bezerra	R. Eugenia, Bairro Bahia, s/n, Nioaque-MS	9296-0840
33	<b>Federação de Capoeira de Mato Grosso do Sul</b>	Campo Grande	Moacir Babosa da Silva	Rua Do Vermelho Q - 6, Lote – 13, jd. Arco-Iris cep. 79.000-000, Campo Grande – MS	3355-7470 <a href="mailto:Moacir2004@bol.com.br">Moacir2004@bol.com.br</a> <a href="mailto:presifescapoeira@yahoo.com.br">presifescapoeira@yahoo.com.br</a>
34	<b>Fórum Permanente de Entidades do Movimento Negro do Mato Grosso do Sul</b>	Campo Grande	Vania Lucia Baptista Duarte	Rua Eva Maria de Jesus, 274, Vila São Benedito, Cep. 79.118-732	9637-7157 <a href="mailto:vanialucia.duarte@gmail.com">vanialucia.duarte@gmail.com</a>
35	<b>Fórum Permanente Diversidade Educação Étnico-Racial</b>	Campo Grande	Rute Martins Valentim	Parque dos Poderes Bloco V, Av. do Poeta, Campo Grande-MS	3318-2235 <a href="mailto:rutemv@gmail.com">rutemv@gmail.com</a>
36	<b>Gerencia de Promoção da Igualdade Racial</b>	Corumbá	Edmir Moraes Rogério	R. 15 de Novembro, 400, Centro, cep. 79.300-000	9623-2199 / 3907-5434
37	<b>Grupo Raízes Negras</b>	Aquidauana	Artur Padilha	Rua Candido Mariano, 1973, Bairro Guanandi, cep. 79.200-000, Aquidauana-MS	9909-6348 / 9269-6617 <a href="mailto:Artur.padilha@gmail.com">Artur.padilha@gmail.com</a>
38	<b>Grupo TEZ – Trabalhos Estudos Zumbi</b>	Campo Grande	Vania Lucia Baptista Duarte	Rua EVA Maria de Jesus, 274, Vila São Benedito, CEP.79118-732, Campo Grande -MS	<a href="mailto:Vanialucia.duarte@gmail.com">Vanialucia.duarte@gmail.com</a> 9108-7078 / 9637-7157
39	<b>Igreja Bíblica Cristã Internacional</b>	Campo Grande	Bispo Tsinduka Antonio Muana Uta	Rua Ine Nakamura, 218, Jardim das Nações, Campo	8128-8467 / 8135-7218 <a href="mailto:tsimuana@yahoo.com.br">tsimuana@yahoo.com.br</a>

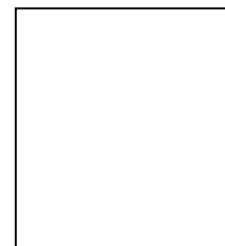
				Grande – MS	
40	<b>INCRA-MS/ Setor de Quilombos</b>	Campo Grande	Cindia Brustolin Mauro	Av. Afonso Pena, Campo Grande-MS	3383-2008 <a href="mailto:cindia.brustolin@cpe.incra.gov.br">cindia.brustolin@cpe.incra.gov.br</a>
41	<b>Instituto Cultural Negraeva</b>	Campo Grande	Sandra Mara Martins dos Santos	Rua Ciro Nantes Silveira, 382, Vila São Benedito, cep.79.118-400, Campo Grande-MS	8412-0206 <a href="mailto:Dandara-mahia@hotmail.com">Dandara-mahia@hotmail.com</a>
42	<b>Instituto Casa da Cultura Afro Brasileira</b>	Campo Grande	Antonio Borges dos Santos	Rua Eva Maria de Jesus, 30, Vila São Benedito, Cep. 79.118-732	9946-3665 / 9239-4942 <a href="mailto:borginho_santos@hotmail.com">borginho_santos@hotmail.com</a> ,
43	<b>Instituto da Mulher Negra do Pantanal - IMNEGRA</b>	Corumbá	Ednir de Paulo	Alameda João Leite de Barros, 317, Bairro Popular Novo, cep. 79.321-340 Corumbá - MS	3231-6770 /9623-2199 <a href="mailto:ednirdepauloMS@hotmail.com">ednirdepauloMS@hotmail.com</a>
44	Instituto Luther King – Ensino, Pesquisa, Ação Afirmativa	Campo Grande	Regina	Av. Fernando Correia da Costa, 603, Vila Carvalho – Campo Grande-MS	3384-8919 <a href="mailto:cursos_king@yahoo.com.br">cursos_king@yahoo.com.br</a>
45	<b>Instituto O Giro 380</b>	Campo Grande	Luis Santana		8119-2899 / 9129-8195
46	<b>Kilombata</b>	Bataguassu	Marilza Barros / Francisco Valério	Av. Campo Grande, 163, cep. 79.780-000, Bataguassu – MS	8127-3738 <a href="mailto:chicovalerio@hotmail.com">chicovalerio@hotmail.com</a>
47	<b>Kituala Movimento Negro de Itaporã</b>	Itaporã	Neorandi Pereira de Oliveira	Rua Coronel Antonino, casa 47, cep. 79.890-000 Itaporã – MS	9608-7539 <a href="mailto:nueraper@hotmail.com">nueraper@hotmail.com</a>
48	<b>Kituala</b>	Itaporã	Oswaldo	R. Pedro Rocha, 40, Bairro Irmã Daniela, cep. 79.890-000 Itaporã -MS	9608-7539 / 9613-1984 <a href="mailto:necowsg@hotmail.com">necowsg@hotmail.com</a>
49	<b>Movimento Negro</b>	Santa Rita do Pardo	Aparecida Candido da Silva	R. Deputado Julio César Paulino Maia, 1010, Centro, Santa Rita do Pardo – MS	3591-1333
50	<b>Movimento Negro</b>	Ribas do Rio	Adriana		9268-8264

		Pardo			
51	<b>Movimento Negro</b>	Maracaju	Hermes Jeane		9941-3269 / 3554-6966 9602-0249
52	<b>Movimento Negro de Nova Andradina</b>	Nova Andradina	Maria Felix de Carvalho	R. Da Saudade, 366, Bairro Capilé, cep. 79.750-000	9215-1714 <a href="mailto:liafelix@msn.com">liafelix@msn.com</a>
53	<b>Movimento Negro de Três Lagoas</b>	Três Lagoas	Luzia Nunes Mariano Isabela	R. 35 Casa 30, Vila Piloto 5, cep. 79.612-290, Três Lagoas – MS	9237-1962 / 9243-0510 <a href="mailto:Luzia_nunesmariano@hotmail.com">Luzia_nunesmariano@hotmail.com</a> 9267-4885
54	<b>NEAB-UFGD</b>	Dourados	Maria Ceres Pereira	Rua Albino Torraca, 770, Jardim América, cep. 79.803-020 - Dourados – MS	3411-3600
55	<b>Secretaria Municipal de Educação - Núcleo de Ação Afirmativa</b>	Campo Grande	Wanessa Odorico	Rua Oniceto S. Monteiro, 460, Vila Margarida, cep. 79.023-200 - Campo Grande-MS	3314-3813
56	<b>Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul</b>	Dourados Campo Grande	Maria José de Jesus Alves Marlon	Cidade Universitária de Dourados – CP 351 – 79.804-970 Dourados - MS	3411-9000 <a href="mailto:maju@uems.br">maju@uems.br</a> 9264-4582 <a href="mailto:marlon@uems.br">marlon@uems.br</a>
57	<b>Religiões de Matrizes Africanas</b>	Campo Grande	Alexandre		8422-1178 / 9113-9737 <a href="mailto:alexandre_ms05@hotmail.com">alexandre_ms05@hotmail.com</a>
58	<b>INSTITUTO MADÊ KORÊ ODARA DO PANTANAL - IMKOP</b>	Corumbá	Nara	Sede provisória: Rua: Paraíba, casa nº. 25 Q 03 – Nova Corumbá. CEP: 79321-250	(67)9214-7621 / (67)9667-4034 <a href="mailto:negranara@hotmail.com">negranara@hotmail.com</a>



## ANEXO D

Ficha de inscrição do ILK

**FICHA DE INSCRIÇÃO  
CURSO PRÉ-VESTIBULAR**
**I - DADOS PESSOAIS**

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ n° \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Ponto de referência: \_\_\_\_\_

Telefones: Residencial: \_\_\_\_\_/Celular: \_\_\_\_\_/Recado: \_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_

Estado Civil: ( ) Casado(a) ( ) Solteiro(a) Outros: \_\_\_\_\_

Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino Idade: \_\_\_\_\_

Tem filhos? ( ) Não ( ) Sim Quantos: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_-\_\_\_\_-\_\_\_\_-\_\_\_\_-\_\_\_\_

Etnia: ( ) Branca ( ) Indígena ( ) Negra ( ) Pardo ( ) Outra: \_\_\_\_\_

Portador de necessidade especial: Qual?

( ) Surdo ( ) Visão sub-normal ( ) Cego ( ) Deficiente Físico

Outro: \_\_\_\_\_

**II – SITUAÇÃO SÓCIO ECONÔMICA DO(A) CANDIDATO(A)**

Possui Plano de Saúde? \_\_\_\_\_ Qual? \_\_\_\_\_

Em caso de emergência recorrer a: \_\_\_\_\_ fone: \_\_\_\_\_

Você trabalha? ( ) Sim ( ) Não Há quanto tempo? \_\_\_\_\_ anos  meses  semanas  dias 

Local de Trabalho (Nome): \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ Salário: \_\_\_\_\_

Recebe ajuda financeira? ( ) Não ( ) Sim. De quem? \_\_\_\_\_ Quanto? \_\_\_\_\_

Total renda individual: \_\_\_\_\_

**III – INFORMAÇÕES SOBRE A FAMÍLIA DO(A) CANDIDATO(A)****COMPOSIÇÃO FAMILIAR**

Nº	Nome	Parentesco	Data de Nasc	Instrução	Profissão/ocupação	Remuneração (R\$)
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
<b>Total da renda familiar</b>						

**SITUAÇÃO HABITACIONAL**
**Forma de ocupação:** ( ) Alugada ( ) Cedida ( ) Própria quitada ( ) Própria financiada ( ) Outra

Número de cômodo: ( ) Um ( ) Dois ( ) Três ( ) Quatro ( ) Cinco ( ) Seis ( ) Mais de seis
Característica de construção: ( ) Alvenaria ( ) Madeira ( ) Mista ( ) Outro

**BENS DA FAMÍLIA**

Veículo: ( ) Moto ano: _____ modelo: _____ ( ) Carro ano: _____ modelo: _____ ( ) Bicicleta
Outros Bens: _____

**Quais são as despesas mensais da família do(a) Candidato?**

Aluguel: \_\_\_\_\_ Alimentação: \_\_\_\_\_  
 Prestação Casa Própria: \_\_\_\_\_ Saúde: \_\_\_\_\_  
 Combustível: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_  
 Luz: \_\_\_\_\_ Transporte Público: \_\_\_\_\_  
 Água: \_\_\_\_\_ Outros: \_\_\_\_\_  
 Educação: \_\_\_\_\_ **TOTAL:** \_\_\_\_\_

**OUTRAS INFORMAÇÕES:****Como ficou sabendo do curso pré-vestibular?**

( ) amigo ( ) internet ( ) TV ( ) rádio ( ) jornal ( ) cartazes ( ) outro Qual? \_\_\_\_\_

**Em que ano terminou o Ensino Médio?** \_\_\_\_\_

**Já estudou no Instituto Luther King?** ( ) sim ( ) não Qual curso? \_\_\_\_\_ ano? \_\_\_\_

**Possui algum certificado de curso de informática?**

( ) Básico ( ) Intermediário ( ) Avançado ( ) Nenhum

**Para qual curso universitário pretende prestar vestibular?**

\_\_\_\_\_

**Escreva de próprio punho os motivos pelos quais você gostaria de ingressar no Curso Pré-Vestibular do Instituto Luther King:**

---



---



---



---



---



---



---

**DECLARAÇÃO FEITA PELO (A) CANDIDATO(A)**

Declaro, para os devidos fins, ter conhecimento de que o INSTITUTO LUTHER KING é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, destinada ao atendimento de pessoas de baixa renda, com enfoque especial nas minorias sociais, e ainda ser propósito desta instituição atender seus alunos, na seguinte proporção: 45% de etnia branca, 45% de etnia negra, 5% de indígenas ou descendentes, 5% de portadores de necessidades especiais.

Estou ciente de que a entidade não fornece passe escolar.

Declaro, mais e sob as penas do artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que define o crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA, que os dados acima são expressão da verdade.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) Candidato(a)

Campo Grande-MS, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.